UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO DE RIBEIRÃO PRETO

JULIANA DA SILVA REGASSI

**Criminologia midiática: a influência dos meios de comunicação no direito penal e no
encarceramento em massa.**

Ribeirão Preto

2019

JULIANA DA SILVA REGASSI

Criminologia midiática: a influência dos meios de comunicação no direito penal e no encarceramento em massa.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Área de Concentração: Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito

Orientador: Prof. Dr. Rubens Beçak

Ribeirão Preto

2019

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca e Seção Técnica de Informática da
FDRP/USP, com os dados fornecidos pelo(a)
autor(a).

R333c	<p>Regassi, Juliana da Silva</p> <p>CRIMINOLOGIA MIDIÁTICA: A INFLUÊNCIA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO NO DIREITO PENAL E NO ENCARCERAMENTO EM MASSA. / Juliana da Silva Regassi; orientador Rubens Beçak. -- Ribeirão Preto, 2019. 179 p.</p> <p>Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Direito) -- Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 2019.</p> <p>1. CH761.21.5.15. 2. CH761.21.5 . 3. CH761.21.5.15.3 . 4. CH761.21.5.15.4 . 5. CH742.1. I. Beçak, Rubens, orient. II. Título</p>
-------	--

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: REGASSI, Juliana da Silva

Título: Criminologia midiática: a influência dos meios de comunicação no direito penal e no encarceramento em massa.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências - Área de Concentração: Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu amado “mestre” e amigo Alvino Augusto de Sá – *in memoriam* (que conseguiu fazer-me enxergar como um ser humano), a minha amada família – João, Zenilde e João Antonio, e a Deus que nunca abandonou-me e sempre colocou ótimos amigos na minha vida.

AGRADECIMENTOS

O meu primeiro agradecimento não poderia ser para outra pessoa, senão Deus, que em um momento de tanto sofrimento colocou o amado Alvino Augusto de Sá na minha vida. Muito mais que um amigo, nunca deixou-me esquecer a pessoa que eu sou, enxergando-me como poucas pessoas conseguiram. Muito obrigada meu eterno “mestre”.

Agradeço imensamente ao Professor Dr. Rubens Beçak, que também pode compreender as minhas limitações e deu-me a oportunidade de aqui estar. Sem você, esse sonho jamais seria possível. Muitíssimo obrigada por tudo!

A minha amada e eterna família, mãe, pai, irmão, avô – Nelson e avó – Conceição (*in memorian*) que sempre estiveram ao meu lado, nunca duvidando dos meus ideais e sonhos – amo vocês!

Retribuo também a toda família da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo, que acolheu-me, deu-me caminhos e confiou no meu potencial acadêmico, em especial a querida e amada Vânia Prudêncio, um exemplo de profissional.

Aos meus verdadeiros amigos: Michol Miller, Marcelo Dalpasquale, Leah Hrachovec, Nathaniel Cooper, Eleonor Ruth Cooper (my sweet Norapie), Sandy Cohlmiã, Kay Cohlmiã, Vitor Russi, Alais Borelli, Taniara Rigon, Éttore de Lima, Cintya Mendes Moraes, Ana Júlia Arruda, Dr. Cláudio Camargo dos Santos, Alexandre Karpinski, Professora Cynthia Soares Carneiro, Professor Guilherme Adolfo Mendes, Jaqueline Araújo, Tia Alda, Theodoro Vincenzo, entre tantos outros que talvez eu possa ter esquecido.

Cada página, cada linha, cada palavra, devo agradecer a Deus, que sempre deu-me forças e fé, quando eu mais precisava.

EPÍGRAFE

O Estouro

demais
tão pouco

tão gordo
tão magro
ou ninguém.

risos ou
lágrimas

odiosos
amantes

estranhos com faces como
cabeças de
tachinhas

exércitos correndo através
de ruas de sangue
brandindo garrafas de vinho
baionetando e fodendo
virgens.

ou um velho num quarto barato
com uma fotografia de M. Monroe.

há tamanha solidão no mundo
que você pode vê-la no movimento lento dos
braços de um relógio.

peessoas tão cansadas
mutiladas
tanto pelo amor como pelo desamor.

as pessoas simplesmente não são boas umas com as outras
cara a cara.

os ricos não são bons para os ricos
os pobres não são bons para os pobres.

estamos com medo.

nosso sistema educacional nos diz que
podemos ser todos
grandes vencedores.

eles não nos contaram
a respeito das misérias
ou dos suicídios.

ou do terror de uma pessoa
sofrendo sozinha
num lugar qualquer

intocada

incomunicável

regando uma planta.

as pessoas não são boas umas com as outras.
as pessoas não são boas umas com as outras.
as pessoas não são boas umas com as outras.

suponho que nunca serão.
não peço para que sejam.

mas às vezes eu penso sobre
isso.

as contas dos rosários balançarão
as nuvens nublarão
e o assassino degolará a criança
como se desse uma mordida numa casquinha de sorvete.

demais
tão pouco

tão gordo
tão magro
ou ninguém

mais odiosos que amantes.

as pessoas não são boas umas com as outras.
talvez se elas fossem
nossas mortes não seriam tão tristes.

enquanto isso eu olho para as jovens garotas
talos
flores do acaso.

tem que haver um caminho.

com certeza deve haver um caminho sobre o qual ainda
não pensamos.

quem colocou este cérebro dentro de mim?

ele chora
ele demanda
ele diz que há uma chance.

ele não dirá
“não”.

(Charles Bukowski)

RESUMO

REGASSI, Juliana da Silva. Criminologia midiática: a influência dos meios de comunicação no direito penal e no encarceramento em massa. 2019. 179 p. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Direito de Ribeirão Preto - Universidade de São Paulo. 2019.

A criminologia midiática (meio onde propagam-se notícias sobre o crime e como as pessoas conhecem o delito) tem grande importância contemporânea devido aos avanços tecnológicos e ao mundo globalizado. Sua tamanha relevância incute nas agências de controle sociais, muitas vezes reforçando o direito penal, impulsionando a opinião pública a defender determinadas pautas, e usando-se como mecanismo para os poderes executivo, legislativo e judiciário. Sugere muitas vezes, a propagação da sociedade de risco, do medo, da insegurança, da violência e da descriminalização de pessoas consideradas inimigas *outsiders*, operando de forma a sensacionalizar a opinião pública, para clamar pelo endurecimento criminal, e consequentemente o encarceramento em massa. Para fazer frente a essa realidade, a criminologia apresenta propostas de prevenção e contenção das desigualdades no país que tem a terceira maior população carcerária mundial.

A realidade midiática dever-se-á ser desconstruída, pois muitas vezes é ilusória, dramática e emocional, buscando-se neste cenário atual de súplica ao populismo penal, apresentando propostas contra o imaginário popular, e compreendendo a realidade global dos meios de comunicação na sua dinâmica. Os meios de comunicação também tiveram influências positivas na “Primavera árabe”, e nas “Jornadas de junho, no ano de 2013 – no Brasil”, mas nem sempre as difusões das informações são pautadas para a dignidade da pessoa humana e para a propagação do Estado Social Democrático de Direito.

Neste cenário, propõe-se medidas de desencarceramento, e no viés da criminologia clínica uma peculiaridade: tratar como seres humanos pessoas que já foram rotuladas (*labelling approach*), estigmatizadas e retiradas da sociedade.

Palavras-chave: Criminologia midiática, Inimigo *outsider*, Meios de comunicação, Encarceramento em massa, Criminologia clínica.

ABSTRACT

REGASSI, Juliana da Silva. MEDIA CRIMINOLOGY: THE INFLUENCE OF MASS MEDIA ON CRIMINAL LAW AND ON MASS INCARCERATION. 2019. 179 p. Master's Thesis –Ribeirão Preto College of Law - University of São Paulo. 2019.

Media criminology (the study of the propagation of crime news and how people find out about offenses) is of great contemporary importance due to technological advances and the globalized world. Its paramount relevance is instilled in agencies of social control, many times reinforcing criminal law, driving public opinion for the defense of certain causes, and utilized as a mechanism by executive, legislative and judicial powers. It often suggests the propagation of a society of risk, fear, insecurity, violence and decriminalization of people considered outsider enemies, operating in a way that sensationalizes public opinion, clamoring for a tougher criminal system, and consequently, mass incarceration. To face this reality, criminology offers proposals for the prevention and containment of inequalities in Brazil, the country with the third largest incarcerated population in the world.

The media reality must be deconstructed, for many times it is illusory, dramatic and emotional, following the current trend of appealing to penal populism, introducing proposals against the popular imagination and understanding the global reality of mass media and its dynamics. Mass media also had positive effects on the “Arab Spring”, and on the “June Journeys” in Brazil in 2013, but the diffusion of information is not always focused on human person dignity and the propagation of a the Social Democratic State of Law.

Against this backdrop, measures for reducing the prison population are proposed, guided by clinical criminology as a peculiarity: treating humans that have already been labeled (labelling approach), stigmatized and removed from society.

Keywords: *Media criminology, Outsider enemies, Mass media, Mass incarceration, Clinical criminology.*

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Calabouço, Matrícula de Presos (1857-1858)	74
Tabela 2: Calabouço, Etnia da População.....	74-75
Tabela 3: População prisional brasileira.....	122
Tabela 4: Encarcerados por região do Brasil.....	123
Gráfico 1: Evolução da população carcerária do ano de 1990 ao ano de 2016.....	123
Gráfico 2: Encarcerados por Estado da Federação.....	124
Gráfico 3: Evolução da taxa de aprisionamento no Brasil dos anos de 2000 a 2016.....	124
Gráfico 4: Os tipos de estabelecimentos em detrimento à destinação originária.....	125
Tabela 5: Capacidade do sistema prisional e <i>déficit</i> por Estado da Federação.....	125
Gráfico 5: A faixa etária da população carcerária no Brasil.....	126
Gráfico 6: A raça a cor e a etnia das pessoas privadas de liberdade no Brasil.....	127
Gráfico 7: Dados de raça, cor ou etnia das pessoas privadas de liberdade por Unidade da Federação.....	128
Gráfico 8: Escolaridade das pessoas privadas de liberdade no Brasil.....	128
Gráfico 9: Contingente da população encarcerada estrangeira no Brasil.....	129
Gráfico 10: Quantidade de estrangeiros por continente de proveniência por Unidade da Federação.....	130
Tabela 6: Distribuição por gênero dos crimes tentados/consumados entre os registros das pessoas privadas de liberdade, por tipo penal. Número de crimes tentados/consumados pelos quais as pessoas privadas de liberdade foram condenadas ou aguardam julgamento.....	130 -131

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1. A CRIMINALIDADE CONSTRUÍDA NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO.....	18
1.1. A criminologia, a teoria do <i>labelling approach</i> e a crítica radical.....	18
1.2. A mídia, a pós-modernidade e a violência globalizada.....	32
1.3. Criminologia midiática ou <i>Media Criminology/Mass Media</i>	38
1.4. A reprodução das desigualdades no sistema penal.....	41
1.5. Situação carcerária atual.....	54
CAPÍTULO 2. A CRIAÇÃO DO “INIMIGO” <i>OUTSIDER</i> PELA SOCIEDADE.....	59
2.1. Contexto histórico: catástrofes, incertezas e crise – “A Era dos Extremos”.....	59
2.2. Construção sociológica do inimigo: os <i>insiders</i> , <i>outsiders</i> , e o nascimento das prisões.....	63
2.2.1. A história das prisões no Brasil.....	72
2.3. O “inimigo” no direito penal e na criminologia.....	79
2.4. A criação do inimigo (<i>hostis/outsider</i>) pela mídia.....	85
2.5. O poder judiciário e a formação do inimigo.....	90
2.6. O “inimigo <i>outsider</i> ” nos processos (i)migratórios – a criação, formação e autoimagem.....	94
CAPÍTULO 3. ELEMENTOS DA COMUNICAÇÃO: DA CONTRUÇÃO DA REALIDADE AO CLAMOR SOCIAL.....	101
3.1. A mídia e a construção da realidade.....	101
3.2. Mídia e poder – O “ <i>show</i> ” da manipulação.....	106
3.3. Sensacionalizar, alarmar e disseminar: o maniqueísmo do discurso midiático.....	109
3.4. Encarceramento e Prisões: o retrato do ideal social.....	116
3.5. Legislação em resposta ao crime – Pacote anticrime ou falácia anticrime?.....	131
CAPÍTULO 4. AS CONSEQUENCIAS DO PUNITIVISMO BRASILEIRO – O ENCARCERAMENTO EM MASSA E A PROPOSTA DE HUMANIZAÇÃO.....	143
4.1. Novos Horizontes: Indo Contra a Maré.....	143
4.2. Encarceramento em Massa não é Justiça.....	150
4.3. Criminologia Clínica – humanizar é perceber o outro.....	153
Conclusão.....	160
Referências Bibliográficas.....	165

INTRODUÇÃO

No âmbito da criminologia midiática, há de reconhecer-se a demanda acerca deste tema, que ganha grande importância contemporânea, devido a globalização, aos avanços tecnológicos e a cobertura cada vez mais ampla que a internet tem alcançado nas últimas décadas. A grande relevância do tema, levou Eugenio Raúl Zaffaroni a incluir como agência do direito criminal as “agências de comunicação social” – rádio, televisão e jornais¹, que atuam junto à população propagando informações sobre diversos assuntos, entre esses, sobre questões referentes ao direito penal, ao processo penal, à execução criminal e a criminologia. (ZAFFARONI, 2015, p. 15).

O autor assevera que criminologia midiática é aquela onde os meios de comunicação atuam como instrumento de reforço ao Estado Penal, orientados às finalidades de conformação da sociedade disciplinar, desmonte do Estado social e criminalização dos pobres. Desta forma, os meios de comunicação buscam incutir, reproduzir e aprofundar o sentimento do medo público, projetando uma sociedade dividida entre homens de *bem x criminosos*. A comunicação produzida pela mídia no que tange a fatos criminosos e seus processos configuram-se em uma espécie de “criminologia midiática”. A “criminologia midiática” tem como principal meio técnico a televisão para propagar o discurso intitulado de punitivista – (contemporâneo, que visa o encarceramento).

A mídia - meio de propagação de notícias e opiniões, que muitas vezes não é nem ingênua e muita menos imparcial, difunde notícias que ferem com as garantias basilares garantistas – como os princípios da presunção de inocência, do devido processo legal, da publicidade processual, do segredo de justiça e do sigilo no inquérito policial e dos cidadãos envolvidos na junção “meios de comunicação e sistema penal”. Muitas vezes, a mídia apresenta os possíveis autores do delito como culpados, sem dar o mínimo de importância aos preceitos citados acima, influenciando assim, a condenação dos considerados “inimigos” da sociedade, clamando pelo enrijecimento do direito penal, e aumentando a população carcerária. A partir da perspectiva da criminologia crítica, o objetivo principal deste trabalho, é investigar como a criminologia midiática tem contribuído para o aumento na confecção de uma legislação em resposta ao crime, sendo uma das grandes responsáveis pelo encarceramento em massa. A comunicação produzida pela mídia no que tange a fatos criminosos se configuram em uma “criminologia midiática”.

¹ ZAFFARONI, R. Eugênio. *O inimigo do direito penal*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2015.p. 18.

Devido a mediação do direito criminal, compreendendo a tutela de proteção desses bens jurídicos pelo direito, sobretudo a partir da produção de informações em massa e alienantes. Pretende-se desvendar como os meios de comunicação (mídia) incitam o discurso punitivista e influenciem a sociedade brasileira para que exija-se dos poderes executivo, legislativo e judiciário a confecção de leis que no passado agravaram as punições, e ainda atualmente continuam com o viés de Lei e Ordem, num claro movimento expansivo do direito penal máximo e do encarceramento em massa.

A partir da década de 1990, a expansão dos meios de comunicação em massa, acarretou em tentativas de aumento do controle social. O pilar basilar da presunção de inocência foi massacrada e combatida pela mídia nacional, que com base na liberdade de imprensa e nos princípios da difusão da informação, tentaram suscitar a população nacional à “clamar” pelo enrijecimento da legislação criminal – e diminuição dos direitos basilares expressos em nosso ordenamento jurídico. O direito penal e o jornalismo são semelhantes no que tange à seletividade de notícias e pessoas, sendo ambos legitimados pela filosofia do maniqueísmo (bem x mau). Escolhe-se a notícia, como também se julga e condena o investigado/autuado/condenado, desumanizando estes sujeitos e tentando retirar deles seus direitos e garantias fundamentais.

À vista disso, pretende-se conhecer e examinar a mídia e os meios de comunicação, bem como sua influência no que tange a propagação da violência e o aumento da criminalidade. Ao identificarmos como é construído o “inimigo no direito penal”, pela mídia, ambiciona-se saber sobre a seleção e a criminalização de pessoas e condutas, bem como a construção da figura dos “outsiders”, ou “inimigo” que resultou no Brasil ser o terceiro país mundial que mais aplica penas restritiva de liberdade.

Escolhendo como metodologia o método dedutivo (processo de análise de informação que nos leva a uma conclusão), e o empírico (apresentação de gráficos e tabelas), partiremos então da análise do marco teórico, o da criminologia crítica.

A complexidade dos objetos de pesquisa é respeitada e compreendem-se as limitações do conhecimento científico para apreendê-la. A criminologia crítica pretende evitar a redução empregada pela lógica formal, dominante no paradigma da ciência e construído na pós-modernidade, substituindo-o por uma concepção dialógica, dinâmica, dialética e recursiva, como elementos descritivos de sua abordagem. Isto é, busca compreender os fenômenos sociais em sua multiplicidade e complexidade, considerando a intrincada rede de relações entre o direito, a sociedade, a mídia, os conflitos emergentes, os sujeitos, os elementos políticos

implicados, seus antagonismos, suas consequências, e o viés neopunitivista do mundo contemporâneo.

Entre direito e mídia articula-se tanto no plano da apropriação simbólica, em que ao definir o “direito midiático” remete-se a uma disputa não só pelos sentidos das categorias e das próprias garantias penais, mas também pela legitimação de determinadas práticas de apropriação da verdade difundida; como no plano da apropriação material da notícia, em que disputa-se a própria distribuição do capital e quem é o alvo do maniqueísmo punitivista – econômico, social, cultural – dentro do campo, onde ocorrem as concorrências e as relações de dominação advindas dos meios de comunicação.

Eugenio R. Zaffaroni nos trará o conceito de criminologia midiática, e como selecionamos os “inimigos” no direito penal, bem como Alvino Augusto de Sá. Sérgio Salomão Shecaira aborda acerca da criminologia crítica, que é o marco teórico e sobre a teoria do etiquetamento – *labelling approach*. Discussões sobre a mídia e o direito penal, serão encontrados em Marcus Alan Gomes e Rubens Beçak, abordando a influência midiática, e também por fim, Sá nos apresenta de forma clara, inovadora e funcional a criminologia clínica como forma de reintegração social, que busca diminuir a reincidência e combatendo o encarceramento em massa.

Os resultados da análise da legislação penal aprovada desde 1989 a 2006 vão em duas direções: de um lado, um crescente endurecimento penal através de um direito penal de emergência que teve como resultado, a promulgação de uma série de novas leis que recrudesceram normas penais já existentes ou criaram novos tipos penais. Desde a década de 80, percebeu-se a introdução de medidas despenalizadoras aplicáveis a crimes considerados de menor potencial ofensivo tendo por objetivo, por meio de alternativas penais, humanizar o sistema de penas e agilizar os procedimentos do sistema de justiça². (CAMPOS, 2010, p.125).

Dados revelam que tivemos um “boom” populacional de condenados no sistema prisional, após as modificações legislativas ocorridas nas últimas décadas. A lei de Tóxicos, é uma das grandes responsáveis pelo encarceramento em massa, posto seu tipo penal referente ao uso de entorpecentes, sendo uma norma penal em branco, e cabendo ao Poder Judiciário, decidir o que é o tráfico de drogas e o que é uso de substancias proibidas pela Agência Nacional de Saúde – Anvisa.

² CAMPOS, S. Marcelo. *Crime e Congresso Nacional: uma análise da política criminal aprovada de 1989 a 2006*. São Paulo: Ibccrim, 2010.p.125.

Tenciona-se assim apontar essas legislações de combate ao crime, sua influencia em detrimento ao clamor popular (contra o aumento da violência e da criminalidade), consequência da expansão dos meios de comunicação, tecnologia e globalização, proferido pelos meios midiáticos, ambos reforçando o combate ao “inimigo” da sociedade.

Pretende-se primeiramente, pesquisar como a criminologia crítica (em especial o procedimento de etiquetamento) e as políticas criminais adotadas pelo Brasil, bem como a legislação, contribuíram para o estudo da violência no século XXI, reproduzindo um sistema penal desigual, devido ao consumo alienante das informações. Bem como também conhecer a criminologia midiática, e como ela é responsável pelo sensacionalismo midiático, entendendo como o Estado Democrático de Direito escolhe os seus inimigos, abordando a tendência mundial do direito penal, o recrudescimento deste direito punitivo, assim sendo, a violência é vendida comercializada e consumida pelos cidadãos.

Em um segundo momento, apresentar-se-á a legislação de combate ao crime, impulsionada e vendida como solução à diminuição da criminalidade, pelos meios de comunicação, que reforçam a expansão do direito penal punitivista. Também expor-se-á como a mídia constrói o inimigo e a realidade social, por intermédio de seu maniqueísmo, assim relacionando seus “inimigos”, e disseminando o combate à violência comercializada diariamente.

Concluir-se-á elencando os principais motivos responsáveis pelo encarceramento em massa, apresentando as escolhas político criminal, a seletividade do sistema penal, juntamente com os sentimentos de insegurança e medo – presentes nos discursos midiáticos – denotando um retrato atualizado das prisões e do sistema penitenciário nacional, bem como as legislações responsáveis pelo aumento da população carcerária brasileira.

Os processos de criminalização e encarceramento aparecem como respostas fáceis para problemas complexos, legitimando sua extensão e seletividade do sistema penal. A criminologia midiática – contribui para a estruturação do Estado autoritário, com fortalecimento e maior autonomia de órgãos policiais, resultando em toda sorte de distorções de ordem democrática social. Ao final deste trabalho, concluir-se-á que a mídia e os meios de comunicação, contribuíram para que as esferas de poderes respondam ao crime, gerando um aumento na população carcerária brasileira.

Os capítulos I e II tratarão de como a criminalidade é construída dentro dos meios de comunicação, e como cria-se um inimigo outsider dentro da sociedade, o capítulo III abordará como a mídia constrói e desconstrói a realidade incitando o clamor social, por fim o capítulo IV

apresentará o problema do encarceramento em massa e soluções humanas para determinado problema.

Por fim, aduzir-se-á a proposta da reintegração social de Alvino Augusto de Sá, como medida de solução humana, entre outras, evitando-se assim a reincidência criminal, o aumento dos índices de criminalidade, da violência, da descriminalização de condutas, conquistando desta forma, uma sociedade justa, igual e fraterna, ponderando o uso da mídia e da criminologia midiática.

A CRIMINALIDADE CONSTRUÍDA NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

1.1 A criminologia, a teoria do *labelling approach* e a crítica radical

A Criminologia é uma ciência empírica, destinada ao estudo do grupo de pessoas que estudavam a infração legal; os meios formais e informais de que a sociedade utiliza-se para lidar com os crimes e atos desviantes, bem como o trato com as vítimas e o estudo do homem/mulher delinquente.

Surgida em meados do ano de 1885 – com Rafael Garófalo, e sendo descrita como um conjunto de princípios que subjazem ao ordenamento jurídico-penal devendo serem explicados sistematicamente e dogmaticamente; a criminologia, como a ciência das causas do crime, da criminalidade, e da política criminal como um conjunto sistemático dos princípios fundados na investigação científica das causas do crime por meio da pena, segundo os quais o Estado deve levar a cabo a luta contra o crime por meios da pena e das instituições com ela relacionada.

A definição acima mencionada não separa a criminologia das ciências penais, tentando explica-la de forma positiva, a partir da dogmática penal, e por meio de um jurista. Na atualidade a criminologia evoluiu e não é mais observada com essa visão. Na década de 1970, nos Estados Unidos da América e na Inglaterra, simultaneamente, surgiu a teoria crítica, ou “*criminologia radical*”, ou ainda “*nova criminologia*”.

Shecaira³ aponta as bases desta linha de pensamento, que se materializam na crítica acerba às posturas tradicionais da criminologia de consenso, incapazes de compreender a totalidade do fenômeno criminal. A premissa do pensamento estava inescandivelmente ancorada no pensamento marxista, pois sustentava ser o delito um fenômeno dependente do modo de produção capitalista...vale dizer, o centro das atenções do marxismo em relação à criminalidade é o seu caráter de crítica ao funcionalismo do pensamento criminal. A lei penal nada mais é do que uma estrutura (também designada superestrutura) dependente do sistema de produção (infra-estrutura ou base econômica). (SHECAIRA, 2013, p.282-283).

O direito, ao contrário do que afirmam os funcionalistas, não é uma ciência, mas sim uma ideologia que só será entendida mediante análise sistêmica denominada método histórico-dialético. O homem, por sua vez, não tem o livre-arbítrio que atribuem, pois está submetido a um vetor econômico que lhe é insuperável e que acaba de produzir não só o crime em particular,

³ SHECAIRA, Sérgio Salomão. *Criminologia*. 5. ed. rev. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013. p. 282-283.

mas também a criminalidade como fenômeno mais global, com as feições patrimoniais e econômicas que todos conhecem.

Desta forma, o direito penal é um sistema de normas e funções, no qual estão presentes três mecanismos: a produção de normas (criminalização primária), a aplicação da norma (criminalização secundária), e por fim, a execução da pena, ou medidas de segurança.

A criminologia crítica, por sua vez, vem como uma alternativa a explicação do fenômeno criminal moderno, que retirou o homem como o centro do delito, e começou a investigar as circunstâncias externas que contribuem para o aumento da criminalidade e consequentemente do controle social.

Alessandro Baratta⁴ é um pouco mais crítico em relação ao direito penal, desmistificando a base ideológica penal na defesa social – hoje dominante. O mito da igualdade, pode ser resumido nas seguintes proposições: O direito penal protege igualmente todos os cidadãos contra ofensas aos bens essenciais, nos quais estão igualmente interessados todos os cidadãos (princípio do interesse social e do delito natural); A lei penal é igual para todos, ou seja, todos os autores de comportamento anti-sociais e violadores de normas penalmente sancionadas têm iguais *chances* de tornar-se sujeitos, e com as mesmas consequências, do processo de criminalização (princípio da igualdade).(BARATTA, 1999, p.162).

Porém a crítica e a oposição dizem: o direito penal não defende todos e somente os “*bens essenciais*”, nos quais estão igualmente interessados todos os cidadãos, e quando pune as ofensas aos bens essenciais, o faz com intensidade desigual e de modo fragmentário; a lei penal não é igual para todos, o *status* de criminoso é distribuído de modo desigual entre os indivíduos; o grau efetivo de tutela e a distribuição do status de criminoso é independente da danosidade social das ações e da gravidade das infrações à lei, no sentido de que estas não constituem a variável principal da reação criminalizante e da sua intensidade.

O direito penal não é um direito igual. Desde a mudança das relações entre senhores feudais e servos, para a proletário e para os detentores dos meios de produção, percebeu-se que o indivíduo ou pertencia ao sistema capitalista, vendendo a sua mão de obra para conseguir um salário e suprir suas necessidades e da sua família, ou este era “excluído” da sociedade, devendo ser criminalizado pelas criminalizações primárias e secundárias.

Chegar-se-á aos resultados onde a *criminologia crítica*, é justamente a demonstração de que o princípio da seletividade penal, já formulada pela teoria do etiquetamento, está orientando

⁴ BARATTA, Alessandro. *Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal – Introdução à Sociologia do Direito Penal*. 2ª.ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1999.p.162.

a desigualdade social, sendo que as classes inferiores são as efetivamente perseguidas. Os resultados do *labelling approach* e da *criminologia crítica*, acerca da crítica ao sistema penal, somaram-se a crítica historiográfica e demonstraram a sua total deslegitimação, tendo em vista o descumprimento de suas funções declaradas, e mais, o cumprimento de funções latentes, ocultas, que mostram ser suas principais funções.

A pesquisa sobre o *labelling approach* surgiu nos Estados Unidos da América, na década de 1960, e é dominado pela influência de duas correntes da sociologia norte-americana. A primeira corrente vai em direção aos estudos da psicologia social e da sociolinguística de George H. Mead⁵, e o seu pensamento sobre o “interacionismo simbólico”, já a segunda a “etnometodologia” pertencente a sociologia fenomenológica de Alfred Schutz⁶, modelando o paradigma epistemológico da teoria do *labelling approach*. (MEAD, 2015, SCHUTZ, 1962).

Assim juntando as duas correntes, Shecaira⁷ afirma que a sociedade e a realidade social são construídas pelas interações sociais entre os indivíduos, onde o princípio da legalidade, outrora positivado, confere um significado a possíveis ações ou omissões do sujeito, que configuram um delito, onde a sociedade não pode ser conhecida no plano objetivo, mas como produto de uma “construção social”. Assim, as relações conflituosas naturais dentro de uma sociedade de risco complexa, não estariam mais “mascaradas” pelo sucesso do Estado de Bem-Estar Social. (SHECAIRA, 2013, p.271).

Questões centrais da criminologia, que antes tratava do indivíduo delinquente e ao crime, passam por uma base de reflexão ao aumento da criminalidade e ao controle social, bem como a vítima começava a ter importância e a ser estudada.

Após o final da Segunda Grande Guerra Mundial, os EUA – país onde surgiu a teoria do *labelling approach* – estava passando por um imenso crescimento mundial, posto visto, seu território não foi afetado pela guerra, e as indústrias norte-americanas faturavam milhões de dólares anuais reconstruindo o território europeu – local da guerra. A sociedade desta época foi marcada pela divisão do mundo em duas grandes potências: Os Estados Unidos da América (capitalista) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (socialista). Ambas as sociedades tinham nitidamente o seu “inimigo *outsider*”, esse forte pensamento pode ser chamado de ideologia de consumo.

⁵MEAD, George Herbert. *Mind Self & Society*. The Definitive Edition. Edited by Charles W. Morris. Annotated Edition by Daniel R. Huebner and Hans Joas. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2015.

⁶ SCHUTZ, Alfred. *Collected Papers*, vol. I. Spokane: Maurice Natanson, 1962.

⁷ SHECAIRA, Sérgio Salomão. *Criminologia*. 5. ed. rev. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013. p. 282-271.

A *teoria da rotulação social, labelling approach, etiquetagem ou etiquetamento, teoria interacionista* ou da *reação social*, é a ideia de que a intervenção na justiça criminal tem como consequência o aprofundamento da criminalidade. No final dos anos de 1930, Frank Tannenbaum⁸ demonstrou como as dramatizações do diabo vão separar as crianças do grupo, fazendo com que assumam um papel construtor na criminalidade, por meio da rotulação e identificação. (TANNENBAUM, 1938).

O período histórico em questão, o da Guerra Fria, que polarizou o mundo entre capitalistas e socialistas, trouxe como consequência ao direito penal e a criminologia: a confecção de normas incriminadoras de condutas sociais consideradas “problemáticas”, do ponto de vista social, que foram empregadas para conter os “*indesejados*” da época. Eles eram: os desempregados, os negros, os imigrantes, ou sejam os “*criminosos*” que interagiam socialmente.

As “*interações simbólicas*” de Hebert Blumer⁹ indicam uma junção da sociologia e da psicologia social que se concentra em processos de interação. As relações sociais no qual as pessoas são inseridas as condicionam reciprocamente. Relações sociais – ação ou omissão – não podem serem pré-determinadas, elas ocorrem, e quem fará o controle social é a própria agência de controle informal (aqui no caso a sociedade e meios de comunicação). (BLUMER, 1977).

“O *labelling* desloca o problema criminológico do plano da ação para o da reação (dos *bad actors* para os *powerful reactors*), fazendo com que a verdadeira característica comum dos delinquentes seja a resposta das audiências de controle.”¹⁰ (SHECAIRA, 2013, p.291). “A explicação interacionista caracteriza-se, assim, por incidir quase exclusivamente sobre a chamada delinquência secundária, isto é, a delinquência resulta do processo causal desencadeado pela estigmatização.”¹¹ (SHECAIRA, 2013, p.291).

Ao indivíduo considerado *etiquetado* - aquele no qual coloca-se um estigma, passa por um processo de internalização onde aprende a agir e a internalizar sua condição de “diferente” frente as agências de controle informal (opinião social, midiática, familiar, etc.), e de controle formal (polícia, justiça, administração penitenciária etc.).

⁸TANNENBAUM, Frank. *Crime and the Community*. New York: Columbia University Press, 1938.

⁹BLUMER, H. *A sociedade concebida como uma interação simbólica*. In: BIRNBAUM, P.; CHAZEL, F. *Teoria sociológica*. São Paulo: Hucitec; EDUSP, 1977.

¹⁰SHECAIRA, Sérgio Salomão. *Criminologia*. 5. ed. rev. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013. p. 282-291.

¹¹SHECAIRA, Sérgio Salomão. *Criminologia*. 5. ed. rev. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013. p. 282-291.

Outrossim, acredita-se que, logo após o etiquetamento inicial ser feito, há um processo de discriminação social que motiva o aprofundamento do desvio, com a realização de outras condutas socialmente criminalizadas, resultando então em um ciclo vicioso de criminalização em nossa sociedade. No mais, conseqüentemente, há a cristalização de determinados cidadãos como delinquentes, tanto diante da sociedade quanto em relação a si mesmos, aprofundando sua situação de marginalidade.

O *labelling approach*, no chamado processo de criminalização, desenvolve a criminalização secundária, em que predomina a atuação das agências de controle sobre o indivíduo estereotipado como delinquente. Tinha razão Howard Saul Becker ao afirmar que: “Se um ato é ou não desviante [...], depende de como outras pessoas reagem a ele”¹², evidenciando a ideia da criminalização secundária de que um ato será considerado desviado de acordo com o padrão de comportamento pré-estabelecido por um grupo de indivíduos que detém o poder em sociedade – o controle social. Além disso, por meio desse estereótipo, o ato será considerado desviante ou não pelo rótulo social imposto e pela maneira como ele é visto e aceito pelos demais indivíduos. (BECKER, 2008, p.28).

A teoria do etiquetamento, portanto, sustenta que tal critério é o índice de marginalização do indivíduo, o número de estigmas que ele carrega, mesmo que esses estigmas não sejam de natureza criminal. Nesse entendimento, o sistema penal não teria a função de combater o crime em sociedade, mas, sim, de atribuir rótulos de delinquentes aos indivíduos já considerados marginalizados.

O controle social é entendido como um conjunto de instituições que pretendem promover e garantir o submetimento do sujeito aos modelos e normas comunitárias. Assim, existem duas classes de instâncias de controle social: a) as instâncias informais: família, escola, profissão e opinião pública; b) as instâncias formais: polícia, judiciário e administração penitenciária. Quando as instâncias informais fracassam no controle social do indivíduo, entram em tela as instâncias formais, que atuam de maneira coercitiva, impondo sanções – que atribuem ao infrator um status estigmatizado de desviado, perigoso ou delinquente.¹³ (BARATTA, 1999, p. 86).

A criminalização primária surge quando um indivíduo é objeto da seleção desviante. Neste processo, elegem-se as condutas consideradas criminosas pelo legislador, criando-se

¹²BECKER, Howard S. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2008. p. 28.

¹³ BARATTA, Alessandro. *Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal – Introdução à Sociologia do Direito Penal*. 2ª.ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1999.p.86.

normas positivadas, que serão usadas para coibir o “*inimigo do Estado*” de promover a criminalidade.

Na criminalização secundária, entram em cena os órgãos de controle social, como, por exemplo, a polícia e o judiciário, que, ao investigarem prioritariamente os indivíduos portadores de grande índice de marginalização, encontram um maior número de condutas criminosas entre eles. Dessa forma, a criminalização secundária ocorre, mais provavelmente, quando o indivíduo é etiquetado formalmente como delinquente, ou seja, quando é detido pela polícia, julgado pelo judiciário e preso.

A seletividade, a reprodução da violência, a criação de maiores condições para que ocorram condutas lesivas, a corrupção institucionalizada, a concentração do poder nas mãos de poucos indivíduos, a verticalização da sociedade e a destruição das relações comunitárias/horizontais são características estruturais do exercício do poder de todos os sistemas jurídicos criminais. A responsabilidade pelo suposto delinquente é da agência judicial, que deverá responder pelo processado e pela comunidade, dando conta da maneira como exerce ou administra a sua quota de poder.

O professor Ignacio Berdugo Gómez de la Torre assevera que a corrupção: “También en el lenguaje común y en la cultura de nuestro entorno cercano, el término corrupción se asocia comúnmente a comportamientos reprochables que tienen lugar en el ámbito de la Administración pública y que son protagonizados por servidores públicos.”¹⁴ (DE LA TORRE, CERINA, 2012, p.387).

Estando ela nos setores públicos e privados, e sendo de responsabilidade das agências públicas (servidores públicos) como o judiciário (para apurar e julgar o delito), legislativo (confeccionar leis penais), e o executivo (que levanta a pauta de violência institucionalizada), ambos contribuem para a seleção criminal, nem que para isso tenha que haver compra de alguns desses membros dos citados poderes.

O *white collar crime* (crimes do colarinho branco), têm provado no Brasil, que se delitos são cometidos pelas classes mais elevadas, têm um tratamento seletivo e diferenciado a aos delinquentes. Porém já está incutido no subconsciente brasileiro que “todo político” (ou alguém de elevada esfera de poder, comete delitos).

¹⁴DE LA TORRE, Ignacio Berdugo Gómez, CERINA, Giorgio. *Algunos aspectos del nuevo delito de corrupción em el de porte*. Disponível em: <
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4254324/mod_resource/content/1/Estudios%20sobre%20%20corrupci%C3%B3n.pdf>. Acesso 01 de julho de 2019.

O desvio primário é: a concepção de crime é uma escolha legislativa, e não a escolha de uma conduta socialmente aceita; os legisladores não costumam respeitar princípios basilares como a razoabilidade e proporcionalidade, criando leis penais punitivistas e voltada a um certo público de pessoas – os “*inimigos*”.

Quando os “*outros*” decidem quem deve ou não participar da sociedade, estes “*controladores*” passam a adotar certos comportamentos reprováveis contra tal indivíduo, ou grupo de pessoas, como a discriminação, repulsa, rejeição, humilhação que passam a controlar e a restringir a liberdade de certa pessoa ou grupo¹⁵ – esse é o estigma da *rotulação social*. Tal controle social não é apenas estigmatizante, ele desencadeia a chamada “*desviação secundária*”, e dá início as “*carreiras criminais*”. (LEMERT, 1972, p. 44).

Becker S. H¹⁶. em seu livro *Outsiders*, retrata os indivíduos que vivem à margem da sociedade, que não são confiáveis para obedecerem normas e condutas, que são etiquetados, estigmatizados e considerados desviantes. (BECKER, 2008). Para os autores da teoria do *labelling approach* a conduta *desviante* é o resultado de uma reação social e o delinquente apenas se distingue do homem comum devido à estigmatização que sofre, desta teoria o indivíduo *desviante* é considerado *delinquente*¹⁷ pelas agências formais e informais de controle social. (SHECAIRA, 2013, p.293).

Assim afirma Shecaira (SHECAIRA, 2013, p. 293):

Depreende-se, então, que desviante é aquele cujo “rótulo social de criminoso foi aplicado com sucesso”, visto que, como já abordado, “as condutas desviantes são aquelas que as pessoas de uma dada comunidade aplicam como um rótulo àquele que comete um ato determinado”.¹⁸

Torna-se transgressor é um processo transformativo que gravita em torno da aquisição de nomes, significados, motivos e perspectivas. É mediado pela linguagem e pelas identidades e interpretações que a linguagem confere. É assistido e, por vezes, forçado pelos outros significativos que povoam os ambientes onde se movimenta o transgressor emergente. O transgressor, em suma, está profundamente implicado em definições negociadas de pessoas e

¹⁵ LEMERT, Edwin M. *Human deviance, social problems, and social control*. 2ª ed. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall, 1972. p.44.

¹⁶ BECKER, Howard S. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2008.

¹⁷ SHECAIRA, Sérgio Salomão. *Criminologia*. 5. ed. rev. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013. p. 293.

¹⁸ SHECAIRA, Sérgio Salomão. *Criminologia*. 5. ed. rev. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013. p. 293.

comportamentos. As reações à transgressão dão-lhe organização simbólica e identidade pública¹⁹. (SHECAIRA, 2013, p. 294).

Após as teorias do *labelling approach*, não mais indagou-se o porquê o criminoso comete o crime, mais sim, por que algumas pessoas são etiquetadas como criminosas, quais as consequências e como é legitimidade de tal tratamento?

A *desviação primária* é aquela advinda de uma variedade social, econômica, cultural e racial, já a *desviação secundária* refere-se a classe de pessoas (ou pessoa) cujos problemas são criados pelas agências de controle informal (reação social à desviação). Desta forma, a primária, está na estrutura psíquica do indivíduo etiquetado, ela implica na marginalização do ser ou grupo social, entretanto a segunda aborda a identidade estruturada em torno do que é considerado desviante.

O indivíduo ou grupo considerado desviante, muitas vezes pelo controle informal social (opinião pública e meios de comunicação), sofre por participar de cerimônias degradante: são os processos ritualizados a que se submetem os envolvidos com um processo criminal, em que um indivíduo é condenado e despojado da sua identidade, recebendo uma outra degradada²⁰, que pode atingi-lo antes mesmo de um processo criminal ser iniciado, atingindo diretamente a identidade do indivíduo, ou grupo. (DIAS, 1999, p.350).

Estudos realizados na década de 1960, influenciaram os estudos da década seguinte (1970), que inauguraram a Criminologia Crítica. Três tendências distintas se destacam dessa criminologia moderna: o neorealismo de esquerda; a teoria do direito penal mínimo e o pensamento abolicionista. Essa será a base teórica abordada neste trabalho, no que tange o direito penal mínimo e ao garantismo penal.

O pensamento de neorealismo de esquerda apareceu no início dos anos de 1980, nos Estados Unidos da América e na Inglaterra, com os respectivos governos de Ronald Regan/George Bush (*father*) – nos Estados Unidos da América, Margareth Thatcher/Jonh Major – na Inglaterra, onde o contexto mundial exigia maior repressão contra a criminalidade de massas e contra as minorias étnicas. O neoconservadorismo recepcionou o movimento de repressão chamado *Law & Order*.²¹

¹⁹ SHECAIRA, Sérgio Salomão. *Criminologia*. 5. ed. rev. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013. p. 294.

²⁰ DIAS, Jorge de Figueiredo. *Questões fundamentais do direito penal revisadas*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.p.350.

²¹ Movimento conservador sobre política criminal adotada nos anos 80, que pregava a atuação policial e a repressão como forma de restaurar a ordem, por meio da lei, nos grandes centros urbanos afim de diminuir a criminalidade.

Os neorealistas defendiam o regresso ao estudo da etiologia do delito com prioridade aos estudos vitimológicos; a pobreza não é o único fator social responsável pelo comportamento desviante, devemos nos fixar no individualismo, na competição desenfreada, na busca dos bens materiais, as discriminações sociais e o racismo. Como consequências das escolhas políticas adotadas, planejava-se a redução do controle penal e extensão a outras esferas (trabalhadores). Defendiam também que as prisões deveriam ser mantidas, porém apenas em situações extremas.

Os “novos” paradigmas encontrados pelos neorealistas são: o aumento das taxas de criminalidade, que transformou não somente o perfil das exigências sociais, mas também da intervenção punitiva; a revelação do papel da vítima, tentando coibir a cifra negra da sociedade; e finalizando; a problematização da criminalidade, onde as teorias da rotulação/etiquetamento, criticaram as formulações positivas que se fundavam na ideia de que o desvio leva ao controle social.

A segunda tendência é o movimento minimalista, que apresentou a política criminal como a única capaz de transformar radicalmente a sociedade, para melhor combater o crime, diminuir o sistema penal em certas áreas, para a expansão de outras, onde o bem jurídico a ser tutelado merece maiores olhares e concentração, e afinal, a defesa de um novo direito penal, com um curto prazo para findar a persecução criminal, consagrando princípios exportados dos direitos humanos e fundamentais. Os minimalistas, não acreditam na eficácia do instrumento penal para combater a criminalidade organizada, ou para resolver conflitos, onde os autores não são individualizados (exemplo, crime de rixa).

O abolicionismo penal, corrente radical, vem de encontro a crítica que arrasa com o sistema punitivo, expõe Shecaira: (SHECAIRA, 2013, p. 345):

Abolicionistas afirmam que o sistema penal só tem servido para legitimar e reproduzir as desigualdades e injustiças sociais. O direito penal, é considerado uma instância seletiva e elitista, daí por que é necessário desmistificar o papel das instituições penais (Magistratura, Ministério Público, Polícia, etc.).²²

A afirmação abolicionista de delito é que ele é uma realidade construída (como as informações nos meios de comunicação). “É a lei, pois, que diz onde há um crime; é lei, pois, que cria o criminoso.”²³ (HULSMAN, 1973, p.52). A primeira razão defendida por esses

²² SHECAIRA, Sérgio Salomão. *Criminologia*. 5. ed. rev. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013. p. 345.

²³ HULSMAN, Louk H. *Descriminalização*. In: Revista de Direito Penal. n. 9/10 Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 1973, p. 52.

teóricos é que nós já vivemos em uma sociedade sem o direito penal, onde o sistema pungente e *anômico* – as normas do sistema criminal, não cumprem as funções esperadas; não protegem nem a vida, nem a propriedade, nem as relações sociais (não cumprindo assim, a função de prevenção geral atribuída à pena); por fim, o sistema penal é seletivo e estigmatizante, desigual e onde o controle formal de criminalidade é discriminatório.

As três correntes apresentadas da criminologia crítica, se fundem ao afirmar que a sanção da pena privativa de liberdade não é eficaz para o combate da criminalidade. Nas palavras do abolicionista, Thomas Mathiensen, (MATHIENSEN, 1996, p.91):

O encarceramento é o tipo de sanção com maior impacto e visibilidade na nossa sociedade. Em tempos distantes, as punições eram corporais e públicas. O suplício corporal era a prova visível e incontestável da ação do Estado. A sociedade moderna, por seu turno, na sua riqueza e complexidade, reclama soluções coletivas e não individuais. Construindo prisões, construindo ainda mais prisões, aprovando leis que preveem penas detentivas ainda mais severas, os autores da política moderna encontram um modo de fazer ver a todos, e em especial àqueles que trabalham sobre o crime como categoria comportamental, que alguma coisa está se fazendo a esse propósito; qualquer coisa, especialmente para que se possa reafirmar a “lei e ordem”. Nenhuma outra sanção, senão a prisão, atinge tal objetivo.²⁴

Dados do INFOPEN²⁵, órgão que computa e dá acesso as informações, relativas a população carcerária brasileira, onde o último censo foi realizado no ano de 2016 (junho), apresentou que a nossa população carcerária é de 726.712 mil pessoas, sendo que em comparação com outros países do mundo, somos o terceiro país que mais priva as pessoas de liberdade.

As mudanças “externas” internalizadas pela legislação nacional, desde a redemocratização do país na década de 80, absorveram a teoria do etiquetamento, ampliaram a política criminal de *Lei & Ordem*, bem como elaboraram um sistema não intervencionista para delitos de menor potencial ofensivo, e juntamente com o clamor social e midiático formularam a “Lei dos Crimes Hediondos”, bem como suas respectivas modificações futuras. Junto

²⁴ MATHIENSEN, Thomas. *Perché il carcere?* Torino: Grupo Abele, 1996. p. 181.

²⁵ LEVANTAMENTO DAS INFORMAÇÕES PENITENCIÁRIAS NACIONAL. Disponível em http://emporiododireito.com.br/uploads/filemanager/source/relatorio_2016_23-11.pdf, acesso em 23 de novembro de 2018.

também, promoveram a guerra às drogas, modificando a lei antiga de entorpecentes e criminalizando a conduta do usuário de tóxicos. Observamos assim, que a população carcerária no ano de 1990 era de 90 mil pessoas privadas de liberdade, passou para um aumento de 707% em 26 anos. Karam completa (KARAM 1991, p.198):

A publicidade do sistema penal, trabalhando com esta falsa ideia que reduz a violência à criminalidade convencional, explora o medo, criando um clima de pânico, de alarde social, a que costuma se seguir um crescimento de demanda de penas mais rigorosas, clima este que desencadeia e é alimentado pelas chamadas campanhas de lei e ordem. Tais campanhas manipulam emoções, selecionando e propagandeando alguns crimes mais cruéis, para, assim, produzir e generalizar uma indignação moral contra os que são identificados como criminosos.²⁶

Os meios de comunicação, como controles informais da sociedade, são os grandes formadores da opinião atual. Eles elegem o “inimigo”, “indesejado”, “desviado”, “delinquente”, “criminoso”, dando-lhes certas características e determinadas condutas que são consideradas “*moralmente inaceitáveis*”, para depois do “*entiquetamento*”, usando da opinião pública para pressionar e influenciar as esferas de poder, afim de confeccionarem leis penais para criminalizar o inimigo. O sistema penal é seletivo, e sempre escolherá quem deve ou não participar da sociedade.

Assim sendo, a criminalização de condutas e a persecução penal faz aparecer o estigma ao condenado. A pena é a consequência das desigualdades e reprovação estigmatizante. O que é uma conduta social desviada, o mais das vezes cometida por um agente primário, transforma-se, pela repercussão que encontra na sociedade em face de pena, em uma carreira delitiva permanente e irreversível.²⁷(SHECAIRA, 2013, p. 301).

A repressão punitiva – e em especial a prisão – passa a funcionar como elemento de criminalização que gera um processo em espiral para a clientela do direito penal. A criminalização primária produz a rotulação, que produz criminalizações secundárias (reincidência). O rótulo criminal (cristalizado em folhas de antecedentes, certidões criminais, ou surgido mediante a divulgação sensacionalista da mídia) produz a assimilação de duas características pelas pessoas rotuladas, a geração de expectativas sociais de condutas

²⁶KARAM, Maria Lúcia. *De crimes, penas e fantasias*. Rio de Janeiro: Luan, 1991. p. 198.

²⁷SHECAIRA, Sérgio Salomão. *Criminologia*. 5. ed. rev. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013. p. 301.

correspondentes ao seu significado, a perpetuação do comportamento criminoso e a aproximação recíproca de indivíduos estigmatizados.²⁸(SANTOS, 1981, p.14).

Depois do devido processo legal, e proferimento de sentença condenatória criminal, o condenado é enviado a instituição estatal (penitenciária, casa de custódia) e lá passará a sofrer o processo de *desculturamento*, ou seja, ele passará a sofrer humilhações, e degradações pessoais sobre o seu eu indivíduo. Será privado de seus pertences pessoais, passará a dividir sua vida com outros condenados, será analisado, identificado, fotografado, examinado por um médico, e ganhará um número. Viverá todos os dias do seu regime fechado com o constante medo bem como assustado de talvez sua integridade física ser vulnerabilizada. Nos dizeres de Michel Foucault (FOUCAULT, 1984, p. 177-178):

Induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder. Fazer com que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se descontinua em sua ação; que a perfeição do poder tenda a tornar inútil a atualidade de seu próprio exercício; que esse aparelho arquitetural seja uma máquina de criar e sustentar uma relação de poder independente daquele que exerce; enfim, que os detentos se encontrem presos numa situação de poder de que eles mesmos são os portadores.²⁹

Mesmo que o condenado tenha condições (que sistema e a lei de execuções não oportunizam) de ressocializar-se, ele sempre carregará o estigma de condenado perante a justiça e a sociedade, muitas vezes mesmo antes da sentença criminal (a opinião pública e a mídia já o condenaram), carregando a estigmatização, também quando posto em liberdade, pois este será sempre um eterno “*desviante delinquente*”.

Nas palavras de Shecaira (SHECAIRA, 2013, p. 310), um dos principais legados criminológicos da teoria do *labelling approach* é, sem qualquer dúvida, a chamada *prudente não-intervenção* que decorre da necessidade de repensar o ordenamento penal no contexto de sociedade aberta, democrática e pluralista, ampliando as margens de tolerância para superação dos conflitos e das tensões sociais³⁰. No Brasil a não-intervenção foi chamada de *direito penal mínimo*. Deve-se alcançar apenas os bens jurídicos mais relevantes, pois ele é *ultima ratio regum*, ou a última instância de controle social.

²⁸SANTOS, Juarez Cirino dos. *A criminologia radical*. Rio de Janeiro: Forense, 1981. p. 14.

²⁹FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. 3. Ed. Trad. Lígia Pondé Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 177-178.

³⁰SHECAIRA, Sérgio Salomão. *Criminologia*. 5. ed. rev. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013. p. 310.

A reforma no Código Penal (lei nº 7.209/84³¹) e a criação da Lei das Execuções Penais (lei nº 7.210/84³²) incorporou no ordenamento jurídico brasileiro, os ideais do *labelling approach*. Instituiu-se o regime progressivo de cumprimento de pena privativa de liberdade, onde o condenado iniciaria sua pena no regime fechado, e ao cumprir 1/6 de sua pena, juntamente com o preenchimento dos requisitos objetivos e subjetivos, este poderia progredir para o regime semi-aberto, e conseqüentemente após este, seguir para o regime aberto. O sistema progressivo de cumprimento de pena privativa de liberdade é importante para atenuar o choque de reinserção social, quando o preso já se encontra institucionalizado.

Também faz parte da política *desistitucionalizadora* as penas alternativas à prisão, adotadas em 1984, e reformuladas em 1998 pela lei nº 9.714/98³³. Elas são: prestação de serviço à comunidade, interdição temporária de direitos, limitação aos finais de semanas, prestação pecuniária, a perda de valores e bens e a multa.

Com o intuito de também desestigmatizar a população carcerária, a Constituição Federal de 1988, afirmou em seu diploma legal que: “o civilmente identificado não será submetido a diferenciação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei”, bem como os crimes menores, ganharam um novo modelo de justiça criminal, em seu artigo 98, I: “infrações de menor potencial ofensivo”.³⁴

Por fim, a *prudente não intervenção* veio em legislação ordinária, regulamentada pelos Juizados Especiais Criminais – lei nº 9.099/95³⁵ – Lei dos Juizados Especiais, que em seu artigo 2.º enfatiza que em processos de “menor potencial ofensivo”, devem-se prevalecer os princípios da economia processual, celeridade, oralidade e simplicidade, bem como a conciliação e a transação penal. Porém tal mudança ocorrida no ano de 1995 não reformulou o Código Penal de 1940, e em vez de adotar a *descriminalização* de algumas condutas, o legislador optou por medidas *despenalizadoras* (composição civil, transação penal, condicionamento à

³¹BRASIL. Lei nº 7.209 de 11 de julho de 1984. Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1980-1988/L7209.htm > . Acesso em 23 de novembro de 2018.

³²BRASIL. Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984. Institui a lei de execução penal. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm > . Acesso em 23 de novembro de 2018.

³³BRASIL. Lei nº 9.714 de 25 de novembro de 1998. Altera dispositivos do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9714.htm > . Acesso em 24 de novembro de 2018.

³⁴BRASIL. Constituição da república federativa do Brasil de 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm > . Acesso em 24 de novembro de 2018.

³⁵BRASIL. Lei nº 9.099 de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9099.htm > . Acesso em 24 de novembro de 2018.

representação em delitos de lesões corporais culposas ou leves, suspensão condicional do processo).

Para Luis Flávio Gomes (GOMES, 1995, p. 87): “significa adotar processos ou medidas substitutivas ou alternativas, de natureza penal ou processual, que visam, sem rejeitar o carácter ilícito da conduta, dificultar ou evitar ou restringir a aplicação da pena de prisão ou sua execução ou, ainda, pelo menos na redução”³⁶

Entretanto as medidas adotadas pelos legisladores pátrios, muitas vezes podem “reafirmar” os tipos proibitivos do Código Penal, bem como não obedecem ao devido processo penal (o que conhecemos nas varas criminais), todavia elas minimizaram a intervenção penal, alcançada pela desistitucionalização (alguns crimes não recebem a pena de privação de liberdade).

Alessandro Baratta (BARATTA, 1983, p. 147) ainda defende a existência de um “novo” paradigma da criminologia:

a investigação criminológica tem tendência para se deslocar das causas do comportamento criminal em direção às condições a partir das quais, numa dada sociedade, as etiquetas da criminalidade e o estatuto do criminoso são atribuídos a comportamentos e a sujeitos, e para o funcionamento da reação social informal e institucional (processos de criminalização).³⁷

O Estado Democrático de Direito baseado na segurança está desmoronando, frente ao processo de exclusão de indivíduos considerados “*inimigos do direito e do bem-estar social*”, o *labelling approach* proporcionou o etiquetamento/rotulação de pessoas e grupos considerados “*indesejáveis*”. A teoria crítica, em seu viés minimalista, ainda prega o direito penal mínimo e as garantias basilares ao devido processo legal.

Escolhas legislativas optaram pela *prudente não intervenção*, despenalizando algumas condutas penais, porém não surtindo muito efeito no que tange o desencarceramento penal, pois não descriminalizou certos delitos/tipos. A criminalização primária (crime como escolha legislativa) e secundária (aplicação da lei penal pelos órgãos oficiais e da imprensa) são as grandes responsáveis pelo encarceramento em massa no Brasil.

³⁶GOMES, Luis Flávio. *Suspensão condicional do processo penal*. São Paulo: Editora Revistas dos Tribunais, 1995.p.87

³⁷BARATTA, Alessandro. *Sobre a Criminologia crítica e sua função na Política Criminal*. [s.n.], n. 13. Documentação e Direito Comparado. Boletim do Ministério da Justiça. Lisboa: Separata, 1983. p. 147.

Após a vigência das Leis dos Crimes Hediondos (lei nº 8.072/90³⁸) e da nova Lei de Entorpecentes (lei nº 11.343/03³⁹) percebeu-se o *boom* populacional, já apresentado anteriormente, ocorrido em detrimento dessas escolhas legislativas punitivistas.

Assim o sistema vai se perpetuando na sua exclusão dos “*indesejáveis*” por meio do encarceramento, que contem segmentos marginalizados do mundo neoliberal, fragmentando a sociedade em classes sociais, as quais o indivíduo é remetido as condições do *homo sacer*⁴⁰ (AGAMBER, 2007).

Estão presos à exclusão e expostos à violência constante, à morte insancionável que qualquer um pode cometer em relação a eles. A transição de seres humanos da modernidade sólida para a modernidade líquida⁴¹ (BAUMAN, 2001), transformou-os em seres supérfluos, adoradores de dinâmicas totalitárias e fascistas, abarcados pelo poder da difusão das informações pelos meios de comunicação, que manipulam e selecionam os atores “*inimigos*” do direito penal e Estado Democrático de Direito, que são contrários aos direitos humanos e basilares conquistados historicamente.

1.2 A Mídia, a pós-modernidade e a violência globalizada

Os meios de comunicação têm o chamado “*quarto poder*”, dentre os três já elencados por Montesquieu⁴² (MONTESQUIEU, 1979). A difusão da informação, a detenção do que é notícias e dos meios de comunicação em massa, deliberam, agem, ditam, mandam, vigoram, dominam e influenciam a sociedade globalizada.

A informação possui, hoje, três características. Ao contrário do passado que era muito escassa, hoje é “superabundante” pois muitos são os meios disponíveis para as classes dos países após os efeitos da globalização. Além disso, especialmente depois do surgimento e popularização da televisão e da internet, ela transformou-se em incrivelmente “rápida”. A

³⁸BRASIL. Lei nº 8.072 de 25 de julho de 1990. Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8072.htm>. Acesso em 01 de dezembro de 2018.

³⁹BRASIL. Lei nº 11.343 de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/11343.htm>. Acesso em 01 de dezembro de 2018.

⁴⁰AGAMBER, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: UFMG, 2007a.

⁴¹BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.

⁴²MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat, Baron de la. *Do espírito das leis*. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1979.

informação é instantânea e todos exigem que assim seja. Além disso a informação não tem valor em si mesma ou em relação à verdade ou relação à sua eficácia cívica. Adverte Shecaira, citando Ramonet que a informação é antes de mais nada “mercancia”. Como toda mercadoria, está submetida às leis do mercado. “Os valores que a presidem são a oferta e a procura, e não as regras que alguns poderiam pensar se relacionassem com os critérios cívicos ou éticos”⁴³. (SHECAIRA, 2001, p.355-356.).

E embora a informação seja “abundante”, as fontes de informação são quase sempre as mesmas. A televisão, a internet e as novas tecnologias como os *smartphones*, estão diretamente interligados com a rapidez das notícias dissipadas, em conjunto com a imprensa escrita, são oficialmente as fontes de informações que temos no mundo globalizado. A comunicação de massas tem importante função na formação de valores da sociedade. Desde que o indivíduo nasce há uma conformação de esferas que acompanham o despertar do homem para as relações sociais. São as influências familiares, a educação, os grupos de amizade e convivência, a escola, a igreja etc. Dentro deste contexto – de formação de valores – não podemos deixar de mencionar a fundamental importância que têm os meios de comunicação a influenciar na conformação das atitudes humanas e em suas formas de conduta⁴⁴. (SHECAIRA, 2001, p.356).

A mídia transmite uma imagem “diferente” e “fantasiosa” do mundo. Tem a capacidade de alterar e reinventar informações. Como parte do processo de socialização, o indivíduo percebe-se no mundo, como um grande receptor de informações advindas dos meios de comunicação.

A criminologia midiática, ou *media criminology/mass media*, é a forma como as pessoas conhecem o crime, através dos meios de comunicação. Portanto, de uma maneira ou de outra, as mensagens que são transmitidas passam a integrar a maneira de ser da sociedade, que está submetida a sua influência⁴⁵ (CASTRO, 1989, p.21). O mundo atual, pós-moderno vive da ficção, da fantasia, das informações que nos são passadas diariamente e constantemente, o “real”, pode ser uma invenção manipulada e quando chega aos espectadores tornam-se “distorcidas” e “reinventadas”, concretizando-se em uma nova verdade.

As notícias disseminam-se praticamente instantaneamente e incontroladamente. Basta um clique no computador, ou *smartphone*, para vermos fotos, textos, vídeos e opiniões sendo

⁴³ SHECAIRA, Sérgio Salomão (Org.). *Estudos Criminais em Homenagem a Evandro Lins e Silva – Criminalista do Século*. São Paulo: Editora Método, 2001.p.356-356.

⁴⁴ SHECAIRA, Sérgio Salomão (Org.). *Estudos Criminais em Homenagem a Evandro Lins e Silva – Criminalista do Século*. São Paulo: Editora Método, 2001.p.356.

⁴⁵ ANIYAR DE CASTRO, L. *Prevención del delito y medios de comunicación: entre la vanguardia y lo imposible*. Bogotá: *Derecho penal y Criminología*, 1989, p. 121.

difundidas em qualquer parte do mundo globalizado. Fotos de pessoas nuas, vídeos de pessoas sendo mutiladas, vidas devastadas, a tristeza humana, a solidão, os delírios morais, as guerras, as doenças, “EXPLANADAS”. Sem o qualquer e devido respeito à privacidade.

Sentimentos antes escondidos, vêm à baila como forma de preconceito, agressividade e medo, sustenta Miotto (MIOTTO, 1987, P.62-63):

O medo é o sinal de alarma que nos alerta quanto à necessidade de nos defendermos do perigo (ou ameaça), prevalecendo-nos contra ele, enfrentando-o, vencendo-o, ou fugindo dele. Se, por um lado, a ausência dessa capacidade é anormal, podendo chegar a ser patológica, por outro lado, o exagero e as distorções das emoções, dos sentimentos e das sensações igualmente o são. A grande maioria da população é constituída por aqueles que têm medo de vir a ser vítima dessa violência, e que, em números praticamente insuscetíveis de serem conhecidos, provavelmente maiores do que aparecem, vêm efetivamente a sê-lo, ou que, em números calculáveis, estão sendo, ao mesmo tempo, sujeitos ativos e passivos de uma espécie de elaboração do seu medo, que pode leva-los a serem, eles mesmos, autores da violência⁴⁶.

Evandro Lins e Silva, citando Luiz Lobo conclui que: “a paranoia, o medo e a sensação de insegurança interessam somente àqueles que exploram o crime, seja de que maneira for, interessam apenas àqueles que não estão interessados em resolver os verdadeiros motivos da violência, aos que usam a desculpa da violência para serem violentos”⁴⁷ (LINS E SILVA, 1992, p.23).

Para caracterizarmos o momento atual da modernidade, Zygmunt Bauman⁴⁸ (BAUMAN, 2001) que nos apresentou o conceito de modernidade líquida⁴⁹, onde suas características são: a substituição da ideia de coletividade e de solidariedade pelo

⁴⁶MIOTTO, Armida Bergamini. *Vítimas da violência nos grandes centros urbanos: o medo continuamente estimulado. Fascículos de Ciências Penais*. Porto Alegre: Editora Sergio Antonio Fabris, 1987. p. 62-63.

⁴⁷LINS E SILVA, Evandro. *De Beccaria a Filippo Gramática. Ciência e política criminal em honra de Heleno Fragoso*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1992. p. 23.

⁴⁸BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2001.

⁴⁹ Para melhor entender a modernidade líquida, remete-se a modernidade passada, ou chamada de modernidade sólida, onde o conceito de comunidade e laços de identificação entre as pessoas, traziam a ideia de perenidade e segurança. Os valores foram incorporados pelas sociedades, e as mudanças demandavam um tempo maior para ocorrerem. Assim, tínhamos algumas certezas, e a sensação de controle sobre o mundo. Na passagem do mundo sólido ao líquido, Bauman afirma que a liquefação das formas sociais: como o trabalho, a família, o engajamento político, o amor, a amizade e a própria identidade, produziram angústia, ansiedade constante e o medo líquido em temor ao desemprego, à violência, o terrorismo, e o constante medo de não encaixar-se o novo mundo, que muda num ritmo hiperveloz.

individualismo; a transformação do cidadão em consumidor, que só encontra felicidade no consumo de bens materiais, um mundo repleto de incertezas e confusões onde a mudança é rápida e contínua, e muitas vezes imprevisível.

Nesse contexto, as relações afetivas se dão por meio de laços momentâneos e volúveis e se tornam superficiais e pouco seguras (amor líquido). No lugar da vida em comunidade e do contato próximo e pessoal, privilegiam-se as chamadas conexões, relações interpessoais que podem ser desfeitas com a mesma facilidade com que são estabelecidas, assim como mercadorias que podem ser adquiridas e descartadas. Exemplo disso seriam os relacionamentos com a mídia (e novas mídias sociais)⁵⁰.

Os avanços tecnológicos influenciaram o modo em que a sociedade recebe, assimila e repassa informações. Os chamados “meios de comunicação em massa” e as “novas mídias sociais”, passaram a vender e a comercializar à violência, o medo, o perigo pungente concreto ou abstrato, e o produto do “crime”, sem refletir quanto a crítica ao cultivo deste pânico instaurado. O objetivo é aumentar a audiência, a popularidade da emissora, o número de “curtidas” e “visualizações” no perfil das redes sociais, bem como vender nos comerciais os produtos, incentivando a sociedade de consumo.

No Brasil, a modernidade sólida deu espaço a modernidade líquida (como tendência mundial), onde apenas uma parcela da sociedade, os considerados superiores, manifestam-se nitidamente na ampliação da “estratificação múltipla da sociedade civil”.⁵¹ (SANTOS, 2007, p. 44). Não fala-se apenas dos países periféricos, ou de terceiro mundo, a exclusão social é um problema global, onde suas características estão imbricadas na difusão de uma cultura punitivista, transformando direitos e garantias fundamentais em contenção à efetivação do “*fetice*” mundial pela segurança (inalcançada pela grande maioria da população).

Conquanto percebe-se que o garantismo penal, de Luigi Ferrajoli⁵² (FERRAJOLI, 2014) – base teórica para a nova sistemática penal, formado pelo modelo jurídico de investigação preliminar, visando a redução de danos e dores ao apenado. Estabelece: “limites e vínculos tanto à atuação pública como à atuação privada, com fins para o Estado de Direito, sobretudo

⁵⁰Quando falamos em “novas mídias sociais”, estamos abordando as páginas de relacionamento como o *facebook*, páginas que dispõem opiniões, como o *twitter*, aplicativos em *smartphones* de fotografias – *instagram*, total acesso às informações midiáticas, em detrimento ao avanço da tecnologia da internet móvel.

⁵¹SANTOS, Boaventura de Sousa. *Poderá o direito ser emancipatório?* Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007. p. 44.

⁵²FERRAJOLI, Luigi. *Direito e Razão: teoria do garantismo penal*. 4 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

pela proposição de uma democracia substancial” ⁵³(CONPETTI NETO, 2013, p.414), não sendo respeitada pela premissa do garantismo, posto, percebe-se que os meios de comunicação não atendem as garantias, as técnicas e ao conhecimento jurídico, necessários à persecução criminal.

As informações transmitidas quase instantaneamente pela mídia, em especial de ordem penal, processual penal, ou de execução criminal, são acolhidas pelos espectadores/receptores como verdadeiras. Falta o conhecimento puro da fonte aplicada à notícia, a informação apresentada é acolhida como verdadeira, não há percepção de que a matéria talvez tenha sido modificada ou selecionada para um determinado fim. Ela visa conquistar o apoio da população em torno da “solução” em torno do aumento da criminalidade, e muitas vezes, desrespeitando inúmeras garantias do direito, como o princípio da presunção de inocência.

Nas palavras do jurista, Salo de Carvalho (CARVALHO, 2008, p.96):

Na busca por novos mecanismos de tutela dos direitos fundamentais e da democracia, a teoria garantista propõe uma releitura de três dimensões da esfera jurídico-política que subordinam a prática penal: “(i) a revisão crítica da teoria da validade das normas e do papel do operador jurídico (plano da teoria do direito); (ii) a redefinição da legitimidade democrática e dos vínculos do governo à lei (plano da teoria do Estado); e (iii) a reavaliação conceitual do papel do Estado (plano da teoria política)”. São esses os (sub)campos fundamentais de uma “teoria geral do garantismo como parâmetro de racionalidade, justiça e legitimidade da intervenção punitiva.”⁵⁴

Em que pese limitações naturais e críticas possíveis, o sistema de garantias (penais e processuais penais) estabelecido por Ferrajoli (FERRAJOLI, 2014, p. 91), apresenta ainda considerável potencial transformador para o exercício concreto da justiça criminal brasileira. As indagações a respeito do “*quando e como punir*”, “*quando e como proibir*”, “*quando e como julgar*”, redundam em uma série de garantias relativas à pena, ao delito e ao processo, não sendo coisa qualquer, ou sem importância a considerar-se.⁵⁵

⁵³CONPETTI NETO, Alfredo; FISCHER, Ricardo Santi. *O Paradigma Constitucional Garantista em Luigi Ferrajoli: a evolução do constitucionalismo político para o constitucionalismo jurídico*. v. 14, n. 14, Jul./Dez. Curitiba: Revista de Direitos Fundamentais e Democracia, 2013. p.414. Disponível em: <<http://revistaeletronicardfd.unibrazil.com.br/index.php/rdfd/article/view/423>>. Acesso em: 23 de novembro de 2018.

⁵⁴CARVALHO, Salo de. *Pena e Garantias*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2008. p. 96.

⁵⁵FERRAJOLI, Luigi. *Direito e Razão: teoria do garantismo penal*. 4 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, p. 91. Decálogo Axiomático Garantista Penal (SG). Quando e como punir? Garantias relativas à pena. Princípios de Direito Penal: A1 - “*nulla poena sine crimine*” (princípio da retributividade). A2 - “*nullum crimen sine lege*”

Wacquant⁵⁶(WACQUANT, 2001, p. 35), afirma que ao abandonarmos a antiga forma de empregar o direito – em tempo integral, com plenos direitos e ganhando um salário digno – suplantou-se a estratégia dos Estados em preencher o *déficit* de legitimidade sofrido por aqueles que decidem sobre a política, e devido ao fato de que os entes políticos, abjuraram as missões confiadas ao Estado nas frentes econômica e social.

O Brasil, na medida em que amplia a exclusão social gerada pela desigualdade do poder econômico entre os estratos sociais da população, torna-se cada vez mais impossível emancipar os setores subalternos. Tais indivíduos, os socialmente excluídos – chamados por Bauman⁵⁷ (BAUMAN, 1998, p.77) de “*consumidores falhos*”, “*vidas desperdiçadas*”, são **indignos** de fazerem parte de um plano econômico, político e cívico.

A transformação das pessoas em mercadorias de consumo as tornam membros autênticos da sociedade contemporânea, elas mesmas se veem como mercadorias, e passam a adquirir “*valor de mercado*”, onde nos dias atuais, percebe-se a sociedade (e quem a compõe) apresentando-se como um “*produto vendível*”. Observamos esse fato, por exemplo nas novas mídias, onde as pessoas “*postam*” e “*compartilham*”, opiniões, fotografias, vídeos, notícias entre outros “*status*” que a tornem vendível ao mundo e a outro indivíduo (a busca incessante por atenção e afeição, diante um mundo consumista).

Notamos assim, que o indivíduo torna-se descartável e destituído de valores pela sociedade que coabita. Essa sociedade é dirigida pelo mercado de consumo, onde o consumo material, sobrepõe-se a essência e impede que os indivíduos excluídos sejam detentores da dignidade inerente a qualquer ser humano. A ausência de notoriedade (tão buscada nas redes sociais), isola, neutraliza e destitui os chamados “*inimigos*” da sociedade. Estes tem duas opções, ou são aniquilados em sua essência, sendo transformados em um produto indistinguível do anterior (assimilação), ou a exclusão “*antropoêmica*”, ou seja, vomitá-los ou bani-los do mundo.⁵⁸ (BAUMAN, 1998, p. 29).

Nas periferias latino-americanas, observamos a ampla adoção da estratégia “*antropoêmica*” descrita por Bauman e citada por Bold (BOLD, 2013, p.33), uma vez que o

(princípio da legalidade). A3 - “*nulla lex (poenalis) sine necessitate*” (princípio da necessidade) / Quando e como proibir? Garantias relativas ao delito. Princípios de Direito Penal. A4 - “*nulla necessitas sine injuria*” (princípio da lesividade). A5 - “*nulla injuria sine actione*” (princípio da materialidade). A6 - “*nulla actio sine culpa*” (princípio da culpabilidade) / Quando e como julgar? Garantias relativas ao processo. Princípios de Direito Processual Penal. A7 - “*nulla culpa sine judicio*” (princípio da jurisdicionaridade). A8 - “*nullum judicium sine accusatione*” (princípio acusatório). A9 - “*nulla accusatio sine probatione*” (princípio do ônus da prova). A10 - “*nulla probatio sine defensione*” (princípio do contraditório).

⁵⁶WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2001. p. 35.

⁵⁷BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1998. p. 77.

⁵⁸BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1998. p. 29.

“problema dos pobres” tem sido remodelado como uma questão da lei e da ordem e os fundos sociais são despejados na construção e modernização tecnológica das prisões e outros equipamentos de punição e vigilância⁵⁹.

A criminalização da miséria, a desumanização dos pobres transformados em “*inimigos*” da segurança pública, e reforçando a dicotomia de “*nós*” x “*eles*” como também “*zona civilizada*” x “*zona selvagem*”, onde Boaventura (SANTOS, 2008, p. 334) esboça que:

Nas zonas civilizadas, o Estado age democraticamente, como Estado protetor, ainda que muitas vezes ineficaz ou não confiável. Nas zonas selvagens, o Estado age fascisticamente, como Estado predador, sem qualquer veleidade de observância, mesmo aparente, do direito. O policial que ajuda o menino das zonas civilizadas a travessar a rua é o mesmo que persegue e eventualmente mata o menino das zonas selvagens.⁶⁰

Bauman ainda por sua vez, adverte sobre os medos contemporâneos e urbanos, que provocam o isolamento e a fortificação dos lares contra o “*inimigo*”. Cada vez mais aumentam-se o número de bairros vigiados, espaços públicos com proteção cerrada e admissão controlada, guardas bem armados no portão dos condomínios e portas operadas eletronicamente, tudo para manter afastados os concidadãos indesejados⁶¹ (BAUMAN, 1999, p.55).

Em detrimento da pós-modernidade, e da violência globalizada, a mídia propaga informações relativas ao aumento da criminalidade, e tenta apresentar aos espectadores/receptores uma visão sobre o crime, o criminoso, o direito, a política criminal, as políticas públicas e sociais, de forma muitas vezes distorcidas, o que vem a justificar essa pesquisa.

1.3 Criminologia Midiática ou *Media Criminology/Mass Media*

O surgimento da criminologia midiática é recente, datada aproximadamente nos anos 2000, a partir dos estudos de Craig Haney, intitulado *Media Criminology and the Death*

⁵⁹BOLDT, Raphael. *Criminologia Midiática: do discurso punitivo à corrosão simbólica do garantismo*. Curitiba: Editora Juruá, 2013, p. 33.

⁶⁰SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Editora Cortez, 2008, p. 334

⁶¹BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1999, p. 55.

*Penalty*⁶², onde o autor atina que a criminologia midiática, é a compreensão da figura do criminoso, da vítima, da justiça criminal, da execução penal, da política criminal, das políticas públicas penais, apresentados pela mídia, fazendo assim, a sociedade “aprender” sobre questões criminais. Os meios de comunicação atuais, são inundados por programas, notícias, acontecimentos de diversos crimes e dramas derivados da violência globalizada e latente. Assim, obtendo sucesso o baseado em classificações, e não em fontes de conhecimento preciso, torna tais informações, um produto hipercomercializado (HANEY, 2009).

Haney (HANEY, 2009). ainda afirma que os dramas criminais apresentados e vendidos pela mídia, tentam aparentar uma realidade distorcida, e assim atraírem uma diversidade maior de expectadores, baseando-se em histórias reais, referindo-se a leis, ao sistema judiciário e a sociedade, em busca de audiência, entretendo e fazendo o sujeito receptor da informação midiática, acreditar inconscientemente no que lhes é apresentado como sendo um reflexo real do mundo, as linhas entre o fato e a ficção se “borram” e congruem-se.

Além disso, o autor, também observa que poucos espectadores são educados em lei, em legislações, ou em criminologia, dificultando a capacidade de discernir a diferença do que é verdade ou inverdade (transmitida pela mídia). Quanto maior a sintonia do indivíduo com a mídia, no enfoque do crime e justiça criminal, maior a possibilidade de que seus entendimentos de controle criminal e sistema judiciário serem distorcidos e assim, refletir em crenças equivocadas sobre policiais, infratores, vítimas, etc.

Outro estudioso sobre a temática o também norte-americano Rafter⁶³ (RAFTER, 2000), que defende a criminologia popular – a educação criminal através da cultura popular em junção com a criminologia acadêmica. Haney (HANEY, 2009), ao contrário, argumenta ainda que a criminologia midiática, têm um alcance e aderência maior que a acadêmica. A diferença entre essas duas teorias é que a midiática enfraquece a popular (que também aborda a acadêmica), pois a sociedade somente aprenderá sobre o crime e os fatores criminológicos, nos meios de comunicação, não abrindo possibilidade para o interesse e a instrução da criminologia popular.

Outras formas de expansão da criminologia popular, que servem como fonte realista de educação para o público em geral, são as notícias, os telejornais, os acontecimentos das mídias sociais, as biografias, dentre outros. Essas formas, provavelmente levam às construções sociais e o entendimento sobre o fenômeno da criminalidade, levando-se em conta que nem todas as notícias merecem descredito.

⁶²HANEY, Craig. *Media Criminology and the Death Penalty*. Disponível em:< <https://via.library.depaul.edu/law-review/vol58/iss3/7>>. Acesso em 27 de março de 2019.

⁶³RAFTER, Nicole. *Shots in the Mirror*. New York: Oxford University Press, 2000.

Por fim, o terceiro referencial teórico norteador da criminologia midiática é a “*teoria social da construção*”, também de Rafter (RAFTER, 2000) postulando que os indivíduos possivelmente modelam e criam as suas próprias realidades e entendimento sobre o mundo e a sociedade através do que eles estão expostos, e assim absorvem tais informações⁶⁴.

De acordo com Berger e Luckmann⁶⁵ (BERGER, LUCKMANN, 1966) em outras palavras a consciência do homem é determinada pelo seu social ser, o que significa que um indivíduo aprende e aceita como verdadeiro, um provável reflexo do que é exposto a ele a cada dia. Assim, quando um indivíduo expõe-se perpetuamente a mídia, e ao crime televisionado, ou alarmado pelos meios de comunicação, este é susceptível de formular entendimentos sobre o crime e as demais mazelas que o envolvem.

Rafter (RAFTER, 2000) ainda descreve a conexão entre a “teoria da construção social” como sendo os membros da “audiência/íbope” que possivelmente criam a realidade social em volta do crime, através do ato de assistir, ler, interar-se e assimilar conteúdos midiáticos referente à criminalidade. Isto ocorrerá incorporando “pedaços culturais” recebidos de filmes ou televisão, porém não limitam-se a representações, a retratos imprecisos e as formas extremas de sensacionalismo.

Anos de exposição contínua aos meios de comunicação, um indivíduo acumula em sua memória determinados modelos, o que Carl Jung (JUNG, 2000) chamou de “Inconsciente Coletivo⁶⁶”, sua maior exposição ao longo da vida (de tais modelos ou arquétipos) transformam-se em ideais da sociedade de forma coletiva. Sendo possível, que tais ideologias construídas e cultivadas, utilizem-se dos espectadores para opinarem ao encontro da repressão penal, posto que tais opiniões e suposições são passadas constantemente e continuamente.

A criminologia cultural (interdisciplinar que tem orientações na sociologia, criminologia e justiça criminal) é uma perspectiva desenvolvida por Ferrell e Sanders (FERRELL e SANDERS, 1995), e empregada por Redhead (REDHEAD, 1995)⁶⁷ e Kane (KANE, 1998a)⁶⁸, onde entrelaça linhas intelectuais explorando a convergência de processos

⁶⁴MATTHEWS, John A., and David T. HERBERT. Social Construction. Encyclopedia of Environmental Change. Thousand Oaks: Sage Publications Ltd, 2014.

⁶⁵BERGER, Peter L., and Thomas LUCKMANN. *The Social Construction of Reality*. Middlesex, England: Published by Penguin Books, 1966.

⁶⁶JUNG, Carl G. *Arquétipos e o inconsciente coletivo*. Petrópolis: Editora Vozes. (Originalmente publicado em 1951), 2000. Arquétipos são parte da nossa memória que foi constituída por material genético herdado dos nossos antepassados e comum a todos os seres humanos.

⁶⁷REDHEAD S. *Unpopular Cultures: The Birth of Law and Popular Culture*. Manchester, UK: Manchester University Press, 1995.

⁶⁸KANE S. *Reversing the ethnographic gaze: experiments in cultural criminology*. See Ferrell & Hamm. Boston: Northeastern University Press, 1998a.

culturais e criminais na contemporaneidade e vida social⁶⁹. A mídia é uma forte força cultural, criando padrões e expectativas, além do entretenimento em si. Assim, quando uma construção social criada pelos meios de comunicação, passa a ser exposta continuamente à mídia criminal (e aos receptores da notícia), pode-se enxergar além da notícia transmitida, chegando à sociedade, que incorpora as expectativas culturais apresentadas.

Apesar da intenção de entreter, o crime dentro da mídia, interpreta-se como o conhecimento real sobre o crime, levando-se a um equívoco cultural do mesmo. A exemplo do próprio Ferrell (FERRELL e SANDERS, 1995), o ato de dar um soco em uma pessoa, em algumas décadas atrás, era considerado aceitável, um marido bater em sua esposa também, tais ações reforçavam a superioridade e a posição do homem na sociedade. Tais exemplos de violência do passado, demonstram como a sociedade e a cultura estão sempre em mudança, e nos dias atuais, a agressão física é configurada como delito.

Por fim, nem todos os espectadores são passivos, e facilmente manipulados pelas notícias que recebem. Acredita-se que espectadores ativos, minimizem as imprecisões e pressupostos gerados pelos meios de comunicação. As teses acima apresentadas, de criminologia midiática, popular e cultural, influenciam as construções da realidade e sociais.

1.4 A reprodução das desigualdades no sistema penal

O Sistema Judiciário Penal brasileiro, mais especificamente tratando-se das ações/omissões de promotores e juízes, bem como o próprio Estado, são diretamente responsáveis pela parcela significativa da seletividade penal do próprio sistema.

A partir de três “teses” apresentadas: o perfil dos juízes no ano de 2018⁷⁰; a de Oscar Mellim Filho⁷¹ (MERLIM, 2010), que pesquisou processos criminais em graus de recurso, no Tribunal de Justiça e no extinto Tribunal de Alçada Criminal do Estado de São Paulo; e pôr fim a de Marcelo da Silveira Campos⁷² (CAMPOS, 2010), onde abordou-se historicamente a evolução das normas de direito penal brasileiras. Dessarte, pretende-se mostrar o papel da

⁶⁹ FERRELL J, SANDERS CR, *Cultural Criminology*. Boston: Northeastern University Press, 1995.

⁷⁰ LEVANTAMENTO SOCIODEMOGRÁFICO DO MAGISTRADOS no ano de 2018. Disponível em: < <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2018/09/49b47a6cf9185359256c22766d5076eb.pdf> >. Acesso em 26 de novembro de 2018.

⁷¹ MERLIM, Oscar Filho. *Criminalização e seleção no sistema judiciário penal*. 1ª ed. São Paulo: IBCCRIM, 2010.

⁷² CAMPOS, Marcelo da Silveira. *Crime e Congresso Nacional: uma análise da política criminal aprovada de 1989 a 2006*. 1ª ed. São Paulo: IBCCRIM, 2010.

prática judiciária e legislativa na gestão do sistema penal, refletindo nos operadores do direito e nos membros do poder legislativo constroem-se então o crime e o criminoso – o “*inimigo*”.

Os processos de criminalização e encarceramento aparecem como respostas fáceis para problemas complexos, legitimando sua extensão e seletividade. A criminologia midiática – contribui para a estruturação do Estado autoritário, com fortalecimento e maior autonomia dos órgãos policiais, resultando em distorções de ordem democrática e social. Entre elas, destaca-se a corrupção das autoridades, a ausência de controles externos, o aumento da criminalidade organizada, a perda do controle de governo e da sociedade sobre aparatos repressivos. Desta forma, o Sistema Penal se encontra legitimado socialmente para atuação seletiva dirigida a jovens negros e pobres sobre os quais recaem os estereótipos de delinquentes⁷³. (Zaffaroni, 2012).

O sistema penal está direcionado à perseguição e à repressão de uma forma específica de criminalidade, típica das classes mais pobres, operando através de um sistema de criminalização seletiva, de um lado, e, de outro, a partir da maior imunidade conferida à elite frente a esse sistema. Essa imunidade funda-se na distribuição desigual de poder na sociedade, oferecendo nas palavras de Alessandro Baratta (BARATTA 2002, p.198):

Por outro lado, o sistema das imunidades e da criminalização seletiva incide em medida correspondente sobre o estado das relações de poder entre as classes, de modo a oferecer um salvo-conduto mais ou menos amplo para as práticas ilegais de grupos dominantes, no ataque aos interesses e aos direitos das classes subalternas, ou de nações mais fracas; além disso incide, em razão inversamente proporcional à força e ao poder de controle político alcançado pelas classes subalternas, no interior das relações concretas de hegemonia, com uma mais ou menos rigorosa restrição de ações políticas dos movimentos de emancipação social⁷⁴

A atuação seletiva do sistema penal contra um público específico – os jovens negros habitantes das periferias – é legitimada a partir de estereótipos alimentados pelos meios de comunicação de massa. A seletividade opera, assim, a partir de diversos marcadores, conduzindo à desigual vulnerabilidade de segmentos da população brasileira frente às agências do poder punitivo – e, por consequência, à maior probabilidade de que venham a ser criminalizados e presos.

⁷³ZAFFARONI, Eugênio R. *La cuestión criminal*. Buenos Aires: Editora Planeta Argentina, 2012.

⁷⁴BARATTA, Alessandro. *Criminologia Crítica e Crítica do Direito penal*. 3ª.ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2002. p. 198.

Da mesma forma, operam os processos de criminalização em delitos relacionados ao tráfico de entorpecentes, responsáveis por grande parte do encarceramento no país. Tendo fracassado em todos os seus objetivos declarados, a guerra às drogas funciona, na verdade, como comando de repressão e neutralização dirigindo aos jovens negros que habitam e circulam em bairros pobres do país.

Os juízes e promotores têm sua atividade como parte integrante do Sistema de Segurança Pública, que existe para punir e neutralizar pessoas, que são presas em flagrante pela polícia. Assim, segundo ideologia de “*law & order*”, o sistema de justiça criminal solapa direitos e garantias fundamentais, em fluxos e práticas voltados ao encarceramento público que lhe é submetido. As “penas restritivas de direito e as medidas cautelares à prisão”, geralmente aplicados à delitos de menor potencial ofensivo e a réus com primariedade, acabaram por conformar uma “aplicação do repertório de controle de punição do Estado”, somado ao cárcere, ao invés de diminuí-lo.

Sendo agentes da criminalização secundária, os operadores do direito - em especial nessa pesquisa os magistrados, proferem sentenças absolutórias ou condenatórias, levando o indivíduo à liberdade ou ao cárcere, têm um perfil peculiar, estabelecido empiricamente pelo “Levantamento Sociodemográfico dos Magistrados Brasileiros no ano de 2018⁷⁵”.

Tal pesquisa, contou com a participação de 11.348 mil magistrados de um total de 18.168 ativos, um índice de resposta de 62,5%. A investigação, anteriormente realizada em 2013⁷⁶ e publicado em 2014, teve a participação de 10.796 dos 16.812 magistrados em atividade, um percentual de 64,2% de resposta, na época. A diferença entre os levantamentos é que o atual refere-se apenas a informações objetivas de perfil demográfico, social e funcional dos magistrados, enquanto o Censo de 2013 incluía informações subjetivas, sobre a opinião dos juízes e servidores do Poder Judiciário.

Os estudos sociodemográficos do ano de 2018 demonstram que o nosso Judiciário é: em grande maioria composto por pessoas do sexo masculino, onde a maioria encontra-se na esfera da justiça do trabalho, tendo entre 35 e 45 anos de idade, o maior número é casado ou em vive em união estável, a concentração por números absolutos encontram-se nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul, predominantemente de cor branca, com pais/mães pertencentes a grau de escolaridade alta/média, também com cônjuges

⁷⁵LEVANTAMENTO SOCIODEMOGRÁFICO DO MAGISTRADOS no ano de 2018. Disponível em:< <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2018/09/49b47a6cf9185359256c22766d5076eb.pdf>>. Acesso em 26 de novembro de 2018.

⁷⁶CENSO DO PODE JUDICIÁRIO. Disponível em: < <http://www.cnj.jus.br/images/dpj/CensoJudiciario.final.pdf>>. Acesso em 26 de novembro de 2018.

de escolaridade alta/média, onde o grau de parentesco com outras pessoas do judiciário é relevante, são de maioria da religião católica, com nível de escolaridade moderado.

Depois de analisarmos tais dados, não é de se admirar que sejamos a terceira população carcerária mundial. Os responsáveis pelas condenações dos delinquentes tem um perfil elitista e patriarcal, voltados as políticas criminais de encarceramento. O Estado brasileiro prende muito, em comparação a outros países, e volta-se especialmente contra uma parcela específica da população, valendo-se de mecanismos de seletividade, ao oferecer tratamento desigual a esses públicos, clientes preferenciais dos processos de criminalização pelos diferentes órgãos envolvidos na persecução penal. A consequencia é a crescente massificação carcerária produzida e legitimada, pela opinião pública e a criminologia midiática.

O temor a frente à repressão estatal, a criminologia midiática e a cultura do medo, ao mesmo tempo, promovem e ocultam outra função central do sistema punitivo: permitir o desenvolvimento de aparatos de controle e restrição de liberdade de *todos*. O discurso da defesa social e da necessidade de proteção contra *eles*, cumpre a função de justificar toda sorte de controle exercido sobre todos, inclusive sobre nós mesmos, uma vez que passamos a acreditar na necessidade de ser monitorados para sermos protegidos⁷⁷(ZAFFARONI, 2015).

O modelo penitenciário adotado pelo Brasil não parece, associado as pretensões de disciplinamento de pessoas privadas de liberdade, pois efetivamente não o faz. Ao contrário, direciona-se a reforçar e a produzir uma delinquência estigmatizada, os chamado “*bodes expiatórios*” (ZAFFARONI, 2015), para um estado penal ampliado, cumprindo, as funções de controle e vigilância e maximizando seu papel nas relações e conflitos sociais.

A figura do preso, “bestializado” nas cadeias decrepitas do país, serve a projeção da desumanidade ao conjunto de jovens negros (maioria dos encarcerados no Brasil) selecionados, legitimando-se a repressão seletiva e o recrudescimento das agências de combate, às quais confiamos a missão de enfrenta-los.

Os dados disponíveis quanto à população prisional brasileira, corroboram as conclusões quanto ao uso do poder punitivo como ferramenta da *criminalização da pobreza*, no sentido material e simbólico atribuído. O aparato repressivo estatal tem como objetivo central a *segurança das classes dominantes* contra a *criminalidade das classes baixas* – orientando-se pelo paradigma da exclusão (e não inclusão), dissociando-se das diretrizes da construção social e cidadania dos excluídos.

⁷⁷ZAFFARONI, Eugênio R. *O Inimigo No Direito Penal - Col. Pensamento Criminológico*. Vol.14. Rio de Janeiro. Editora Revan, 2015.

Prender alguém é algo tão natural em nossa sociedade, parece-nos impossível imaginar um mundo sem cárceres. Depositamos nas prisões, a expectativa de garantir nossa segurança, afastando indivíduos do convívio social e ao mesmo tempo, promovendo à justiça punitiva daqueles que afastam-se das condutas sociais aceitáveis.

Os jovens negros, pobres e de baixa escolaridade, habitantes de bairros periféricos das cidades brasileiras, estão sujeitos a esses processos de descriminalização e seletividade criminal, são “os rostos” comuns dentro das prisões do país. Além disso, praticamente $\frac{3}{4}$ dos crimes nacionais são relacionados aos delitos patrimoniais ou ligados ao tráfico de drogas, indicando que as prioridades das agências do sistema penal interresam-se na efetividade de criminalizar tais delitos, diretamente relacionados à pobreza e estratificação social.

A segunda tese, parte da idéia do conceito de ordem, como sendo algo conveniente e necessário à vida em sociedade. A ordem social que é passível de erros e pressões sociais, constroí-se envolta do sistema penal, alimentado pelo Estado e sociedade. Vale-se notar que nem todos os “*inimigos*” do sistema são violadores da ordem jurídica, Melim (MERLIM, 2010) diz:

O Estado assume um papel estratégico na construção da ordem jurídico-penal, a qual implica o exercício de uma seleção. Sua realização deve muito ao sistema jurídico e judiciário, seja por intermédio das leis – que definem quais as condutas e autores devem ser classificados como parte desse excedente social – seja pelos órgãos de aplicação de leis: a Polícia, o Ministério Público e o Poder Judiciário.⁷⁸

A gestão do sistema penal pelos magistrados e promotores de justiça, expõe tais instituições e seus membros (onde a grande maioria advém de classes econômicas médias e elevadas), e assim sendo, juntamente com a pressão midiática de repressão da criminalidade, efetuam a ação governamental seletiva. Como explicou David Garland (GALARD, 2001) onde o desenvolvimento de uma criminologia antimoderna, reafirmou o princípio da seletividade penal, propondo a manutenção da ordem e da autoridade, de padrões morais absolutos, bem como, a preservação da tradição e do senso comum⁷⁹, assumindo assim, a exclusão do outro.

⁷⁸ MERLIM, Oscar Filho. *Criminalização e seleção no sistema judiciário penal*. 1ª ed. São Paulo: IBCCRIM, 2010.

⁷⁹ GALARD, David. *The culture of control: crime and social order in contemporary society*. Chicago: University of Chicago Press, 2001.

Por fim, Campos⁸⁰ (CAMPOS, 2010) analisou a legislação no Congresso Nacional, que coincide-se com a repressão da política criminal e criminalização de indivíduos em encontro com o movimento de rescrudecimento penal. O Brasil e a Argentina, na América do Sul, tiveram seu processo redemocratizatório nos anos de 1980, assim também transformações tardias como; o surgimento dos novos movimentos sociais; a crise do modelo familiar de educação; a autonomia de mercado; a crise do *Welfare State*; as transformações nos relacionamentos humanos; o avanço das tecnologias e na internet; o surgimento das “*novas mídias*”, entre outros, que são frutos da modernidade morosa.

Estas reformas político-estruturais, juntamente com a redemocratização após o período de ditadura militar, e o lento processo de “abertura econômica”, objetivaram a criação de mecanismos de controle social, modernizando o Estado e a sociedade civil, em um lento viés de liberdade e pluralismo político, redimensionado as relações de cidadãos e Estado.

Diante do sentimento do medo e insegurança, mostrados repetidamente pela mídia, igualmente à violação dos direitos humanos pelos entes estatais, como o caso do MST – Movimento Sem-Terra junto com outros massacres legitimados pelo sistema de justiça e políticos, obtem-se a resposta ao “Sistema de Justiça Penal” recorrente dos poderes, legislativo, executivo e judiciário – o endurecimento do direito criminal e encarceramento.

Praticamente todas as camadas da sociedade clamavam por justiça, a redemocratização acirrou o sentimento e percepção da opinião pública sobre a criminalidade exposta pelos meios de comunicação, clamando a qualquer preço sua exterminação. Exigiu-se uma resposta estatal, pleiteou-se o aumento das penas, a tipificação de novos crimes incorporando-se no ordenamento jurídico brasileiro a política americana do *Law & Order*. Optou-se por selecionar alguns delitos como hediondos, tentou-se combater os crimes contra o sistema financeiro; as finanças públicas; a economia popular, dirimindo a ilusão que esse seria o caminho para a diminuição da violência, do crime organizado e da sonhada segurança e paz.

Entretanto nem tudo o que foi tipificado prejudicou-nos, tivemos avanços à respeito do direito do consumidor (criou-se uma legislação protetiva, lei nº 8.078/90⁸¹ – o Código do Consumidor) criminalizou-se os fármacos “danificados” (lei nº 9.677/98⁸², conhecida como a

⁸⁰CAMPOS, Marcelo da Silveira. *Crime e Congresso Nacional: uma análise da política criminal aprovada de 1989 a 2006*. 1ª ed. São Paulo: IBCCRIM, 2010.

⁸¹BRASIL. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. *Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18078.htm>. Acesso em 28 de abril de 2019.

⁸²BRASIL. Lei nº 9.677 de 02 de julho de 1998. *Altera dispositivos do Capítulo III do Título VIII do Código Penal, incluindo na classificação dos delitos considerados hediondos crimes contra a saúde pública, e dá outras*

“Lei dos Remédios”, alterando significativamente a redação do artigo 273 do Código Penal. Tipificou-se a discriminação étnica⁸³, e os delitos contra o meio-ambiente⁸⁴, e investiu-se em melhorias para o funcionamento dos órgãos policiais.

Na época a criminalidade aumentou, crescendo também a perda de legitimidade do sistema penal, que já era seletivo e incapaz de responder a questões referentes à impunidade e insegurança. Vale salientar o papel da mídia neste processo, que mostrou otimismo na nossa tardia modernidade e redemocratização política, a tecnologia batia à porta do Brasil, ocorreram melhorias nos serviços das agências de correios, das companhias de telégrafos, construiu-se estradas, hidroelétricas, juntamente com a crescente dívida externa perante o Fundo Monetário Internacional.

As televisões chegaram no Brasil por volta da década de 1950 popularizando-se na década de 1980, emissoras de canais abertos como a Rede Globo, a Rede Manchete, e o Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) apresentavam diariamente um rol de programação que incluíam de desenhos a séries de televisão norte-americanas. Detinham as notícias, pois o brasileiro do contexto social dos anos de 1980, muitas vezes analfabeto e sem condições econômicas de “comprar” outras fontes de informações, absorvia e acreditava em notícias providas dos jornais das emissoras de televisão aberta.

Destarte, era fácil manipular as informações e a forma de percepção da sociedade onde o homem brasileiro vivia, a violência e a insegurança eram diariamente consumidos e imediatamente cobrados dos entes públicos, uma maior repressão do crime.

Reagindo ao clamor social e midiático, o sistema político reagiu com propostas de reforma ao sistema a ao controle penal, mudanças penais legislativas no período de 1989 a 2006, apresentada por Campos (CAMPOS, 2010) demosntram:

Cinco foram as leis promulgadas próximo aos anos de 1990: 1) Tipificou-se os delitos de discriminação racial - lei nº 7.716 de 1989⁸⁵; 2) Positivou-se os delitos contra a ordem tributária, econômica e as relações de consumo – lei nº 8.137 de 1990⁸⁶; 3) Instaurou-se o

providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9677.htm >. Acesso em 28 de abril de 2019.

⁸³BRASIL. Lei nº 7.716 de 5 de janeiro de 1989. *Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm >. Acesso em 28 de abril de 2019.

⁸⁴BRASIL. Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998. *Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm >. Acesso em 28 de abril de 2019.

⁸⁵BRASIL. Lei nº 7.716 de 5 de janeiro de 1989. *Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm >. Acesso em 28 de abril de 2019.

⁸⁶BRASIL. Lei nº 8.137 de 27 de dezembro de 1990. *Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8137.htm >. Acesso em 28 de abril de 2019.

Código de Defesa do Consumidor - lei nº 8.078 de 1990⁸⁷ 4) Criminalizou-se os delitos ambientais – lei nº 9.605 de 1998⁸⁸; 5) Dispos-se sobre os crimes de lavagem e ocultação de bens e valores com a lei nº 9.613 de 1998⁸⁹.

A expansão do direito penal na época, resultou como solução e uma inflamação de normas incriminadoras em resposta ao crime, clamadas por diversas classes e suscitada pela mídia, as opiniões baseavam-se no retrato das novelas apresentadas pelas redes abertas de televisão juntamente aos noticiários dessas emissoras.

No ano de 1995, o Brasil aprovou a lei nº 9.099 de 1995⁹⁰ - que instituiu aos Juizados Especiais Cíveis e Criminais - órgãos da justiça ordinária. Os processos dos juizados foram orientados pelos princípios da oralidade; celeridade; informalidade; economia processual entre outros, visando a conciliação ou transação da pena, sempre que possível, bem como a reparação dos danos sofridos pelas vítimas e a não aplicação da pena privativa de liberdade. Introduziu-se a transação penal, onde o Ministério Público, visou à imposição antecipada das medidas alternativas à prisão.

As opções legislativas apoiadas pelo clamor da opinião pública, muitas vezes providas da mídia, pleiteavam a diminuição da violência e criminalidade, como respostas para todos os problemas e conflitos sociais, sem em alguma hipótese, prevenir ou descriminalizar condutas.

Os resultados da análise da legislação penal aprovada desde 1984 a 2004 vão em duas direções: de um lado, um crescente endurecimento penal através de um direito penal de emergência que teve, como resultado, a promulgação de uma série de novas leis que recrudesceram leis penais já existentes ou criaram novos tipos penais; de outro, desde a década de 80, ocorreu a introdução de medidas despenalizadoras aplicáveis a crimes considerados de menor potencial ofensivo tendo por objetivo, por meio de alternativas

⁸⁷BRASIL. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. *Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18078.htm>. Acesso em 28 de abril de 2019.

⁸⁸BRASIL. Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998. *Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm>. Acesso em 28 de abril de 2019.

⁸⁹BRASIL. Lei nº 9.613 de 3 de março de 1998. *Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, e dá outras providências*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9613.htm>. Acesso em 28 de abril de 2019.

⁹⁰BRASIL. Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995. *Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19099.htm>. Acesso em 28 de abril de 2019.

penais, humanizar o sistema de penas e agilizar os procedimentos do sistema de justiça.⁹¹ (CAMPOS, 2010).

A lei nº 7.209 de 1984 procurou reformar o sistema de penas, unificando-as. Optou-se por valorizar a primariedade criminal do agente, e a progressão de regime. Estabeleceu as penas restritivas de direito, no período inferior a um ano, ou quando o crime fosse considerado culposo, avaliando a conduta e a personalidade do considerado delinquente.

Sobre a lei de Execuções Penais a lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984⁹². – a vulgo LEP, tratou da matéria das execuções criminais, trazendo ao ordenamento pátrio diretrizes e de tratados internacionais ratificados, ponderando-se a individualização dos condenados; a assistência prestada aos detentos; regulando o trabalho pela remição da pena, entre outras medidas.

As inovações da lei nº 9.714/1998⁹³, contra o viés punitivista, apresentou como opção ao cárcere, as chamadas penas restritivas de direito em seu artigo 43, que alteraram o Código Penal implantando: à prestação pecuniária; perda de bens e valores; prestação de serviços à comunidade ou entidades públicas; interdição temporária de direitos; limitação aos finais de semana.

Algumas normas foram confeccionadas afim de proferir legitimidade ao processo de judicialização das relações de conflitos sociais no país, vale salientar a criação do “Estatuto da Criança e do Adolescente” – ECA (lei nº 8.069/1990⁹⁴); o “Código de Defesa do Consumidor” – CDC (lei nº 8.078/1990⁹⁵); o “Código Nacional de Trânsito” (lei nº 9.503/1997⁹⁶); a “Lei contra a Tortura” (lei nº 9.455/1997⁹⁷); a “Lei do Crimes Ambientais”

⁹¹CAMPOS, Marcelo da Silveira. *Crime e Congresso Nacional: uma análise da política criminal aprovada de 1989 a 2006*. 1ª ed. São Paulo: IBCCRIM, 2010.

⁹²BRASIL. Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984. *Institui a Lei de Execução Penal*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm>. Acesso em: 28 de abril de 2019.

⁹³BRASIL. Lei nº 9.714 de 25 de novembro de 1998. *Altera dispositivos do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9714.htm> . Acesso em: 28 de abril de 2019.

⁹⁴BRASIL. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. *Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm> . Acesso em 28 de abril de 2019.

⁹⁵BRASIL. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. *Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078.htm>. Acesso em 28 de abril de 2019.

⁹⁶BRASIL. Lei 9.503 de 23 de setembro de 1997. *Institui o Código de Trânsito Brasileiro*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503.htm> . Acesso em 28 de abril de 2019.

⁹⁷BRASIL. Lei nº 9.455 de 7 de abril de 1997. *Define os crimes de tortura e dá outras providências*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9455.htm>. Acesso em 28 de abril de 2019.

(lei nº 9.608/1998⁹⁸); a “Lei de Assédio Sexual” (lei nº 10.224/2001⁹⁹); o instituto que versa sobre o “Sistema Nacional de Armas” (lei nº 10.826/2003¹⁰⁰); a lei de “Política de Drogas” (lei nº 11.343/2006¹⁰¹). Todas elas não menos punitivas e criminalizantes, apoiadas pela sociedade (e mídia), aumentaram o número de tipificações penais e consequentemente o encarceramento em massa.

A análise da legislação aprovada sobre segurança pública e justiça criminal por ano aponta que de 1989 a 2006 as aprovações legislativas em detrimento as reformas políticas e econômicas (1988 a 1994), percebeu-se no primeiro ano do governo FHC (Fernando Henrique Cardoso) em 1995 foram aprovadas 11 leis. No segundo ano de governo do mesmo presidente (1996) foram sancionadas 8 leis. Estes percentuais aproxima-se ao primeiro ano de governo de Luiz Ignácio Lula da Silva em 2003, no qual aprovou-se 10 leis penais¹⁰² (CAMPOS, 2010).

O Senado Federal sobre imensa pressão do sociedade brasileira e da mídia, aprovou o projeto em medida de urgência, e assim como a Câmara dos Deputados, sendo que em 25 de julho de 1990, data de promulgação da Lei nº 8.072 – A Lei dos Crimes Hediondos, taxativa, mudando a dosimetria da pena e a execução penal, foi responsável pelo aumento do encarceramento brasileiro, não sendo a única, a promulgação da Lei de Drogas – Lei nº 11.343 de 2006 acelerou o “boom” da população carcerária brasileira.

Dados do 27º relatório do *Global da Human Rights Watch*¹⁰³, sobre o Brasil, apontou que no ano de 2005, 8% das pessoas eram detidas pelos crimes referentes às drogas, no entanto os dados do ano de 2014 foram 28%, cerca de três vezes o número de pessoas que eram encarceradas antes da promulgação da lei em combate aos entorpecentes.

⁹⁸BRASIL. Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998. *Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm >. Acesso em 28 de abril de 2019.

⁹⁹BRASIL. Lei nº 10.224 de 15 de maio de 2001. *Altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre o crime de assédio sexual e dá outras providências*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10224.htm >. Acesso em 28 de abril de 2019.

¹⁰⁰BRASIL. Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003. *Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.826.htm >. Acesso em 28 de abril de 2019.

¹⁰¹BRASIL. Lei nº 11.343 de 23 de agosto de 2006. *Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/11343.htm >. Acesso em 28 de abril de 2019.

¹⁰²CAMPOS, Marcelo da Silveira. *Crime e Congresso Nacional: uma análise da política criminal aprovada de 1989 a 2006*. 1ª ed. São Paulo: IBCCRIM, 2010.

¹⁰³GLOBAL DA HUMAN RIGHTS WATCH Disponível em: < <https://www.hrw.org/pt/world-report/2018/country-chapters/313303> >. Acesso em 26 de novembro de 2018.

A Lei dos Crimes Hediondos ainda contou com modificações no ano de 1992, quando a atriz Daniela Peres foi morta com 16 tesouradas no pescoço. Sua mãe a escritora Glória Peres (conhecida na teledramaturgia das novelas brasileiras), com enorme influência midiática, iniciou um projeto de iniciativa popular incluindo o crime de homicídio qualificado no rol dos hediondos, foram 1,3 milhões de assinaturas, o que culminou na adoção do delito no rol dos crimes “repulsivos”. Também em mesma época, em detrimento das notícias propagadas, achamava-se a sociedade, pelo enrijecimento da mesma lei. Quando o incidente da Chacina da Candelária e da Chacina do Vigário Geral, ambos no ano de 1993, vieram à mídia. Em 1998, anticoncepcionais de “farinha”, engravidaram diversas mulheres consequentemente incluindo nos crimes “asquerosos” a falsificação de medicamentos, adulteração e alteração de produtos com fins terapêuticos e medicinais.

Mas nem só de punitivismo viveu a lei retalhada dos crimes hediondos, no ano de 2006 o Supremo Tribunal Federal¹⁰⁴, declarou inconstitucional o artigo 2º da norma, possibilitando aos condenados tipificados como hediondos, cumprimento de pena no regime fechado porém com progressão à regimes mais brandos.

A promulgação da lei nº 11.343 de 2006, - nova lei de entorpecentes, apresentou-se eliminando a prisão ao considerado “usuário”, no entanto falhou em estabelecer o limite (em quantidades) sobre o porte de substâncias consideradas psicoativas. Tal critério subjetivo, cabe muitas vezes ao livre convencimento dos magistrados, que por vezes encarcera o usuário, não tratando-o como um indivíduo que necessita de intervenção médica privando-o de direitos e da liberdade. Possibilitou-se a condenação de usuários (artigo 28) como traficantes (artigo 33), progredindo para o encarceramento em massa, deixando como pena aos “traficantes” o mínimo de 03 anos ao máximo de 15 anos.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais - IBCCRIM:

a proporção de pessoas presas por tráfico de drogas em relação ao total de presos aumentou de 14% em 2005 para 26% em 2013. Entre as mulheres, em um cenário de aumento de 567% no número absoluto de mulheres presas nos últimos 15 anos, a proporção de condenadas por crimes de drogas saltou de 49% em 2005 para 61% em 2013.¹⁰⁵

Os “booms” da população carcerária brasileira, data do ano 1991 e do ano de 2007, onde

¹⁰⁴BRASIL. Súmula 46 do Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menuSumario.asp?sumula=1271>>. Acesso em 26 de novembro de 2018.

¹⁰⁵IBCCRIM. Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais nº 286 de setembro de 2016. Disponível em: <https://www.ibccrim.org.br/boletim_editorial/327-286-Setembro2016>. Acesso em 08 de dezembro de 2018.

aufere-se as leis nº 8.072 de 1990 (crimes hediondos) e a lei nº 11.343 de 2006 (lei de drogas) o aumento do número de encarcerados no Brasil. Enjaulando humanos como uma atitude “inovadora” em resposta ao crime. Colaborou a Constituição cidadã em seu artigo 5º inciso XLIII¹⁰⁶, positivando como norma “superior” os delitos considerados “torpes”, “repulsivos” e “medonhos”, que além de todo estigma recebem tratamento jurídico diferenciado sendo inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.

A última análise nacional, o INFOPEN 2016¹⁰⁷ – Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, realizada pelo DEPEN – Departamento Penitenciário e pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, a população prisional chegou ao número de 726.712 mil pessoas cumprindo pena, ou aguardando julgamento, sendo que o *déficit* de vagas é de 358.663 mil leitos, ocasionando uma superlotação penitenciária, onde as políticas públicas em resposta são as construções de novos presídios. Tais dados serão apresentado no capítulo terceiro.

Ressalta-se sobre a política das substâncias consideradas proibidas a influência da “guerra às drogas” norte-americana da década de 1960. Richard Nixon após a Convenção da Organização da Nações Unidas - Convenção Única sobre Entorpecentes em 1961 (emedada em 1972)¹⁰⁸ aprovou severas medidas contra os entorpecentes, resultando em “boom” de pessoas presas nos Estados Unidos da América, chegando tal país ao primeiro no ranking mundial com 2,3 milhões de encarcerados.

Políticas públicas adotadas pelos Estados Unidos e Brasil contribuíram para que mais

¹⁰⁶BRASIL. *Constituição da república federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm > Acesso em 08 de dezembro de 2018.

¹⁰⁷LEVANTAMENTO NACIONAL DE INFORMAÇÕES PENITENCIÁRIA. Disponível em: < http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf >. Acesso em 08 de dezembro de 2018.

¹⁰⁸CONVENÇÃO ÚNICA SOBRE ENTORPECENTES. Disponível em: < <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/drogas/marco-legal.html> >. Acesso em 01 de julho de 2019.

pessoas fossem encarceradas, a diferença entre os países é que no primeiro, há uma rede de prisões privadas gerando lucros, em detrimento a mão de obra prisional, a *Corporation of America (CCA)*¹⁰⁹ é um exemplo, sua captação de mercado é em torno de 02 bilhões de dólares anuais e dirige o quinto maior sistema prisional dos EUA¹¹⁰ (HERIVEL, 2013).

No Brasil segundo o Tribunal de Contas da União – TCU em matéria do *site* universo *online* (UOL) apontou que um preso no país custa, em média, R\$ 23 mil por ano. Onde em termos de comparação no ano de 2017, o Ministério da Educação definiu para o Fundeb (Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica) o custo mínimo por aluno no sistema educacional era de R\$ 2.875,03 anuais¹¹¹.

A notícia acima apresentada, representa a mentalidade da opinião pública, que ao mesmo tempo deseja encarcerar, entretanto vê as prisões como gastos, comparando-as com o investimento do sistema educacional, alarmando a população contra os “*inimigos*”. Fontes da notícia, não foram encontradas.

Assim, a legislação aprovada em detrimento da segurança pública e justiça criminal, através da análise qualitativa e quantitativa, apontam que 20 (vinte) das 84 (oitenta e quatro) leis analisadas e aprovadas nos anos de 1989 a 2006 identificam-se com o recrudescimento penal. Aumentaram o *quantum punitivo* em relação a alguns dispositivos anteriormente promulgados. São originárias majoritariamente de iniciativas do Executivo e aprovadas rapidamente pelo parlamento brasileiro. Leis propostas e aprovadas em um contexto de forte demanda e influência da opinião pública e da mídia.

A “pesada” legislação ampliando ofensas e danos tipificados, simultaneamente com a crença da redemocratização e o desejo de diminuir a criminalidade com urgência e rapidez, ansiando melhoras das condições sociais dos brasileiros, por meio do apelo midiático contra os “*inimigos*”, em um contexto de desigualdade de direitos, exclusão social, cultural e institucional, faz-nos refletir quais os ‘tipos sociais’ são os objetos preferenciais destas normas, onde uma “fantasia punitiva” encontra solução no encarceramento, para problemas complexos de desigualdade e falta de oportunidades no Brasil.

¹⁰⁹Indústria privada de gerenciamento de correções de detentos há três décadas.

¹¹⁰HERIVEL, Tara. *Quem lucra com as prisões – O negócio do grande encarceramento*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2013.

¹¹¹SUPERLOTADAS, PRISÕES NO BRASIL GASTAM R\$ 15,8 BILHÕES AO ANO, DIZ TCU. Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/07/17/superlotadas-prisoas-no-brasil-gastam-r-158-bilhoes-ao-ano-diz-tcu.htm>>. Acesso em 17 de julho de 2019.

1.5 Situação carcerária atual

O Brasil é o terceiro país no mundo que aplica a pena restritiva de liberdade, dados do Ministério da Justiça (INFOPEN¹¹²) datado de junho do ano de 2016, apontaram existem cerca de 726.712 pessoas privadas de liberdade em estabelecimentos prisionais (custodiadas ou presas em delegacias de polícias). O último Censo (o conjunto de dados estatísticos que informa diferentes características dos habitantes de uma cidade, um estado ou uma nação) do ano de 2010¹¹³ apontavam que a população nacional era de 209,3 milhões de pessoas. Em termos comparativos, temos mais pessoas presas no Brasil, que no Estado de Roraima menor unidade da federação, que em 1º de julho de 2016, tinha 514.229 habitantes., segundo as informações penitenciárias.

Em termos mundiais, o Brasil perde atualmente apenas para os EUA (2.145.100) e China (1.649.804). A Rússia possui (605.955), e a Índia (419.623) pessoas encarceradas. Segundo o Conselho Federal de Medicina - CRM, existem atualmente 441 mil médicos no Brasil. São mais detentos, que profissionais da saúde. Há certamente algo errado em um país que ostenta quase 300 mil pessoas a mais em unidades prisionais do que em liberdade no exercício da medicina.

Quando consideramos a série histórica do Infopen, podemos observar o ritmo de crescimento prisional brasileiro. A população prisional no país evoluiu com as seguintes quantidades de pessoas: 361.402, em 2005; 401.236, em 2006; 422.590, em 2007; 451.429, em 2008; 473.626, em 2009; 496.251, em 2010; 514.582, em 2011; 548.003, em 2012; 581.507, em 2013; 622.202, em 2014; 698.618, em 2015; e 726.712, em 2016.

Considerando apenas a população adulta no cálculo (multiplicamos por 100, quando for medida internacional, e por 10, quando for nacional), o cenário agrava-se mais. O Brasil possui uma taxa de 481 pessoas presas para cada 100 mil pessoas adultas. Significa 0,48% das pessoas adultas do país estão presas. Entre 1995 e 2010 – comparativo entre 50 países do mundo, com maior população prisional, o Brasil foi o segundo com maior crescimento da taxa de aprisionamento, sustentando um ritmo superior apenas ao da Indonésia.

Entre 2008 e 2016 – a taxa de aprisionamento no Brasil cresceu 56%. No mesmo

¹¹²LEVANTAMENTO NACIONAL DE INFORMAÇÕES PENITENCIÁRIA. Disponível em: <<http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes> penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf. >. Acesso em 26 de novembro de 2018.

¹¹³CENSO 2010. Disponível em: <http://mapasinterativos.ibge.gov.br/atlas_ge/brasil1por1.html >. Acesso em 26 de novembro de 2018.

período, em que os países com maior população carcerária no mundo, EUA, China e Rússia – reduziram a taxa de encarceramento em, respectivamente: em números 12%, 2% e 28%. As maiores taxas de encarceramento por Estado são: Mato Grosso do Sul – MS, 696,7%, Acre – AC, 656,8% e Roraima – RO, 606,1% – de pessoas presas a cada 100 mil habitantes. As menores taxas são: Bahia – BA, 100,1%, Piauí – PI, 125,6% e Maranhão – MA, 127,0%. Porém a maioria dos estados segue a tendência ao aumento do encarceramento.

O Super Encarceramento – é um fenômeno permanente. Atualmente, a população carcerária do país é de 726.712 pessoas, espalhadas por 1.422 unidades prisionais. Do total de presos brasileiros, 40% (292.450 mil) ainda não foram julgados, segundo o levantamento do Departamento Penitenciário Nacional, do Ministério da Justiça (Depen) relativo a junho de 2016. Preso provisório é aquele que é alvo do flagrante policial, em geral por roubo, furto, tráfico de drogas, etc.

Já a Super População Carcerária – acontece em algum momento específico. Ocorre quando o país em questão, tem políticas punitivas acentuadas, prendendo mais pessoas que a capacidade prisional. Em análises, apesar do Brasil possuir, em junho de 2016, 726.712 mil pessoas presas, havia apenas 368.049 vagas no sistema penitenciário para custódia. Há portanto, 358.663 mais presos e presas no Brasil do que vagas disponíveis no sistema penitenciário.

Desta forma, 36.765 (5%) das pessoas que estão custodiadas em delegacias de polícia, local sem estrutura e serviços adequados para garantia de direitos. Dentre as 726.712 pessoas presas no país, 698.510 estão custodiadas em unidades do sistema penitenciário. A taxa de ocupação média das unidades prisionais em junho de 2016, era de 197,4% sendo 92,2% dos presos e presas privados de liberdade estavam em estabelecimentos prisionais acima de sua capacidade de lotação.

Para fazer frente a Superlotação, o governo federal, lançou em novembro de 2011, o Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional¹¹⁴, com o objetivo de investir mais de R\$ 1 bilhão na construção de novas unidades prisionais, em parceria Estados e Distrito Federal, assim sendo pretende-se criar mais de 40 mil vagas, para reduzir o déficit prisional.

Dentre as 689.947 pessoas presas no sistema penitenciário, 648.860 são homens, e 41.087 mulheres. Assim, as mulheres representam 6% do público encarcerado do Brasil, e os

¹¹⁴BRASIL.Portaria nº 522 de 22 de novembro de 2011. *Estabelece procedimentos, critérios e prioridades para concessão de recursos financeiros voltados à execução de obras de ampliação e construção de estabelecimentos prisionais, objeto do Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional e dá outras providências.* Disponível em: < http://www.lex.com.br/doc_22350436_PORTARIA_N_522_DE_22_DE_NOVEMBRO_DE_2011.aspx>. Acesso em 30 de novembro de 2018.

homens representam 94%, desconsiderando as presas em custódia em delegacias no país, que não há dados. Desta forma, a quantidade de mulheres presas em junho de 2016 no Brasil, é apenas uma *estimativa*.

O sistema prisional brasileiro, foi concebido para abrigar homens, falta demanda básica para abrigar mulheres, pois muitas unidades não possuem berçário, creches, ou celas para gestantes. Das unidades prisionais destinadas para mulheres no Brasil as que tem capacidade são apenas – 7,5%. Sendo 17% unidades mistas. Do total de encarceradas, 27% se encontram em estabelecimentos mistos e 10% se encontram em estabelecimentos declarados masculinos. Apenas 48% das mulheres com 18 anos ou mais são negras, no cárcere elas correspondem a 62% do total de presas, indicando que o sistema penal atua preferencialmente contra as mulheres negras.

Portanto, a chance de uma mulher estar presa será 76% superior se ela for negra, se comparada com a mesma probabilidade para mulheres brancas. O racismo opera no sistema punitivo, penalizando negros e negras. Já no campo das “alternativas penais”, como prestação de serviço à comunidade, ou prestação pecuniária, a participação feminina, é de - 20,6%.

A pesquisa ainda aponta que, mais de 75% das pessoas presas no Brasil estudou, no máximo, até o ensino fundamental completo – incluído nesse total os analfabetos (4%), os alfabetizados sem cursos regulares (6%), os com ensino fundamental incompleto (51%) e ensino fundamental completo (14%). Na outra ponta da escolaridade, os que possuem ensino superior completo ou pós-graduação, são apenas 0,5% da população prisional. Segundo o Censo de 2010 existem no Brasil 45,3% de pessoas sem instrução ou com ensino fundamental incompleto; 16,7% possuem ensino fundamental completo ou ensino médio incompleto; e 28,0%, possuem ensino médio completo ou superior incompleto.

A grande maioria dos presos e presas são jovens, com idade entre 18 e 29 anos – representam 55% da população prisional. Na população geral, os jovens adultos dessa mesma faixa etária correspondem a apenas 25% dos brasileiros acima de 18 anos.

Em termos de delitos – ao contrário do senso comum, as cadeias do país não estão cheias de estupradores, latrocidias, homicidas, sequestradores e outros tipos de considerados “periculosos”. Os crimes pelos quais as pessoas estão presas ou aguardam julgamento são: aqueles praticados sem violência ou crimes patrimoniais: furto/receptação (15%), roubo (25%) e, especialmente, tráfico de drogas (28%). O homicídio representa 11% dos quais presos e presas respondem ou foram condenados. O latrocínio, roubo seguido de morte, corresponde apenas 3%.

O Sistema Penal dirige seu foco à repressão dos desvios a que a população mais pobre está particularmente vulnerável – os delitos contra a propriedade, acentuados em países desiguais. Sendo natural que as classes mais desfavorecidas, estejam particularmente expostas a essa forma de desvios.

Sobre o Crime de Drogas – Em 2013 o número de presos por crimes relacionados às drogas era de 146.276 mil pessoas presas. Entre 2005 e 2013 verificou-se um aumento de 220.105 pessoas presas (em 2005 eram 361.402 pessoas privadas de liberdade e em 2013, 581.507), considerando o número de encarcerados por tráfico de drogas nessa amostragem, verifica-se um aumento de 46% decorrentes da repressão do tráfico de drogas. Não houve apenas um aumento no número absoluto de pessoas presas por tráfico, movimento que pode ser identificado em todos os tipos penais, mas também um crescimento na porcentagem sobre os delitos relacionados aos entorpecentes passou de 14%, em 2005, para 26% em 2013.

Os legisladores definem determinadas condutas como crime, imputando-lhes penas abstratas maiores ou menores, conferem, ao mesmo tempo, um comando autorizativo e/ou programático às agências do sistema penal, sobretudo aos órgãos policiais, para atuarem repressivamente contra aqueles delitos ou grupos sociais aos quais são atribuídas essas práticas. A criminalização primária e secundária, juntamente com o processo de seletividade penal, recaem sobre uma parte vulnerável da sociedade, como exemplos os jovens, desempregados, negros e pobres.

Construindo-se essa legitimidade do sistema criminal, que é representada pelas classes “subalternas” e dotadas de processos ideológicos e psicológicos da opinião pública e sociedade – classe dominante, a portadora e reprodutora da ideologia punitivistas e apoiando a atuação repressiva do sistema penal. Em tal processo, os meios de comunicação atuam na manipulação e na difusão de estereótipos dos criminosos e no alarme social (essencial para obtenção do apoio e legitimidade de políticas repressivas inspiradas nas teorias de lei e ordem). Assim a Criminologia midiática buscam incutir, reproduzir e aprofundar o sentimento de medo ao público, projetando uma sociedade dividida entre os *homens de bem* x *os criminosos*.

Reforça-se o estereótipo do “delinquente” e “inimigo” bem como a imagem do criminoso violento, do assaltante a mão armada que não tem pudor em tirar a vida da vítima. Seleciona-se crimes específicos para serem apresentados pela mídia (os que provocam medo na sociedade. Embora o número de mortes cometidas por policiais no ano de 2016 seja de aproximadamente 58% superior ao número de latrocínios 3% do mesmo ano, a imagem do policial violento não “serve” para a criminologia midiática. Os meios de comunicação cuidam

de consolidar a imagem do latrocida delinquente – o que rouba e mata sem pudor – como sendo um tipo de criminosos generalizado, razão pela qual devemos desenvolver (mais) políticas (cada dia mais) repressivas.

A CRIAÇÃO DO “INIMIGO” *OUTSIDER* PELA SOCIEDADE

2.1 Contexto histórico: catástrofes, incertezas e crise – “A Era dos Extremos”

Eric J. Hobsbawm¹¹⁵, em seu livro – *A Era dos Extremos*, estudou o século XX, desde a 1ª Guerra Mundial à queda do Muro de Berlim, no ano de 1991. O século XX viu oscilar, entre a naturalidade de lidar-se com o conhecimento histórico em uma confiança ilimitada na informação da fonte – percebida muitas vezes como “*sacrossanta*” – e um ceticismo “zombeteiro”, às raias da afirmação da falência irremediável da razão moderna¹¹⁶. (MARTINS, 2002). A consciência histórica do século XX, pode-se articular em “dois extremos” – de um lado o vínculo com a ciência e a pesquisa empírica e do outro a prudência e analítica “razoável” contra as chamadas “certezas fáceis” ou aparências. Neste contexto, os 45 (quarenta e cinco anos de Guerra Fria), influenciaram a nossa pós-modernidade, na forma de legislar, nas guerras, formas de governo, e o próprio mundo polarizado, onde se era capitalista ou socialista.

Históricamente Hobsbawm (HOBSBAWN, 1995) inspirou-se em Thomas Hobbes¹¹⁷ (HOBBS, 1984) para fundar-se na afirmação: que passamos pela Terceira Guerra Mundial. As polaridades tinham a volitude ao conflito armado e faziam com que a população mundial, diante a apresentação da mídia, acreditassem em uma possível guerra. O argumento foi balizado com os confrontos armados da Guerra da Coreia (1950 – 1953), do Vietnã (1946 – 1954), do Afeganistão (1979 – 1989), além da Crise dos Mísseis em Cuba (1962). Conhecida como “paz armada” a “Guerra nas Estrelas”, e a “Corrida Armamentista”, que entretinham, informavam e acirravam a população dual.

Em todo este período a mídia esteve presente. As diárias e constantes ameaças de confrontos armados do pós-guerra, dividiram o mundo em duas grandes potências: a socialista – representada pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS); e a capitalista – pelos Estados Unidos da América (EUA).

O Estado, não usou-se pela primeira vez do controle das informações para coibir o controle social, apenas na Guerra Fria, a Alemanha após a Primeira Guerra Mundial, percebeu-se a interação “Estado e Mídia”, vinculando notícias à população em condições de miséria,

¹¹⁵HOBSBAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*; Tradução Marcos Santarrita; - São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1995.

¹¹⁶Cf. MARTINS, Estevão Rezende de. *O caráter relacional do conhecimento histórico*. In: COSTA, Cléria Botelho da. (Org.). *Um passeio com Clio*. Brasília: Paralelo 15, 2002.

¹¹⁷HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, Forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. Coleção os Pensadores. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1984.

fazendo-a acreditar em um “inimigo comum” e transferindo o sentimento de derrota do Tratado de Versalhes, e suas demais consequências para impulsionar a sociedade a acreditar que a solução aos problemas financeiros e a grande inflação, era o nacionalismo alemão.

Adolf Hitler tomou o poder da Alemanha pós 1ª Guerra Mundial no ano de 1933. Sobre os meios de comunicação, o país tinha este setor bem desenvolvido. Estima-se que existiam mais de 4.700 jornais diários e semanais, com um total de 25 milhões de exemplares publicados anualmente. O cinema, rádio e a televisão, eram pioneiros e vanguardista.

O partido nazista, no entre guerras, controlava apenas 3% dos jornais alemães. Eliminando-se o multi-partidarismo, muitos jornais foram fechados, e assim o Estado confiscou equipamentos grafotécnicos, bem como também apreendeu equipamentos dos partidos Comunista e Social-Democrata, punindo-os pela crítica e oposição ao governo vigente de extrema direita.

Nas primeiras semanas de 1933, o regime nazista posicionou o rádio, a imprensa e os curtas-metragens para provocar o medo da iminente "ascensão dos comunistas" e depois canalizou a ansiedade do povo através de medidas políticas que erradicavam a liberdade civil e a democracia¹¹⁸. (HOLOCAUST ENCYCLOPEDIA, 2019).

Eher era a editora do partido nazista, que Hitler adquiriu no ano de 1920 propagando então, o ideal da extrema direita, seu principal jornal *Völkischer Beobachter* – Observador Nacional, atingiu mais de 1 milhão de exemplares. O seu redator era Alfred Rosenberg, auto declarado anti-semita, que especializou-se em escrever pequenas hipérboles sobre os “temas nazistas”. A “dita” e “sentida” humilhação do Tratado de Versalhes; “as falhas” da República de *Weimar*, o patriotismo e críticas severas ao bolchevismo e ao judaísmo, eram noticiadas diariamente.

Juntamente com o cinema, o rádio, a televisão, as propagandas diárias nos “auto-falantes automotivos” (carros equipados com som, que locomoviam-se nas cidades, propagando o ideal nazista e de extrema direita) e a imprensa (não menos importante) utilizavam-se da manipulação e do controle da opinião pública, clamando por mudanças. O discurso do chefe de estado era transmitido e retransmitido constantemente ao povo alemão. Criou-se o Ministério da Propaganda, onde *Goebbels* – Ministro das comunicações, apostou no rádio para propagar o ideal nazista, aproximando o discurso de Adolf Hitler ao povo alemão- pelo meios de comunicação, bem como burlaria o analfabetismo da época com os meios “falados e

¹¹⁸HOLOCAUST ENCYCLOPEDIA. *A disseminação da informação jornalística*. Disponível em <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/writing-the-news>. Acesso em 01 de maio de 2019.

televisados”. Estima-se que no ano de 1935, cerca de 1,5 milhões de aparelhos de rádio foram vendidos, conferindo ao Estado Alemão um dos maiores públicos ouvintes do mundo.

No ano de 1938, entre a noite do dia 9 a 10 de novembro, líderes nazistas instigaram a violência contra o povo semita. *Kristallnacht* a chamada “noite dos cristais”, contou com desordeiros nazistas que destruíram cerca de centenas de sinagogas, 7.500 empresas de propriedade de judeus, e 91 semitas foram assassinados. Justificando-se pela retribuição ao assassinato de um diplomata alemão em Paris, por um adolescente judeu. Rapidamente a polícia de segurança alemã prendeu mais de 30.000 mil judeus e os encarceraram em campos de concentração: *Buchenwald*, *Dachau* e *Sachsenhausen*.

Jornais mundiais noticiaram o evento, porém o Ministério da Propaganda nazista iniciou um programa de “cuidados a imagem danosa alemã”, onde a orquestração midiática justificou os atos ocorridos como mera “indignação espontânea” do povo, minimizando e ocultando o real número de mortes e destruições ocorridas. A manipulação teve êxito perante a Alemanha e a opinião global, utilizou-a em todo período da segunda grande guerra.

Durante os 12 anos de regime nazista, estima-se que foram produzidos mais de 1.350 longas-metragens, que buscaram de várias formas enaltecer o nazismo, estimulando a grande maioria da população alemã a participar da experiência nazista, além de colocar a Alemanha em segundo lugar na produção cinematográfica mundial, atrás apenas dos Estados Unidos da América. No entanto, é importante destacar que, submetida às leis de mercado e seguindo a orientação de Goebbels (valorização da produção de filmes de propaganda indireta), a maior parte da produção cinematográfica nazista foi dedicada ao “entretenimento”, sendo filmes aparentemente escapistas, mesmo quando diluíam em seus enredos alguma conotação político-ideológica¹¹⁹. (ALBRECHT, 1969, p. 96-97).

A própria história mostrou-nos a Alemanha rearmando-se belicamente expandindo o ideal nacional, pregando o sentimento de anti-semitismo, e finalmente voltando a expandir seu território. As consequências vieram no ano de 1939, data de início do maior conflito armado mundial - a 2ª Grande Guerra.

¹¹⁹ALBRECHT, G. *Nationalsozialistische Filmpolitik*. Stuttgart: Enke, 1969, p. 96-97. O livro *Nationalsozialistische Filmpolitik*, de Gerd Albrecht, contabiliza as produções cinematográficas que figuraram no “Terceiro Reich”: elas constituíam 941 dos 1094 filmes, incluindo 295 melodramas e biografias, 123 filmes policiais e épicos de aventura. Quase metade delas – para ser preciso, 523 – eram comédias e musicais. Tais filmes parecem demonstrar que o regime nazista criou espaço para diversões inocentes; eles refletem, apontam os historiadores revisionistas, que a esfera pública não era completamente subjugada pelas instituições estatais.

A era dos extremos também utilizou-se estrategicamente dos meios de comunicação. Quadrinhos em revistas, filmes, vídeos, séries e qualquer material cultural, eram utilizados afim de perpetrar e reforçar o ideal de “*nós versus eles*”. Todas as faixas etárias foram abarcadas, personagens infantis duais que apresentavam-se nas figuras de heróis contra vilões. Na parte capitalista do globo, o personagem cruel era vinculado a figura do vilão comunista, e ao contrário no mundo socialista.

Personagens como o Capitão América e o Caveira Vermelha, o Dr. Fantástico entre tantos outros propagavam no fundo o conflito não armado e ideológico. O poder tecnológico e bélico exibia-se como orgulho nacional, em rede televisiva e nos meios de comunicação, dessarte a televisão, em especial a norte-americana, transmitia aparições de misseis e bombas nucleares, paradas militares, a chegada do homem à lua, propagando no intuito demonstrativo de superioridade e proliferando o medo ao inimigo.

Foi fundamental essa construção da opinião pública pela mídia, o poder de transformar e criar uma imagem desumanizada do “inimigo”, usando-se do medo, do preconceito, da manipulação, consegue controlar boa parte das informações e propagandas atuais. Remeteu-se ao passado histórico para apresentar a mídia e o seu poder, ela ainda desempenha o mesmo papel e muitas vezes é uma “arma de guerra”. Influyente nos campos sociais, políticos e econômico, o “poder da informação” adaptou-se a propagandas, ideais, ao controle social, e as informações que deseja-se disseminar para o público.

Tais ideais perpetrados pela mídia são absorvidos por grande parte da população (pois essa é a intensão), contruindo ideais sociológicos. Tal ideia dual e “*nós x eles*” incluem e excluem cidadãos. Aos que enquadram-se nos padrões e normas morais do microssistema social imposto são “aceitos”, aos outros resta a exclusão, a discriminação, a incriminação e o rótulo. Primeiramente rotulamos, optamos por descriminalizar, apresentamos às pessoas excluídas, apenas oportunidades de usufruírem de uma condição de “sub-vida”, e em um segundo momento, tentarmos retirar-los da sociedade através do cárcere. O item seguinte abordará de forma sociológica a construção da ideia de *outsiders*¹²⁰ e *insiders*¹²¹, bem como a possível solução encontrada – o encarceramento (as prisões).

¹²⁰Indivíduos que não pertencem a um grupo determinado.

¹²¹Indivíduos reconhecidos ou aceitos como membros de um grupo, categoria ou organização.

2.2 Construção sociológica do inimigo: os *insiders*, *outsiders*, e o nascimento das prisões

Norbert Elias¹²² ao invés da escola criminológica de Chicago e a ecologia social tentou-se por essa opção apresentar uma nova forma de abordagem ao tema, englobando a sociedade também fora dos Estado Unidos da América. O sociólogo polonês, erradicado na Holanda, junto com Scotson, estudaram uma pequena cidade no sul da Inglaterra com o nome fictício de *Watson Parva*. A cidade era composta de Zonas – locais/bairros definidos, não havendo muita mobilidade urbana e social (ELIAS, SCOTSON, 2000).

O objetivo dos sociólogos era de compreender através de estudos etnográficos, estatísticos, documentais e entrevistas, a lógica da configuração social e das relações de interdependência da cidade. Abordou-se a violência, a discriminação e exclusão social, dentro deste microssistema chamado de *Watson Parva*.

A cidade fictícia dividia-se em três zonas com três bairros: a Zona 1 - bairro mais abastado economicamente; Zonas 2 e 3 - residência das classes operárias. Zonas 1 e 2 habitavam moradores antigos, que auto consideravam-se “estabelecidos” (*insiders*), já os moradores da Zona 3 – chamado de “o loteamento” eram pessoas recém-chegadas e consideradas “*outsiders*” ou estrangeiros¹²³.

Tal configuração social – Zona 1 – estabelecidos e Zonas 2 e 3 - estrangeiros, mostrou a influência de inúmeros aspectos da vida daqueles grupos sociais. Apresentou-se organização social, os índices de criminalidade e a relação com os vizinhos. Concluiu-se que a junção dos membros das Zonas 1 e 2 resultava na exclusão e estigmatização dos membros da Zona 3. “Esse processo de estigmatização fica bastante evidente em *Winston Parva*, sendo ele vital para reforçar a superioridade dos habitantes das zonas 1 e 2 em relação aos da zona 3, em outras palavras, para preservar seu status social privilegiado”¹²⁴ (ELIAS, SCOTSON, 2000, p.149).

Goffman (GOFFMAN, 1988) apresenta que: o estigma recebido, incorpora-se *a priori* em um mecanismo de identificação do indivíduo, permitindo seu conhecimento, seja por ele mesmo, enquadrando-se nas categorizações de antemão estabelecidas pela sociedade.

O estigma envolve não tanto um conjunto de indivíduos concretos que podem ser divididos em duas pilhas, a de estigmatizados e a de normais, quanto um processo social de dois papeis no qual cada indivíduo

¹²²ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2000.

¹²³Observando que a grande maioria das cidades surgiram sem planejamento, tal estudo, partiu deste pressuposto.

¹²⁴ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2000. p. 164.

participa de ambos, pelo menos em algumas conexões e em algumas fases da vida. O normal e o estigmatizado não são pessoas, e sim perspectivas que são geradas em situações sociais durante os contatos mistos, em virtude de normas não cumpridas que provavelmente atuam sobre o encontro”¹²⁵ (GOFFMAN, 1988, p. 149).

O estigma em si, não é ruim, ele diferencia-nos dos demais. Quando usado juntamente com a Teoria do *Labeling Approach*, poderá imputar a criminalização de determinado grupo ou pessoa. Em *Winston Parva* reforçou-se a superioridade dos habitantes das Zonas 1 e 2 em relação a Zona 3. Preservou-se o *status* social privilegiado dos estabelecidos. O reconhecimento desejado pelos estabelecidos tornaram-nos reféns de seu papel dentro dessa comunidade, necessitando-se da autoafirmação, a todo o tempo, de seus valores e crenças. Acarretando a limitação de liberdades pessoais, derivadas da importância da “opinião” sobre os atos da classe estabelecida. Serviu como uma forma de autocontrole individual.

Os estigmatizados ou *outsiders* sofreram não tendo a aceitação social plena –foram aceitos em um primeiro momento por necessidade de sua mão-de-obra, estigmatizados em um segundo momento, destruindo a possibilidade de mobilidade social e de conhece-los como indivíduos (pelos estabelecidos *insiders*). Também não foram legitimados como detentores de direitos e deveres.

Seres já estabelecidos, mantiveram uma conduta estimatizante, discriminatória e excludente em frente aos *outsiders*, usando termos pejorativos para referência-los. Rótulando-os e estes, incorporaram o *label* materializando-se. Esses indivíduos também eram sempre vistos e observados, pelos estabelecidos por eles próprios (uma espécie de controle informal social). A inferiorização e a maculação da autoimagem dos *outsiders*, corroborou com o instrumento das fofocas (*gossip*). Minando qualquer possibilidade de defesa e de união dos membros inferiorizados (pois expunha uma imagem distorcida do indivíduo), estes não tinham reação em frente essas fofocas, bem como também, a negação e a não observância dessas qualidades negativas (acabavam incorporando o rótulo).

A criminalidade e o controle social informal em *Winston Parva*, realizava-se pelas famílias, escolas, vizinhos, instituições da sociedade civil, cumprindo-se assim as normas sociais e de condutas aceitas, pelo meio das sanções. Geralmente são realizados junto com o controle social formal, exercidos pelos órgãos públicos – Polícia, Ministério Público e Judiciário.

¹²⁵GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: Editora LCT, 1988. p. 149.

O estudo ainda aponta que onde o controle informal da sociedade não está presente, recai-se na criminalidade. Posto a exposição e rotulação do primeiro processo. A autoimagem negativa dos jovens da Zona 3, motivava de forma intencional, o simples amoldamento de seu estigma, fazendo-os corresponder ao papel de seu rótulo, mesmo que o estigma fosse negativo. O delito foi apenas a adequação social feito ao papel que lhes foi atribuído pela sociedade. No item 2.6 deste trabalho, abordasse-à psicologicamente como o indivíduo incorpora o rótulo em sua auto-imagem.

as tentativas de estudar os delinquentes, explicá-los e fazer previsões a seu respeito, unicamente com base em critérios individuais, através de diagnósticos psicológicos não corroborados por diagnósticos sociológicos, não costumam ser dignas de confiança. É que as condições de reprodução contínua dos grupos de jovens delinquentes encontram-se na estrutura da sociedade e particularmente na das comunidades onde moram grupos de famílias com filhos ‘delinquentes’ e onde essas crianças crescem.¹²⁶ (ELIAS, SCOTSON, 2000, p.140).

Delinquentes eram rejeitados por portarem-se e comportavam-se mal (com a conduta que não era considerada “boa” pelos estabelecidos), isso também deve-se pela exclusão. As relações de poder, dependência e exclusão social, existem na sociedade e são produtos dela mesma. O local de nascimento, a criação dos jovens, a rotulação como delinquentes, fez Scotson e Elias, concluírem que as regras e construções sociais da cidade fictícia, aplicam-se no mundo real.

Outro estudo é o de Foucault sobre poder e prisões em “Vigiar e Punir”¹²⁷ apresentando a ascensão da burguesia como classe econômica e social, substituindo o antigo antagonismo “vassalo/servo x senhor feudal”, a nova classe em crescimento e desenvolvimento instaurou também uma nova forma de opressão contra a classe “subalterna” a deles. Os considerados “indesejáveis”, “inimigos”, “excluídos”, “delinquentes”, “subalternos” que não enquadravam-se na dicotomia “*exploradores versus explorados*” eram enviados as prisões. Comportamento também usado nos dias atuais. (FOUCAULT, 2013).

A ideia de prisão surgiu da necessidade de disciplinar o excedente de mão-de-obra (corpos que não produziam bens ou serviços) e assim deveriam fazer nas prisões. As classes que estavam abaixo do proletariado foram as escolhidas. Datada como marco no século XVI,

¹²⁶ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2000. p. 140.

¹²⁷FOUCAULT, Michael. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.

as *bridewells*¹²⁸, *workhouses*¹²⁹ e *rasphuis*¹³⁰, adviram de membros do clero, onde a ideia de clausura (o isolamento permite pensar em Deus, arrepender-se, e reconectar-se ao racional) era visto como uma solução.

Criou-se a pena que inovou evoluindo costumes morais em detrimento a coação. Os suplícios e espetáculos públicos do passado, substituídos e embasados em ideais iluministas e liberais, permitiram que as punições, fossem pré-estabelecidas em legislações (positivadas), ponderada ao fato cometido, como afirma em Cesare Beccaria em 1764 em seu livro, “Dos delitos e das penas”. (BECCARIA, 1767) A punição não deveria apresentar-se severa demasiadamente, pois o indivíduo em medo a sanção fugiria do castigo previsto. Peiteava a eliminação completa dos códigos criminais vigentes e de suas formas cruéis de punir o criminoso¹³¹.

Foucault¹³² considerou que na passagem dos séculos XVIII ao XIX definiu-se por uma nova forma de punir, embasada em leis, como função de sociedade “civilizada”. (FOUCAULT, 2013). Instaurou-se no continente europeu um processo modernizador e civilizador onde as prisões inovaram por trazer “civilidade”. Ninguém mais assistiria expetáculos de esquartejamento, ou suplício, era o cominho do homem “moderno”. Todavia as prisões também tinham a função de “desova” aos que não possuíam meios de sustentar-se, assim a legislação colaborou na criação de tipos penais:

Apenas na Idade Moderna, por volta de século XVIII, é que se dá o nascimento da prisão ou, melhor dizendo, a pena de encarceramento é criada. Logo, o poder que opera este tipo de controle sobre a sociedade não é atemporal, mas tem a especificidade na construção de uma determinada sociedade, no caso, a industrial, que por meio de seu judiciário, irá criar um tipo de punição¹³³ (MELOSSI, PAVARINI, 2006).

Modalidades da pena na Idade Média eram a flagelação, a amputação, a lapidação, a

¹²⁸ Antes residência de Henrique VIII, monarca inglês, situado na cidade de Londres, transformou-se em albergue e prisão, tornando-se também um sinônimo da esquadra de polícia. Instalou a detenção na Irlanda e Inglaterra.

¹²⁹ Local na antiga Inglaterra, onde pessoas que eram consideradas pobres e sem habitação podiam residir e trabalhar.

¹³⁰ Foi uma prisão instituída na cidade de Amsterdã, na Holanda no ano de 1596, onde também localizou-se o Convento das Clarissas, lugar onde jovens criminosos do sexo masculino ficavam detidos.

¹³¹ BECCARIA, Cesare. *An essay on crimes and punishments (with a commentary attributed to Ms. De Voltaire)* London: Prited for J. Almon, 1767.

¹³² FOUCAULT, Michael. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.

¹³³ MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. *Cárcere e fábrica. As origens do sistema penitenciário (século XVI – XIX)*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2006.

morte por decapitação, a crucificação, o lançamento às feras – todas muito parecidas com os castigos impostos ao criminosos do Império Romano vinculados ao sofrimento físico. As prisões não aparentavam instrumento de pena. Primeiramente na Península Ibérica, a Igreja Católica conquistou seu apogeu imperialista, o que possibilitou a sua expansão como religião oficial nas colônias da América (Mundo Novo).

Formando tanto um poder punitivo quanto inquisitorial, erigindo diversos delitos, como o infanticídio, o aborto, o homossexualismo, o rapto, o adultério, a blasfêmia, o sacrilégio, a heresia, a bruxaria, a feitiçaria, entre outros. Chegou também a incluir o crime de lesa-majestade ao elenco dos crimes religiosos, assumindo que o poder do príncipe ou do rei era considerado divino. O delito confundia-se com o pecado. Para manter os prisioneiros, objetivando assim supliciar e enviar os delinquentes para a fogueira, a Igreja Católica passou a construir prisões apropriadas para a prática, elas chamaram-se Penitenciários¹³⁴. (CARNEIRO, 1930).

Delitos contra o “sistema eclesiástico” do século XIII, imputavam crimes a sociedade, o Papa da época, incumbiu o bispo Domingos de Gusmão a fundar uma ordem eclesiástica que envolvem-se com a organização judiciária, cujo alvo era combater os desviantes da fé católica. A ordem formou-se, e foi composta pelos padres dominicanos, denominada de Santo Ofício da Inquisição ou Tribunal da Santa Inquisição.

A prisão cautelar, inaugurada na Idade Média, recebeu então detentos dos processos inquisitórios, e iniciou-se mecanismos para forçar as confissões como algumas modalidades de torturas. Presos morriam antes mesmo cumprirem a pena capital, devido as condições desumanas que foram submetidos, sem nenhum cuidado ou amparo.

A Idade Moderna, responsabilizou-se pelo nascimento das prisões, como forma de encarcerar para punir. A sociedade sentiu-se no direito de defender-se contra os indivíduos que aparentassem um risco à propriedade e à vida.

Goffman¹³⁵ (GOFFMAN, 2001) ainda nos apresenta a ideia das “Instituições Totais”- os internatos; os conventos; os hospitais; os quartéis; e fábricas, aquelas que tinham por finalidade administrar a vida de seus membros, mesmo que ao revés de sua vontade, num esforço de produzir a racionalização de comportamentos. O intuito era disciplinar os corpos e mentes rebeldes, transformando-os em dóceis e controlados.

¹³⁴CARNEIRO, A. Augusto. *Os penitenciários*. Rio de Janeiro: Editora Henrique Velho, 1930.

¹³⁵GOFFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos*. 7ª edição Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

Simbolizado pela barreira à relação com o mundo externo e por proibição à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico – por exemplo, portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, água, florestas e pântanos. As principais características das instituições totais são: em primeiro lugar, todos os aspectos da vida do condenado são realizados no mesmo local e sob uma autoridade única; e segundo lugar, todos os atos da atividade cotidiana são executados diante de um grupo de pessoas razoavelmente grande, sendo as pessoas tratadas de uma maneira padrão; ademais, todas as atividades são rigorosamente estabelecidas em horários e sequenciadas, de forma a se encadearem de maneira aparentemente racional; por derradeiro, as atividades obrigatórias são projetadas para atender aos objetivos oficiais da instituição¹³⁶ (GOFFMAN, 1996, p.16-17)

A prisão aparenta-se perigosa, quando não inútil. Entretanto, não visualizamos solução, a não ser ela. Uma detestável solução, que não permite-se desfazer-se. “Através da disciplina imposta no cárcere, os sujeitos viram massa única, massa essa que não oferece resistência ao poder” (FOUCAULT, 2013).

As mudanças ocorridas na ordem social, segundo Elias, modificam a forma de civilizar a sociedade, (ELIAS, 1994) o “processo civilizador¹³⁷” em uma forma de coagir o indivíduo. Foucault defende que deve-se disciplinar o corpo (FOUCAULT, 2013), e Elias em autocontrole das condutas e dos sentimentos.

Esses processos abordados (de disciplinar “os corpos”), continuam utilizando-se de uma ideologia religiosa surgida na Alemanha. A processo de “Reforma religiosa na europa, renovou princípios da religião católica, porem abarcados pela ética protestante. Tal ética é baseada na valorização do trabalho, e deram por outros meios a legitimação do encarceramento e das prisões. A pobreza, vagabundagem e mendicância, provindas de um sistema financeiro desigual em suas próprias bases, colaborou para o aumento das instituições asilares. Diferente da ética católica medieval, que estimulava ou até glorificava a mendicância (ou ser alguém desprovido de riquezas e do pecado da usura).

Weber contribui:

Querer ser pobre (...), equivalia a querer ser doente, era reprovável do ponto de vista da glorificação do trabalho e interrogatório à glória a Deus.

¹³⁶GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. Trad. Dante Moreira Leite. São Paulo: Editora Perspectiva, 1996. p. 16-18.

¹³⁷NORBERT, Elias. *O processo civilizador: uma história dos costumes*.v I.Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1994.

Especialmente a mendicância dos capazes de trabalhar não constitui apenas pecado ou preguiça, mas, ainda, de acordo com a palavra do apóstolo, uma violação do dever de amor ao próximo¹³⁸ (WEBER, 1991, p.161).

No que diz respeito à punição e ao encarceramento, o século XVIII trouxe mudanças, propostas e projetos que transformariam e destruiriam os antigos símbolos de injustiça propagados pelo Antigo Regime e pela Igreja Católica. Período esse, onde reformaram-se os códigos legislativos, criticou-se a tortura, substituiu-se a decapitação pelo instrumento iluminista da guilhotina – forma de execução justa, a rainha Maria Antonieta da França, foi decapitada pelo instrumento guilhotinador. O sistema penitenciário, que começava a surgir era produto histórico das reformas ocorridas (financeira, religiosa e cultural), e da nova maneira de um castigo “humanizado”.

Advindas das instituições européias, na Inglaterra as *workhouses* – que constituíram as casas de correção para vadios; as *poorhouses* – que destinavam-se à assistência à mendicidade inapta; e a legislação elizabethana, por meio da *Poor Law*, estabeleceu-se os marcos da ruptura com a ideia de pobreza medieval. O estatuto dos Trabalhadores (*Statute of Artificers*), também advindo da rainha Elisabeth I, reforçou o ideal de mendicidade e pobreza. No entanto, em 1555, também na Bretanha, o *Bridewell*, foi a primeira instituição criada para liberar as cidades dos vagabundos e mendigos. Assevera Neder:

Na Inglaterra, o *Bridewell*, fundado em 1555, em Londres, foi a primeira instituição criada pra liberar as cidades de vagabundos e mendigos. Inicialmente, as casas de correção tornaram-se uma referência para o disciplinamento social de um modo geral. Para lá eram enviados filhos, maridos e esposas “desencaminhadas” Sublime-se que estas casas de correção lucrativa, fossem administradas pelo Estado absolutista ou por qualquer outro agente histórico que explorasse o trabalho forçado. Esse fato foi contundentemente apontado por J. Howard, em “*The State of the Prison in England and Wales*”, publicado em 1776.¹³⁹ (NEDER, 2009).

A mudança detacada foi as relações entre assistência/caridade, pobres/mendigos e o direito penal. Dementes, mendigos, prostitutas, viúvas e orfãos pobres, em detrimento de sua fé, ainda continuaram aos cuidados da Igreja Católica. Todavia com a emergência do individualismo, conduziu à ideia do mérito pessoal, e provocou a mudança do conceito de

¹³⁸WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Brasília: Editora UNB, 1991. p. 116.

¹³⁹NEDER, Gizlene. *História das prisões no Brasil – (Sentimentos e ideias jurídicas no Brasil: pena de morte e degredo em dois tempos) volume. I*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2009.

trabalho; logo a pobreza e a vagabundagem passaram a torna-se um pecado de indolência e violação dos valores fraternos.

Tais são os fundamentos da nova ideia de trabalho que levou à diferenciação entre mendigos aptos e inaptos. Por quase todas as formações históricas européias a “mendicidade apta” para o trabalho passou a ser condenada (social, jurídica e politicamente); as casas de correção viabilizavam a substituição das penas pecuniárias ou corporais, dando origem às penas de prisão¹⁴⁰ (NEDER, 2009).

Para Inglaterra, a pena de degredo foi bastante benéfica por exilar corpos em locais distantes, pois permitiu a eficácia de seu povoamento na América do Norte (séculos XVII e XVIII), na Nova Zelândia e Austrália (século XIX), pelo instrumento legislativo intitulado de *Vagrancy Act* de 1597, que regulamentava a deportação do reino.

Em 1785, Jeremy Bentham, desenvolveu um modelo prisional conhecido como Panóptico. Construído com o intuito de supervisionar e controlar (corpo, condutas e sentimentos) de forma eficiente. Visava um cumprimento de pena racional, eficaz, burocrata e de tratamento penal, que muito diferenciava-se dos locais de encarceramento medievais – masmorras, presigangas, aljures, calabouços.

Nos Estados Unidos da América, no século XIX, a ideia de Panóptico, instituiu os primeiros sistemas penitenciários visando o silêncio, o isolamento e trabalho, como modelo de Bentham. Dois foram os modelos adotados: o Sistema da Pensilvânia - que propunha o isolamento completo dos presos, durante o período diário, aplicando-lhes o trabalho individual em suas respectivas celas; e o Sistema de Auburn, que isolava no período noturno os que cumpriam a execução da pena, onde o trabalho era em grupo. A exploração da mão de obra prisional, além de vir ao encontro do ideal protestante de trabalho como forma de dignificar o homem e reforma-lo, era fundamentada no pensamento do Estado Americano, que não deveria arcar com o sustento dos que cometem delitos, assim tentando ressocializar o indivíduo à sociedade, ao findar da pena.

Bitecourt informa-nos sobre as críticas aos Sistemas da Pensilvânia e de Auburn. Elas foram pela desumanidade no tratamento dos prisioneiros. Que muitas vezes sofriam psicologicamente, por não suportarem a pressão e o isolamento. Em resposta, a Europa apresentou os sistemas progressivos, onde o detento também tinham a participação em seu cumprimento de pena e melhorias na sua condição dentro do cárcere. Os sistemas

¹⁴⁰NEDER, Gizlene. *História das prisões no Brasil – (Sentimentos e ideias jurídicas no Brasil: pena de morte e degredo em dois tempos)* volume. I. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2009.

progressivos tiveram as primeiras experiências em Valência em 1835, e em Norfolk em 1840, e na Irlanda em 1854¹⁴¹ (BITENCOURT, 2004).

Pieter Spierenburg, partindo o modelo de Elias, afirma que para entende a emergência da prisão, deve-se examinar, como as mudanças sociais afetam o considerado criminoso, a família, e o próprio corpo humano, levando-se em condições as diferenças regionais e em especial as nacionalidades, pois o fenômeno das imigrações possibilitaram a miscigenação global de culturas.

Além do que as mudanças de atitudes sociais afetaram os criminosos, as famílias e o próprio corpo humano, levando-se em consideração as diferenças nacionais e regionais que se produziram de acordo com o desenvolvimento de cada local. Os códigos penais, aplicam castigos muitas vezes severos para tentar validar a função da pena, muitos deles antigamente apelando ao suplício físico. Os padrões de violência cultural permitia que as instituições como o judiciário e a religião aplicassem esse tipo de pena.

A sociedade não reagia apenas aos impulsos materiais monetários, mas também ao medo, a sexualidade, a fome, ao preconceito, o desejo de igualdade e liberdade, entre outros... Ao analisar-se a população carcerária, temos que partir do pressuposto que ela não é homogênea, abrigou-se assim, prostitutas, bêbados, viciados em entorpecentes, os considerados vadios e mendigos, escravos, loucos, imigrantes, menores infratores, ladrões, corruptos, assassinos...

A construção do inimigo social é natural em toda a sociedade, pelo medo do desconhecido, alguns são incluídos, como aponta Elias, outros excluídos, sendo o nascimento das prisões algo que evoluiu e tornou-se solução ao controle do excedente populacional, bem como, a nada que desobedecesse aos padrões religiosos e morais da época.

Desta forma, percebe-se que para conter o excedente populacional, primeiramente provocado pela mudança econômica global (a economia industrial), não conseguindo incorporar toda a população inglesa advindas das políticas de cercamento, encontrou-se à solução ao problema instituir as “modernas prisões”, e legitimar a ida dos “outsiders” as elas. Construiu-se sociologicamente a imagem de inimigo de todos, por meio da rotulação e exclusão social, assim sendo “justo” quem deveriam não pertencer a sociedade.

¹⁴¹BITENCOURT, Cezar Roberto. *Falência da pena de prisão: causas e alternativas*. 3. Ed., São Paulo: Editora Saraiva, 2004.

2.2.1 – A história das prisões no Brasil

O Brasil foi descoberto no ano de 1500, pela coroa Portuguesa, e toda a legislação da colônia Brasil, advinha das legislações de Portugal. As primeiras legislações do período Moderno foram as Ordenações Afonsinas (1446 - 1512), essas deram lugar as Ordenações Manuelinas (1512 – 1603), e por último as Ordenações Filipinas (1603 – 1916). O primeiro Código Criminal Brasileiro é do ano de 1830.

No que tange ao direito penal, as Ordenações do Filipe II da Espanha, em seu livro V, tinha uma aplicação pouco eficaz, restrita ainda a soberania do monarca, condicionada a lógica absolutista de inspiração tomista. A pena de morte e a de degredo, eram utilizada à escravos e cidadãos rebeldes. As revoluções anticolonialistas, executaram seus líderes com penas capitais e públicas. Tiradentes foi enforcado e esquartejado, por participação na Conjuração Mineira, no fim do século XVIII; padre Roma, foi fuzilado na presença do futuro general Simon Bolívar; José Inácio de Abreu Lima, executado no ano de 1817, por participar da Revolução Liberal; frei Caneca também foi fuzilado em 1825, por ser considerado o arquiteto da Confederação do Equador.

A legislação que vigorou, até o advento do Código Criminal de 1830. A função das prisões, nesta época era um meio necessário à execução das penas corporais e capitais, e não um mecanismo de expurgo aos “inimigos” do Estado brasileiro. Nas Ordenações Filipinas, o príncipe podia por justos motivos conceder ao réu a graça de ser solto, dando ele fiadores idôneos, caso contrário aguardaria preso¹⁴² (FREIRE, 1988).

As penas constantes nas Ordenações Filipinas estavam divididas, de maneira geral, em: *penas de morte*, *castigos físicos* (açoites, mutilação e queimaduras), *degredo* (para as galés-perpétuo ou temporário) e as penas de caráter *econômico* (confisco de bens e multa). Em 1830, desaparece, pelo menos formalmente, parte significativa dos castigos corporais, surgindo a *prisão simples* e a *prisão com trabalho*. Ficam ainda os açoites para os escravos. Desta forma, o encarceramento passa a ser o melhor formato para enclausurar o meliante que cometesse um delito.

A “aglomeração” ou o “amontoamento” de criminosos era apenas visto como danoso, pelos médicos higienistas da época. Pois produziam epidemias de crimes (escola do crime) e doenças. Assim, as antigas prisões – insalubres, misturadas e com o intuito da privação de liberdade como algo cautelar, passam a compor prisões erigidas com padrões morais e

¹⁴²FREIRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1998.

higiênicos.

A construção de novas prisões, agora denominadas *casas de correção*, deveria aprofundar a separação entre o mundo *livre* e a *internação*, disciplinando para o bem de todos, através do isolamento moral e sanitário dos detentos, instituídas longe dos grandes centros, para evitar o contato com a sociedade, como por exemplo a Casa de Correção de São Paulo (na atual Avenida Tiradentes).

Antes de tratarmos das instituições penitenciárias modernas, isso inclui a casa de correção, duas outras formas de prisão foram presentes no Brasil: O Calabouço e o Aljube.

O Calabouço – prisão estabelecida para escravos detidos por punição disciplinar e/ou fugitivos – localizava-se, desde o tempo da colônia, numa instalação militar ao pé do morro do Castelo em frente à Baía de Guanabara, ladeado pelo arsenal do Exército e pelo hospital da Santa Casa de Misericórdia. Era o carcere da cidade destinado exclusivamente para escravos, mas não o único em que os escravos se encontravam. Talvez cerca de duzentos escravos abarrotassem vários quartos fechados”. “A palavra Calabouço relacionava-se com o “poço do navio”, conotando uma masmorra escura e úmida. Em alguns documentos da época, o Calabouço era também chamada de “prisão do Castelo”. A ponta do Calabouço continuava a aparecer nos mapas da cidade até que foi descoberta pelo aterro resultante da demolição do morro do Castelo na década de 1920. Apesar de não mais existir, o antigo uso do local também deu origem ao nome refeitório de estudantes universitários, próximo ao prédio do Ministério da Educação, lugar de manifestações políticas nos anos 1960¹⁴³ (HOLLOWAY, 2009).

Foi uma relíquia da época escravista, onde os senhores enviavam muitos dos seus escravos para suplícios físicos (açoites), o chamado “ofício do açoite”, que significava a manutenção do sistema escravista patriarcal. Sua decadência iniciou-se com o advento do Código Criminal de 1830, onde o então Ministro da Justiça, Feijó trouxe ao ordenamento jurídico a máxima que os “escravos são homens, e as leis os compreendem”. Havendo assim a mudança do suplício físico para penas mais comedidas.

O Calabouço continuou a existir dentro da Casa de Correção. Eram duas celas, que

¹⁴³HOLLOWAY, Thomas. *O Calabouço e o Aljube do Rio de Janeiro no século XIX. História nas prisões no Brasil*, v. I. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2009.

comportavam cerca de 300 homens em uma e outra que comportava de 30 a 40 mulheres. O gráfico apresentado abaixo registra dados de 288 delitos, nos períodos de 1857 – 1858.

Motivo das prisões			Origem		Sexo	
	Total	%	Brasil	África	Homens	Mulheres
Capoeira	81	31,0	27	54	81	0
Ser castigado	69	25,4	18	51	62	7
Fugido	28	10,7	9	19	25	3
Fora de hora	25	9,5	7	18	24	1
Desordem	14	5,4	4	10	13	1
Furto	12	4,5	5	7	12	0
Uso de armas proibidas	7	2,7	1	6	7	0
Insultos	7	2,7	4	3	5	2
Averiguações	6	2,3	3	3	6	0
Embriaguez	4	1,5	2	2	3	1
Entrar em casa alheia	3	1,1	1	2	3	0
Desobediência	2	0,8	1	1	2	0
Espancamento	1	0,4	0	1	1	0
Insubordinação	1	0,4	0	1	1	0
Jogos ilícitos	1	0,4	1	0	1	0
Nada consta	27	10,3	10	17	25	2
Total	288	100	93	195	271	17

Fonte: ANRJ, IVZ 2 (Calabouço, Matricula de Presos, 1857-1858).

A natureza que ameaçava a ordem pública do período histórico, já era atrelado a delitos cometidos pela população negra e parda. A Tabela 2 corrobora com os indícios que a origem étnica estava ligada as condenações, do que propriamente o delito.

Nação	Número	%	Número	%
Crioulo	79	27,4		
Pardo	14	4,9		
Subtotal de brasileiros			93	32,3
Cabinda	21	10,8		
Angola	27	9,4		

Benguela	16	5,6		
Rebolo	7	2,4		
Monjolo	6	2,1		
Moange	6	2,1		
Cassange	3	1,7		
Subtotal de Angola			99	34,4
Moçambique	30	10,4		
Quilimane	30	10,4		
Mussuna	1	0,3		
Subtotal de Moçambique			35	12,2
Congo	19	6,6		
Mina (Ghana)	38	13,2		
Inhame (São Tomé)	4	1,4		
Subtotal de outros países			61	21,2
Subtotal dos africanos			195	57,7
Total			288	100

Fonte: ANRJ, (Calabouço, Etnia da População).

Diversos fatores contribuíram para o fim dos Calabouços, entre eles a forte influência Britânica em proibir a escravidão. O Estado não queria mais responsabiliza-se por escravos, diante as pressões internacionais. O declínio social da escravidão, o econômico e o demográfico, desativaram o Calabouço no ano de 1874, refletindo nas mudanças gerais no rumo das instituições modernas, ainda que preservando as antigas relações aristocráticas.

A chegada da família portuguesa ao Brasil, e esse sendo elevado a Reino Unido a Portugal, o principal cárcere para criminosos comuns, diferente dos calabouços que eram majoritariamente para escravos e pardos, era a chamada cadeira da relação, postando-se no palácio da Justiça. A solução foi a criação dos Aljube – palavra árabe para prisão eclesiástica, pelos foros de seu estado, os clérigos da época colonial, só podiam ser julgados por tribunais da igreja, tanto nos casos de violação de normas eclesiásticas quanto para outros crimes, e só podiam ficar detidos em cárceres eclesiásticos¹⁴⁴ (HOLLOWAY, 2009)

O Aljube tornou-se o destino da maioria dos presos em meados da década de 1810, eles

¹⁴⁴HOLLOWAY, Thomas. *O Calabouço e o Aljube do Rio de Janeiro no século XIX. História nas prisões no Brasil*, v. I. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2009.

eram presos provisórios, na maioria, não haviam critérios ou diferenciação da população carcerária: escravos, homens livres, criança, mulheres. Chamavam-o, desde a antiga masmorra eclasiática, do protesto vivo, contra o moral, e assim foi recomendado o seu fechamento no ano de 1856, onde as suas funções foram repassadas à Casa de Detenção, parte do complexo das Casa de Correção, e o Calabouço, na antiga rua Conde, na cidade do Rio de Janeiro.

A última modalidade de cárcere no período entre 1808 a 1831, foram as presigangas. Navio de guerra Português, que era usado como prisão.

A presiganga não era, em si mesma, uma pena ou um castigo, mas um local de passagem para centenas de pessoas deslocadas, um local temporário, para estradas curtas: os presos não era condenados as presigangas, mas nelas depositados por condenação ou imposição do trabalho forçado, por recrutamento forçado ou para receber castigo corporal.¹⁴⁵ (FONSECA, 2009).

As galés – espécies de presigangas, que foram utilizadas em Portugal entre os séculos XIII e XVII, e até o final da União Ibérica (1580 – 1640), era uma espécie de condenação, executadas a pena em um navio, onde o condenado era obrigado a realizar trabalhos nos barcos, como forma de cumprimento de pena, de forma insalubre e precária, o que reduzia seu tempo de vida. Todavia, como já abordado, a pena de degredo era a pior que poderia-se receber. Pois eram dois anos de exílio para o Brasil e compreendia o uso de ferros – correntes, calceta ou grilheta.

As prisões no passado (Calabouços, Aljube e Presigangas), tinham contornos e características de uma sociedade escravista. Suas modificações iniciaram-se com as reformas iluministas e a nova forma de enxergar o homem, escravo ou liberto, como ser um ser humano.

Com o advento das idéias iluministas no final do século XVIII, que defendiam o ideal de prisão embasadas nos princípios de Beccaria, em *Dos delitos e das penas* (1763), juntamente com o *O espírito das leis* (1748) e *Cartas persas* (1721) de Montesquieu, e as *Cartas Inglesas*, de Voltaire (1734), onde as normas deveriam ser positivadas, os poderes dividido (executivo, legislativo e judiciário), bem como as penas incumbiam de proporcionalidade e conformidade com o fato do crime (gravidade). Apesar da proliferação iluminista no continente Europeu, Portugal e Brasil não alteraram sua organização social e política,

¹⁴⁵FONSECA, Siqueira Paloma. *A presiganga real (1808-1831): Trabalho forçado e punição corporal da marinha. História nas prisões no Brasil*, v. I. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2009.

mantendo a lógica jurídica penal, vinculada ao absolutismo monárquico, até meados do século XIV.

As medidas pombalinas do despota esclarecido Marques de Pombal, tiveram a tendência de certificar as fontes do direito e a disciplina da jurisprudência por meio da Lei da boa Razão (1769); a formação jurídica e a disciplina do discurso dos juristas foram impulsionadas pela reforma na Faculdade de Direito de Coimbra (1772); a sistematização do direito legislativo, como tentativa do novo código criminal; a reforma da organização judiciária senhorial de 1790 e 1792; e a criação do poder de polícia - Intendência Geral de Polícia.

Tais mudanças absolutistas modificaram a forma de distinguir o pecado e o vício, e posteriormente o poder de intervenção do direito régio. O direito e a lei tornaram-se instrumentos de propaganda, buscando técnicas para o sistematiza-lo de maneira racional, fundado no pombalismo jurídico.

Ao contrario de Portugal, o Brasil não abdicou com rapidez da fantasia absolutista, nem quando aboliu-se a escravatura (1888), e nem com a instauração da República (1889). Ainda havia o ideal utópico do controle social disseminado pelo poder de polícia, que tentava manipular a massa de ex-escravos e de trabalhadores urbanos. Mudanças nas estruturas sociais, políticas e econômicas, modificaram a finalidade das prisões, a própria privação de liberdade passou a ser a pena para os delitos. E assim sendo, as casas de correção, inspiradas no modelo de Panóptico de Bentham, começaram a ser construídas no Brasil, todavia vale a observação de que nossa sociedade nunca foi plural ou igual, desde a colonização há distintas e estratificadas classes sociais, as menos favorecidas (pobres, imigrantes e escravos) sempre foram as mais encarceradas no Brasil.

A primeira penitenciária da América Latina foi construída na antiga capital do estado brasileiro – Rio de Janeiro, iniciando-se seus alicerces em 1834, e finalizando-a em 1850. Ela foi chamada de Casa de Correção. A curiosidade, a construção da casa penitenciária do Chile, iniciou-se no ano de 1844, seguindo o modelo da Filadelfia, e seus primeiros detentos datam do anos de 1847, tendo o seu pleno funcionamento no ano de 1856. O Peru iniciou em 1856 a construção da penitenciária de Lima, seguindo o modelo de Auburn, finalizando-a em 1862. A penitenciária de Quito, foi concluída em 1874, e a de Buenos Aires em 1877.

Para Vasconcelos¹⁴⁶ (VASCONCELOS, 2011) as Casas de Correção nasceram com o

¹⁴⁶VASCONCELOS, Karina Nogueira. *O cárcere: racionalismo da pena e adestramento do corpo na modernidade*. Paraná: Editora Juruá, 2011.

intuito de obrigar vagabundos e mendigos a conduzirem suas próprias vidas, conforme as necessidades da indústria. Nessas casas eram detidos além de mendigos e vagabundos ociosos, prostitutas e ladrões. Inicialmente, essas casas eram ocupadas somente por autores de crimes menos graves, mas posteriormente foram detidos condenados à penas mais longas.

Além disso, fica claro o ideal que se buscava a instituição: um sistema penitenciário organizado harmonicamente que visasse “elevados e humanitários fins” para os sentenciados e para toda sociedade brasileira...buscavam a identificação do criminoso, a defesa da sociedade, além da regeneração dos indivíduos delinquentes...advindos do conceito da Escola Positiva, cujos ícones foram Cesáre Lombroso (1836-1909), Raffaele Garofalo (1851 – 1934) e Enrico Ferri (1856 – 1929), a prisão deveria converter-se em laboratórios de observação de indivíduos criminosos, a fim de ser possível estudar a personalidade criminosa¹⁴⁷ (SANT’ANNA, 2009).

A Casa de Correção estabeleceu que os prisioneiros condenados deveriam laborar em duas modalidades: a correcional e a criminal. Eram oferecidas oficinas de trabalho, incentivando o aprendizado e a persistência dos ofícios. Carpinteiros, alfaiates, encanadores, serralheiros, sapateiros, pedreiros, foram atividades empregadas. Muito parecida com os modelos sistemas americanos da Pensilvânia e Auburn.

Prisões no Brasil tiveram diferentes formas, modalidades e finalidades. As Casa de Correção construíram uma exceção à grande maioria das prisões, que ainda perduraram no Brasil, como as presidiárias, galés e calabouços, elas diferenciaram ao trazer o pensamento protestante de que o “trabalho dignificaria o homem, e o curaria do ócio e de seus vícios”.

A percepção do sistema penitenciário que emerge, por exemplo, da imprensa ou dos habitantes das cidades não é a mesma que guia as formulações propostas nos escritos oficiais das instituições. A cobertura dos jornais parece ressaltar, em muitas ocasiões, a imagem da prisão como “caldeirão do inferno” e dos presos como homens “perversos” e mentirosos.¹⁴⁸ (SANT’ANNA, 2009).

Nas palavras de Sergio Salomão Shecaira:

¹⁴⁷SANT’ANNA. Antunes Marilene. *Trabalho e conflitos na casa de correção do Rio de Janeiro. História nas prisões no Brasil*, v. I. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2009.

¹⁴⁸ SANT’ANNA. Antunes Marilene. *Trabalho e conflitos na casa de correção do Rio de Janeiro. História nas prisões no Brasil*, v. I. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2009.

O encarceramento é o tipo de sanção com maior impacto e visibilidade nesta sociedade. Em tempos distantes, as punições eram corporais e públicas. O suplício corporal era a prova visível e incontestável da ação do Estado. A sociedade moderna, por seu turno, na sua riqueza e complexidade, reclama soluções coletivas e não individuais. Construindo prisões, construindo ainda mais prisões, aprovando leis que preveem penas detentivas ainda mais severas, os autores da política moderna encontram um modo de fazer ver a todos, e em especial àqueles que trabalham sobre o crime como categoria comportamental, que alguma coisa está se fazendo a esse propósito; qualquer coisa, especialmente para que se possa reafirmar a “lei e ordem”. Nenhuma outra sanção, senão a prisão, atinge tal objetivo¹⁴⁹ (SHECAIRA, 2004).

Brasil diferiu sua população carcerária desde o início do encarceramento. Antes tínhamos os degredados – não existia delito pior do que ser obrigado a viver em outro país, ou continente, longe dos seus amigos e familiares. Depois os hereges e os que cometiam crimes contra o reinado e a própria majestade, eram presos provisoriamente, até serem condenados ao castigo. Em seus “suplícios”, o considerado delinquente, pagava pelo mau cometido à sociedade, com torturas e visando a confissão. Por fim adotando o modelo de Bethan, iniciou-se o modelo moderno de cárcere: As Casas de Correção em São Paulo e no Rio de Janeiro, serviram desde o início para acumular os inimigos excluídos da sociedade brasileira.

2.3 O “inimigo” no direito penal e na criminologia

O direito romano foi um dos primeiros a instituir a ideia de inimigo do Império, os *hostis*. Iniciaram a ideologia de aniquilação do inimigo, e desta forma contribuíram como fundamento a expansão e ao poder punitivo. Já citada, a revolução industrial tornou a forma de manipulação e controle social de excedentes como eficazes e eficientes, sendo funcional à ascensão da classe burguesa.

Nos séculos XX e XXI, diversos exemplos trazem a influência que a propaganda teve em guerras e conflitos. O modelo norte-americano de organização social difundiu com excelência o conceito de inimigo; os modelos sociais “bases” de comportamento e validação,

¹⁴⁹SHECAIRA, Sérgio Salomão. *Criminologia*. 5ª edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

com propagandas que instituíram e popularizaram a: “guerras às drogas”, a “guerra ao terror”, e a política do *Law & Order*.

Zaffaroni apresenta-nos sobre um direito penal subterrâneo e discriminatório:

Como consequência, tem-se a legitimação de uma economia de poder em que é possível, em um momento, a aplicação de um sistema penal limitado por garantias legais vinculadas à culpa e ao direito penal do fato, àqueles considerados iguais, para quem seriam aplicadas penas destinadas à correção; e, quando da economia de poder dominante, a aplicação de um direito penal do autor que não conhece limites, pelo qual o poder punitivo pode desconsiderar garantias processuais tanto na determinação da culpa quanto na possibilidade de aplicação de medidas administrativas de contenção prévia, assim como permitir a existência de um direito penal subterrâneo violento e discriminatório¹⁵⁰ (ZAFFARONI, 2007, p. 51)

Zaffaroni analisa as teorias políticas que legitimaram esse discurso de rotulação. “os inimigos são selecionados de acordo com a política estabelecida, “quase sempre fundamentada no conceito de *periculosidade*¹⁵¹” (ZAFFARONI, 2007, p. 54). Como efeito, esses indesejáveis são sempre submetidos ao sistema penal paralelo, que molda o inimigo à sua vontade de controle social e leis.

Conclui-se que não existe um padrão de “inimigo” no mundo, (ZAFFARONI, 2007, p. 14): “uma vez que os pressupostos da criação dos mesmos passam por “necessidades” e “emergências” que não encontram limites objetivamente aplicáveis aos que detém o poder. Colhe-se na obra a observação¹⁵²”.

O Estado de Exceção¹⁵³ (AGAMBER, 2004) não é algo recente, limitando-nos apenas a era dos extremos, a mais de quatro décadas as “leis” estão sendo sancionadas na Europa como forma de legitimar a discriminação e excluir o inimigo de cada época. Normas para criminalizar não apenas pessoas negras e pobres e imigrantes estão sendo criadas no Brasil. Elas incriminam o inimigo *hostis*, o estrangeiro em si. A Globalização acentua a diferença econômica entre os

¹⁵⁰ZAFFARONI, Eugênio Raul. *O Inimigo no Direito Penal*. Tradução Sérgio Lamarão. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2007. p. 51.

¹⁵¹ZAFFARONI, Eugênio Raul. *O Inimigo no Direito Penal*. Tradução Sérgio Lamarão. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2007. p. 54.

¹⁵²ZAFFARONI, Eugênio Raul. *O Inimigo no Direito Penal*. Tradução Sérgio Lamarão. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2007. p. 14.

¹⁵³AGAMBER, Giorgio. *Estado de exceção*. Trad. Iraci D. Poletti. São Paulo: Editora Boitempo, 2004.

Estados, incentiva as pessoas a buscarem novos lares, a fim de encontrarem melhores condições de vidas.

Os deslocamentos populacionais vêm tornando-se realidade nos países do Hemisfério Sul, como a África e América Latina. No Brasil o aumento de imigrantes no ano de 2013 – eram de 1,9 milhões de estrangeiros. A grande maioria solicita refúgio ao CONARE – Comitê Nacional para Refugiados – onde em outubro de 2014, existiam 8.302 (oito mil trezentos e duas) solicitações de refúgio no Brasil, onde os solicitantes eram da África, Ásia (Oriente Médio) e América do Sul¹⁵⁴.

Para Juliet Stump, a Crimigração¹⁵⁵, as leis de imigração e a legislação criminal têm várias características em comum, capazes de gerar a indistinção prática entre ambas as áreas do direito: tanto a legislação criminal quanto a legislação migratória e promovem a distinção entre “*insiders*” e “*outsiders*”, portanto, ambas são sistemas de inclusão e de exclusão, que distinguem categorias de pessoas. (STUMP, 2006 p. 367 – 419). Segundo a autora, nos Estados Unidos da América, a crimigração ocorre: i) com a convenção do direito criminal e das leis de imigrações; ii) com as sanções penais que são reforçadas pelo direito criminal; iii) com a violação da lei de imigração que tem sido tratada na própria persecução penal. As consequências são em um primeiro momento a sanção penal (prisão criminal) e em um segundo momento a deportação/expulsão. (STUMP, 2006 p. 367 – 419).

Um dos fundamentos para a proteção dos EUA contra os estrangeiros é: “a proteção do mercado de trabalho”, bem como a preocupação nacional contra o “terrorismo”, após os ataques de 11 de setembro de 2001. A questão imigratória tem encontrado no direito criminal, uma solução. Materializa-se a corrente de *Günther Jakobs*¹⁵⁶ – O Direito Penal do Inimigo – que para Eugênio Zaffaroni: consiste na categorização de pessoas como cidadãos (aqueles que respeitam as leis estabelecidas pelo Estado regulador) ou como inimigos (indivíduos perigosos, que são submetidos a um “poder punitivo interno bruto”). O imigrante é frequentemente incluído nesse contexto do inimigo, observado através da lente negativa que o conceito encerra, e é-lhe muitas vezes negada a oportunidade de torna-se um membro pleno da sociedade onde pretende construir a vida¹⁵⁷ (ZAFFARONI, 2007, p.141).

¹⁵⁴CONARE – Comitê Nacional dos refugiados. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/153-refugiados-e-o-conare>. Acesso em 15 de abril de 2019.

¹⁵⁵STUMP, Juliet. *The Crimmigration Crisis: Immigrants, Crime and Sovereign Power*. In: *American University Law Review*. Vol 56:2, 2006. p.367- 419.

¹⁵⁶JAKOBS, Günther; CANCIO MELIÁ, Manuel. *Direito Penal do Inimigo – Noções e críticas*. Tradução André Luís Callegari e Nereu José Giacomolli. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

¹⁵⁷ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *O inimigo no direito penal*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2007.p.143.

Na esfera da securitização aplicada à imigração, o estrangeiro surge como ameaça a uma identidade, impondo-se pela oposição ao “*outro*”, e é apresentado como um rival aos nativos desse país, não como um elemento que pode vir a fazer parte da sociedade. O indivíduo deixa de ser punido por cometer uma infração e passa a ser punido “*por fazer parte de*” ou “*ser um deles*”. Na realidade, esse processo não identifica só o *fato*, ele identifica especialmente um tipo de *autor* que comete o fato e que é considerado *o outro*, envolvendo também todos os elementos que contribuem para essa identificação como *o outro*¹⁵⁸ (GUIA, 2012, p.90 – 120.).

Criminalizar a imigração, convergindo leis penais em leis de imigração, é a nova tendência de países como os Estados Unidos da América, e a União Europeia que tipificando condutas em seus “estatutos de imigrações”, desenvolverem legislações de combate à imigração irregular, aumentaram as penas para quem fosse “imigrante ilegal” usando a medida administrativa de expulsão ou retirada compulsória, através dos mandamentos da criminalização.

Maria João Guia (GUIA, 2008) afirma que partindo do pressuposto da criminalidade, os imigrantes são sempre os primeiros a serem acusados, independente da comprovação da sua culpabilidade.¹⁵⁹

Os processos de formação da imagem do inimigo são três: primeiro há a passagem do inimigo individual (*inimicus*) para o inimigo coletivo (*hostis judicatus*) –o inimigo coletivo é considerado perigoso e desconhecido (imigrante), formando-se a imagem do inimigo romano de *hostis alienígena*, cabendo o julgamento deste ao poder judiciário, e também a opinião pública que tem suas bases ideológicas construídas pela mídia.

Abordando novamente o viés migratório e imigratório, que é muito importante para entender-se a questão, transforma-se um possível agressor individual em inimigo coletivo, principalmente com bases nas reações passionais e muitas vezes emocionais de identificação com a vítima, já o segundo processo citado acima, cria-se a imagem do inimigo coletivo como algo perigoso e diferente dos padrões considerados “normais” àquela sociedade. O segundo processo é baseado em ideologias distintas, onde o delito que incriminou o inimigo individual,

¹⁵⁸GUIA, Maria João. *Crimigração*. São Paulo: Revistas Liberdades, 2012.p. 90-120.

¹⁵⁹GUIA, Maria João. *Imigração e Criminalidade – Caleidoscópio de imigrantes reclusos*. Coimbra: Almedina, 2008.

o transformou em coletivo, sendo desta maneira, vislumbrado como um dissidente social *a priori* do delinquente.

Segundo Sá (SÁ, 2010, p.58):

o paradigma etiológico tradicional da compreensão do crime, segundo o modelo que vincula o crime a anormalidades de conduta, ainda não foi suficientemente superado nas práticas penitenciárias, na medida em que, por meio dos chamados programas de ‘reabilitação’, ‘ressocialização’ ou até mesmo terapêuticos, procura-se ‘corrigir’ desvios e desajustes, inclusive sociais, do indivíduo.¹⁶⁰

Sá¹⁶¹ ensina que a “sagacidade” ou “crueldade” acerca das ideologias devem-se a inversão nas relações de causa e efeito típicos da própria ideologia, o que é efeito passa a ser interpretado como causa, e vice-versa:

Nesta interpretação, a análise da conduta criminosa tem como foco de atenção o indivíduo em sua realidade orgânica e psicológica, diante do que se tem como pressuposto que “o indivíduo é centro de responsabilidade de sua conduta e é predominantemente nele que se situam as motivações pela conduta criminosa¹⁶² (SÁ, 2001).

A imagem formada de inimigo é fruto dos dois processos acima elencados, o primeiro migratório, que leva o inimigo individual ao coletivo, e a segunda imagem que o leva a se transformar em algo “diferente e indesejado”. O terceiro processo chega ao inevitável, pois vem do subjetivo do indivíduo, que é a própria criação da imagem do inimigo e sua incorporação – a autoimagem deturpada.

Conforme abordado, a criação da imagem de inimigo, tem se primeiramente no âmbito individual (*inimicus*) e em seguida em coletivo (*hostis*), que é a fase onde a opinião pública incorpora sua opinião de aversão e medo do outro, informalmente. Tal fato também ocorre com o poder judiciário. Em detrimento deste processo, a vítima cria inimizade e um sentimento de injustiça e discriminação em relação aos *inimigos*), de maneira a ser compreendida como passional e emocional, ao mesmo viés que a sociedade e a coletividade identifica a

¹⁶⁰SÁ, Alvino Augusto de. *Criminologia Clínica e Psicologia Criminal*. 2ª Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2010, p. 58.

¹⁶¹SÁ, Alvino Augusto de. *Criminologia Clínica e Execução Penal*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

¹⁶² SÁ, Alvino Augusto de. *Criminologia Clínica e Execução Penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011, p. 94.

vítima com esses sentimentos, o identificando como *hostis judicatus*¹⁶³ (SÁ, 2012, p. 147).

A identificação que a vítima recebe, na verdade é um ato não transparente entre a mídia a opinião pública, e políticos e instâncias de controle, como ainda aponta Sá. A dicotomia vítima/agressor, onde o individual/coletivo sempre dá-se no sentido da vítima, sendo forte, resistente e muitas vezes imutável. E ainda:

a coletividade ao identificar-se com a vítima, começa a ter uma certa “empatia” com ela, mas não da forma de colocr-se no lugar da vítima, e sim de sentir de “pena”, centrando-se assim em si mesma. Desta forma, quem identifica-se com a vítima, escolherá o agressor como inimigo, criando para com ele uma relação de ódio e vingança¹⁶⁴ (SÁ, 2012, p. 217).

A opinião formada em uma base crítica de emoções e paixões, que vem dos sentimentos de ódio e vingança contra o seu *inimicus*, então personificando e identificando o “hostil”, sendo bem mais visível a dicotomia existente na sociedade entre vítima e agressor, que no fundo foi criada a partir de uma ideologia e da prática social pela qual a coletividade tende a enxergar a vitimização e o agressor, parte de suas vidas, identificando-se com um deles. E perante um determinado crime, a sociedade enxerga-se como vítima em potencial e não potencialmente como agressor (que é). A ideia de “poderia ter sido eu”, associa-se à vítima, a partir do que se tem identificação com a mesma, tendo-se como externalidade negativa a criação de um distanciamento com o agressor.

O Estado usa instrumentos aparentemente legais para punir o *inimicus*, o criminoso de uma só vítima. Na verdade, porém, seus instrumentos se tornam viciados e contaminados pelo *clamor público* na guerra contra a guerra. Em decorrência deste vício e contaminação, o inimigo individual se torna um inimigo coletivo, com todas as consequências daí decorrentes em termos de tratamento penal e penitenciário¹⁶⁵ (SÁ, 2012, p.148).

¹⁶³SÁ, Alvino Augusto de. Desafios da Execução Penal Frente aos Processos de Construção da Imagem do Inimigo. Revista Brasileira de Ciências Criminais, ano 20, vol. 99, nov.-dez. de 2012, p. 217

¹⁶⁴SÁ, Alvino Augusto de. Desafios da Execução Penal Frente aos Processos de Construção da Imagem do Inimigo. Revista Brasileira de Ciências Criminais, ano 20, vol. 99, nov.-dez. de 2012, p. 217.

¹⁶⁵SÁ, Alvino Augusto de. Desafios da Execução Penal Frente aos Processos de Construção da Imagem do Inimigo. Revista Brasileira de Ciências Criminais, ano 20, vol. 99, nov. - dez. de 2012, p. 218.

A sociedade dual e em constantes conflitos é em detrimento de uma ideologia social dominante, muitas teorias afirmam o motivo que abandonou-se todos os modos tradicionais outrora conquistados pelo homem, não colocando nada no lugar das antigas formas. A sociedade em que vivemos é amórfica, sem regras pré-estabelecidas e totalmente em constante conflitos e incertezas. Ela está manifestada na realidade do poder punitivo que são meros discursos de racionalização e justificação legitimadoras. Tal ideologia tem como características a sua própria separação, ou dualidade, e são exemplificadas no julgamento informal da opinião pública, principalmente desempenhado pelo papel da mídia que os “acirram”.

2.4 – A criação o inimigo (*hostis/outsider*) pela mídia

A mídia e os meios de comunicação desempenham a função de apresentar a sociedade em uma forma de espelho, e também de intervir, não de forma neutra apenas emanando as notícias, mas também formando valores sociais dominantes e influenciados na conformação das atitudes e condutas humanas, transmitindo assim uma imagem codificada de mundo (SHECAIRA, 2008)¹⁶⁶ fazendo parte dos processos de socialização dos membros do corpo social¹⁶⁷ (NATALINO, 2007, p.44).

De um lado atua como difusora de padrões: introjetando no nosso cotidiano diversas formas de ideologias, onde a sociedade dual, reflete e reverbera as tais idéias para a manutenção contínua do processo de socialização dos indivíduos, atuando como instrumento de manutenção da ordem simbólica, bem como do inconsciente coletivo na sociedade¹⁶⁸ (BOUDIEU, 1997, p.20). Preceitos sociais são reproduzidos, mantidos ou descartáveis, sendo esses inseridos nos veículos da imprensa na lógica do mercado. Assim a mídia atua no mundo globalizado.

Como esses veículos são empresas capitalistas cujo objetivo é o lucro, a sua atuação está condicionada à aceitação de dois clientes essenciais: o público e os anunciantes¹⁶⁹ (NATALINO, 2007, p.44) por isso, o conteúdo jornalístico divulgado não pode ir de encontro à opinião pública em assuntos relevantes, pois isso levaria à perda de interesse do público e,

¹⁶⁶ SHECAIRA, Sérgio Salomão. *Criminologia*. 3ª Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

¹⁶⁷ NATALINO, Marco Antônio Carvalho. *O Discurso do Telejornalismo de Referência*. São Paulo: Método, 2007, p. 44.

¹⁶⁸ BOUDIEU, Pierre. *Sobre a Televisão*. Tradução de Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1997. p. 20.

¹⁶⁹ Segundo esclarece Marco Antônio Carvalho Natalino, “as contradições entre interesses dos leitores e dos anunciantes criam as particularidades fundamentais da imprensa para Weber. Por um lado, os leitores têm interesse em ser instruídos e informados objetivamente sobre temas diversos; por outro, os anunciantes ‘expressam as necessidades da propaganda e do mundo dos negócios’”. NATALINO, Marco Antônio Carvalho. *O Discurso do Telejornalismo de Referência*. São Paulo: Método, 2007, p. 44.

portanto, de audiência¹⁷⁰(BOURDIEU, 1997, p. 34). Por sua vez, a perda de público levaria à perda de credibilidade e de investimentos publicitários, essenciais à manutenção e sobrevivência dos veículos jornalísticos¹⁷¹ (NATALINO, 2007, p.44).

Esses motivos fazem do conteúdo midiático divulgado e difundido ir ao encontro da opinião pública, assim o público consome a notícia, o interesse sobre os fatos narrados, pelas notícias das novas mídias, pelo telejornalismo, entre outros.

Todos os meios de comunicação têm fatores capitalistas e mercadológicos não partindo da autonomia da imparcialidade e da interdependência. Atuam fora da lógica do mercado tradicional, e tem sua própria lógica, a busca pela inovação, a descoberta, e a criação de novos nichos a explorar. As três formas que ela baseia sua legitimação são: o interesse pela própria legitimação de seus consumidores, e o também reconhecimento publicitário e de seus próprios jornalistas. Vale ressaltar que nem toda notícia difundida advém do mercado ou de interesses, ainda existe espaço para produção não homogeneizada, porém á de se criticar uma profissão onde não mais necessita-se de diploma universitário, e em especial quando envolve o direito penal e a criminologia, percebe-se o total despreparo para apresentar a notícia.

A sobrevivência de um veículo de imprensa depende de seu domínio e atuação de acordo com as regras de concorrência de mercado, o que por si só, afasta a visão ingênua do jornalismo de massa como “espelho da realidade”¹⁷² (BOURDIEU, 1997, p. 67), e apesar de representar um microcosmo nas quais leis próprias existem, o mercado jornalístico/midiático é fortemente influenciado por pressões econômicas e a censura das notícias. Como forma de atrair o público e manter a publicidade, bem como a audiência, os meios de comunicação recorrem-se aos chamados “fatos que são de natureza a interessar a todos, como exemplo a política, a saúde a economia, a violência, o medo, etc...

São notícias que provém de ideais comuns, do cotidiano, acontecimentos um tanto triviais, sendo qualquer um o emissor ou o receptor. Porém para manter a audiência, a venda a publicidade, o controle social, entre outros quesitos, elas tendem a assumir um posicionamento passional de identificação com a vítima e ao mesmo tempo sendo maniqueísta (demonizando o agressor), aproveitando da construção social existente de “inimigo *outsider*”, como diria

¹⁷⁰BOURDIEU, Pierre. *Sobre a Televisão*. Tradução de Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar 1997, p. 34.

¹⁷¹NATALINO, Marco Antônio Carvalho. *O Discurso do Telejornalismo de Referência*. São Paulo: Editora Método, 2007, p. 44.

¹⁷²BOURDIEU, Pierre. *Sobre a Televisão*. Tradução de Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1997. p. 67.

Zaffaroni: “alimentar e reforçar os piores preconceitos sociais para estimular publicamente a identificação de inimigo da vez”¹⁷³ (ZAFFARONI, 2007, p. 57).

Como aponta Sá:

O discurso noticioso jornalístico faz uma distinção, ou melhor, uma cisão entre o “nós” e o “eles”. Do lado do “nós”, estão as pessoas de bem, idealizadas, nas quais não se observa qualquer conflito. Do lado do “eles”, está o “outro”, os “inimigos públicos”, a saber, o estrangeiro, o negro, o pobre, o louco, o criminoso¹⁷⁴ (SÁ, 2010, p. 320).

A adoção do discurso “nós” x “eles” é uma rotulação estigmatizante (*labelling approach*) dos considerados criminosos que quando massificados e tratados como objetos e não como sujeitos com direitos e deveres, é caracterizado como forma pejorativa, não dando-lhes voz para a sua própria versão dos fatos, apenas confirmando e legitimando a estigmatização. Essa diferenciação propagada e estimulada ao ódio, ao preconceito, e à desumanidade da sociedade é um jogo utilizado na estratégia da obtenção da aprovação da opinião pública, e assim convence-los de que existe a constante insegurança, o medo, e a violência, fazendo-os acreditar que as prisões são a solução para os inimigos.

A notícia necessita ser verídica, e para isso são utilizados quatro mecanismos: i) os âncoras e repórteres, a quem cabe estabelecer a validade argumentativa, isto é, a credibilidade da notícia e do jornal; ii) os especialistas, selecionados circunstancialmente e utilizados para confirmar o tom adotado pela reportagem; iii) as vítimas e seus familiares e amigos, utilizados para provocar empatia e afeto no público; e iv) os acusados, representados na maioria das vezes como uma voz ausente e, quando presente, é utilizada para estigmatizá-los de forma depreciativa e preconceituosa¹⁷⁵ (NATALINO, 2007, p. 88).

A linguagem jornalística, na sua atuação e propagação, atua como um estilo opinativo direto, os jornais considerados sérios, geralmente não utilizam de adjetivações depreciativas ao sujeito da notícia. Todavia essa adjetivação vincula-se a vitimização e à ação descritiva, como por exemplo o uso de muitos adjuntos adverbiais que transmita discretamente o posicionamento do meio de comunicação. É bem mais utilizada a vítima, caracterizando-a como “vulnerável”,

¹⁷³ZAFFARONI, Eugênio Raul. O Inimigo no Direito Penal. Tradução Sérgio Lamarão. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007. p. 57.

¹⁷⁴SÁ, Alvino Augusto de. *Criminologia Clínica, Ideologia do Inimigo e Controle Punitivo no Sistema Carcerário*. *Revista dos Tribunais*, ano 101, out. de 2012, vol. 92. p. 320.

¹⁷⁵NATALINO, Marco Antônio Carvalho. *O Discurso do Telejornalismo de Referência*. São Paulo: Editora Método, 2007, p. 88.

“dedicada”, “reputação ilibada”, “indefesa”, “inocente”, repleta de bondade...assim conectando o público a ela, e em contrapartida a aversão ao agressor¹⁷⁶ (NATALINO, 2007, p. 52).

O jornalismo de referência – populares e sensacionalistas, buscam menos a objetividade, expressam a sua opinião de forma tendenciosa, também permitindo que o receptor da notícia, assim o faça e o adote, tentando sempre envolver o leitor/telespectador, o aproximando dos próprios “personagens” da literatura romântica. E por atrair o público, a televisão já teve em sua história programas como: “O aqui agora”, apresentado na década de 1990 pelo jornalista Gil Gomes; o “Boletim de ocorrência”, apresentado por Afanásio Jazadi, o “Linha direta” da rede televisiva mais popular e com maior audiência no Brasil, a Rede Globo; o “Cidade alerta” apresentado na época por Marcelo Rezende, e o “Brasil urgente”, protagonizado por José Luiz Datena.

Todos esses programas têm em comum o estilo opinativo e demonizante de abordar o agressor, e de atribuir bondades as vítimas. O noticiário policial chama a atenção da audiência com a exposição do extracotidiano no cotidiano. O que acaba por normalizar os conflitos e consequentemente a banalização da violência e do mal¹⁷⁷ (ARENDT, 1999) criando a constante sensação de insegurança e terror.

Os jornais de referência, na busca da objetividade e da falsa imparcialidade, criando a narrativa do delito romanceado, onde a voz do “especialista” é usada para transferir e autorizar opiniões. Os fatos sempre são narrados com emoção, e superficialmente, onde a ideia dos tais “especialistas” são apenas falácias pré-estabelecidas com ar de veracidade e efeito. Como regra, a vítima, ou pessoas ligadas a ela, têm vozes para “clamar” o punitivismo e a vingança contra o agressor, também implantando a ideia que qualquer um de nós também poderia ser o proliferador do mal, devendo todos clamarem pelo combate à impunidade e a injustiça. Eugénio Zaffaroni destaca:

Os serviços de notícias e os formadores de opinião são os encarregados de difundir este discurso. Os especialistas que aparecem não dispõem de dados empíricos sérios, são palpiteiros livres, que reiteram o discurso único. Com frequência instrumentalizam-se vítimas e seus parentes, aproveitando, na maioria dos casos, a necessidade de desviar culpas e elaborar o dolo, para que encabeçam campanhas de lei e ordem, nas quais a vingança é o principal objetivo. As vítimas assim manipuladas

¹⁷⁶NATALINO, Marco Antônio Carvalho. *O Discurso do Telejornalismo de Referência*. São Paulo: Editora Método, 2007, p. 52.

¹⁷⁷ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1999.

passam a opinar como técnicos e como legisladores e convocam os personagens mais sinistros e obscuros do autoritarismo penal *völkisch* ao seu redor, diante do que os políticos amedrontados se rendem, num espetáculo vergonhoso para a democracia e a dignidade da representação popular.¹⁷⁸ (ZAFFARONI, 2007, p. 75).

Na mesma narrativa Sá aponta: “o que a mídia procura nos especialistas não é uma informação mais cientificamente embasada sobre a matéria em foco, tenha essa informação o teor que tiver, mas uma informação científica, ou tida como científica, que sirva para embasar ‘cientificamente’ aquilo que ela, mídia, quer divulgar e passar como ideia verdadeira (ideia dominante)¹⁷⁹”. (SÁ, 2012, p. 321).

Criando-se a narrativa policial, a vítima sempre é dotada de virtudes, o que a identifica com a opinião pública, o agente policial (quando não é o acusado), recebe as vestes de herói e mantenedor da ordem pública, da moral e dos bons costumes, e ao acusado, sobra-lhe o papel de vilão e a própria personificação do mal. A imagem acaba ganhando mais cosmos, quando este perde a oportunidade de voz, tornando-se fácil a aceitação do bem contra o mal (de quem nem pode narrar seus fatos).

O público próximo a vítima, identificando-se com ela, e opõe-se ao inimigo (sem voz), cria-se um personagem misterioso, desprovido de bons sentimentos, desconhecido, diferente, perigoso, não confiável. A única veracidade desses fatos todos é que o acusado está sendo imputado a algum delito. As poucas vezes que o considerado criminoso consegue ter voz para expressar-se, a finalidade é invariavelmente a tentativa de construir uma retórica estigmatizante¹⁸⁰ (NATALINO, 2007, p. 109).

Bourdieu em outras palavras diz: “os apresentadores de televisão “não só não ajudam os desfavorecidos, como também, se assim se pode dizer, afundam-nos. De inúmeras maneiras: não lhes dando a palavra no momento certo, dando-lhes a palavra no momento em que já não esperam, manifestando a sua impaciência etc.¹⁸¹” (BOURDIEU, 1997, p. 47).

Por fim menciona-se sobre a criação da imagem do acusado estigmatizado e dotado de preconceito, na própria utilização de imagens, previamente selecionadas para corroborar com a

¹⁷⁸ZAFFARONI, Eugênio Raul. *O Inimigo no Direito Penal*. Tradução Sérgio Lamarão. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2007. p. 75.

¹⁷⁹SÁ, Alvino Augusto de. *Criminologia Clínica, Ideologia do Inimigo e Controle Punitivo no Sistema Carcerário*. Editora Revista dos Tribunais, ano 101, out. de 2012, vol. 924, p. 321.

¹⁸⁰NATALINO, Marco Antônio Carvalho. *O Discurso do Telejornalismo de Referência*. São Paulo: Editora Método, 2007, p. 109.

¹⁸¹BOURDIEU, Pierre. *Sobre a Televisão*. Tradução de Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1997. p. 47.

ideia do fato maniqueísta narrado. Quando o acusado não fala, as imagens associadas a ele são sempre deste estando algemado; sendo preso; escondendo o seu rosto; ou algo que traga a menor empatia a aquele ser humano. Esse recurso é muito utilizado pela televisão, ou atualmente nas novas mídias sociais. Boa parte da população brasileira é analfabeta funcional, quando não analfabeta, o que possibilita que as notícias ainda sejam passadas via meios que não exijam tanta leitura e compreensão. E onde “inexiste a cultura da busca por novas fontes de informação”¹⁸² (HAMBURGUER, 2002, p.55). A imagem do criminoso é criada pela luta incessante por audiência vinculada aos interesses econômicos e ao controle social.

E assim o suposto agressor ou “inimigo *outsider*” transforma-se em um potencial agressor de todos da sociedade, até de nós mesmos. A criação do inimigo coletivo perante a imagem do *hostis alienígena* – desconhecido, sem voz, misterioso, diferente, perigoso, estranho, imprevisível e que pode fazer o mal a qualquer momento, por conta dessas características rotuladas e estigmatizadas, deve ser mantido fora da sociedade, e devemos vence-lo, puni-lo, e vingarmos-nos dele, percebendo neste momento, a função das prisões. Aos rejeitados o cárcere e o abandono apresentam-se como soluções ao problema.

2.5 – O Poder Judiciário e a formação do inimigo

O julgamento formal do judiciário e o julgamento informal da opinião pública devem ser distintos e peculiares. Pela lógica, o judiciário tem a preparação para julgar e desenvolver o devido processo legal. A opinião pública é leiga, e muitas vezes está tendenciada ao punitivismo. Espera-se do judiciário um julgamento imparcial, que respeite as garantias fundamentais e o Estado democrático de direito, que seja técnico e racional e sem emoções. Além do que as consequências da esfera judiciária, traz problemas como a superlotação carcerária; o encarceramento em massa; e a legitimação da violência institucionalizada e policial. Como aponta Reale Júnior:

A justificação interna estaria na estrutura lógico-dedutiva silogística, pela qual a decisão judicial seria formada por uma premissa maior consistente na hipótese de direito (*quaestio júris*), e uma premissa menor relativa ao fato (*quaestio facti*), diante do que a decisão judicial resumir-se-ia à subsunção da premissa

¹⁸²HAMBURGUER, Esther. *Indústria Cultural Brasileira (Vista Daqui e de Fora)*. In: MICELI, Sérgio (Org.). *O que ler na ciência social brasileira: 1970-2002*. São Paulo: Editora Sumaré, 2002. p. 55.

maior à premissa menor, retirando-se daí a consequência prevista na lei.¹⁸³
(REALE JÚNIOR, 2004, p.230).

A positividade das normas, como já abordado, fundada em Beccaria e Ferrajoli deveriam ser além de uma referência, uma limitação dos caminhos interpretativos proferindo-se decisões judiciais com racionalidade e universalidade. Porém o judiciário vem desempenhando um papel construtivo e constitutivo diante o alarde e a incitação de determinados crimes, propagados pelos meios de comunicação. Os fatores externos deveriam ser meramente interpretativos pelo viés jurisprudencial e doutrinário. Outro problema é que existem doutrinas de direito de todas as “espécies”, algo bem mercadológico, algumas pregam o Direito Penal Máximo e do Inimigo, fugindo dos princípios basilares do direito e das orientações jurisprudenciais, não permitindo segurança à práxis jurídica, onde a utilidade prática das teorias não tem coerência com a dogmática e com os casos concretos. O judiciário encontrou a forma de legitimar-se também nas teorias.

Na tentativa de solucionar a grande demanda processual, e apresentar respostas ao clamor social, o judiciário assume determinadas posições, baseada na doutrina que melhor lhe confere segurança externa sobre a tomada de decisões.

Os tribunais, em certo sentido, podem escolher livremente o resultado material que lhes convenha, pois para qualquer resultado poderão aduzir algum apoio na bibliografia (...) [uma vez que] a jurisprudência sempre invoca só em atenção a um resultado concreto uma postura concreta, mas não assume o contexto de dedução dessa postura individual em seu conjunto, produzindo finalmente tão só resultados carentes de dedução sistemática, é dizer, uma típica justiça de cadí sem verdadeiro fundamento científico-jurídico¹⁸⁴ (SCHÜNEMANN, 2001, p.43).

Miguel Reale Junior expõe que além de valorizar a prova, o juiz pode intervir em sua construção, quando invoca o direito de presidir a produção de provas, bem quando dirige os interrogatórios, colhendo depoimento de testemunhas por perguntas direcionadas a um certo

¹⁸³REALE JÚNIOR, Miguel. *Razão e Subjetividade no Direito Penal Brasileiro*. Ciências Penais: Revista da Associação Brasileira de Ciências Penais, v. 1, n. 0, jan/jul, 2004. p. 230.

¹⁸⁴SCHÜNEMANN, Bernd. *Cuadernos de Doctrina y Jurisprudencia Penal*. Buenos Aires: Editora Ad Hoc, 2001. p. 43.

sentido, não sendo assim imparcial¹⁸⁵ (REALE JÚNIOR, 2004, p. 234 – 235). Prado também corrobora com Reale Junior:

O juiz, ao analisar um depoimento, deixa-se influir, inconscientemente, por fatores emocionais de simpatia, de antipatia, que se projetam sobre as testemunhas, os advogados e as partes. As experiências anteriores do julgador também podem acarretar reações inconscientes favoráveis ou desfavoráveis a respeito de mulheres ruivas ou morenas, de homens com barba, de italianos, ingleses, padres, médicos, de filiados a determinado partido político, por exemplo. Esses preconceitos, que podem ser involuntários ou inconscientes, afetam a memória ou a atenção do julgador e influem sobre a credibilidade das testemunhas ou das partes¹⁸⁶ (PRADO, 2003, p.19).

Prado ainda afirma que o modo formal que o judiciário atua, muitas vezes é ferramenta para encobrir os subjetivismos que influenciam no “livre convencimento motivado”, pois é dessa forma, que eles omitem o verdadeiro modo como racionalizam ao decidir – como humanos que são. Eles partem de suas próprias premissas, vislumbram a solução que seja e consideram justa, e então buscam argumentos jurídicos para tal decisão.

No entanto como já citado, o julgador é um humano, com convicções e ideais, também sendo influenciado pelos elementos pessoais, por ideologias dominantes, experiências de vida e vivência – os traços subjetivos. Neste processo de tomada de decisão, o juiz está submetido à ideologia social e a visão dicotômica da sociedade, que ele também a habita. A pressão social ao punitivismo, influenciado muitas vezes pelos meios de comunicação, tende a fazer o juiz acatar o discurso de vingança e ódio da mídia contra o agressor. Como juristas, sabemos que muitas vezes o réu já está condenado, antes mesmo da persecução penal. A decisão condenatória apenas legitima uma verdade social pré-estabelecida da vingança social¹⁸⁷ (SÁ, 2012, p. 2019).

Aos juízes que tentam esquivar-se da aplicação do discurso do “nós contra eles”, acabam por sofrer eles mesmos uma reação social negativa, onde acabam sendo acusados de conivência com o inimigo¹⁸⁸ (SÁ, 2012, p.323). No item, a reprodução das desigualdades no sistema penal, foi apresentado o perfil dos julgadores brasileiros, que são em grande maioria:

¹⁸⁵REALE JÚNIOR, Miguel. *Razão e Subjetividade no Direito Penal Brasileiro*. Ciências Penais: Revista da Associação Brasileira de Ciências Penais, v. 1, n. 0, jan/jul, 2004, p. 234-235.

¹⁸⁶PRADO, Lídia Reis de Almeida. *O Juiz e a Emoção*. Campinas: Editora Milennium, 2003, p. 19.

¹⁸⁷SÁ, Alvino Augusto de. *Desafios da Execução Penal Frente aos Processos de Construção da Imagem do Inimigo*. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Criminais, ano 20, vol. 99, nov.- dez. de 2012, p. 219.

¹⁸⁸SÁ, Alvino Augusto de. *Criminologia Clínica, Ideologia do Inimigo e Controle Punitivo no Sistema Carcerário*. São Paulo: Revista dos Tribunais, ano 101, out. de 2012, vol. 924, p. 323.

homens, na esfera da Justiça do Trabalho, tendo entre 35 a 45 anos de idade, com companheiros, são religiosos, advindos das regiões Sul e Sudeste, de maioria racial branca, onde geralmente seus pais eram pessoas estudadas e puderam proporcionar uma boa educação e condições financeiras para que eles tornam-se magistrados. São pessoas de vida privilegiada, e juntamente com a seletividade do sistema penal – que pune crimes contra o patrimônio, a pobreza e a desigualdade social, torna-se compreensível a falta de identificação do magistrado com a vítima, ou até mesmo o agressor.

Reale Júnior corrobora: “ há situações, portanto, psicológicas e sociológicas que condicionam a compreensão do fato e da norma, levando a valorações antecipadas, como decorrência da educação familiar, do círculo cultural a que pertence, da posição social que se ocupa, da história de vida”¹⁸⁹ (REALE JÚNIOR, 2004, p. 240).

De acordo com a psicologia analítica, isto é consequência de um mecanismo de defesa do ego¹⁹⁰ onde os aspectos intrasubjetivos não aceitos da personalidade humana, são reconhecidos no outro, desta forma o agressor acaba integralizando os aspectos obscuros. Por força da sociedade, e dos ideais de bondade dos indivíduos bem como seus preconceitos e ideologias, a personalidade não explorada, não é admitida e integrada a consciência, acarretando na projeção, que apresenta tais características aos reconhecidos delinquentes. (SÁ, 2010, p.140).

A sombra e características que nós mesmos (não aceitas), são reconhecidas e identificadas no “inimigo *outsider*”, criando a imagem de *hostis*. Tais características não atuam apenas nos membros do judiciário, como também na sociedade, que descriminaliza e personifica o agressor como um mal a ser combatido – inimigos coletivos. Aos inimigos cabe a segregação, a punição e a cadeia. Os homens bons devem viver livres, e os homens ruins devem viver presos.

Se a população tem reações passionais diante de elementos intrasubjetivos decorrentes de mecanismos de defesa do ego no processo de criação da imagem do inimigo, os juízes, imbuídos do julgamento destes inimigos, estão ainda sujeitos a outro fenômeno

¹⁸⁹REALE JÚNIOR, Miguel. *Razão e Subjetividade no Direito Penal Brasileiro*. Ciências Penais: Revista da Associação Brasileira de Ciências Penais, v. 1, n. 0, jan/jul, 2004, p. 240.

¹⁹⁰Nas palavras de Sá, “mecanismos de defesa são ‘artimanhas’ pelas quais o nosso ego (instância psíquica responsável pela ‘administração’ da vida psíquica, pela busca de soluções e adaptações, falando em uma linguagem simplificada), busca livrar-se de experiências psíquicas (desejos, impulsos, sentimentos etc.) perturbadores, ameaçadores”. SÁ, Alvino Augusto de. *Criminologia Clínica e Psicologia Criminal*. 2ª Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2010, p. 140.

intrapsíquico consistente na inflação da persona¹⁹¹ (PRADO, 2003, p.45).

O ego do julgador, suas experiências pessoais, bem como seus conflitos internos e externos, projetam no réu seus conteúdos do inconsciente, e também legitima o crédito do ato antijurídico. A afirmação natural é que o mal só existe no réu, e este vive em um mundo totalmente diverso da sociedade que o juiz habita. Todavia por influência da opinião pública, e da mídia, o magistrado tende à condenação.

2.6 – O “inimigo *outsider*” nos processos (i)migratórios – a criação, formação e autoimagem

A formação do processo de “inimigo *outsider*”, primeiramente é do (*inimicus*) individual, partindo para o inimigo coletivo (*hostis judicatus*), legitimado pela decisão formal do judiciário e informal da opinião pública. O inimigo coletivo é identificado como um ser diferente em detrimento da sua cultura, raça, costumes, língua, alimentação, entre outros exemplos. Após a rotulação, o desconhecido é visto pela sociedade como perigoso e desconhecido, tornando-se *hostis alienígena*.

O ato cognitivo depende da variedade das fontes e da mutabilidade das circunstâncias pessoais e sociais que os historiadores expõem, assim, a informação não é “imutável” pelo fato de estar em uma “fonte”, muito menos é certa, partindo da percepção de subjetividade particular de cada pessoa¹⁹² (MATURANA, VARELA, 2001).

Trouxe-nos a neurociência conceitos de realidade objetiva e subjetiva, onde a primeira é impalpável pela percepção dos cinco sentidos – paladar, fato, olfato, visão e audição, a segunda, consiste no resultado da assimilação de estímulos que advém do mundo exterior e selecionados pela capacidade cognitiva de cada pessoa. Essa subjetiva é mutável e particular a cada ser humano. Desta forma, convem-se que as informações são assimiladas “particularmente” conforme a capacidade de compreensão de cada indivíduo (o grau de escolaridade, a situação econômica, as vivências sociofamiliares, etc).

Como resultado desse determinismo estrutural, um sistema vivo opera sempre em interação estrutural no meio e existe, como tal, enquanto essa interação for congruente. Ou seja, um organismo vive em constante

¹⁹¹PRADO, Lídia Reis de Almeida. *O Juiz e a Emoção*. Campinas: Editora Milennium, 2003. p. 45.

¹⁹²MATURANA, H. R.; VARELA, F.J. *A Árvore do Conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*. Trad. MARIOTTI, H.; DISKIN, L. São Paulo: Editora Palas Athenas, 2001.

interação no meio, de maneira co-determinada, o viver de um modula e é modulado pelo viver do outro, constituindo um todo inseparável, imbricado. Enquanto existir essa congruência, meio e organismo atuarão como possíveis perturbações mútuas que desencadearão, ou não, mutuamente mudanças estruturais¹⁹³ (MATURANA, 1997).

Conforme os autores afirmaram, a cognição não é a representação de um conhecimento *a priori*, é uma ação incorporada atuando constantemente com o mundo, a sociedade e o individual, baseando-se na história e diversidades de ações desempenhadas¹⁹⁴ (VARELA, THOMPSON, ROSCH, 1991). Desta maneira, nossa configuração pessoal, juntamente com a visão de sociedade, de fatos históricos, e em especial, das informações que recebemos dos meios de comunicação, propiciam nossa compreensão como das notícias e de fatos que recebemos.

O inimigo individual (agressor) quase sempre virará uma imagem do inimigo coletivo, apresentado com base nas relações passionais, de emoções e de identificações com a suposta vítima (que é a coletividade), em um segundo momento esse processo transformam-os em perigosos e diferentes, baseando-se em elementos ideológicos de um fenômeno de dissidência social intrínseca ao incriminado.

Tal conclusão é alcançada mediante três concepções etiológicas da conduta do crime, em uma concepção casualista do fato criminoso, associado na premeditação do criminoso, sendo esse pré-concebido como perigoso. “Ao analisarmos a conduta criminosa, o foco de atenção do indivíduo organicamente e psicologicamente, onde a premissa aceita é a de que: o indivíduo é centro de responsabilidade de sua conduta e é predominantemente nele que se situam as motivações para conduta criminosa”¹⁹⁵ (SÁ, 2001, p.94).

Abordar o inimigo e colocar neste a próprio causa do crime seria uma interpretação de um sintoma de causa *a priori* do ser incriminado, como se fosse inato ao criminoso, levando-o ao comportamento antissocial, e relembrando o pensamento criminológico da escola clássica. A interpretação etiológica e sedutora principalmente de uma sociedade individualista¹⁹⁶ (SÁ, 2011, p.94) retira o foco dos problemas principais a serem resolvidos (que são as reais causas

¹⁹³MATURANA, H.R. *A ontologia da realidade*. Organizadores: GRACIANO, V.; MAGRO, C.; VAZ, N. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.

¹⁹⁴VARELA, F.; THOMPSON, E.; ROSCH, E. *The Embodied Mind: Cognitive Science and Human Experience*. Cambridge: MIT Press, 1991.

¹⁹⁵SÁ, Alvino Augusto de. *Criminologia Clínica e Execução Penal*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011, p. 94.

¹⁹⁶MILLER, Arthur. *The Social Psychology of Good and Evil: Understanding Our Capacity for Kindness and Cruelty*. New York: Guilford, 2004. p. 24-25.

da dinâmica do crime, como a miséria, a pobreza, a desigualdade social, o preconceito, entre outros), trazendo a sensação de segurança e alívio para a sociedade e a opinião pública, que ao punir o inimigo individual ou coletivo, vê-se justificada e purificada dos males do mundo¹⁹⁷ (MILLER, 2004, p. 25 – 25).

Zaffaroni apresenta-nos que mediante determinado crime, existe o julgamento de fato e a condenação de uma pessoa, até porque, em regra, elementos pessoais do acusado deveriam influenciar apenas nas consequências da condenação e não no estabelecimento da culpa¹⁹⁸ (ZAFFARONI, 2007, p. 80). Interpretando etiologicamente, o crime e o elemento intrínseco do indivíduo que cometeu o delito, levá-lo-ia ao cometimento de novos delitos e condutas antissociais, levando-nos a concepção pré-determinada de criminoso¹⁹⁹ (SÁ, 2011, p. 124). Sá ainda afirma que a concepção causalista da conduta criminosa, acaba tornando-se predeterminista, onde o indivíduo criminoso em uma predisposição e predeterminação tende a prática do delito.

Deixando de lado a existência ou a não existência da causa criminógena do sujeito como um critério subjetivo, bem como, a identificação da periculosidade, não estariam sujeitas a qualquer conotação subjetiva ou envolvimento individual de quem avalia (judiciário e opinião pública)²⁰⁰ (ZAFFARONI, 2007, p. 103).

a conduta criminosa se deve a causas biopsicológicas, isto é, causas intrínsecas ao indivíduo, que fazem parte de sua estrutura, de sua constituição, de sua identidade, causas essas que se encontram em determinados indivíduos (que delinquiram ou que estão em sério risco de virem a delinquir), e não em outros, conclui-se que entre delinquentes e não delinquentes existe uma linha demarcatória, em função da qual eles muito se diferenciam, em função da qual os primeiros não pertencem ao mundo dos segundos. (...) ou seja, os delinquentes passam a ser indivíduos estranhos ao mundo dos não delinquentes. A tal linha demarcatória acima aludida e a ‘estranheza’ do delinquente em relação ao mundo dos não delinquentes (ou seja, sua não pertença a esse mundo), são decorrências naturais da concepção

¹⁹⁷SÁ, Alvino Augusto de. *Criminologia Clínica e Psicologia Criminal*. 2ª Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2010, p. 140.

¹⁹⁸ZAFFARONI, Eugênio Raul. *O Inimigo no Direito Penal*. Tradução Sérgio Lamarão. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2007, p. 80.

¹⁹⁹SÁ, Alvino Augusto de. *Criminologia Clínica e Execução Penal*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011, p. 124.

²⁰⁰ZAFFARONI, Eugênio Raul. *O Inimigo no Direito Penal*. Tradução Sérgio Lamarão. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2007, p. 103.

causalista da conduta criminosa e do conceito de periculosidade²⁰¹ (SÁ, 2011, p. 137).

O forte poder de convencimento e de sedução pode fornecer uma explicação tranquilizadora das desordens sociais presentes no mundo. A legitimação do poder legislativo, dos operadores do direito e da opinião pública, fortemente aceitas, e as medidas incitadas pela mídia sobre o punitivismo penal, são a “tábua de salvação” para medidas propostas que vão no sentido de findar os delitos e os criminosos.

A construção social maniqueísta de bem e mal não tem nenhum embasamento científico, e é apenas uma prática social que transforma a sociedade em dual. A sociedade separada, é controlada com facilidade.

A partir desta ideologia, alimenta-se a ideia de que o delinquente seria um inimigo da sociedade, tendo-se todas as consequências daí decorrentes. A criação desta imagem de inimigos como uma categoria de pessoa diferente de nós reconhecida apenas por sua perigosidade tem como consequência jurídica o desenvolvimento de um direito penal cindido caracterizado por um ideal retribucionista para os iguais e perigosista para os inimigos, com base na seletividade estrutural do poder punitivo²⁰² (ZAFFARONI, 2007, p. 97).

Em consequência, legitima-se uma economia de poder em que é possível a aplicação de um sistema penal limitado por garantias legais e vinculadas à culpa e ao direito penal de fato. Aos considerados pertencentes à sociedade aplicam-se penas destinadas à correção: a aplicação de um direito penal do autor que não reconhece os seus limites, muito menos o poder punitivo que pode desconsiderar garantias fundamentais basilares, tanto na determinação da culpa, quanto na possibilidade de aplicação de medidas administrativas de contenção prévia, assim permitindo a existência de um direito penal subterrâneo violento e de contenção prévia, permitindo a existência de uma direito subterrâneo violento e discriminatório²⁰³ (ZAFFARONI, 2007, p. 97).

Enquanto os indivíduos são selecionados como negros e pobres, aplicando-lhes imediatamente o estereótipo criminal de “atitudes suspeitas”, provenientes de uma família

²⁰¹SÁ, Alvino Augusto de. *Criminologia Clínica e Execução Penal*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011, p. 137.

²⁰²ZAFFARONI, Eugênio Raul. *O Inimigo no Direito Penal*. Tradução Sérgio Lamarão. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2007, p. 97.

²⁰³ZAFFARONI, Eugênio Raul. *O Inimigo no Direito Penal*. Tradução Sérgio Lamarão. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2007, p. 51.

desestruturada, como afirmaria Winnicott²⁰⁴: de meio ambiente pernicioso, e de formação amoral em detrimento aos costumes da sociedade vigente (classes sociais mais privilegiadas), ocioso, insubmisso, e que quer ter um *status* não condizente com suas condições – estranho, diferente e perigoso (WINNICOTT, 2001).

O terceiro processo na formação da imagem do inimigo, ocorre como ruptura, onde a necessidade da ocorrência deste processo, onde o inimigo integraliza essa imagem “estigmatizada e descriminalizada” a si mesmo, formando uma autoimagem de inimigo²⁰⁵ (SÁ, 2012, p.216). É um processo retroalimentado pelos dois primeiros (de inimigo individual e coletivo).

Este indivíduo é constantemente bombardeado pelo discurso da mídia, da opinião pública, de políticos e das instâncias de controle, sendo não apenas identificado como inimigo, mas também tratado como tal. Além disso, como a identificação de uma imagem de inimigo e o tratamento excludente decorrente atuam também como elemento de união dos membros da sociedade¹²⁴, o indivíduo criminoso naturalmente passa a não se reconhecer como participante desta mesma sociedade²⁰⁶ (SÁ, 2012, p.220).

Conforme abordado também por Elias e Scottson (ELIAS, SCOTSON, 2000), o processo de autoimagem do inimigo, acaba por ser uma mútua relação da sociedade e dos que recebem o estigma. O inimigo é deixado de lado pela sociedade, e esse também a exclui, pois a considera hostil e injusta. A intervenção da justiça criminal aprofunda a criminalidade atuando como verdadeiro elemento criminógeno e impulsionando o indivíduo identificado como o inimigo ao crime. A marginalização, a vulnerabilidade social e a seleção do sistema penal estão de encontro ao discurso midiático.

Os dois primeiros processos de formação da imagem do inimigo já têm por característica a influência em uma criminalização primária através da atuação de uma ideologia e uma prática social discriminatórias, o que gera uma condição de marginalização social e deterioração pessoal

²⁰⁴LOPARIC, Z. Winnicott. *Esboço do paradigma winnicottiano*. Campinas: Cadernos de História da Filosofia da Ciência, 2001.

²⁰⁵SÁ, Alvinio Augusto de. *Desafios da Execução Penal Frente aos Processos de Construção da Imagem do Inimigo*. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Criminais, ano 20, vol. 99, nov.- dez. de 2012, p. 216.

²⁰⁶SÁ, Alvinio Augusto de. *Desafios da Execução Penal Frente aos Processos de Construção da Imagem do Inimigo*. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Criminais, ano 20, vol. 99, nov.- dez. de 2012, p. 220.

dos indivíduos identificados como inimigos, tornando-os vulneráveis ao sistema penal, que é seletivo em relação a eles²⁰⁷ (SÁ, 2010, p.60).

O estigma incorporado leva as situações na vida do inimigo. Relacionados a esse estigma, este altera a sua concepção de si mesmo. A efetiva intervenção das agências de controle formal e informal aprofundam a consolidação das condições de marginalização para que o *outsider* rotulado, nunca consiga romper com os padrões impostos a ele. A mídia e os meios de comunicação contribuem de forma voraz para que isso aconteça. Propagando notícias onde o inimigo sempre é apresentado com péssimas qualidades, morando em um péssimo local, convivendo com também pessoas ruins, apresentando-se como culpa dele mesmo. Que não esforça-se suficientemente para mudar seu *status*.

Cynthia Carneiro em uma visão sobre os processos (i)migratórios afirma:

Seja pela racionalidade do sistema mundial de soberanias acerca das questões migratórias, política que tem resultado na propagação de campos de concentração, na figura de campos de refugiados, seja pela tradição jurídica interna de exceção, que tem marcado as questões migratórias no Brasil, o que resultou da Lei 13.445/2017 (BRASIL, 2017) foi ratificação do controle da regularidade migratórias nos postos de entrada, a expectativa de direito em relação à entrada e à permanência, a possibilidade de detenção e prisão dos imigrantes irregulares nos postos de entrada ou após ingressarem no território brasileiro, o controle policial de entrada e permanência, e seu componente criminalizador, além de todos os meios de saída compulsória presentes desde as primeiras leis migratórias instituídas no início do século XX, denunciadas pelos juristas liberais do período por serem “leis de exceção”²⁰⁸ (CARNEIRO, 2018).

A sociedade consolida os preconceitos sociais e ideológicos, excluindo e virando as costas para os indivíduos. Primeiro exclui-se o “inimigo”, tornam-o coletivo, este incorpora a imagem de *outsider* (acabando por enxergar a própria sociedade como inimiga), tornando-se um ciclo vicioso. Quem inicia essa guerra é a própria sociedade por meio de seu poder punitivo, e diante a realidade, cabe a própria sociedade tentar solucionar os problemas referentes a marginalização e pobreza, derivados dos processos de formação do inimigo, ou tentando

²⁰⁷SÁ, Alvino Augusto de. *Criminologia Clínica e Psicologia Criminal*. 2ª Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2010, p. 60.

²⁰⁸CARNEIRO, Cynthia Soares. *Políticas migratórias no Brasil e a instituição dos indesejados: a construção histórica de um “Estado de Exceção” para estrangeiros*. Fortaleza: Revista Opinião Jurídica, 2018.

prevenir a rotulação – mídia e opinião pública – ou evitando a influência de uma ideologia de descriminalização na criação de um pensamento de vulnerabilidade social.

ELEMENTOS DA COMUNICAÇÃO: DA CONTRUÇÃO DA REALIDADE AO CLAMOR SOCIAL

3.1 - A mídia e a construção da realidade

O salto tecnológico e comunicativo que o mundo globalizado acompanha desde a Guerra Fria, criou condições para uma sociedade comunicacional. O conhecimento (raso ou profundo), sobre economia, esportes, finanças, cultura, entretenimento entre outros, são muitas vezes oriundos da *media criminology/mass media*, onde o precedente é expressar-se, informar e ser informado.

Ideias como as de fiscalização do poder pelo povo, pluralismo político, representação participativa e separação de funções estatais pressupõem o exercício da liberdade da expressão e informação, um direito que abrange a possibilidade de opinar de forma favorável ou desfavorável sobre os temas de interesse público, e que na maior parte dos países democráticos em proteção constitucional. E a relevância dos meios de comunicação como agência responsável pela distribuição social da informação ganhou tamanha invergadura que há quem afirme, inclusive, contribuírem eles para a elaboração de novos conceitos de democracia, como por exemplo, os de democracia do público, democracia de opinião e democracia pós-representativa²⁰⁹ (SANTOS, 2012, p.46).

O direito à informação tem exercido o predomínio sobre qualquer outra instância. Podemos afirmar que o papel das técnicas, que são populares, alteraram sensivelmente o cotidiano do mundo pós-moderno. Estão em todos os campos: sociais, políticos e das esferas de poder.

Rubens Beçak²¹⁰ traz essa abordagem tecnológica e fática em dois momentos: a primavera árabe, e as jornadas de junho em 2013 (no Brasil). A primavera árabe teve origem na Tunísia, onde acontecimentos envolvendo o cidadão de Sidi Bouzid, Mohammed Bouazizi – comerciante de frutas, deram o “estopim” propagado nos meios de comunicação. O cidadão

²⁰⁹SANTOS, João de Almeida. *Media e poder: o poder mediático e a erosão da democracia representativa*. Lisboa: Editora Nova Veja, 2012. p. 46.

²¹⁰BEÇAK, Rubens; LONGHI, João Victor Rozatti. *O papel das tecnologias da comunicação em manifestações populares: a primavera árabe e a jornadas de junho no Brasil*. Santa Maria: Revista Eletrônica do curso de direito da UFSM, v. 10, 2015, p. 388-405.

foi comercializar suas frutas em um local de comércio ambulante, prática proibida em seu país, porém muito costumeira mediante ao pagamento de propina à fiscalização. No dia 17 de dezembro de 2010, o vendedor estava sem dinheiro para pagar o suborno. Desta forma, ele dirigiu-se às autoridades municipais, formalizando uma reclamação. Não obtendo sucesso, e diante imensa frustração, incendiou seu próprio corpo, em ato de protesto, vindo a óbito. O ato foi filmado e todas as pessoas tiveram acesso as imagens, iniciando-se inúmeros protestos em janeiro de 2011 (BEÇAK, LONGHI, 2015, p. 338 – 405).

Cabe analisar que todos os movimentos consequentes a este fato, no que diz respeito a propagação de notícias, e em especial vindos da internet, foi que a população conseguiu organizar-se tomando ruas e clamando por mudanças. Essa finalidade dos meios de comunicação em detrimento à reformas políticas, foi um exemplo fundamental de representatividade.

Assevera Castells:

O papel da Internet e da comunicação sem fio nos atuais movimentos sociais em rede e fundamental... Mas a compreensão delas tem sido obscurecida por um debate sem sentido, na mídia e nos círculos acadêmicos, ao negar que as tecnologias de comunicação estejam na raiz dos movimentos sociais. Isso é óbvio. Nem a internet nem qualquer outra tecnologia, nesse sentido, podem ser fonte de causação social. Os movimentos sociais surgem da contradição e dos conflitos de sociedades específicas, e expressam as revoltas e os projetos das pessoas resultantes de sua experiência multidimensional. Ao mesmo tempo, porém, é essencial enfatizar o papel basilar da comunicação na formação e na prática dos movimentos sociais, agora e ao longo da história²¹¹ (CASTELLS, 2013, p. 134).

A primavera árabe trouxe lições importantes sobre o uso das tecnologias de comunicação, em manifestações políticas e em mecanismos democráticos. No Brasil no ano de 2013 – as jornadas de junho. Separaremos essas manifestações, com as que ocorreram após as eleições da presidente Dilma Rousseff em 2014. As motivações foram diferenciadas, porém o meio de organização foram as redes sociais da internet. Tudo começou com a indignação popular, na cidade de São Paulo, que lutava pelo “passe livre” – movimento pelo qual pleiteava

²¹¹CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2013. p. 134.

que a tarifa do transporte público continuasse o mesmo preço, fato que não ocorreu, havendo um acréscimo de R\$: 0,20 centavos.

O lema utilizado foi: “Não só são R\$: 0,20 centavos – são os nossos “direitos”. Segundo Castells, o alvo dos manifestantes era a tradicional forma de se fazer política, a dinâmica anacrônica com que os sistemas democráticos se estruturam e funcionam, o distanciamento entre instituições políticas e cidadãos e, para diferenciar o caso brasileiro, a distorção causada pelo uso político de megaeventos esportivos, com intervenções urbanas cosméticas que atendem a interesses especulativos e não as reais necessidades da maioria, que sempre foram excluídas do pleno gozo do direito à cidade²¹² (CASTELLS, 2013, p. 145).

O autor mantém fiel às suas premissas ao afirmar que a cada dia a comunicação promove o “empoderamento dos cidadãos, a autonomia comunicativa e a consciência dos jovens sobre tudo do futuro”. Porém Manuel ainda assevera que à época dos fatos citados, o diferencial do caso brasileiro foi à resposta ao governo, que prontamente veio a público dizendo que estava atento às ruas, propondo assim, uma série de mudanças. O Congresso Nacional, “hostil” naquele momento, pela tendência da aprovação da PEC 37 (que daria ao Ministério Público o poder de investigar crimes), teve que reconsiderar e rejeitar a proposta²¹³ (CASTELLS, 2013, p.146).

Apesar das manifestações, pouco alterou-se ao perfil da representação política, onde percebe-se um Congresso Nacional, preocupado apenas com seus próprios interesses e refratário à iniciativas que proponham um repensar da democracia em prol do aprofundamento dos mecanismos de participação²¹⁴ (BEÇAK, 2014, p.19). Especialmente com recurso às tecnologias da informação e comunicação²¹⁵ (BEÇAK, LONGHI, 2014).

Bobbio²¹⁶ afirma que a democracia é o respeito às regras do jogo. Todavia muitas teorias que tangem sobre democracia participativa, abordam que as próprias regras arquitetam-se em um processo democrático, onde o fim é um consenso possível. Os levantes abordados, tem por

²¹²CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2013. p. 145.

²¹³CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2013. p. 146.

²¹⁴BEÇAK, Rubens. *Democracia: hegemonia e aperfeiçoamento*. São Paulo: Editora Saraiva, 2014. p. 19.

²¹⁵BEÇAK, Rubens; LONGHI, João Victor Rozatti. *O parlamento e as reações à participação popular na sociedade informacional: a oportunidade do plano nacional de participação social (Decreto nº 8.243/14) e o desafio dos projetos de decreto legislativo de sustação*. Florianópolis: In: Anais do XXII Congresso Nacional do CONPEDI, 2014.

²¹⁶BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Trad. de Marco Aurelio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1986. p. 66-67.

finalidade apontar não apenas o lado “positivo” dos meios de comunicação, porém também a sua forma de conscientização popular (BOBBIO, 1986).

Niklas Luhmann constata: “aquilo que sabemos sobre nossa sociedade, ou mesmo sobre o mundo no qual vivemos, o sabemos pelos meios de comunicação²¹⁷ (LUHMANN, 2015, p.15). A influência midiática define muitas vezes a própria visão de mundo das pessoas em sociedade, e determina padrões e regras de comportamento. Pina afirma: “regular funcionamento social não pode ser pensado sem a presença dos órgãos de comunicação, que desempenham entre outras, funções de integração e de garantia da coesão social – exercem controle social”²¹⁸ (PINA, 2009, p. 57). Assim há conformidade entre sociedade (mediante a apresentação de condutas, valores e consenso social aceitáveis), e a *media criminology/mass media* que evita desagradar a sua clientela, vinculada ao poder e ao controle social. É correto concluirmos que a percepção social da realidade é imposta pelos meios de comunicação.

Néstor Canclini (CANCLINI, 1999) ressalta a noção política de cidadania, onde deve-se expandir e incluir direitos com a educação, a apropriação de bens de consumo (não de forma inútel), a saúde, a liberdade, etc... reconhecendo-se o consumidor, reelaborando um sentido social na construção da cidadania. A oferta de bens de consumo e a indução publicitária para as compras, por mais que exerçam influência, não são arbitrarias.

Duas razões são apontadas para o descontentamento da globalização em relação à sociedade. A primeira é que o que possuímos (consumimos), é fugaz e obsoleto: “decisões políticas e econômicas são tomadas em função das sedução imediatistas de consumo²¹⁹” (CANCLINI, 1999, p.42). O segundo motivo é que a globalização traz carências multiplicadas, onde o neoliberalismo exclui quem não tem acesso às novas tecnologias e implica no valor de reduzi-las (custos, empregos, etc...).

Manuel Castells afirma ainda: “o consumo é um lugar onde os conflitos entre classes, originados pela desigual participação na estrutura produtiva, ganham continuidade em relação à distribuição e à apropriação dos bens²²⁰” (CASTELLS, 1974, p.68). Néstor acredita que as visões sobre o consumo e a cidadania poderiam sofrer uma revolução se fossem estudadas juntas, como um processo cultural. Unindo-os a conceitos da antropologia, da comunicação, da sociologia, da criminologia, da psicologia, entre outras disciplinas, de forma a enxergar o

²¹⁷LUHMANN, Niklas. *A realidade dos meios de comunicação*. São Paulo: Editora Paulus, 2005. p. 15.

²¹⁸PINA, Sara. *Media e leis penais*. Coimbra: Almedina, 2009. p. 57.

²¹⁹CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e cidadãos: Conflitos multiculturais da globalização*. 4. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999. p. 42.

²²⁰CASTELLS, Manuel. *La cuestión urbana*. México: Editora Siglo XXI, 1974.p. 68.

multipluralismo. Onde a diversidade e a tecnologia de comunicações possam entender-se à sociedade e dar meios ao exercício dos direitos (CANCLINI, 1999).

Em seu livro – *Consumidores e Cidadãos* – os conflitos multiculturais advindos da globalização e dos veículos de comunicação buscam cada vez mais audiência e menos responsabilidade funcional ou social com os telespectadores. Nos países latino americanos transmitem-se em média mais de 500 mil horas anuais de televisão, enquanto na Europa são apenas 11 mil horas. Isso leva-nos a audiência da cultura à domicílio – onde os indivíduos preferem acompanhar as notícias da televisão, dos rádios, da internet, e das redes sociais, ao mesmo tempo onde a participação em locais públicos (cinema, teatros, clubes, cafés, centros comunitários), têm decrescido. Debater opiniões é algo considerado “fora de moda”. As opiniões de um indivíduo devem suplantar as outras, ou eliminá-las. Recorrendo aos veículos de comunicação para mediar as almejadas instituições, que não legitima seus cidadãos e o que eles pleiteiam (serviços, reparação, justiça, atenção), acabam estes, cometendo um equívoco, pois são subordinados aos critérios empresariais mercantes, que visam apenas o lucro. (CANCLINI, 1999).

Os representantes do poder público, não atentam-se a essa segmentação de mercado. Preocupam-se em transformar ícones de comunicação de massa em “verdades” para a população. Poucos buscam executar ações que visem à viabilidade do exercício da cidadania. Sarlo corrobora com Canclini ao afirmar:

Nada de discursos “intelectuais”, nem de confrontos diretos, imprevisíveis, e com as tensões sociais”. Nesta etapa pós-política, em que se age como não se houvesse luta, tem-se a impressão que não é necessário negociar; apenas se fotografa, se filma, se televisa e se consome essas imagens²²¹ (SARLO, 1995, p. 311).

Mais do que isso, o ideal seria fossem estabelecidas condições para a expansão de veículos de comunicação sujeitos aos interesses públicos, ao invés da propagação do medo, da insegurança, da mercância, do punitivismo, da criminalização de condutas, da discriminação, da rotulação e do encarceramento em massa. O novo papel do Estado, perante a sociedade civil que ele deve servir, seria reconstruir uma esfera pública onde os diferentes agentes negociassem e formassem as demandas da sociedade e de interesse público.

²²¹SARLO, Beatriz. *Estética e pós-política: a partir fujimori para a guerra do golfo. Em o debate pós-modernismo na América latina*. Editado por John Beverley e José Oviedo. Duke: University Press, 1995, p.311.

3.2 Mídia e poder – O “*show*” da manipulação

Um dos pressupostos democráticos é a liberdade de expressão, contido no artigo 5º, inciso IX da Constituição Federal. O livre fluxo de opiniões, dá o ideal que o poder emana do povo e é feito a ele. A imprensa é balizada no ideal iluminista de papel mediador do processo comunicativo social, necessitando “fiscalizar/vigiar/limitar” o poder.

Porém cabe a crítica e a pergunta: A *media criminology/mass media* seria o grande artifício da realidade em que vivemos? A mídia utilizada como forma de manipular a consciência da sociedade, propagando informações, apresentadas como verdadeiras e sem um fato contraditório para equilibrar as opiniões, condiciona o pensar e agir dos segmentos sociais, pois é a fonte de conhecimento e informações. McCombs chama de *pseudoambiente*, um mundo que existe na nossa mente, e que corresponde a uma imagem imperfeita de realidade²²² (MCCOMBS, 2009, p.45).

A forma de comporta-se da sociedade, no entanto, é uma reação de seu *pseudoambiente*, e não uma realidade em si, refletido nos meios de comunicação e nas notícias e apresentadas a nós como “verdades”. Os veículos comunicativos apresentam uma visão rasa e limitada de um problema complexo, e a ação seletiva da mídia (em sua agenda mercadológica), apenas apresentará e escolherá certos assuntos para demonstrar à pauta coletiva. Ela molda a realidade e constroí um “falso” ambiente. Pessoas renunciam de certo modo a verdade de forma cognitiva, delegando aos meios de comunicação e a mídia atribuições de pautas importantes.

A vinculação da *media criminology/mass media* às esferas de poder (executivo, legislativo e judiciário) são inegáveis. Gomes apresenta:

Muitas vezes, não ocorre, pois, as vinculações dos mass media ao poder político são inegáveis, seja no suporte comunicacional assegurado em campanhas eleitorais, seja na acumulação de funções políticas, como atividades empresariais, na área da comunicação social. Seja no patrocínio público de propaganda institucional, para ficar apenas nesses exemplos²²³ (GOMES, 2015, p.69).

Há falta de respeito das notícias propagadas, em especial sobre política, em detrimento à falta de comprometimento e independência (que tende à publicidade, à economia e a política). Ao invés de fiscalizar e vigiar, os meios de comunicação converteram-se em formas de

²²²MCCOMBS, Maxwell. *A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública*. Petrópolis: Editora Vozes, 2009. p.45.

²²³GOMES, Marcus Alan de Melo. *Mídia e sistema penal: as distorções da criminalização nos meios de comunicação*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2015. p. 69.

pressionar e controlar a sociedade. A informação teria como função, retratar a realidade. Entretanto é apresentada atraente ao consumo, funcionando como lógica manipuladora deste. O jogo midiático e de mercado define-se pelas necessidades de seus consumidores manipulados pela mídia.

Chomsky usa a expressão – fábrica do consentimento, onde as sociedades democráticas e suas diversas estratificações sociais estão inseridas, apontando uma classe especializada e minoritária. Essa minoria toma decisões e administram as esferas políticas, ideológicas e sociológicas, deliberando o que os “outros” devam fazer e pensar (*rebanho de tolos*), cuja função é apenas observar os acontecimentos, e de tempos em tempos legitimar o líder *a priori* eleito, pelos cidadãos da classe especializada, por meio do processo de eleições²²⁴ (CHOMSKY, 2003, p. 17 – 18). Ainda: “*a massa é demasiadamente estúpida para perceber as coisas*”, necessitando domesticar o tolo rebanho e entretê-lo, evitando que organizem-se e atrapalhem a classe dominante especializada. A mídia contribui para essa domesticação através da manipulação.

Blázquez diz que o termo manipulação é proscrito entre os profissionais dos meios de comunicação por “deformação” ou “distorção”, onde há uma carga ética negativa. Do ponto semântico, manipular a informação significa exatamente deformá-la ou distorcê-la de forma deliberada e consciente para negar a verdade, com fins desonestos ou injustos²²⁵ (BLÁZQUEZ, 1999, p.49). Usando de mecanismos fraudulentos e enganosos, o manipulador maneja para conseguir um resultado vantajoso, valendo-se da falta de verdade, bem como da moral e da ética. Quem manipula, além de ardil, faz com que outros acreditem ou pensem em algo que não é real.

A linguagem da *mass media*, quando não dá-se de forma intencional, apresenta-se de maneira contextual por influências da mercantilização da sociedade de consumo e associada a elementos como imagens, textos e cenários, e do ambiente comunicacional propagado (rádio, jornais, televisão, internet). Sendo a mídia um veículo de expressão e pensamento, reflete o interior humano e modifica o abstrato em manifestações comunicacionais concretas e perceptíveis. No capítulo 2 no item 2.1 mostrou-se historicamente o crescimento do partido nazista na Alemanha. Fruto da linguagem e propagandas da propagação de estereótipos e preconceitos, difundidos ao povo alemão, que acarretaram na discriminação antisemita. O manipulador usualmente utiliza esquemas mentais sugestivos ao público. Ao tratar sobre

²²⁴CHOMSKY, Noam. *A manipulação dos media: os efeitos extraordinários da propaganda*. Lisboa: Editorial Inquérito, 2003. p. 17-18.

²²⁵BLÁZQUEZ, Niceto. *Ética e meios de comunicação*. São Paulo: Editora Paulinas, 1999. p.49.

política de drogas, na atualidade, a palavra utilizada é o “narcotráfico”, cujo vocábulo remete à problemas exclusivamente policiais e repressivos, bem como ao crime organizado, anulando assim, a análise do uso de entorpecentes no contexto de políticas públicas relacionadas à saúde.

As verdadeiras fontes são sonegadas, tendendo a moldar o público, e sua percepção de realidade. As notícias são *rasas* e difundidas com dinamismo, apresentando à sociedade diariamente um novo “espetáculo”.

Como se pretende que uma determinada opinião seja aceita como melhor, o ponto de vista oposto é tacitamente relacionado à falta de prestígio e à rejeição pública. E desse modo, tudo se restringe a eleger entre prisão e liberdade, entre culpa imperdoável e inocência indefensável, entre processo moroso e condenação rápida e exemplar²²⁶ (GOMES, 2015, p. 74).

Tratando-se de criminalidade, a linguagem dos meios de comunicação e da mídia dramatiza os sentimentos humanos, manifestando-os no plano das emoções. Ressalta-se o sofrimento e a dor das vítimas (vistas como inocentes e puras), enquanto os suspeitos do delito são explorados como exóticos, anormais e violentos. Obviamente o público identifica-se com as vítimas (que sempre tem a voz e os sentimentos).

Manipula-se as entrevistas, desvia-se a atenção aos acontecimentos importantes, tendenciam-se perguntas ambíguas. Outro recurso é a divulgação da opinião de pessoas sem qualificação alguma para opinar sobre determinado acontecimento. O debate é substituído pelo monólogo impositivo ou desvirtuador, além do uso da citada ambiguidade, usa-se frases agressivas, e com conotação negativa (delinquente, réu, acusado, perigoso, bandido, assassino), instigando o medo e explorando o escárnio, o desprezo, a rejeição e o fatalismo contra os “inimigos”.

A criminologia midiática é uma excelente tática de manipulação e alienação eficientes e asseguradas pelo uso do discurso, de palavras e imagens. Desempenha perfeitamente o controle social, estabelecendo uma verdadeira relação do público com o consumo, através da informação distorcida, incompleta e manipulada.

Bourdieu diz que: “a televisão convida à dramatização, no duplo sentido: põe em cena, em imagens, um acontecimento e exagera lhe a importância, a gravidade, o caráter dramático,

²²⁶GOMES, Marcus Alan de Melo. *Mídia e sistema penal: as distorções da criminalização nos meios de comunicação*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2015. p. 74.

trágico”²²⁷ (BOURDIEU, 1997, p. 19). A notícia incute em explorar as emoções e imagens – com o efeito de manipular e controlar.

O poder da imagem está nela mesma. Eliminando-se o debate e o convencimento do público pois: “uma imagem vale mais do que mil palavras”, visto que não discute-se as narrativas. Dissimulando, ao invés de fiscalizar e noticiar, a mídia e os meios de comunicação não apresentam a transparência dos fatos e atos, não zelando pela lisura, urbanidade e clareza de seus procedimentos. Na atual democracia, os meios justificam os fins, no que tange à tentativa de legitimar a fraude midiática e manipuladora, com enfoque no conteúdo jurídico da liberdade de expressão e informação, pelo emprego de recursos tecnológicos que pregam a enganação e a ludibriação. Desta forma as pessoas conhecem o crime e seus inimigos através da criminologia midiática.

3.3 Sensacionalizar, alarmar e disseminar: o maniqueísmo do discurso midiático

Apelar para as emoções é fato corriqueiro dos meios de comunicação. A televisão trouxe-nos a “*hiperemoção*”, onde o imaginário e o real, juntamente com o ilusório e o vivencial, identificam-se. A percepção da realidade, baseia-se nas emoções. O sensacionalismo²²⁸ acompanha a mídia. Joseph Pulitzer e William Randolp Hearst, ao fim do século XIX, enraizaram o sensacionalismo na imprensa²²⁹ (PATIAS, 2016, p. 82 – 83). Os métodos de dramatizar as notícias e fatos ampliaram-se exponencialmente, encontrando um perfeito ambiente na televisão. Ela cedeu rapidamente à máxima de que “*o crime vende*”. Raciocínio totalmente mercantilista: quanto maior a violência propagada, maior o medo a audiência, o preço do horário noticiado, e o maior o lucro com a propaganda.

Adorno²³⁰ e Horkheimer afirmam que o sensacionalismo é a fábrica de falsas imagens da perversa indústria cultural. (ADORNO, HORKHEIMER, 1985). Teatralização dos fatos, alimentam os estereótipos preconceituosos propagados pela mídia. “Emocionar para conquistar”: é o lema sensacionalista. Conquistar o mercado e os consumidores das notícias,

²²⁷BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Trad. Maria Lucia Machado. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1997. p. 19.

²²⁸Uso e efeito de assuntos sensacionais, capazes de causar impacto, de chocar a opinião pública, sem que haja qualquer preocupação com a veracidade.

²²⁹PATIAS, Jaime Carlos. *O espetáculo no telejornal sensacionalista*. In: COELHO, Claudio Novaes Pinto; CASTRO, Valdir José de. Organizadores. *Comunicação e sociedade do espetáculo*. São Paulo: Editora Paulus, 2006. p. 82-83.

²³⁰ADORNO, Theodor & HORKHEIMER. *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Max. Guido Antônio de Almeida (Trad.). Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1985.

seguindo a lógica econômica, visa capturar audiência, e confundir notícias com entretenimento (colocando carga emocional e dramática) no que propaga-se e difunde-se.

O fútil, o tosco, o bizarro, o superficial, e a miséria humana são demonstradas com passionalidade e excesso de abundância. Propagadas em que a mãe chora por não ter condições de salvar a vida de seus filhos doentes, bem como notícias que envolvam o feminicídio de mulheres grávidas, os filhos que lamentam o assassinato de entes familiares, moradores de rua excluídos da sociedade, entre outros, são a pauta preferida da notícia sensacionalista. Induzem à frieza, e a sentimentos como tristezas, alegrias, raiva, empatia e compaixão. O sensacionalismo inebriante apela aos profundos sentimentos da humanidade, cegando-nos de paixões e um sentimento coletivo de injustiça.

Envolver-se emocionalmente com o sensacionalismo, bloqueia a razão em face de satisfazer o desejo de justiça. A linguagem causa impacto emocional e proporciona ao público uma fuga de seu próprio cotidiano maçante, porém é ilusório e passageiro. O público afetivo é um alvo apenas tocado pela mensagem e emociona-se, sofre, alegra-se e clama pela justiça e punição dos inimigos apontados pelos meios de comunicação. E a *mass media* oferecerá catálogos diversos de entretenimento (bons ou ruins), para reproduzir incessantemente as desgraças mundiais, as subversões das regras (morais, sociais e de comportamento), dramatizando a própria existência humana.

Ulrich Beck definiu nossa sociedade como sendo de risco, ela é reflexiva e estabelecadora de suas próprias barreiras.

Os riscos sociais são efeito do desenvolvimento técnico-econômico e afetam a coletividade de forma indireta, pois têm natureza impessoal. Alcançam a todos ou a muitos ao promoverem a instabilidade do meio ambiente, afetarem a qualidade de vida – sobretudo nos centros urbanos (transportes, poluição etc.) – e interferirem até mesmo nas relações interpessoais (tecnologia comunicacional). Os riscos de que se fala aqui são, portanto, resultado da própria ação humana evolutiva, “um produto global da maquinaria do progresso industrial e são agudizados sistematicamente com seu desenvolvimento ulterior²³¹ (BECK, 1998, p. 28).

A criminalização (primária e secundária) são influenciadas pela sociedade de risco. A percepção do comum referente aos incrementos de riscos, implica no surgimento de condições

²³¹BECK, Ulrich. *La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidade*. Barcelona: Editora Paidós, 1998. p.28.

sociais que abrangem o perigo iminente que pode afetar a todos. Os riscos criados pela modernização atingem a todos (produtores também). Assim (todos), estão expostos ao perigo constante. A competição da sociedade contemporânea, a exclusão da massa, considerada inimiga, não consegue adaptar-se ou acompanhar o fator de risco social e patrimonial.²³² (SÀNCHEZ, 2000, p. 29).

O Estado de Bem-Estar Social em sua proposta, não logrou êxito ao tentar garantir a promessa de vida digna e o exercício de direitos sociais. O modelo neoliberal competitivo em sua essência, trouxe-nos empobrecimento monetário e social, bem como a descrença no futuro. É uma vida pautada por incertezas (movimentos migratórios, e imigratórios, delitos patrimoniais, conflitos com as instâncias de controle social, manipulação, populismo penal, recrudescimento penal). “As relações humanas estão marcadas por instabilidades emocionais que, ao fim e ao cabo, representam também incertezas”²³³ (GOMES, 2015, p. 90). Ao mesmo momento onde os riscos da modernidade apresentam-se com conteúdo político, em detrimento aos efeitos sociais e econômicos secundários, como fusões econômicas, agressividade do mercado de trabalho, desvalorização do capital, judicialização dos conflitos, etc. A catástrofe, muitas vezes é apenas imaginária e incutida pelos meios de comunicação. A sociedade de risco é a sociedade da catástrofe.

Uma das soluções para sanar tal problemática é a repressão penal. A estigmatização, já abordado no capítulo 2, juntamente com respostas repressivas, ganharam demasiada importância simbólica. A escolha pelo direito penal e seu exercício arbitrário, nunca foi tão ineficiente à prevenção dos crimes. Os riscos incrementam a falta de segurança, propagada pela mídia, e a insegurança clama por controle estatal. O “bem” deve ser protegido, o “mal” combatido, minimizando a incerteza do futuro. O direito penal - instrumento usado para contenção de condutas consideradas lesivas à sociedade, remodela-se na sociedade incerta e de risco, em virtude de medos reais ou imaginários, criando o ideal de segurança.

A noção de segurança não está relacionada ao controle total de riscos. É um ideal viver em um mundo absolutamente seguro, ou com níveis de segurança satisfatórios, “é impossível delimitar absolutamente o risco e definir um âmbito de segurança completa em que possamos instala-los”²³⁴ (INNERARITY, 2009, p.179). Mecanismos jurídicos não permitem eliminar a periculosidade, ao contrário do que a mídia e o poder público afirmam.

²³²SÀNCHEZ, Jesús Maria Silva. *Política criminal y persona*. Buenos Aires: Editora Ad Hoc, 2000.p.29.

²³³GOMES, Marcus Alan de Melo. *Mídia e sistema penal: as distorções da criminalização nos meios de comunicação*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2015. p. 90.

²³⁴INNERARITY, Daniel. *A sociedade invisível*. Lisboa: Editorial Teorema, 2009. p.179.

A sensação de insegurança é sentida a todo momento, suas causas estão na possibilidade e no risco de um possível perigo concreto. De forma intensa o medo e incerteza, sendo ameaças mentais e emocionais aparecem como inevitáveis. A visibilidade do crime, pela sociedade comunicacional, exige o endurecimento do direito penal, condenações rigorosas, celeridade processual, aparelhamento das agências de controle formal e informal, onde a solução encontrada é a política criminal da polícia e o encarceramento.

O medo é cotidiano e vivenciado nascendo da angustia de possíveis perigos. O delito e os considerados criminosos deveriam analisar-se pelas premissas pouco ligadas ao perigo concreto, ela é parte do imaginário da sociedade de risco e da insegurança que são apresentados e propagados pelos meios de comunicação.

A questão é um paradoxo: embora o mundo tecnológico e global está preparado a controlar os riscos e o medo, os sentimentos sociais de vulnerabilidade e insegurança crescem a cada momento. A premissa primária é que quanto mais segurança temos, mais segurança exige-se (vide decretos presidenciais recentes referente ao porte de arma). Os riscos imaginários, tornam-se reais. A segunda premissa é que o próprio discurso do medo propagado pela mídia tornou a sociedade de risco incerta, indeterminada e angustiante. Há crença que não existirá nem o amanhã, e nem o futuro.

Assim, acaba por vigorar a crença de que as ameaças ao meio ambiente são incontornáveis, que a medicina é incapaz de tratar novas doenças, que a vida nos centros urbanos está inviabilizada e, é claro, que há uma explosão incontrolável de delinquência, uma verdadeira chaga social, que deve ser combatida com repressão penal irrestrita²³⁵ GOMES, 2015, p. 94).

A Criminologia midiática, que estigmatiza o inimigo, apresentando o crime de forma sensacionalista e real. Serve para a criação de normas incriminadoras e contribui para o encarceramento. É a responsável pela relevância das pautas públicas referentes ao direito penal, processo penal e execução criminal. A reprodução contante do inimigo, a luta do bem x mal, a propagação do caos criminal, envolvem falsa importância a episódios rotineiros e sem significado à sociedade.

Políticas criminais baseiam-se no sentimento de insegurança, alimentando os noticiários, dramatizando acontecimentos triviais e reproduzindo notícias sobre crimes e

²³⁵GOMES, Marcus Alan de Melo. *Mídia e sistema penal: as distorções da criminalização nos meios de comunicação*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2015. p. 94.

criminosos. Tal discurso midiático potencializa as ansiedades e incertezas, embasadas em falsas premissas que geram o medo.

O sentimento de insegurança manifesta-se objetivamente – correspondente a fatos narrados (bem como a criminalidade), junto com às experiências do mundo exterior. E manifesta-se subjetivamente na insegurança objetiva, expressada de forma emocional ou cognitiva. Nesse sentido, na formatação do sentimento de insegurança interferem fatores como o medo do crime, a preocupação pela ordem social, e a vitimização²³⁶ (LOURENÇO, 2012).

O discurso sobre criminalidade e delinquência não é projeção da realidade sobre os comportamentos que causam os desvios (primário e secundário), mas constituída por significados construídos em relações subjetivas e intersubjetivas em torno do delito e da desordem. O medo resultante do imaginário, também eclode do que ouve-se, fala, lê, presume, assiste e imagina. Não há nexos causal entre a quantidade de crimes e o medo da sociedade. Através dos discursos políticos, e órgãos da comunicação social, amplifica a voz e o imaginário coletivo, em relação ao risco criminal iminente e a vulnerabilidade em face da pequenez e fragilidade humana.

A preocupação pela ordem social, por sua vez, corresponde à inquietação coletiva diante do discurso da violência e da ineficácia das agências formais de controle (polícia, justiça, sistema penitenciário) na contenção da delinquência. Resulta, em regra, em exigências de recrudescimento da resposta estatal ao crime – que se pretende seja eminentemente repressiva – bem como na estigmatização dos grupos sociais tomados como perigosos²³⁷ (GOMES, 2015, p. 98).

Stanley Cohen em *Folks devils and moral panics*,²³⁸ apresenta a manipulação em relação a política do medo (COHEN, 1980). O alarmismo coletivo do medo da insegurança em torno do delito. – o pânico moral é uma forma de gestão da crise social ilusória na tentativa de recuperar o ordem social estável e perdida. Os mecanismos usados (mídia e meios de comunicação) desviam a atenção da sociedade, das reais causas e reais problemas sociais (desigualdades, injustiça, criminalização da pobreza, corrupção, etc.).

Uma dada condição é identificada como ameaça, os seus contornos são largamente exagerados, os seus responsáveis são identificados de forma

²³⁶LOURENÇO, Nelson. *Violência urbana e sentimento de insegurança*. In: GOUVEIA, Jorge Bacelar (coord.). *Estudos de direito e segurança*. Vol II. Coimbra: Almedina, 2012. pp. 356-357.

²³⁷GOMES, Marcus Alan de Melo. *Mídia e sistema penal: as distorções da criminalização nos meios de comunicação*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2015. p. 98.

²³⁸COHEN, Stanley. *Folk devils and moral panics: the creation of the mods and rockers*. Oxford: Blackwell, 1980.

esteriopitada, o significado do problema é reinterpretado (usualmente em torno de valores morais em crise) e, muitas vezes como o contributo de peritos, opera-se, real ou simbolicamente, uma reorganização da estrutura normativa²³⁹ (MACHADO, 2004, p.101).

O discurso propagado sobre o crime, em conjunto com o consenso social que rejeita os considerados desviantes (inimigos *outsiders*). Alimenta-se do maniqueísmo, do certo e do errado, do moral e do amoral, dos cidadãos e dos inimigos. É uma paixão momentânea, alimentada pelos meios de comunicação, em um ambiente de perseguição aos inimigos e ao indesejados – que representam a maldade humana, o medo e a insegurança. Excluí-los da sociedade permitiria sua purificação.

Por exemplo: o realce frequentemente dado pelos meios de comunicação ao tráfico de drogas como problema endêmico e insolúvel que permeia os estratos sociais periféricos e eu está sempre, de alguma forma, relacionado à elevação dos índices oficiais de delinquência, forja um inimigo – o traficante – cuja existência passa a representar uma metáfora de todos os problemas (toda a crise social torna-se responsabilidade dele), e que logo é identificado como uma ameaça que compromete o *status quo* e que precisa, portanto, se anulada. A complexidade social da questão é ignorada pela cegueira de um discurso ideológico que rotula o traficante como perigoso e perverso, criando um modelo estigmatizado de desviante com base em critérios materiais (um estranho ao universo da economia formal), étnico (negro ou mestiço), demográfico (morador de zonas de risco) e comportamento (vestuário, gírias etc.), como se não ocorresse tráfico e não houvesse traficantes em meio aos considerados cidadãos²⁴⁰ (GOMES, 2015, p. 101).

A simbólica solução é a aniquilação do inimigo social pelas prisões (cárcere) ou morte. O rosto do problema – o pânico moral sobre o delito e o criminoso, são a própria situação social de impunidade perante a sociedade maniqueísta, que julga e condena o delinquente. Modelos repressivos, como citados no capítulo I, conquistam adeptos do imaginário coletivo, procurando repor a ordem social harmônica. Ilusório enganador e vil.

²³⁹MACHADO, Carla. *Crime e insegurança: discursos do medo, imagens do outro*. Lisboa: Editorial Notícias, 2004.p.101.

²⁴⁰GOMES, Marcus Alan de Melo. *Mídia e sistema penal: as distorções da criminalização nos meios de comunicação*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2015. p. 101.

A *mass media* constitui todo alarde e clamor social na constituição do pânico moral e enraizamento sociológico contra o mal e o inimigo. A forma como a sociedade vê e conhece o crime (como explicam as correntes americanas, em especial a de Haney –a criminologia midiática é a forma como a sociedade conhece o crime e os seus envolvidos, pela mídia). Sendo uma construção da realidade, muito do que lê-se, ou conhece, pode ser irreal.

A agenda da criminologia midiática é relacionada a existência permanente de matéria prima para a indústria da notícia (cultural), permitindo diariamente pautas sobre violência, crime e criminoso. É prático e comercial. Informações sobre delinquência e inimigos alcançam um dinamismo próprio da sociedade comunicacional, com uma “pitada” de dramatização e maniqueísmo, fisingando o apetite do público pela passionalidade, sensacionalismo e superficialidade dos fatos. É um verdadeiro espetáculo, que mistura emoções com sentimentos de injustiça, medo, insegurança, falta de fé no futuro, tristeza, vulnerabilidade e opressão respondendo ao clamor social pela repressão imediata.

Outro ponto da criminologia midiática é a compreensão da hipnose de tragédia, fatalidade e desastre em torno do crime. Há fácil elaboração de notícias de cunho violento e imparcial. As pessoas conhecem o crime pela mídia de superficial, onde a estratégia realçada é de um aspecto de anormalidade do delito, deixando o público curioso e entretido, criando estereótipos em uma aura de independência e neutralidade comunicacionais.

O recrutamento penal, direito penal máximo, bem como a criação de normas incriminadoras, são reforçadas diariamente, a qualquer pessoa da sociedade, habilitada a emitir opiniões e soluções aos problemas apresentados. Todos os ideais vão contra a prevenção do delito ou ao saneamento do problema do encarceramento. Em vista disso, a análise técnica de juristas, estudiosos e professores são descreditadas, pois tendem a entender e estudar o crime de forma racional. Os reais especialistas em crime, geralmente são ridicularizados, chacoteados, estigmatizados como protetores dos inimigos e delinquentes. Alguns advogados de réus sofrem agressões físicas e psíquicas, tentando responder às perguntas ambíguas e lacônicas. Transformados pelos jornalistas irônicos em apenas burocratas da justiça, e não defensores desta. As garantias fundamentais, bem como o direito à defesa, à dignidade da pessoa humana, ao silêncio, ao Estado democrático de direito, aos direitos fundamentais, ganharam conotação negativa e repressiva, pois “protegem” os criminosos.

Ações punitivas e o endurecimento penal são forma de obtenção e reforço do imaginário social de consenso pela superação das divergências. A lei e a ordem aproximam os

políticos em torno do combate do inimigo. Leis são clamadas, legitima-se novas normas penais, com a função social da pena como vingança.

Aponta Jewkes, que a linguagem da criminologia midiática, dá alimento a sensação de insegurança. Usada emotivamente e associada a imagens sentimentais, provocam repulsa pelo suspeito, delinquente, inimigo, *outsider*, descrevendo o crime como uma constante ameaça. Naturalmente como exposto no capítulo II, a reação natural da população é identificar-se com a vítima, transgredindo a falsa percepção de vulnerabilidade e estigmatizando (rotulando) os perigosos²⁴¹ (JEWKES, 2004).

O imaginário do medo propagado pela criminologia midiática, reflete no Estado ordeiro, que limitar-se-á a combater o crime a qualquer custo mediante a política de confinamento – encarceramento em massa. As abarrotadas prisões, expulsam e imobilizam os indesejados da sociedade. O cárcere padece o homem, e dá a falsa impressão que a segurança foi reestabelecida.

Falta de políticas públicas sólidas, consistentes e duradoras em matéria de segurança pública, juntamente com o medo do crime enraizado. Alimentam o ideal de presídios para os delinquentes, em um ciclo vicioso e interminável que serve tão somente para reforçar o discurso repressivo e os estigmas da criminalização²⁴² (GOMES, 2015, p. 110). É necessário ajustar os meios de comunicação a verdadeira imagem de justiça, bem como validar a opinião dos especialistas em crime e na sociedade tentando assim, conquistar a confiança dos expectadores. Deveria respeitá-los ao invés de ludibriá-los usando da imparcialidade, e transferindo às agências de controle uma maneira ampla de debater socioeconômicamente a prevenção da real criminalidade.

3.4 Encarceramento e prisões: o retrato do ideal social

“Aos amigos tudo, aos inimigos a lei”, Maquiavel já falava tal frase por volta de 1500. O ideal social brasileiro aos considerados inimigos, é a lei (a mais severa possível). O tema da criminalidade desperta atenção da sociedade. O que encontra-se “errado moralmente”, sempre foi alvo de críticas, julgamentos e punições. Abarcados pela dramatização midiática, que deixa explícito que nossa sociedade sofre de uma “disfunção social”.

²⁴¹JEWKES, Yvonne. *Media and crime. Key Approaches to Criminology*. London UK: Sage, 2004.

²⁴²GOMES, Marcus Alan de Melo. *Mídia e sistema penal: as distorções da criminalização nos meios de comunicação*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2015. p. 110.

A opinião pública não é a real opinião de um todo da sociedade, talvez nem sequer da grande maioria. É uma criação midiática de um certo grupo qualificado de pessoas – as que tem condições de determinar o conteúdo formador de opinião, articulistas, repórteres, jornalistas, setores privados, corporativos, políticos, nas palavras de Díez Ripollés: “todos aquellos que tienen capacidade significativa para seleccionar las materias a tratar y para decidir el modo de aproximación y énfasis en ellas” (RIPOLLÉS, 2003, p. 23)²⁴³. Os formadores de opiniões, que atualmente nem de graduação universitária necessitam, conseguem compartilhar com a maioria da sociedade o “seu” ponto de vista, e obter de seus receptores uma “disfunção social” para solucioná-los – as leis penais severas.

Vínculadas ao medo, à insegurança, e a vulnerabilidade, a mídia contribui para que cada um da sociedade, identifique-se com experiências cotidianas de vítimas sofredoras. Somando à atuação política atual, repercussora amplificada dos meios de comunicação, dão as notícias sobre os crimes e os supostos “verdadeiros” dados oficiais. A resposta parece clara: Vamos prender esses vagabundos!

Pires²⁴⁴ afirma que a relação entre opinião pública e direito penal é recíproca (PIRES, 2004, p. 49). Formadores de opinião utilizam da resposta penal para oferecer a harmoniosa solução aos problemas sociais, onde o sistema criminal aproveita dessas demandas para legitimar-se. O autor chama de *judicialização* da opinião pública e do público pelo sistema penal. O público e a sua opinião, passam a ser observados, percebidos e descritos, como um componente do sistema penal, a fim de integrá-los, criam-se novos mecanismos jurídicos (acordando os adormecidos ou articulando teorias). A resposta jurídico-penal, incorporada pela grande mídia, demanda pela tipificação de delitos, projetos anticrime e anticorrupção tornando-se o ideal imaginário social que diminuirá a criminalidade.

Díez Ripollés²⁴⁵ ainda acrescenta que a demandada social, recebe o status de “programa” quando tranvestida por grupos que pressionam e que detém determinadas características – os chamados “especialistas”- “grupo de pressão midiático”, que substituem a necessidade de legitimação científica, para o oferecimento da solução proposta (RIPOLLÉS, 2003, p. 30).

Como argumentar, quando um dos reivindicadores da paz social é um ex-juiz federal, que agora é Ministro da Justiça e que “salvou” o Brasil da corrupção chamada de “Operação Lava Jato”? Além de ex-juiz, também era professor universitário de direito e jurista. Sérgio

²⁴³DÍEZ RIPOLLES, José Luis. *La racionalidade de las leyes penales*. Madrid: Trotta, 2003.p. 29.

²⁴⁴PIRES, Álvaro. *A racionalidade penal moderna, o público e os direitos humanos*. In: Novos Estudos Cebrap nº 68, 2004. p. 49.

²⁴⁵DÍEZ RIPOLLES, José Luis. *La racionalidade de las leyes penales*. Madrid: Trotta, 2003.p.30.

Moro serviu como um herói especializado ao grupo de pressão que detém a presunção geral de possuir o verdadeiro conhecimento sobre o crime e a sociedade.

O desejo insaciável por justiça, juntamente com o clamor popular por mudanças, e o descrédito com a figura do Estado Democrático de Direito, configuraram no item subsequente do “Pacote Anticrime”, ou também chamado de “Falácia Anticrime”, de autoria do ex-juiz, agora Ministro da Justiça do Brasil (2019). “A diferença é que, nesse momento, a atuação dos grupos está fundada em uma presunção de conhecimento especializado sobre o problema e, principalmente, que sua atuação culmina em uma proposta legislativa²⁴⁶” (RIPOLLÉS, 2003, p. 30 - 31). E por todo exposto, o grupo de pressão midiática, e da opinião pública, desencadeou nas propostas legislativas de recrudescimento penal e encarceramento em massa.

Zaffaroni²⁴⁷ afirma que a criminologia midiática são: “os meios de comunicação atuando como instrumento de reforço ao Estado penal, orientados às finalidades de conformação da sociedade disciplinar, desmonte ao Estado Social e criminalização dos pobres”. (ZAFFARONI, 2012). Não que toda responsabilidade seja da mídia, porém ela muito influência na propagação do medo, ou reforça constantemente a vulnerabilidade. E ainda: a sociedade em geral forma sua opinião sobre violência e segurança pública a partir das narrativas expostas pelos meios de comunicação – o que nos dias atuais é empregado pela televisão. Os cidadãos não têm a opinião formada a partir da criminologia e das ciências e pesquisas. Notícias e informações são difundidas diariamente pelos meios de comunicação: rádio, televisão, jornais, revistas, mídias sociais, e no Brasil através dos grupos de *Whatssap*. Tais percepções desses meios “filtram” e “decidem” dramatizando, os assuntos que serão as pautas semanais/mensais.

Na construção do ideal social sem medo e violência, a classe dominante, vale-se de estereótipos, representados por grupos sociais aos quais atribui-se o estigma de delinquentes ou, ainda, delinquentes em potencial. Nas palavras de Zaffaroni – “bodes expiatórios, para o público sobre qual o sistema penal volta-se preferencialmente e, a partir do discurso de periculosidade a ele associado, legitima e justifica o agigantamento das agências punitivas”²⁴⁸ (ZAFFARONI, 2015). Os bodes expiatórios, que gosto de intitular de “inimigos *outsiders*”, variam em seu tempo e espaço. Hoje, segundo Flausina²⁴⁹ são sobre a população negra, em especial jovens do sexo masculino, que os processos de criminalização e aprisionamento,

²⁴⁶DÍEZ RIPOLLES, José Luis. *La racionalidade de las leyes penales*. Madrid: Trotta, 2003.p.30-31.

²⁴⁷ZAFFARONI, Eugenio Raul. *La cuestión criminal*. Buenos Aires: Planeta, 2012.

²⁴⁸PIMENTA, Martins Victor. *Por trás das grades. O encarceramento em massa no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2018.p.119.

²⁴⁹FLAUSINA, Ana Luiza Pinheiro. *Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro*. Dissertação de Mestrado em Direito. Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

cumprindo assim sua função “sacrificial” e justificando o que as agências seletivas penais e repressivas desejam – a legitimação nos processos de criminalização primária e secundária (FLAUSINA, 2006).

Os crimes motivados por passionalidade, disputas de grupos jovens, e outros delitos, não são apresentados como questão de segurança política, e sim que são crimes praticados por um perfil de delinquente específico: o que a mídia apresenta e reforça diariamente. Autoridades públicas muito utilizam-se da frase: “*bandidos reconhecemos só de olhar*”.

Um dos perfis mais utilizados pela mídia são: os dos delinquentes violentos assaltantes a mão armada, que não tem o mínimo de bondade no coração, e tiraria a vida da vítima por motivo torpe ou fútil. Esse também é um dos atuais discursos para o rearmamento da população brasileira: já que partimos do pressuposto que o bandido possui armas, temos também o direito de ter-lás, para nossa própria proteção. Jamais será informado à sociedade que o rearmamento é apenas uma “ilusão” e atende aos interesses econômicos e de alguns setores das classes dominantes.

Os latrocínios – roubo seguido de morte, representam por apenas (3%) – segundo a FBSP²⁵⁰ em 2017. Todavia, muitos são noticiados e usados como um alarme ao medo em potencial da sociedade. Ao contrário, as mortes cometidas por policiais são de aproximadamente 58%, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São desproporcionais as mortes cometidas pelos considerados “inimigos da sociedade”. O policial violento, não serve à mídia ou à criminologia midiática, é a figura que diz “proteger à sociedade” e nunca usada para difundir os “microgenocídio” contra a população vulnerável.

O traficante de drogas – geralmente cabendo a ele o estigma de inimigo. Que constantemente tenta acabar com a tradicional família brasileira, devendo o Estado combatê-lo, e até matar-lo (se necessário). Por esse motivo, ninguém identifica-se com os corpos dos traficantes mortos. Eles são a própria personificação dos inimigos. Criando-se a imagem do traficante violento, que detém armas, que é cruel, sem escrúpulos, negro, vagabundo, e dos bairros periféricos. A resposta é enfrentar esse medo e esse perigo pulgente, através de um sistema penal forte e truculento.

O perigo real, resultante da violência social, e fundada na estatística do medo da sociedade pela criminologia midiática. “Os meios de comunicação excluem a narrativa da

²⁵⁰FBSP – FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/06/Atlas-da-Violencia2019_05jun_vers%C3%A3o-coletiva.pdf. Acesso em 10 de maio de 2019.

questão criminal também os feminicídios e outras formas de violência que não contribuem para a formação do estereótipo de criminoso que buscam difundir”²⁵¹ (PIMENTA, 2018, p. 121).

As respostas são facilmente apresentadas pelo encarceramento em massa e escolhas legislativas. Bauman aponta que:

Os cuidados com o “estado ordeiro”, outrora uma tarefa complexa e intrincada que refletia as variadas ambições e a multifacetada soberania do estado, tendem a reduzir-se conseqüentemente à tarefa de combate ao crime. Nessa tarefa, porém, um papel cada vez maior, com efeito o papel central, é atribuído à política de confinamento. A essencialidade do combate ao crime não explica por si só o boom penitenciário: afinal, há também outras maneiras de se combater as reais supostas ameaças à segurança pessoal dos cidadãos. Além disso, colocar mais gente na prisão, e por mais tempo, até agora não se mostrou a melhor maneira. É de se supor, portanto, que outros fatores levam à escolha d prisão como prova mais convincente de que de fato “algo foi feito”, de que as palavras correspondem à ação. Colocar na prisão como estratégia crucial na luta pela segurança dos cidadãos significa atacar a questão numa linhagem que é prontamente compreendida e inovar uma experiência comumente conhecida.²⁵² (BAUMAN, 1999, p. 129).

A criminologia midiática naturalizou a ideologia da “guerra às drogas”; “guerras às facções criminosas”; “guerra ao crime organizado”, “guerra aos delinquentes/bandidos”; “enfrentamento da polícia contra os criminosos”, que são meros discursos construídos e difundidos para encobrir o massacre e punitivismo de um Estado falido, desumano e higienista. Assim como abordado no Capítulo II, a construção do inimigo, como aponta Zaffaroni e Sá, sedimentados sob bases reducionistas e centrado apenas em certos grupos sociais, é onde recai o peso do poder punitivo penal e do sistema de justiça criminal. Agravados constantemente pelo temor amplificado dos meios de comunicação.

Diante disso, as garantias constitucionais, penais, processuais e a execução criminal, enfrentam pelo próprio sistema judicial e juízes (como já abordado, que são quase de um mundo diferente), representam obstáculos à plena realização imediatista do poder punitivo contra os inimigos. A máxima da opinião pública é: “a polícia prende, mas a justiça solta os bandidos”.

²⁵¹PIMENTA, Martins Victor. *Por trás das grades. O encarceramento em massa no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2018. p. 121.

²⁵²BAUMAN. Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1999. p. 129.

Imersos ao ideal punitivista e propagados pela criminologia midiática, cujas formulações transitam entre a dramatização e a falsa realidade que certas teorias apresentam, diante da outra tímida realidade que considera o “encarceramento em massa” um problema que deve ser solucionado mediante prevenção, ressocialização e integração social do Estado brasileiro (apareados pelo executivo, legislativo, judiciário e poder de polícia). Pastana observa:

Os recentes governos têm optado em responder tais conflitos sociais, com justificativas meramente retóricas que, apoiadas por uma opinião pública viciada, apontam para a perversa demonização de um inimigo interno personificado na figura do criminoso, elemento este selecionado entre os membros mais miseráveis das classes populares²⁵³ (PASTANA, 2013, p. 29).

Crítica à criminologia midiática é que ela contribui para a estruturação de um Estado cada vez mais punitivista, procurando incitar a dualidade e o fortalecimento do poder discricionário de polícia e judiciário, resultando em distorções na ordem e na democracia social. Ao mesmo tempo que passa um “verniz” na corrupção de colarinho branco, no aumento do crime organizado, na ausência das agências de controle formal e informal, onde governo e sociedade são falidos e legitimados pela repressão.

A pauta política é quase 90% sobre segurança pública, trazida à sociedade pela mídia, oportunizando o autoritarismo e o endurecimento penal. A tentativa de uma construção urgente e necessária à preservação da ordem pública, marcada por discursos sobre a ineficiência e “brandura” do poder de polícia, favorece a reprodução da seletividade penal, sendo a solução – prender. Por fim, Zaffaroni²⁵⁴ afirma que vivemos um momento sombrio, onde a criminologia midiática avança de maneira avassaladora, onde não conseguimos confrontá-la à altura de seu poder de programação (ZAFFARONI, 2012).

A sociedade disciplinar, conformizada com o ideal do encarceramento, aproxima-se de razões a respeito da função das prisões. Tais bases são idealizadas por Foucault, Elias e Sá e são contidas no capítulo II, deste trabalho. O papel de privatizar a liberdade, assumiu enquanto mecanismo de punição social, uma alternativa moderna e contemporânea.

Dados do Departamento Penitenciário Nacional – Depen, órgão vinculado ao Ministério da Justiça, baseado em estatísticas – Infopen. Percebe-se a quem são os encarcerados, quantos,

²⁵³ PASTANA, Débora Regina. *Estado punitivo brasileiro: a indeterminação entre democracia e autoritarismo*. IN: PORTO, Maria Stela Grossi Porto; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli. *Violência e sociedade*. Porto Alegre: Civitas, v.13, nº 1, jan/abr, 2013. p. 29.

²⁵⁴ ZAFFARONI, Eugenio Raul. *La cuestión criminal*. Buenos Aires: Planeta, 2012.

e em quais hipóteses: seletividade criminal, reprodução das desigualdades, rotulação do inimigo, escolhas legislativas, crescimento da população carcerária, para embassar a afirmação que a criminologia midiática influencia no encarceramento em massa, bem como no direito penal, processo penal, e execução criminal.

No contexto nacional, apresenta-se a população carcerária brasileira, segundo o Infopen junho de 2016²⁵⁵:

Brasil - Junho de 2016	
População prisional	726.712
Sistema Penitenciário	689.510
Secretarias de Segurança/ Carceragens de delegacias	36.765
Sistema Penitenciário Federal	437
Vagas	368.049
Déficit de vagas	358.663
Taxa de ocupação	197,4%
Taxa de aprisionamento	352,6

Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen, Junho/2016.

Em dados a população prisional brasileira registrada em 30 de junho de 2016, nas 1.422 unidades prisionais, era de 726.712 mil pessoas privadas de liberdade no Brasil, sendo 689.510 mil pessoas estabelecidas pelas Secretarias Estaduais de Administração Prisional e de Justiça: Sistema estadual: 36.765 pessoas custodiadas em carceragem de delegacias ou outros espaços de custódia, administradas pelas Sedretarias de Segurança Pública, onde 437 pessoas encontram-se no sistema Penitenciário Federal, administradas pela Departamento Penitenciário Federal, havendo um *déficit* total de 358.663 mil vagas e uma taxa de ocupação média de 197,4% em todo país.

²⁵⁵BRASIL. LEVANTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL DE INFORMAÇÕES PENITENCIÁRIAS (Infopen – 2016) Brasília, Ministério da Justiça, Departamento Penitenciário Nacional. Disponível em <http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf>. Acesso em 10 de maio de 2019.

A tabela 4 apresentará os dados acerca dos encarcerados por região do Brasil. Foram analisadas 1.460 unidades na época do levantamento. Onde as maiores taxas de ocupação derivam dos Estados de Minas Gerais, Pernambuco, Paraná e São Paulo.

UF	População prisional	Taxa de aprisionamento	Vagas no sistema prisional	Taxa de ocupação	Total de presos sem condenação	% de presos sem condenação
AC	5.364	656,8	3.143	170,7%	1.989	37,1%
AL	6.957	207,1	2.845	244,5%	2.588	37,2%
AM	11.390	284,6	2.354	483,9%	7.337	64,4%
AP	2.680	342,6	1.388	193,1%	628	23,4%
BA	15.294	100,1	6.831	223,9%	8.901	58,2%
CE	34.566	385,6	11.179	309,2%	22.741	65,8%
DF	15.194	510,3	7.229	210,2%	3.651	24,0%
ES	19.413	488,5	13.417	144,7%	8.210	42,3%
GO	16.917	252,6	7.150	236,6%	6.828	40,4%
MA	8.835	127,0	5.293	166,9%	5.177	58,6%
MG	68.354	325,5	36.556	187,0%	39.536	57,8%
MS	18.688	696,7	7.731	241,7%	6.058	32,4%
MT	10.362	313,5	6.369	162,7%	5.436	52,5%
PA	14.212	171,8	8.489	167,4%	6.860	48,3%
PB	11.377	284,5	5.241	217,1%	4.798	42,2%
PE	34.556	367,2	11.495	300,6%	17.560	50,8%
PI	4.032	125,6	2.363	170,6%	2.217	55,0%
PR	51.700	459,9	18.365	281,5%	14.699	28,4%
RJ	50.219	301,9	28.443	176,6%	20.141	40,1%
RN	8.809	253,5	4.265	206,5%	2.969	33,7%
RO	10.832	606,1	4.969	218,0%	1.879	17,3%
RR	2.339	454,9	1.198	195,2%	1.033	44,2%
RS	33.868	300,1	21.642	156,5%	12.777	37,7%
SC	21.472	310,7	13.870	154,8%	7.627	35,5%
SE	5.316	234,6	2.251	236,2%	3.461	65,1%
SP	240.061	536,5	131.159	183,0%	75.862	31,6%
TO	3.468	226,2	1.982	175,0%	1.368	39,4%
União	437	-	832	52,5%	119	27,2%
Total	726.712	352,6	368.049	197,4%	292.450	40,2%

Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen, Junho/2016

O gráfico 1 aponta a evolução da população carcerária do ano de 1990 ao ano de 2016, englobando a onda da “lei e ordem e o recrudesimento penal brasileiro”.

Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen, Junho/2016.

O gráfico 2 apresenta as estatísticas referentes aos encarcerados por Estado da Federação.

Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen, Junho/2016.

Evolução da taxa de aprisionamento no Brasil dos anos de 2000 a 2016.

Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen, dezembro de cada ano; DATASUS.

Nos anos citados, a taxa de aprisionamento aumentou 157%. Observa-se que no ano de 2000 existiam 137 pessoas presas por cada grupo de 100 mil habitantes. Já em julho de 2016 o número aumentou para 352,6 pessoas presas para cada 100 mil habitantes.

O gráfico 4 demonstra os tipos de estabelecimentos em detrimento à destinação originária:

Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen, Junho/2016.

A análise afirma que 49% dos estabelecimentos prisionais brasileiros são concebidos para o aprisionamento de presos provisórios. O regime fechado consiste em 24% das unidades, regime semiaberto (8%), regime aberto (2%), destinados a diversos tipos de regime (13%), destinados ao cumprimento de medida de segurança (2%), e destinados à realização de exames gerais e criminológicos, em conjunto com o patronato: somando são menos de 1% de unidades.

A tabela 5 apresenta a capacidade do sistema prisional e *déficit* por Estado da Federação.

UF	Total de unidades	Total de vagas	Total de pessoas privadas de liberdade	Déficit de vagas
AC	12	3.143	5.364	2.221
AL	9	2.845	6.957	4.112
AM	20	2.354	11.390	9.036
AP	8	1.388	2.680	1.292
BA	21	6.831	15.294	8.463
CE	148	11.179	34.566	23.387
DF	6	7.229	15.194	7.965
ES	34	13.417	19.413	5.996
GO	102	7.150	16.917	9.767
MA	41	5.293	8.835	3.542
MG	189	36.556	68.354	31.798
MS	45	7.731	18.688	10.957
MT	51	6.369	10.362	3.993
PA	44	8.489	14.212	5.723
PB	65	5.241	11.377	6.136
PE	79	11.495	34.556	23.061
PI	15	2.363	4.032	1.669
PR	33	18.365	51.700	33.335
RJ	49	28.443	50.219	21.776
RN	32	4.265	8.809	4.544
RO	52	4.969	10.832	5.863
RR	6	1.198	2.339	1.141
RS	99	21.642	33.868	12.226
SC	45	13.870	21.472	7.602
SE	7	2.251	5.316	3.065
SP	164	131.159	240.061	108.902
TO	42	1.982	3.468	1.486
Total	1.418	367.217	726.275	359.058

Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen, Junho/2016.

O gráfico 5 mostra-nos a faixa etária da população carcerária no Brasil.

Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen, Junho/2016.

A faixa etária da população prisional antes era de 514.987 mil pessoas ou 75% da população prisional total. A análise da amostragem colhida, acerca da idade, pode-se afirmar que 55% da população prisional é jovem (até 29 anos de idade), segundo o Estatuto da

Juventude – Lei nº 12.852/2013²⁵⁶. Percebe-se que a participação jovem de brasileiros total é a mesma que está encarcerada (entre 18 e 29 anos de idade) representando 18% da população total do Brasil, e 55% da população do sistema prisional do mesmo ano.

O gráfico 6 apresenta a raça a cor e a etnia das pessoas privadas de liberdade no Brasil.

Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen, Junho/2016; PNAD, 2015.

Analisando acerca da raça, podemos afirmar que 64% da população prisional são de pessoas negras. O gráfico 7 apresenta também dados de raça, cor ou etnia das pessoas privadas de liberdade por Unidade da Federação.

Demonstra-se com os gráficos, que a quantidade de negros encarcerados sempre é superior de brancos, amarelos e outros. Na amostra observa-se o baixo grau de escolaridade onde 17,75% dos encarcerados não acessou o ensino médio. E a máxima completou o ensino fundamental.

²⁵⁶BRASIL.Lei nº 12.852 de 5 de agosto de 2013. *Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso 10 de maio de 2019.

Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen, Junho/2016.

Escolaridade das pessoas privadas de liberdade no Brasil. Gráfico 8.

Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen, Junho/2016.

Distribuição por gênero dos crimes tentados/consumados entre os registros das pessoas privadas de liberdade, por tipo penal. Número de crimes tentados/consumados pelos quais as pessoas privadas de liberdade foram condenadas ou aguardam julgamento. Tabela 6.

	Homens	Mulheres	Total
Quantidade de crimes tentados/ consumados	586.722	33.861	620.583
Grupo: Código Penal	393.680	11.812	405.492
Grupo: Crimes contra a pessoa	82.195	2.491	84.686
Homicídio simples (Art. 121, caput)	26.409	887	27.296
Homicídio culposo (Art. 121, § 3º)	3.287	63	3.350
Homicídio qualificado (Art. 121, § 2º)	36.758	1.149	37.907
Aborto (Art. 124, 125, 126 e 127)	77	7	84
Lesão corporal (Art. 129, caput e § 1º, 2º, 3º e 6º)	4.642	132	4.774
Violência doméstica (Art. 129, § 9º)	4.826	22	4.848
Sequestro e cárcere privado (Art. 148)	1.524	37	1.561
Outros - não listados acima entre os artigos 122 e 154-A	4.672	194	4.866
Grupo: Crimes contra o patrimônio	270.818	7.991	278.809
Furto simples (Art. 155)	35.674	1.481	37.155
Furto qualificado (Art. 155, § 4º e 5º)	35.254	1.372	36.626
Roubo simples (Art. 157)	50.729	1.507	52.236
Roubo qualificado (Art. 157, § 2º)	99.961	2.107	102.068
Latrocínio (Art. 157, § 3º)	15.495	417	15.912
Extorsão (Art. 158)	2.326	101	2.427
Extorsão mediante sequestro (Art. 159)	1.805	99	1.904
Apropriação indébita (Art. 168)	539	11	550
Apropriação indébita previdenciária (Art. 168-A)	53	35	88
Estelionato (Art. 171)	5.609	416	6.025
Receptação (Art. 180)	17.360	395	17.755
Receptação qualificada (Art. 180, § 1º)	1.427	27	1.454
Outros - não listados acima entre os artigos 156 e 179	4.586	23	4.609
Grupo: Crimes contra a dignidade sexual	25.777	305	26.082
Estupro (Art. 213)	11.540	69	11.609
Atentado violento ao pudor (Art. 214)	5.719	34	5.753
Estupro de vulnerável (Art. 217-A)	5.977	95	6.072
Corrupção de menores (Art. 218)	1.092	90	1.182
Tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual (Art. 231)	457	3	460
Tráfico interno de pessoa para fim de exploração sexual (Art. 231-A)	10	0	10
Outros (Artigos 215, 216-A, 218-A, 218-B, 227, 228, 229, 230)	982	14	996
Grupo: Crimes contra a paz pública	9.349	734	10.083
Quadrilha ou bando (Art. 288)	9.349	734	10.083

Grupo: Crimes contra a fé pública	4.053	184	4.237
Moeda falsa (Art. 289)	455	29	484
Falsificação de papéis, selos, sinal e documentos públicos (Art. 293 a 297)	850	30	880
Falsidade ideológica (Art. 299)	668	46	714
Uso de documento falso (Art. 304)	2.080	79	2.159
Grupo: Crimes contra a Administração Pública	494	50	544
Peculato (Art. 312 e 313)	385	32	417
Concussão e excesso de exação (Art. 316)	70	7	77
Corrupção passiva (Art. 317)	39	11	50
Grupo: Crimes praticados por particular contra a	994	57	1.051
Corrupção ativa (Art. 333)	580	39	619
Contrabando ou descaminho (Art. 334)	414	18	432
Grupo: Legislação específica	193.042	22.049	215.091
Grupo: Drogas (Lei 6.368/76 e Lei 11.343/06)	155.669	21.022	176.691
Tráfico de drogas (Art. 12 da Lei 6.368/76 e Art. 33 da Lei 11.343/06)	134.676	17.106	151.782
Associação para o tráfico (Art. 14 da Lei 6.368/76 e Art. 35 da Lei 11.343/06)	16.724	3.409	20.133
Tráfico internacional de drogas (Art. 18 da Lei 6.368/76 e Art. 33 e 40, inciso I da Lei 11.343/06)	4.269	507	4.776
Grupo: Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826, de	31.533	582	32.115
Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido (Art. 14)	17.695	255	17.950
Disparo de arma de fogo (Art. 15)	2.256	19	2.275
Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito (Art. 16)	11.235	272	11.507
Comércio ilegal de arma de fogo (Art. 17)	176	29	205
Tráfico internacional de arma de fogo (Art. 18)	171	7	178
Grupo: Crimes de Trânsito (Lei 9.503, de	1.984	44	2.028
Homicídio culposo na condução de veículo automotor (Art. 302)	236	6	242
Outros (Art. 303 a 312)	1.748	38	1.786
Grupo: Legislação específica - outros	3.856	401	4.257
Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069, de 13/01/1990)	3.524	341	3.865
Genocídio (Lei 2.889, de 01/10/1956)	4	3	7
Crimes de tortura (Lei 9.455, de 07/04/1997)	174	55	229
Crimes contra o Meio Ambiente (Lei 9.605, de 12/02/1998)	154	2	156

Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen, Junho/2016.

De um modo geral como já abordado em capítulos anteriores os crimes que envolvem o tráfico de drogas, correspondem a 28% das incidências criminais (em um todo). Os crimes contra o patrimônio, em especial o furto e o roubo somam 37%, já os homicídios representam 11% apenas. Se compararmos a relação com o gênero, as mulheres são responsáveis por 62% dos delitos ligados às drogas, e os homens a 26%. Os referentes ao patrimônio representam 20% (mulheres) dos delitos em comparação aos homens que é de 38%.

Assim concluímos que há um rol selecionado de encarcerados e o número é alarmante. O número de presos de um país não está diretamente relacionado e interligado ao crescimento da criminalidade. Cada país tem a população carcerária que deseja ter, selecionando-os, legitimando seus crimes e criminosos pela criminologia midiática, e direcionando-os ao punitivismo. Percebe-se com gráficos que o Brasil quer punir: pobres, negros e os considerados inimigos. Penalizando a pobreza. A mídia é apenas um instrumento eficaz e efetivo para o encarceramento.

3.5 Legislação em resposta ao crime – Pacote anticrime ou falácia anticrime?

O ano é 2019 o superior do poder executivo é Jair Bolsonaro e o Ministro da Justiça é o ex-juiz federal Sérgio Moro, que propôs um pacote de medidas anticrime, que mais aparenta simbólico e ilusório intuindo “resolver a criminalidade”, endurecendo os regimes de cumprimento de pena; efetivando o processo penal (de forma utilitária, punitivista e eficiente), e aumentando as penas privativas de liberdade. A arrogante proposta que modifica diversos e acrescenta novos artigos e tipificações penais, sem discussão ou diálogo com especialistas da área criminal, ou com a população, não tem bases fundamentadas ou justificadas.

Desconsiderando também a existência de um Projeto de Código Penal, que tramita a mais de 10 anos, ignorando o Projeto de Reforma da Lei de Execuções Penais (aprovado em 2017), as “falácias anticrime” são arrogantes e egocêntricas, propondo-se como a exemplo: uma solução já criada pelo STF no HC 126.292²⁵⁷ – da inconstitucional execução antecipada da pena, ferindo o garantismo penal e por meio de lei ordinária.

Matérias já antes discutidas pelo Supremo Tribunal Federal, como o artigo 310 do Código de Processo Penal, que veda à concessão de liberdade provisória, e que já foram declaradas inconstitucionais no HC 104.339/SP²⁵⁸, bem como o estabelecimento do regime fechado obrigatório, também inconstitucional, no Agravo em RE 1.052.700 e na Repercussão Geral 972.²⁵⁹

Aparenta-nos que o real intuito do projeto é criar uma inovada legislação, incorporando em grande parte, legislações de outros países, como os Estados Unidos da América. As

²⁵⁷STF. HC 126.292. *Dispõe sobre o princípio da presunção de inocência*. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10964246>. Acesso em 03 de julho de 2019.

²⁵⁸STF. HC 104.339/SP. *Dispõe sobre o paciente preso em flagrante sobre o artigo 33 da lei nº 11.343/2006*. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=3164259>. Acesso em 03 de julho de 2019.

²⁵⁹STF. Agravo em RE 1.052.700. Repercussão Geral 972. *Dispõe sobre o regime fechado obrigatório*. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudenciaRepercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=5201890&numeroProcesso=1052700&classeProcesso=ARE&numeroTema=972>. Acesso em 03 de julho de 2019.

principais propostas seriam: propostas de alteração do Código Penal; propostas de alteração do Código de Processo Penal; propostas de alteração da Lei de Execução Penal; propostas de alteração da Lei de Crimes Hediondos; propostas de alteração da Lei de Interceptação Telefônica; propostas de alteração da Lei de Drogas; modificações no Estatuto do Desarmamento e na Lei de Lavagem de Dinheiro; propostas de Alteração da Lei dos Presídios Federais; propostas de alteração da Lei de Identificação Criminal; propostas de alteração da Lei de Organização Criminosa e alteração da Lei nº 13.608 de 2013.

Tratarei de algumas, no enfoque do encarceramento em massa e do rescrudescimento criminal. A mídia incutiu tais medidas, como “*salvadoras da pátria*”, porém como referido anteriormente, os especialistas em direito penal, processual penal, criminologia e execução criminal criticam sobre tamanho “egocentrismo punitivo” abarcado pela mídia.

Primeiramente, tais propostas iniciam-se tentando criar a interrupção da prescrição (que é o tempo de julgamento do processo criminal em estado razoável – pois o direito não acolhe os que dormem), vide art. 5º, LXXVIII da CF²⁶⁰, já é sabido que o Brasil adotou por conveniência e pela enorme demanda judicial, a “*teoria do não prazo processual*”, não havendo previsão legal sobre prazos imprescindíveis aos magistrados, bem como do Ministério Público. Quem verdadeiramente importa-se com prazos é a defesa. Consequentemente, as alterações dos prazos prescricionais feririam os princípios da celeridade, eficiência e eficácia processual.

A falácia maior chama-se: *plea bargaining*²⁶¹ – sedutor, emocional, prático, perigoso e feito para uma sociedade menos punitivista... Importado de uma fórmula do sistema jurídico (*common law*), essa “*negociação*” jamais teria prática no Brasil, se invocarmos o princípio da igualdade, em razão de que prendemos em grande maioria as pessoas estigmatizadas e discriminalizadas. Como falar-se-á em “*negociação penal*” em um país onde a mídia já

²⁶⁰Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: LXXVIII - a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004).

²⁶¹Plea bargaining, in law, the practice of negotiating an agreement between the prosecution and the defense whereby the defendant pleads guilty to a lesser offense or (in the case of multiple offenses) to one or more of the offenses charged in exchange for more lenient sentencing, recommendations, a specific sentence, or a dismissal of other charges. Supporters of plea bargaining claim that it speeds court proceedings and guarantees a conviction, whereas opponents believe that it prevents justice from being served. The great majority of criminal cases in the United States involve some form of plea bargaining. Plea bargains are not always easy to recognize. Negotiations that result in formal agreements are termed “explicit plea bargains. However, some plea bargains are called “implicit plea bargains” because they involve no guarantee of leniency. Explicit bargains are the more important of the two. *Encyclopedia Britannica*. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/plea-bargaining>. Acesso em: 28 de abril de 2019.

condena o acusado utilizando das emoções e da opinião pública? É como se aplicássemos a pena privativa de liberdade, sem o uso do contraditório, da ampla defesa, e da produção de provas, afirmando assim, que o réu já é um condenado da justiça brasileira. “*Plea bargaining*, é muito mais que envolver toda a negociação para se chegar ao acordo... suas consequências...são seus fundamentos e os fundamentos dos seus fundamentos”²⁶² (ALBERGARIA, 2007, p. 20). Um sistema acusatório (o norte-americano), é incompatível com o sistema brasileiro inquisitório. O chefe da investigação, em um curto espaço de tempo, não consegue avaliar provas, ou convencer-se da culpa ou inocência do acusado. O promotor por sua vez, aparado pelo princípio da oportunidade ao exercício da ação/acusação, e posteriormente em disponibilidade ao processo, não poderia acusar (antecipadamente) e em seguida retirar a acusação. Tal acordo proposto ao Ministério Público, permitiria um acordo entre defesa e acusação. Seria mais um exercício de cargo político do *parquet*, que encontra-se em superioridade perante a defesa. O exemplo claro seria o da prova ilícita, que tem aparato constitucional nas emendas 4, 5, 6 e 14 – no *Common Law*, também presentes mínimas legislações e regras que forjam um *Judge made Law* – um juiz a fazer a lei, princípio em precedentes que sustentam o sistema acusatório – respeitando a Constituição Americana.

O equilíbrio norte-americano deve-se aos juízes serem eleitos ao cargo, não tendo assim, estabilidade, cumprindo as regras e precedentes para o funcionamento democrático da justiça. Vale salientar que o próprio juiz Sérgio Moro, no julgamento da “Lava Jato”, não obedeceu diversas garantias processuais em suas decisões. Voltando ao exemplo norte-americano, o juiz é um protetor das garantias e direitos individuais, tendo respeito por todas as partes do processo, pelo princípio da igualdade e da justiça. O *plea bargaining* do sistema inquisitório brasileiro é um desastre do início ao fim, o ônus probatório ficará aos acusados e o bônus aos interesses do Estado e da mídia (que incitará cada vez mais a condenação). É uma mera ilusão. Outra conclusão é que muitas vezes em detrimento da *mass media* e da própria incorporação do acusado como inimigo, as confissões muitas vezes podem não ter total veracidade.

Outro ponto da justiça negociável, previsto no artigo 28-A, § 2º, inciso I, consta que o acordo não persecutório, abolirá a suspensão condicional do processo (regulada pelo artigo 89 da Lei 9.099/1990), sendo apenas necessária a utilização do Inquérito Policial em desfavor ao investigado. O inciso II do artigo 28-A, embasado na teoria do *labelling approach*, reforça o estigma do inimigo *outsider*, praticante da suposta conduta desviante, acabando por alimentar-

²⁶²ALBERGARIA, Pedro Soares de. *Plea bargaining: aproximação à justiça negociada nos E.U.A.* Coimbra: Almedina, 2007. p. 20.

se das agências de controle social, incorporando seu rótulo. O retrocesso que nós operadores e estudiosos do direito já firmam, pode representar o fim do processo penal brasileiro e o agravamento do superencarceramento, daqueles selecionados pelo sistema penal. É uma tentativa de respostas fáceis à problemas antigos e complexos, por meio do recrudescimento do direito penal.

A segunda proposta, não menos preocupante é a do *whistleblower* – o informante. Inserida em diversos ordenamentos jurídicos, como mecanismo de prova para tentar-se encontrar os infratores contra as “entidades” públicas, o vulgarmente chamado de 171 – na gíria penitenciária, o *whistleblower* corresponde ao informante que leva ao conhecimento da autoridade pública o relato de indícios da ocorrência de uma infração contra interesse público, garantindo sua não retaliação, anonimato e, quando da apuração do fato resultar em recuperação de ativos aos cofres públicos, o recebimento de uma porcentagem do valor a título de recompensa²⁶³.

No *civil law*, a prática do informante veda ao anonimato e o incentivo pecuniário, levariam a várias falsas denúncias, simplesmente pela ganância monetária, conforme Ragués Vallès, “en los países citados el término whistleblower parece emplearse exclusivamente para los casos en que el delator es o ha sido empleado de una empresa o de la administración, no tanto cuando pertenece a una organización per se delictiva, como puede ser una banda terrorista o de narcotraficantes” (VALLÉS, 2006)²⁶⁴ Afinal, prever-se o *whistleblower*, onde a parte deverá estar na presença de um defensor, e diante das consequências de suas informações, para si e aos envolvidos no relato, serão necessários o seguimento das seguintes premissas: razoabilidade, originalidade, e espontaneidade do informante (relação dele com o fato narrado). A assistência obrigatoriamente prestaria informações à Administração Pública. A proposta avança no tema jurídico, todavia é mal elaborada e inacabada, podendo criar desordem ao invés de combater os delitos. A monetarização pode acarretar em um inchaço enorme no Judiciário, que poderá verificar fatos inverídicos.

Outra medida apresentada pelo Ministro da Justiça é no que tange à legítima defesa, em uma análise taxativa do sistema penal brasileiro. Alguns fatos como em 2010 onde Hélio Ribeiro foi alvejado por um policial do BOPE (a furadeira que ele usava foi confundida com

²⁶³Conforme o modelo do programa da Securities and Exchange Commission, previsto pelo Dodd-Frank Act.

²⁶⁴RAGUÉS I VALLÈS, Ramon. *Héroes o traidores? La protección de los informantes internos (whistleblowers) como estrategia político-criminal*. Dret, n. 3, 2006. Disponível em: <http://www.indret.com/pdf/364.pdf>. Acesso em: 28 maio de 2019.

uma metralhadora) onde os “erros policiais” apregoam-se na “legítima defesa”. A mudança propositada é a alteração na punibilidade do excesso de legítima defesa. Abrindo “brechas” a redução da pena ou absolvição no caso do agente perceber que está em “escusável medo, surpresa ou violenta emoção” (artigo 23, §2º do Projeto Anticrime)²⁶⁵, além de incluir no artigo 25, e em seus incisos I e II, a “legítima defesa das ações policiais”.

O artigo 25 do Código Penal entende que legítima defesa quem: “usando moderadamente dos meios necessários”, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito de outrem.²⁶⁶ Hungria²⁶⁷ e Dotti apresentam os requisitos: “a) agressão (humana) injusta; b) atualidade ou iminência da agressão; c) a defesa de um direito próprio ou de terceiro; d) meio necessário para a reação; e) uso moderado desse meio” (HUNGRIA, DOTTI, 2017, p. 305).

O medo é etimologicamente um “sentimento de viva inquietação ante a noção de perigo real ou imaginário de ameaça; pavor; temor²⁶⁸ (FERREIRA, 2008, p. 305). Tal sensação quando emocionalmente não controlada, acaba por gerar tragédias e a medida proposta prevê, que as “emoções momentâneas”, quando praticados por agentes do estado, sejam impunes.

O senso comum apressa-se em pensar que o conflito armado é uma situação grandiosa, como nos casos de ações em filmes americanos, com atiradores de elite estrategicamente posicionados, lutas coreografadas entre o “bandido” e o “mocinho” e explosões gigantescas, ou até em locais em que existam agentes fortemente armados, bem como situações com reféns Além da entrada em locais que se encontrem sob o poder de criminosos altamente armados, ou em um sequestro em um ônibus, uma troca de tiros em uma multidão desprevenida, ou uma situação com um só refém. Importante verificar que o termo “conflito armado” deriva do Direito Internacional e encontra-se amparado pela Convenção de Genebra sobre Conflitos

²⁶⁵Projeto de Lei Anticrime. Disponível em: < <https://www.justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1549284631.06/projeto-de-lei-anticrime.pdf>>. Acesso em 01 de abril de 2019.

²⁶⁶Código Penal. Decreto Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940. *Código Penal*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm > Acesso em 20 de abril de 2019.

²⁶⁷HUNGRIA, Nelson; DOTTI, René Ariel. *Comentários ao Código Penal*. 6. ed. Tomo I. v. 1. Rio de Janeiro: Editora GZ, 2017. p. 305.

²⁶⁸FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Mini Aurélio*. Paraná: Editora Positivo, 2008. p. 545.

Armados (reconhecida no ordenamento brasileiro pelo Decreto 849 de 25 de junho de 1993)²⁶⁹ (MENDES, 2019).

Onde encontra-se a afirmação: “conflito armado”, lá estará a mídia. Porém o conhecimento na discriminação e na seleção de determinadas pessoas vulneráveis ao direito penal coadunarão com a impunidade de crimes praticados pelo Estado brasileiro e os agentes com fé pública.

Para ainda considerarmos os policiais bonzinhos e propagadores da tão sonhada paz e harmonia, utiliza-se do artigo 23, III, do Código Penal²⁷⁰, onde exclui-se a ilicitude, devido ao estrito cumprimento do dever legal. Os princípios majoritários, ou seja, os constitucionais são garantistas e embasados pelo princípio da legalidade, indicando não existir punição ao sujeito criminoso quando este não apresente conduta condizente a suposta prática do delito. O princípio da reserva legal (artigo 22, inciso I da CF/88)²⁷¹ e o da taxatividade da norma penal são responsáveis muitas vezes pelo encarceramento. É uma preocupação desde o Código Penal de 1940, tentar não dar interpretação a normas incriminadoras, e conseguir definir as condutas criminosas. Portar uma furadeira não configura delito. O problema é auto repetitivo, tem ciclo infinito, onde as “aberturas” na forma interpretativa das leis cooperarão com a incerteza e o medo da atuação polícia amparados pela “excludente de ilicitude”. Portanto pretende-se legitimar a “impunidade de certos agentes selecionados como heróis”.

Ordenar a regulamentação do estrito cumprimento do dever legal (artigo 23, inciso III do Código Penal), preveniria ou balizaria ações dos agentes em suas ações preventivas e repressivas, limitando-os e auxiliando no devido processo legal, quando cometido crime por estes.

Trataremos agora do princípio da culpabilidade no projeto “anticrime” na Constituição Federal encontra-se em seu artigo 1º, inciso III (dignidade da pessoa humana), artigo 5º, *caput* (inviolabilidade do direito à liberdade), também artigo 4º, inciso II (prevalência dos direitos humanos) como sendo garantias basilares do Estado Democrático de Direito. No atual Código Penal a responsabilidade pela prática de fatos tipificados – omissivos e comissivos, afasta a

²⁶⁹MENDES, Alana Guimarães. *A legítima defesa no pacote anticrime: uma análise a partir do princípio da taxatividade e o loop infinito do sistema penal brasileiro*. Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, ano 27, nº 317, abril. São Paulo: Ibccrim, 2019.

²⁷⁰Código Penal. Decreto Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940. *Código Penal*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm> Acesso em 20 de abril de 2019.

²⁷¹BRASIL. *Constituição da república federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 24 de novembro de 2018.

responsabilidade pelo “*modo*” e “*agir*” do autor. Fundamentando na maneira de vida ou carácter do agente, as modificações propostas pelas “leis anticrimes” puniriam uma pessoa pelo que ela é, e não pelo que ela fez.

Salo de Carvalho afirma que ao abandonar as amarras impostas pelos princípios da secularização e da legalidade (*mala prohibita*) no aumento da pena, substituindo-os por valorações potestativas de cunho subjetivo na reconstrução da personalidade de autor rotulado como intrinsecamente mau (*mala in se*)²⁷² (CARVALHO, 2001, p.54). O direito penal deveria preocupar-se com o bem jurídico tutelado. O delinquente habitual, aquele que acarretará na reincidência criminal, é deslegitimar o princípio da presunção de inocência. Zaffaroni assevera críticas ao conceito de criminoso habitual e ao tratamento dado aos reincidentes:

Desde la desviación positivista la ‘habitualidad’ es un producto del afán clasificador de esta corriente, cuyo anarquismo nosotático llega a ser desesperante. La diferencia entre el reincidente y el habitual es nebulosísima, pudiendo aventurarse la opinión de que, por debajo de las complejas y contradictorias clasificaciones el ‘habitual’ sería algo como el reincidente ‘desahuciado’ y, por ende, sometido a una segregación o a un tratamiento intensivo²⁷³ (ZAFFARONI, 1992, p. 62).

Pretende então tratar o delinquente habitual com maior severidade, confrutando jurisprudências consolidadas pelo Supremo Tribunal Federal, ignorando o princípio da culpabilidade. A responsabilidade pelo fato delituoso é do acusado (direito penal do fato), permutaria para a responsabilidade da conduta delitiva, ou também levaria-se em conta o caráter pessoal do agente (direito penal do autor). Beccaria ensinou-nos que “a finalidade da pena não é atormentar e aflingir um ser sensível²⁷⁴” (BECCARIA, 1997, p. 62). Julgar um indivíduo pelo seu comportamento é remete-se a um Estado de Exceção de Agamber.

A criminalidade é um problema social de uma sociedade hostil e desumana. A mídia e sua criminologia que rotula pessoas para fora da sociedade, por não as considerarem “boas”. Seriam necessários estudos sobre as instâncias oficiais (Ministério Público, Polícia, Delegados, Juízes, Sistema Penitenciário), junto com a ação do sistema penal seletivo que pune apenas vulneráveis e selecionados. O projeto, legitimado pela “lei e ordem”, e o endurecimento do direito

²⁷²CARVALHO, Salo. Pena e garantias: uma leitura do garantismo de Luigi Ferrajoli no Brasil. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2001. p. 154.

²⁷³ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Reincidencia: un concepto de derecho penal autoritario*. In: *Derechos Fundamentales y Justicia Penal*. San José da Costa Rica: Juricentro, 1992. p. 41.

²⁷⁴BECCARIA, Cesare. *Dos delitos e das penas*. Tradução: Lucia Guidicini e Alessandro Berti Contessa. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1997. p. 62.

penal indo ao encontro do também populismo criminal e o direito penal simbólico, acarretará em um maior encarceramento.

Wacquant aponta: “A literatura criminológica tem apontado como em momentos de regressão neoliberal a política de criminalização da “questão social”, velha estratégia de autopreservação do capitalismo, se intensifica. Nesses contextos de recrudescimento do Estado penal ²⁷⁵” (WACQUANT, 2013). A pobreza e as desigualdades sociais advindas das revoluções industriais, e da ditadura do mercados financeiros internacionais, abarcados e regulados pela política do *laissez-faire* – forma neoliberal onde o próprio mercado tem por objetivo a sua auto-regulamentação, evitando fuga de capitais e prejuízo na arrecadação financeira, juntamente com “*race-to-the-bottom*” - uma mobilidade mercadológica de capital, que busca localidades em que existam normas de baixa regulação, e onde é possível obter melhor retorno em termos de rentabilidade de investimentos e de lucros²⁷⁶. (CONTEPELLI, 2018, p. 281). São exemplos do tão inadequado é punir o delinquente habitual pobre, geralmente não branco, morador da periferia, com o intuito de sanar questões de um país subdesenvolvido, agrário, com uma enorme dívida externa, e que luta para enquadrar-se no neoliberalismo econômico. Os pobres serão os primeiros “punidos” pela pobreza.

Ainda economicamente visa alterar¹⁴ (catorze) leis brasileiras referentes as matérias penais. Representando a constitucionalização da intolerância – propõe congelar por duas décadas gastos com o orçamento primário: saúde e educação “Porém, mais do que o próprio penalizado, o principal alvo da punição são as distintas classes sociais”²⁷⁷ (FROMM, 2000, p. 126), a tipificação de certos delitos referentes a estigmatização, à miséria, a pobreza e a desigualdade social, aflorados pela mídia, reafirmando a soberania dos governos que nunca prezarem pelo bem-estar social, ou minimizem a situação de miserabilidade de sua população vulnerável. As classes capitalistas, contrária aos trabalhadores consolidam a hegemonia neoliberal ocultando o conflito de classe intensificando a criação de “inimigos *outsiders*” pela sociedade. Wacquant finaliza:

Para as frações superiores da classe trabalhadora e para aqueles setores da classe média que se veem pressionados pela crise do capital, o

²⁷⁵WACQUANT, Lôic. *Punir os Pobres: a gestão da miséria nos Estados Unidos*. Trad. Sérgio Lamarão. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.

²⁷⁶CONTEPELLI, Ernani. *Constitucionalismo climático global*. Justiça do Direito, v.32, n. 2, p. 278-300, maio/ago. 2018. Disponível em: < <http://seer.upf.br/index.php/rjd/article/view/8246>. p. 281 >. Acesso em 02 de maio de 2019.

²⁷⁷FROMM, Erich. *The state as educator: on the psychology of criminal justice*. In: Anderson Kevin; quinney, Richard (org.). *Erich Fromm and critical criminology: beyond the punitive society*. Chicago: University of Illinois Press, 2000.p.126.

Projeto e sua idealização de um inimigo comum, o bandido, possui uma função adicional, de dificultar materialmente formas alternativas de subsistência que não a venda de sua força de trabalho²⁷⁸ (WACQUANT, 2007, p.17).

A junção dos controles formais e informais reforçará o estigma de “delinquente ruim”, sendo dual e também aplicado ao “trabalhador de bem”. O mecanismo de *less eligibility* – menos exigibilidade, reforçará o ideal da classe trabalhadora – o sujeito do bem que vende sua força de trabalho, terá que “engolir” o subemprego e a precarização da sua mão de obra, apontando-nos que a melhor opção é de torna-se o sujeito-delinquente “preguiçoso”, potencializando o encarceramento. A mídia tomará o papel dessa propagação e escolha de um lado da dualidade (a que melhor pagar).

A proposta na Lei de Execuções Penais, merece apontamentos – que além de ser uma “lei para inglês ver”, não tem aplicabilidade no ordenamento jurídico brasileiro. As “medidas para endurecer o cumprimento de penas”, já são declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal, e com a falácia-projeto anticrime, serão incorporadas de forma legal e positiva. O sistema penitenciário brasileiro, sofre a cada ano um drástico aumento proporcional à piora nas condições do encarceramento. Cacicedo aduz:

O processo de encarceramento em massa que vive o Brasil e suas deletérias consequências deveriam pautar todos os projetos de reformas penais com responsabilidade constitucional; afinal, o quadro que se apresenta contrasta com os objetivos fundamentais de República ao reproduzir as desigualdades sociais, a marginalização e a pobreza, além de promover preconceitos, especialmente o de raça, e violar de forma cada vez mais acentuada a dignidade humana. No Projeto “Anticrime”, contudo, as premissas são outras. Velhas ideias permeiam novas velhas propostas. Embora o projeto tenha sido apresentado sem qualquer tipo de exposição de motivos, de seu conteúdo é possível extrair que o movimento político criminal que o fundamenta é muito próximo àquele que resultou na edição da Lei de Crimes Hediondos. Se em 1990, quando a referida lei foi editada, o Brasil contava com 90.000 pessoas presas, hoje esse número supera 700.000, em grande medida por conta desse mesmo diploma legislativo, um dos motores do processo de encarceramento em massa das últimas três décadas. A Lei de Crimes

²⁷⁸WACQUANT, Loïc. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Trad. Sergio Lamarrão, 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2007, p.17.

Hediondos, com efeito, endureceu o cumprimento de penas no Brasil com medidas de inédita crueza, basta lembrar que, da sua edição até fevereiro de 2006, os condenados por crimes hediondos e equiparados cumpriam a pena em regime integralmente fechado, ou seja, sem progressão de regime ²⁷⁹(CACICEDO, 2019).

A previsão obrigacional do regime inicial fechado fere o princípio constitucional da individualização da pena, consolidado pelo Supremo Tribunal Federal no HC 111.840²⁸⁰, que declarou a sua inconstitucionalidade no regime inicial fechado dos crimes hediondos.

A resposta da Fálacia Anticrime é afirmar que no Brasil as penas são muito brandas, o que não resolveria os problemas com reincidências, a solução seria seu endurecimento, para reduzir os índices de criminalidade. Porém a pergunta é: Onde colocar mais tantos detentos? Falou-se em privatização de presídios, porém não pode-se adotar a ideia de abandonar os públicos, pois um serve de “mal” modelo ao outro, e ainda como decidir ou optar por qual acusado gozará do público, ou qual do privado?

Além do que institutos como a remição da pena, e a progressão de regime em tempo hábil, quase nunca, são cumpridos. O livramento condicional, sequer muitas vezes é analisado antes do total cumprimento da pena. O endurecimento só aponta problemas. O projeto tenta novamente alterar a Lei dos Crimes Hediondos, endurecendo ainda mais a execução penal: aumentando em 3/5 o tempo para progressão de regime, nos casos onde tenha resultado “morte”.

Também auferirá ao “comportamento do delinquente”, retornando obrigatoriamente o exame criminológico. Vedar-se-á as saídas temporárias – modo de reintegrar novamente o detento ao convívio social, no regime fechado, abrindo apenas algumas exceções ao regime semi-aberto. Apenas nos crimes de corrupção passiva e ativa, peculato (doloso), salvo pequenos “valores” apropriados, ou menor vantagem indevida (artigo 59 do Código Penal), o anteprojeto foi favorável. Interessante pensar que nos crimes envolvendo funcionários públicos, a lei existente ainda deve vigorar. Por fim os juízes poderão magistrados fixar na sentença condenatória um período mínimo de cumprimento de pena no regime inicial.

²⁷⁹CACICEDO, Patrick. *Notas críticas sobre a execução penal no Projeto “Anticrime”*. Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, ano 27, nº 317, abril. São Paulo: Ibccrim, 2019.

²⁸⁰STF. HC 111.840. *Declara a inconstitucionalidade no regime inicial fechado dos crimes hediondos*. Disponível em: < <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticianoticiastf/anexo/hc111840dt.pdf>>. Acesso em 10 de maio de 2019.

Além da proposta violar o princípio da legalidade e o da presunção de inocência, além dos Tribunais Superiores – STJ em sua súmula 471, e STF na súmula vinculante 26, dá total discricionariedade ao Poder Judiciário a decidir as regras da execução penal.

Nada foi tão “sonhático” no antiprojeto do que o uso de tecnologias a favor das investigações criminais. Seria algo advindo de uma pessoa que morasse talvez nos Estados Unidos da América, ou que fosse apaixonado por séries de investigação criminal americanas. A PL 882/19 propõe o fortalecimento da vigilância policial por meio de tecnologias. Elas seriam: (i) adoção de tecnologias na rotina da justiça criminal; (ii) utilização de tecnologias de interceptação para o acesso a dados de comunicações; (iii) coleta de dados pessoais para criação de bancos de dados multibiométricos e (iv) ampliação das capacidades de utilização de captação ambiental.

Sem muito debater a questão, quem tem a mínima noção de saúde pública (precarizada onde há lugares que agulhas são reutilizadas para extração de sangue) no Brasil, e sobre as tecnologias da polícia civil (que muitas vezes nos delitos de drogas, imputam outros tipos, os não encontrados com o acusado), e a pequena competência da polícia federal (que não investiga a maioria dos delitos brasileiros), diria que não passa de um “lunatismo”. A tal proposta incute em diminuir a privacidade, a segurança e a intimidade da população – assim o Estado não obedecendo os seus “limites” em estigmatizar e punir, e compromete as garantias constitucionais penais.

A tendência do projeto é que os magistrados também legislem. A exemplo, as possíveis alterações dos artigos 33, § 5º, e 59, § único, do Código Penal e artigo 2º, § 6º, da Lei 8.072/90. A fixação de regime fechado colocaria o Brasil em poucos anos em primeiro lugar no que tange o encarceramento em massa. É a tentativa brasileira do judiciário realizar políticas criminais punitivistas, estigmatizantes e autoritárias. Ampliar a possibilidade de determinação do regime fechado, pelos juízes, é a junção com a estratégia de economia neoliberal do encarceramento em massa. Trataremos de encarceramento, como uma “indústria-prisional” criada para massificar e aprisionar.

Despejar os indesejados e inimigos em prisões é lucrativo: primeiramente pois envolve questões da gestão pública e particular, bem como no consumo dos bens carcerários, e no sustentáculo das agências midiáticas – que constroem os inimigos e o mito do cárcere como solução. O Estado retira-se como autor de redistribuição de riquezas, e minimizador da miserabilidade. A opção é clara: Ameaçar com as prisões e isolar os marginalizados.

Alargar a discricionariedade judiciária, pelo aprisionamento validariam o racismo estrutural do controle social brasileiro. O pacote anticrime poderia ser intitulado “Falácia²⁸¹ Anticrime” – pois em verdade lógica, é contra os pobres, (i)migrantes, negros, vulneráveis, operários, e todas as classes consideradas “subalternas” no Brasil. “Em tempos de ideologia da segurança nacional e urbana, de populismo criminológico e de sociedade de comunicação, projetos tendenciosos a violar garantias e direitos mostram-se especialmente férteis”²⁸² (ZAFFARONI, BATISTA, 2017, p.318).

Escrito na década de 1940 – o livro 1984 de George Orwell²⁸³, acarreta em uma ficção futurística, onde o Estado totalitário é responsável pela constante vigilância e opressão dos seus cidadãos. A maneira de opressão é a falta do direito de liberdade de expressão, e manipulação da mídia. No livro os personagens além de conviverem com a constante observação de seus atos, vivem se delatando – “*whistleblower*”, em um contemplado direito penal máximo recrudescido, visando o encarceramento. Muito parece com a realidade que deseja-se impor atualmente no Brasil, asfixiando-se direitos fundamentais e a liberdade, usando da manipulação da mídia, do controle social, da estigmatização do inimigo, do aumento de poder da esfera pública, e da opressão da população de seu “continente/país”. Estariamos chegando próximo ao passado futurista da ficção orwelliana?

²⁸¹Falácia é um raciocínio que parece lógico e verdadeiro, porém existe alguma falha que o faz ser falso.

²⁸²ZAFFARONI E, BATISTA N. *Direito penal Brasileiro: v. 1 – Teoria geral do direito penal*. Rio de Janeiro: Revan, Editora 2017.p. 318.

²⁸³ORWELL, George. 1984. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2009.

AS CONSEQUÊNCIAS DO PUNITIVISMO BRASILEIRO – O ENCARCERAMENTO EM MASSA E A PROPOSTA DE HUMANIZAÇÃO

4.1. Novos Horizontes: Indo Contra a Maré

Como abordado nos capítulos anteriores, apresentou-se a criminologia, a mídia a *mass media* e *criminology media* onde na pós-modernidade, a desigualdade, a seletividade do sistema penal, as políticas de lei e ordem, as legislações derivadas dela, bem como, a construção social e psicológica do inimigo *outsider*, são apresentados nos meios de comunicação, apresentou-se também a sociedade de risco, que através da criminologia midiática, é usada como ferramenta manipuladora de discursos políticos, incutindo o medo, e juntamente com o aparato pela legislação de combate ao crime, cada vez mais rígida e pautada para o encarceramento em massa.

Diante desse punitivismo, e preocupação real em resposta à violência crescente, a atual demanda incide em punir e eliminar o inimigo. Falta austeridade e humanidade de olhar o próximo com visão de humanos. Hannah Arendt expressa perfeitamente que o mundo virou banal, a maldade humana e a falta de solidariedade, muitas vezes não é de forma alguma explicável. Em contrapartida que Beçak traz nós que os meios de comunicação podem auxiliar em uma propagação quando há-se uma visão humanizadora onde o final é na sociedade. Infelizmente não é o cenário apresentado atualmente.

Necessita-se de uma verdadeira reforma política e institucional. Políticas públicas que visem humanizar, e não isolar. Não à banalização do punitivismo, a não reprodução de mecanismos opressores, não a omissão diante as calamidades, não a propagação do medo para o controle, não a exclusão social como alternativa.

O sistema penal opera de forma seletiva nos processos de criminalização primária (é o ato e o efeito de sancionar de uma lei primária material, que incrimina ou permite a punição de determinadas pessoas – cumprido por entes estatais (Polícia, Ministério Público e Poder Judiciário) e secundária (é a ação punitiva exercida sobre pessoas concretas - *labelling approach* (teoria da rotulação ou do etiquetamento), oferecendo tratamento desigual aos diferentes grupos sociais, com incidência, sobretudo, contra os jovens negros e pobres.

O encarceramento prisional não é a única forma de controle social exercido na esfera do poder punitivo e das agências a ele associada. A centralidade da prisão no repertório punitivo pode ser constatada observando-se os processos de criminalização primária, na arena de produção legislativa na área criminal. Existe um mito que a população negra é maior e por isso os números são automaticamente maiores. Isso não é verdade: no Estado de São Paulo, apenas

30% da população é negra.

A política de segurança pública orientada aos policiais é de *prender* pessoas. Em cada Unidade da Federação, há uma polícia civil – função de polícia judiciária, responsável pela apuração dos crimes, e uma polícia militar – incumbida de praticar o policiamento ostensivo e a preservar a ordem pública. O foco das duas polícias é o mesmo: a *punição* e o *encarceramento*. A polícia militar é uma ideia tão ultrapassada, que sua existência está apenas em países, considerados “pobres” como: Burkina Faso, Burundi, Colômbia, Haiti, Togo, Venezuela e Brasil.

As tornozeleiras eletrônicas, ainda são poucas, em comparação ao número de presos provisórios e aos condenados de saída temporária, ou liberdade condicional. O estado onde há mais tornozeleiras eletrônicas disponíveis é Paraná (5,3 mil). Todavia três estados (Amapá, Bahia e Roraima) e o Distrito Federal informaram não ter presos monitorados pelo equipamento, segundo dados do Infopen 2016. São Paulo e Roraima não apresentaram dados, e estima-se que em consulta a todos os governos estaduais – 24.203 presos são atualmente monitorados por meio de tornozeleira eletrônica e ao menos 821 aguardam a concessão de tornozeleira para deixar a prisão. O preço médio da tornozeleira por mês é de R\$ 200,00 reais, e a média de gastos mensal de cada encarcerado é de R\$ 2000,00 dois mil reais.

Os juízes e promotores têm sua atividade como parte integrante do Sistema de Segurança Pública, que existiria para punir e neutralizar pessoas presas em flagrante pela polícia. Assim, segundo ideologia de “*law & order*”, o sistema de justiça criminal solapa direitos e garantias fundamentais, em fluxos e práticas voltados ao encarceramento público que lhe é submetido. As “penas restritivas de direito e as medidas cautelares à prisão”, geralmente aplicados à delitos de menor potencial ofensivo e ao réu com primariedade. Acabaram por conformar uma “aplicação do repertório de controle de punição do Estado, somando ao cárcere, ao invés de diminuí-lo.

Sendo agentes da criminalização secundária, os operadores do direito, em especial os magistrados, que proferem as sentenças absolutórias ou condenatórias, têm um perfil estabelecido pelo Levantamento Sociodemográfico dos Magistrados Brasileiros no ano de 2018.²⁸⁴

O levantamento de dados dos magistrados do Brasil, contou com a participação de 11.348 de um total de 18.168 magistrados ativos, um índice de resposta de 62,5%. A pesquisa de perfil

²⁸⁴ Levantamento Sociodemográfico do Magistrados no ano de 2018. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2018/09/49b47a6cf9185359256c22766d5076eb.pdf>. Acesso em 26 de novembro de 2018.

realizada anteriormente - o Censo 2013 - teve a participação de 10.796 dos 16.812 magistrados então em atividade, um percentual de 64,2% de resposta. A diferença entre os levantamentos é que o atual se refere apenas a informações objetivas de perfil demográfico, social e funcional dos magistrados, enquanto o Censo 2013 incluía informações subjetivas, de opinião de magistrados e, também, de servidores do Poder Judiciário.

Os estudos sociodemográficos do ano de 2018, demonstram que o nosso Judiciário é: masculino, onde a maioria dos juízes estão trabalhando na justiça do trabalho, tendo entre 35 e 45 anos de idade, sendo casados ou em união estável, onde a maior quantidade se encontram no estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul, sendo racialmente a maioria da cor branca, com pais/mães pertencentes a grau de escolaridade alta/média, com cônjuges com escolaridade alta/média, onde o grau de parentesco com outras pessoas do judiciário é relevante, sendo a maioria da religião católica, sendo por fim, o nível de escolaridade moderado.

Depois de analisarmos tais dados, não é de se admirar que sejamos a terceira população carcerária mundial. Os responsáveis pelas condenações dos delinquentes tem um perfil elitista e patriarcal, voltados as políticas criminais de encarceramento.

O Governo definiu como meta para o Ministério da Justiça, o plano plurianual de 2016-2019, que visa reduzir o número de pessoas encarceradas, da mesma forma, a Política Nacional de Alternativas Penais, instituída pela Portaria nº 495, do Ministério da Justiça, de 28 de abril de 2016, traz como objetivo – desenvolver ações, projetos e estratégias voltadas ao enfrentamento ao encarceramento em massa e a ampliação da aplicação de alternativas penais à prisão, com enfoque restaurativo, em substituição à privação da liberdade. Prevê-se diminuir em 10% a taxa de pessoas presas, até o ano de 2019.

O Estado brasileiro prende muito, em comparação a outros países, e volta-se especialmente contra uma parcela específica da população, valendo-se de mecanismos de seletividade, ao oferecer tratamento desigual a esses públicos, clientes preferenciais dos processos de criminalização pelos diferentes órgãos envolvidos na persecução penal, aumentando o processo de encarceramento massivo que ele produz e se legitima, na opinião pública e na criminologia midiática, a partir de diversas narrativas sobre as funções declaradas da pena: conter a criminalidade, proteger a sociedade, e ressocializar os indivíduos desviantes.

O temor a frente à repressão estatal, a criminologia midiática e a cultura do medo, ao mesmo tempo, promovem e ocultam outra função central do sistema punitivo: permitir o desenvolvimento de aparatos de controle e restrição de liberdade de todos. O discurso da defesa

social e da necessidade de proteção contra eles, cumpre a função de justificar toda sorte de controle exercido sobre todos, inclusive sobre nós mesmos, uma vez que passamos a acreditar na necessidade de ser monitorados para sermos protegidos. (Zaffaroni, 2012, p.230).

O modelo penitenciário adotado pelo Brasil não parece, associado a pretensões de disciplinamento das pessoas privadas de liberdade, pois efetivamente não o faz. Pelo contrário, ele está direcionado a reforçar e a produzir uma delinquência estigmatizada, que serve de bode expiatório para um Estado penal ampliado, cumprindo assim, as funções de controle e vigilância e de maximização de seu próprio papel na mediação das relações e dos conflitos sociais. A figura do preso nas cadeias decrepitas do país, serve também para a projeção de desumanidade a todo conjunto de jovens negros de onde ele (o preso) geralmente é selecionado, legitimando a repressão seletiva e o recrudescimento das polícias, às quais confiamos a missão de enfrentá-los.

Os dados disponíveis quanto à população prisional brasileira, corroboram suas conclusões quanto ao uso do poder punitivo como ferramenta de criminalização da pobreza, no sentido material e simbólico por ele atribuído. O aparato repressivo estatal tem como objetivo central a segurança das classes dominantes contra a criminalidade das classes baixas – orientada pelo paradigma da exclusão (e não inclusão), dissociada, portanto, da diretriz de construção social da cidadania das populações excluídas.

Prender alguém é algo tão naturalizado em nossa sociedade que nos parece impossível imaginar uma sociedade sem cárceres. Depositamos na prisão, assim, a expectativa de garantir nossa segurança, afastando do convívio indivíduos entendidos como perigosos e violentos e, ao mesmo tempo, promover a justiça, que se realiza com a punição daqueles que se afastam das normas sociais e cometem crimes.

Os jovens negros, pobres e de baixa escolaridade, habitantes de bairros periféricos das cidades brasileiras, são os mais sujeitos a esses processos e, portanto, os rostos mais comuns nas prisões do país. Além disso, praticamente $\frac{3}{4}$ dos crimes pelos quais as pessoas presas estão condenadas ou aguardam julgamento do processo são relacionados a delitos patrimoniais ou ligados a repressão ao tráfico de drogas, o que indica as prioridades das agências do sistema penal, seja nos interesses que efetivamente se quer tutelar, seja no público que se quer ver criminalizado e preso.

Como forma de combate ao encarceramento em massa, o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais - IBCCRIM, a Pastoral Carcerária Nacional - CNBB, a Associação Juízes para a Democracia - AJD, o Centro de Estudos em Desigualdade e Discriminação - CEDD/UnB

elaboraram 16 propostas legislativas que buscam impactar a dinâmica sistêmica do encarceramento em massa no país.²⁸⁵

Elas são: Proposta 1: Análise de impacto econômico como pré-requisito; 2: Reforçar princípios gerais da lei penal; 3: Alterações no crime de furto e roubo; 4: Diferenciação de condutas relacionadas a uso e tráfico de drogas; 5: Mudanças na aplicação de pena de crimes “hediondos”; 6: Criação do/a juiz/a de garantias; 7: Validade dos mandados de busca e apreensão; 8: Regras claras para interrogatório em sede policial; 9: Prazo para investigação; 10: Garantir intimidade e proteção contra exposição midiática; 11: Exigência de que haja produção de provas na fase processual; 12: Extinção da hipótese de condução coercitiva; 13: Nulidade do flagrante preparado e consolidação das audiências de custódia; 14: Mudança de critérios e condições para flagrante e prisão provisória; 15: Melhorar e cumprir as condições de cumprimento de pena e 16: Criação de ouvidorias externas em todas as instituições de justiça.

Por fim vale salientar que o cárcere é um ambiente inimaginavelmente degradante e insalubre. As ponderações de Alvino Augusto de Sá permitem que reflita-se acerca das penas privativas de liberdade:

Por outro lado, porém, a pena privativa de liberdade é uma realidade atual, e dela, pelo menos por enquanto, não temos como fugir de todo. Apesar de tudo o que acima dissemos sobre seus efeitos deletérios, não temos como bani-la, nem como desconhecer e evitar o cárcere. Devemos pensar na realidade e na sociedade de hoje, sem que, com isso, porém, nos dispenseemos de ter uma atitude crítica, de não sujeição à opinião pública, uma atitude de revisão contínua de nossas posições e procedimentos. Deveria haver mais coragem em se aplicarem as penas alternativas e que estas deixassem de ser alternativas, mas já fossem previstas na parte especial do Código Penal, ainda que elencadas na Parte Geral. A pena de prestação de serviço à comunidade, desde que aplicada com acompanhamento, apoio e orientação, e desde que tendo uma associação com o ato punido, poderia ter um sentido pedagógico. Quanto à pena privativa de liberdade, um mal necessário, deveria ser reservada para aqueles casos que constituem real ameaça e perigo para a sociedade, e que sua duração fosse dosada, não para satisfazer ímpetos de vingança, mas tomando como critério uma margem de suportabilidade e a garantia de esperanças para o apenado,

²⁸⁵Caderno de propostas legislativas. *Propostas de desencarceramento – 16 propostas contra o encarceramento em massa*. Disponível em: https://www.ibccrim.org.br/docs/2017/16MEDIDAS_Caderno.pdf. Acesso em 26 de novembro de 2018.

dentro da preocupação de uma política criminal saudável ²⁸⁶ (SÁ, 2016).

Pimenta afirma de um modo cabal que parte das nossas relações interpessoais e extrapola o campo político, no que refere-se ao outro. “olha-se, pois, para o sentimento de ódio e para as demandas por punição e morte que crescem e banalizam-se entre nós, perguntando como sair desse ciclo de raiva e dor, negação e desumanização que só nos tem conduzido a lugares sombrios”²⁸⁷ (PIMENTA, 2018, p. 198). Há a necessidade do diálogo, incluindo todos os agentes, e em especial os professores/pesquisadores sobre o assunto. A Agenda acadêmica pode contribuir, a conversa com os movimentos, os encarcerados, as empresas jornalísticas, as igrejas, as ruas, o trabalho, em todos os ambientes em que a sociedade permeia. O povo deve ser escutado dentro de uma democracia, ao mesmo tempo que temos a obrigação de informá-los sobre os reais fatos adjacentes ao crime e a criminalidade.

A aplicação da Política Nacional de Alternativas Penais (Portaria nº 495/2016²⁸⁸ – Ministério da Justiça), que é desencarceradora e restaurativa, que está muitas vezes como uma legislação simplesmente alternativa e pouco utilizada. A tornozeleira eletrônica é uma alternativa, porém os Estados não investem em tal tecnologia.

Uma intervenção no Modelo de Gestão para Política Prisional, onde métodos alternativos, como as APACS, que ressocializa detentos humanitariamente, também poderiam entrar em pauta. Poucas APACS existem no Brasil, e é com muita vontade dos agentes que as fundam, que ela consegue ressocializar e dar humanidade com fé os encarcerados. Na cidade de Maringá, Paraná, o Conselho da Comunidade da Pena, junto com membros do judiciários e juristas, conseguiram após 2 anos, a doação de um terreno da prefeitura municipal para a construção e a verba do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Todavia, tais projetos por irem contra a maré punitiva, ou perdem-se pela demora, burocracia, ou desinteresse estatal.

Apontarei agora, em relação à parte geral do Código Penal, requisitos e pressupostos à adoção de medidas alternativas de desencarceramento e atenuantes dos efeitos do *labelling approach* de Raldez²⁸⁹:

²⁸⁶ SÁ, Alvino Augusto de. *Criminologia Clínica e Psicologia Criminal*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

²⁸⁷ PIMENTA, Martins Victor. *Por trás das grades. O encarceramento em massa no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2018, p.198.

²⁸⁸ PORTARIA nº 495 de 28 de abril de 2016. Disponível em: < http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/22785957/do1-2016-05-02-portaria-n-495-de-28-de-abril-de-2016-22785887>. Acesso em 30 de maio de 2019.

²⁸⁹ RALDEZ, Maria Ignes. *Depois do grande encarceramento/dispositivos legais desencarceradores*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2010.

- Penas alternativas: suprimir o impedimento da substituição da pena privativa de liberdade, pela restritiva de direitos, quando o delito for cometido com violência ou grave ameaça. Valorando a “ameaça” em uma escala, e assim, o impedimento apenas aos delitos qualificados. Ampliariam-se assim a possibilidade da pena restritiva de direitos para por exemplo o roubo simples. O risco de lesão é ao patrimônio, e não a pessoa em si;
- Suprimir o inciso III do artigo 44 do Código Penal, no qual é percebido que a punição incide a “alma” do sujeito;
- Aplicar quantitativamente a pena prevista no § 2º do referido artigo, com a finalidade de possibilitar a conversão em pena de multa ou restritiva de direitos, seja para as fixadas em 2 (anos) e não 1 (ano), como está na norma. Quando superior a 2 (dois) anos, que possa-se admitir uma cumulação de pena restritiva e multa;
- Vetar o paragrafo 3º do mesmo artigo, que considera a incidência um agravante da punição inconstitucional; portanto, seu reconhecimento vai contra a Constituição Federal, mate-lo é afirmar o punitivismo e o direito penal do autor, em detrimento ao fato;
- Ao descumprir-se a pena restritiva de direitos, converter em privativa de liberdade só seria possível após a intimidação do apenado para se justificar sobre o inadimplemento, com vedação à expedição de mandado de prisão sem prévia e indispensável justificação;
- Vedar a convenção da pena restritiva em privativa de liberdade no caso de condenação, por outro crime, a pena privativa de liberdade;
- Alterar os requisitos da suspensão condicional da pena. A execução quando é de pena privativa de liberdade poderia ser suspensa quando não superior a 4 (anos), independentemente dos quesitos subjetivos, pessoais, antecedência, conduta social, ou reincidente. Desta forma o condenado de 70 anos, poderia ter o sursi em pena fixada até 5 (anos).
- As obrigações impostas no sursi, não deveria ter vedação aos lugares onde o autor não deva ir. Tal quesito impõe o moralismo e a restrição.
- Ao delito de menor potencial ofensivo, considerando o bem jurídico tutelado, alterar-se-ia, o critério quantitativo, abrangendo o crime a ser punido, com pena de 3 a 4 anos.

- As legislações extravagantes deveriam incluir-se no Código Penal, para impedir tratamento diferenciado impedindo os agentes encarregados do controle social. (RALDEZ. 2010).

Essas propostas ecoam dentro do direito penal sendo desencarceradoras, e assim, indo contra a maré punitiva. Todavia deve-se também propor alternativas as massas encarceradas.

4.2. Encarceramento em Massa não é Justiça

Em uma visão mundial, calcula-se que no início do novo milênio, aos que encontravam-se no Planeta Terra, com penas privativas de liberdade (excluindo as razões bélicas), superava 8.7000.000. Porém em dezembro de 2007, ultrapassava 10 milhões. Porém essas informações não são tão oficiais, posto que muitos estados no mundo não apresentaram dados (Afeganistão, Eritreia, Libéria, Gabão, Somália), e outros apenas fornecem da população adulta e em um caso especial a China, que apenas fornece informações dos detentos definitivos.²⁹⁰

Impossível então ter a ciência absoluta de quantos presos temos no mundo. Pensam-se em 15 milhões atualmente, e é alarmante tal número. Porém segundo Pavarini²⁹¹ se levarmos em consideração as penas breves, ou seja, as inferiores a 6 meses, é possível arriscar que por ano de 30 a 50 milhões de pessoas passam pelo cárcere. (PAVARINI, 2010). Ainda apresenta uma metáfora, que se pegarmos 30 milhões encarcerados, e esses dessem as mãos, criaria-se uma fila de 60 mil quilômetros, o que equivaleria a dar a volta ao mundo duas vezes na altura da linha do Equador. Porém se juntássemos a essa fila, os chamados “presos provisórios”, poderíamos abraçar cinco ou seis vezes o Planeta Terra²⁹².

Em dados²⁹³, existem lugares como a Europa Central e Meridional, onde é expressivamente baixo o índice de encarceramento. O método que utiliza-se é o percentual de detentos por 100.000 habitantes. Segundo a página internacional *Centre for Prison Studies*, do *King's College de Londres*, há cerca de 200 detentos por 100.000 pessoas. Assim sendo, a Dinamarca apresenta um índice de 66 detentos por amostragem, a Inglaterra 151, já em termos continentais, a Oceania apresenta uma média de 130, já a África Central, Ocidental e a Ásia

²⁹⁰Cf. YANYOU YI. *Arrest as punishment: The abuse of aresta in the People's Republic of China*. In *Punishment and Society*, 2008, vol 10, nº 1, pp. 9-24.

²⁹¹PAVARINI, Massimo. *O encarceramento em massa. Depois do grande encarceramento*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2010.

²⁹²Questão prisional. Disponível em: www.kcl.ac.uk/depsta/rel/icps/worldbrief. Acesso em 12 de abril de 2019.

²⁹³Cf. WALMSLEY, R. *World Prison Populations: Na Attempt at a Complete List*. In: Van Zyl Smit D.; Dükel F. (org.). *Imprisonment Today and Tomorrow. International Perspective on Prisoners' Rights and Prison Conditions*.

Meridional uma conjuntura média de 57. A carácter de curiosidade, a Índia, que tem mais de um milhão de habitantes, apresenta um índice de 32 presos por 100.000 mil habitantes.

As realidades mais distantes são os Estados Unidos da América, que equivale a 751 pessoas presas por 100.000 mil habitantes, a Rússia com 627 e o Brasil com 335, segundo Pavarini. Cabe a reflexão do porque e quais as razões explicativas para isso. Algumas variáveis estruturais como a densidade da população, a composição por idade, o bem-estar econômico, a riqueza e desenvolvimento do país, as taxas de repressão, os níveis de democracia, a representatividade do povo, os sistemas de governo, os sistemas normativos de referência e a taxa de criminalidade. Porém são especulações, a história do mundo, bem como as Guerras também influenciaram no modo de encarceramento mundial.

Que é fato que nas duas últimas décadas a população carcerária mundial aumentou em números absolutos e em conjunto, em quase todos os lugares. Algumas hipóteses são apresentadas, sobretudo na Inglaterra e Estados Unidos, onde há um estudo a fundo da população carcerária.

- Nas décadas de 1970/1980 o índice de criminalidade aumentou consideravelmente. E isso deve-se a crise nos sistemas do *Welfare*, a elevação do índice de desemprego, a política de criminalização das drogas, o sentimento de privatização, relativos aos vulneráveis e marginalizados, bem como os fluxos migratórios;
- A população carcerária aumentou em detrimento de legislações penais repressivas, advindas do modelo norte-americano conservador nos anos 1980 e 1990 nos EUA e na Inglaterra, implicadas e reformuladas em diversos países, de governos tanto de direita, quanto de esquerda, no caso do Brasil replicados até os dias atuais, como exemplo, o pacote do Ministro da Justiça Sergio Moro;
- Há também a hipótese que a população carcerária também aumentou devido a criminalização secundária, influenciada pelos meios de comunicação;
- Outra teoria é da disciplina do trabalho como *classes dangereuses*, pois a sociedade comporta-se de lados opostos diante o que é considerado perigoso – desenvolvimento de um estado canibalesco, absolvendo os inimigos a fim de neutralizar a periculosidade, ou uma “recusa

atropêmica”, amargurando condenações em tudo o que considera-se estranho. (PAVARINI, 2010).

É perceptível que a sociedade tem seguido o avanço da exclusão, a exemplo a crimigração, e leis penais ainda pautadas na guerra às drogas, no recrudescimento penal e nas legislações de combate ao crime. Nos EUA os *lobbies* políticos para o chamado *bussiness* penitenciário, chegaram ao Brasil, com o ideal que as privatizações das prisões, resolveriam o problema do encarceramento em massa.

São apenas hipóteses mundiais, porém cabem reflexões para o Brasil, que tem a terceira população carcerária mundial, no caso norte-americano, J. Simon²⁹⁴ o reencarceramento seria consequência de uma *political choise radical*, favorável a governar em prol do *social panic*, difundido pela mídia, que visa o encarceramento como uma segurança e representação política na crise do *old governance* do *welfare*. Não cabe tal hipótese a todos os países, porém a teoria em partes também aplica-se ao Brasil, que sempre engloba a ideologia e a legislação americana. (SIMON, 2007).

Culturalmente a legitimação da violência no sistema penitenciário brasileiro, em conjuntura com o grande encarceramento, esta solidificado no lugar, forma, religião, cultura jurídica, e a atos violentos da antiga tradição escravista e da pena de dgredo e a capital. A crueldade do sistema não é atual, mas sim vínculo da tradição jurídica, já explicada neste trabalho, advindas das Ordenações do Rei, que juntava o direito e a religião²⁹⁵ (NEDER, 2010, p. 241).

Na síntese de Vera Regina Pereira de Andrade²⁹⁶ o controle penal vem do capitalismo neoliberal, que prega a violência, e a cultura da insegurança individual e coletiva, reponsável pela arquitetura de uma sociedade encarceradora, criminalizando a pobreza e os pobres, achando como solução dos problemas sociais o encarceramento, e usando da política criminal como um espetáculo incitado pelos meios de comunicação (ANDRADE, 2010).

Por fim, o populismo criminal implantado após a Segunda Guerra Mundial, e incorporado na América-Latina, com as “legislações de emergência”, principalmente pregando à guerra ao narcotráfico, e ao terrorismo, normalizou-se ou banalizou-se sendo em um primeiro

²⁹⁴SIMON. J. *Governing though crime. How the war on Crime Transformed American Democracy*. Oxford University Press, 2007.

²⁹⁵NEDER, Gizlene. Cultura jurídica, cultura religiosa e questão criminal. Depois do grande encarceramento. Rio de Janeiro: Revan, 2010.p. 241.

²⁹⁶ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Horizonte de projeção do controle penal no capitalismo globalizado neoliberal. Depois do grande encarceramento*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2010.

momento “provisórias” bem como o neoconstitucionalismo em relação a teoria dos direitos, instrumentalizadas e utilizadas (pela mídia) para combater o inimigo e ganhar eleitores.

4.3. Criminologia Clínica – humanizar é perceber o outro

Não há de negar-se que a criminologia surgiu da medicina, Lombroso trouxe-nos a ideia de homem e crime, e tentou estudar por que se comete delitos? Foi um avanço e apesar de diversas correntes como a crítica, a minimalista e a radical, a criminologia clínica é aquela que melhor estuda o indivíduo e o meio. As causas e os efeitos, entre outros desdobramentos, nas palavras de Sá:

Criminologia Clínica é uma atividade complexa de conhecimentos interdisciplinares predominantemente científicos, voltada para a prática profissional. Nessa prática, ela se propõe fazer uma escuta compreensiva de casos individuais referentes a pessoas envolvidas com a justiça e, particularmente, a pessoas encarceradas, bem como fazer uma leitura dinâmica da instituição enquanto instância de controle, na qual estão envolvidas essas pessoas e profissionais que ali militam. Busca compreender os comportamentos problemáticos, encarando-os como expressão de conflitos e confrontos que seus autores têm em relação às expectativas, normas e valores sociais e culturais, e também levando em conta o seu carácter de lesividade e conflitualidade na dinâmica que se estabelece entre autor e vítima. Interessa-se por avaliar os desdobramentos possíveis dos comportamentos problemáticos das referidas pessoas e formular estratégias que contribuam para que elas tenham um sucesso saudável, quando de seu retorno ao convívio social livre, inclusive através da conquista de um melhor equilíbrio interno e em sua relação com seu contexto atual ²⁹⁷(SÁ, 2015, p. 71).

Chegamos a um nível de complexividade da criminalidade, onde o direito penal não é a solução, a criminologia crítica explica alguns fenômenos, e as consequências de um direito penal máximo, todavia a clínica desdobrar-se-á para dar “vida” e humanizar o rotulado delinquente. A ressocialização pouco é posta em prática no Brasil. Poucos conseguem remir a pena, ou muitas vezes progredir o regime.

²⁹⁷ SÁ, Alvino Augusto de. *Criminologia Clínica e Execução Penal. Proposta de modelo de terceira geração*. 2ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2015, p. 71.

A Criminologia Clínica vem humanizar e olhar o criminoso de forma diferente, além de tentar entender os desdobramentos que chegaram a causa da criminalidade, do delito cometido. Um dos vieses clínico é sobre o pré-determinismo, que consequentemente interfere na periculosidade do agente. O Código penal trata o delito em uma concepção causalista, que é uma concepção pré-determinista, que diz que o criminoso tem uma predisposição, ou predeterminação ao crime. É a visão midiática do delinquente nato, que foi abandonada em 1954 por Benigno Di Tullio. De tal concepção surge o conceito de periculosidade do agente, assevera Sá: “a periculosidade é uma condição imanente do indivíduo, por força da qual sua conduta estaria predeterminada à prática de crimes²⁹⁸” (SÁ, 2015, p.147). Porém em suas maiores implicações são que ela é vinculada ao prognóstico de reincidência.

Supondo então que certo indivíduo, por conta de algumas circunstâncias em sua vida, extrínsecas a ele, e alheas a sua vontade, reunirá condições para uma provável reincidência. A exemplo: João cumpriu pena por roubo, está agora no regime aberto, tenta retomar a sua vida, porém sente dificuldade em arrumar um emprego (pois tem “ficha” criminal – o que chamamos de rotulação), e é constantemente excluído da sociedade. A probabilidade deste exemplo reincidir torna-se cada dia maior, pois ele, como qualquer cidadão, necessita de trabalho para o seu sustento. Algo que nenhuma política pública tem interesse em sanar. O reconhecimento da periculosidade do agente, predispõe, ou pré-determina o agir de forma delinquente. O que desdobraria a concluirmos que tal imputado não tem condições de inteligência, personalidade, ou mentais para agir diferente, e assim deveria-se declarar sua inimputabilidade ou semi-imputabilidade.

As consequências da periculosidade nas palavras de Sá são:

Embora na atual legislação brasileira o reconhecimento da periculosidade seja restrito aos inimputáveis e semi-imputabilidade, ela continua sendo uma das características atribuídas aos réus, condenados e encarcerados, de forma indiscriminada, tal é a força com que tal ideia foi inculcada nos pensadores e na opinião pública²⁹⁹ (SÁ, 2015, p.148).

Quando falamos em opinião pública, falamos da criminologia midiática, que usa do clamor social, do medo e da opinião pública, para o fim do encarceramento. Ultimamente as notícias pouco sabem abordar sobre o direito penal, imaginem quando vinculado a isso está a

²⁹⁸SÁ, Alvino Augusto de. *Criminologia Clínica e Execução Penal. Proposta de modelo de terceira geração*. 2ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2015.p. 147.

²⁹⁹SÁ, Alvino Augusto de. *Criminologia Clínica e Execução Penal. Proposta de modelo de terceira geração*. 2ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2015.p. 148.

psicologia, o indivíduo visto como um inimigo, juntamente com uma série de fatores que talvez contribuíram para que o delito fosse cometido.

Ainda Sá argumenta que a conduta criminosa poderá resultar em um estado de periculosidade, porém iminente e transitório. Presente a inimputabilidade e ausente a periculosidade, é uma situação-problema não mais da ordem penal, porém sim da ordem da saúde. A causa, ainda traz problemas quando delimita os que a portam e os que não a portam. É uma característica do positivismo, porém a conduta criminosa deve-se a causas biopsicológicas – intrínsecas ao indivíduo, como a sua constituição, a sua estrutura, identidade, personalidade, que podem estar em indivíduos que delinquem ou que venham a delinquir. Então a de concluir-se que existe uma linha demarcatória entre os que delinquem e os que não. A solução seria através da “cura”, “ressocialização” ou “recuperação”. Os delinquentes passam a receber o estigma de criminosos e a não pertencerem ao mundo dos “normais”. A linha demarcatória é essa estranheza para com o indivíduo rotulado como criminoso, que são apenas consequências dos quesitos de conduta criminosa e periculosidade (SÁ, 2015).

Sá conclui:

À evidencia...tiram da concepção causalista, e do conceito de periculosidade...a tal linha demarcatória e a “estranheza” do delinquente, sua não pertença ao mundo dos “normais” e das “pessoas de bem” vão alimentar a ideia do inimigo. Vão alimentar a catastrófica ideia de que o delinquente é inimigo da sociedade, com todas as consequências daí decorrentes em termos de endurecimento da legislação, política criminal e práticas penitenciárias³⁰⁰ (SÁ, 2015, p. 153).

Como já bordado neste trabalho, tanto a estigmatização do inimigo, quanto todas as políticas criminais, legislação ao direito penal máximo, diminuição de garantias processuais, práticas penitenciárias, são abarcadas pela criminologia midiática, como um meio de propagação da criminalidade. A criminologia clínica, trata o criminoso como um ser em estado de “doença”, que deve ser tratado, e não estigmatizado e excluído socialmente. A proposta é uma abordagem individual, pois cada ser é único em sua história e concepções, bem como o cárcere em si, faz e proporciona a solidão, a angústia, problemas psicológicos, pessoais, familiares, entre outros, bem como a própria pressão de estar no cárcere.

³⁰⁰SÁ, Alvino Augusto de. *Criminologia Clínica e Execução Penal. Proposta de modelo de terceira geração*. 2ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2015.p. 153.

Apresentarei o modelo médico-psicológico, com seus pressupostos teóricos e postulados, que são estratégias de intervenção:³⁰¹

- O crime é um comportamento definido em lei (positivado), onde sua análise é feita a luz de fatores individuais, entre os quais ocupam características psicológicas (angústia, medo, tensões familiares, traumas frustrações), bem como os traços de personalidade, fatores orgânicos, história de vida do agente e os sociofamiliares;
- A valoração médico-psicológica, integra uma dinâmica criminal composta por psicólogos, psiquiatras e assistentes sociais, todavia o médico é o hierárquico;
- Reconhece-se a importância dos psicológicos, médicos e sociofamiliares na integração da dinâmica do ato criminoso, e na passagem do ato. Sendo que a conduta criminosa tem raiz dentro da realidade biopsíquica do indivíduo, tendendo ao predeterminismo, e explicada como “objeto de tratamento”. Porém a linha menos positiva, tais fatores psicológicos, médicos e sociofamiliares, não tem absoluta força na predeterminação da conduta. Os fatores individuais não são causas, sendo a abordagem etiológica, que busca na dinâmica do criminoso, a associação entre antecedentes e consequência (o ato);
- O viés positivista faz a cisão entre delinquentes e não delinquentes, onde os rotulados são portadores de causas criminógenas, que não estão presentes nos cidadãos normais. O modelo menos positivista onde a valorização dos fatores sociofamiliares, médicos e psicológicos, eles não são necessariamente interpretados como diferenciadores, pois não são tidos como a verdadeira causa delituosa, desta forma não há reconhecimento entre as palavras de Sá: “o mundo dos delinquentes”, reconhece-se a mesma rotulação do delinquente não-delinquente;
- Por fim, o exame criminológico – avaliação de um técnico capacitado ao detento, de origem positivista médico-psicológico, embora não seja a única forma de examinar, ainda reconhece a fluidez de conteúdos entre o

³⁰¹SÁ, Alvino Augusto de. *Criminologia Clínica e Execução Penal. Proposta de modelo de terceira geração*. 2ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2015.p. 171.

examinado e o examinador (há identificação de conteúdo entre ambos), porém valoriza-se o conteúdo do examinador. (SÁ, 2015, p. 171).

Desta maneira a criminologia clínica, analisa principalmente a análise de fatores individuais do agente considerado criminoso, sem descuidar-se e dedicar-se à compreensão da pessoa encarcerada nas formas orgânicas e psiquiátricas, psicológicos (personalidade), e fatores sociofamiliares. Para evitar a reincidência a criminologia clínica aporta “estratégias de intervenção humanizada” aos fatores individuais, os atores das práticas penitenciárias referentes à criminologia clínica, a leitura dinâmica da instituição prisional e as estratégias de assistência e apoio ao preso.

A proposta humanizadora é a de inclusão social baseada na terceira geração da criminologia clínica de Alvino Augusto de Sá. Ele afirma que a finalidade do direito criminal não é punir e nem excluir, mas contribuir para a paz social e convivência social, pressupondo-se que as pessoas que têm condutas criminosas também fazem parte da sociedade e têm os mesmos direitos à paz social e à boa convivência social.³⁰²(SÁ, 2015, p. 250). Para isso o ideal proposto seria que: a segurança dos institutos penitenciários deva subordinar-se à individualização; A inclusão social (reintegração social), deve ser pressuposto para a ressocialização (adequação social da conduta do indivíduo punido); as penas alternativas deveriam ser prioridades, e não excessão; e o *quantum* da punição deve-se subordinar a meta da inclusão social.

Entre as propostas apresentadas, duas referentes ao direito penal e duas referentes à execução, o ideal de “humanizar” o encarcerado seria o primeiro passo na em direção ao desencarceramento, posto que se individualizarmos sem a rotulação de encarcerado, incluindo-o socialmente, sua reincidência possa diminuir, assim diz Sá:

Por conta disso, para fazer frente ao seu primeiro desafio, a execução penal, deve promover o diálogo entre os setores encarcerado e não encarcerado da sociedade de forma a que se tenha uma reaproximação destes dois segmentos. Esta reaproximação, por sua vez, tem como passo inicial o tratamento do preso como pessoa, não mais como ser diferente e perigoso, o que deve ser feito através da abertura do cárcere para a comunidade e da comunidade para o cárcere³⁰³ (SÁ, 2015, p. 115).

³⁰²SÁ, Alvino Augusto de. *Criminologia Clínica e Execução Penal. Proposta de modelo de terceira geração*. 2ª edição. São Paulo: Saraiva, 2015.p. 250.

³⁰³SÁ, Alvino Augusto de. *Criminologia Clínica e Psicologia Criminal*. 2ª Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2010, p. 115.

Tal viés humanitário, de restabelecer o diálogo, a reaproximação dos “inimigos” com a sociedade, apresentará uma mútua compreensão, pois sabemos o que a sociedade pensa do encarcerado, mas nunca paramos para escutar o que ele “pensa”, ou por que em certo momento ele teve uma “conduta criminosa”. Deve-se inverter a subordinação e as hierarquias do sistema penitenciário atual.

Em um segundo cenário, nos capítulos anteriores demonstrou-se a construção do inimigo pela sociedade e mídia, e apontou-se a teoria do *labelling approach* (rotulação), tal imagem deve ser desconstruída, no sentido da compreensão onde reconheça-se o indivíduo, e seu comportamento social problemático, não como um ato violento, perigoso ou imprevisível, mas entendendo seu contexto social, pessoal, econômico, político, legal, familiar, etc. que são fatores que atuam “como corresponsáveis pela realização do ato que se torna crime a partir da definição legal”³⁰⁴(SÁ, 2011, p.215). A grande proposta é que devemos preparar o preso para sociedade e a sociedade para o preso.

O terceiro cenário seria a proposta do ensino das disciplinas de direito penal e criminologia nos cursos de comunicação. Se apresentarmos uma real visão do direito penal punitivista, desconstruindo o inimigo, através do conhecimento, e isso for difundido nos meios de comunicação, tal pequena mudança começará a incutir no pensamento social, talvez provocando uma mudança na visão sociedade sobre o cárcere.

O IDDD – Instituto de defesa do direito de defesa, apresenta uma proposta chamada “olhar crítico”³⁰⁵, que tem como finalidade dentro da cidade de São Paulo, Brasil, sensibilizar os estudantes do curso de jornalismo e os profissionais, quanto a cobertura de casos criminais pela imprensa, prezando a importância de observar a presunção de inocência e o direito de defesa.

Finalizando com as palavras de Sá:

Oxalá, a sociedade, a mídia e a opinião pública, no lugar de fazerem tanta pressão, exigindo cada vez mais segurança, repressão e punição, fizessem carga sobre uma política realmente séria e eficaz de saúde pública e de prevenção da delinquência junto às famílias, exigindo que o governo investisse pesado em programas de levantamento e caracterização de famílias nos bairros e nas comunidades onde mais

³⁰⁴SÁ, Alvinho Augusto de. *Criminologia Clínica e Execução Penal*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011, p. 245.

³⁰⁵Projeto olhar crítico. Disponível em: < <http://www.iddd.org.br/index.php/projetos/olhar-critico/>>. Acesso em 01 de julho de 2019.

proliferam a violência e a criminalidade, desenvolvendo medidas mais específicas de acompanhamento e assistência junto àquelas que oferecem maior “risco”, incluídas as famílias cujos filhos adolescentes já apresentam condutas delinquentes. Entretanto, qualquer que fosse o programa, dever-se-ia tomar o maior cuidado para se evitar qualquer conotação de censura, crítica ou ameaça³⁰⁶ (SÁ, 2010, p.94).

A preocupação em alarmar e usar da criminologia midiática para o clamor da opinião pública e o maior punitivismo, tem contribuído para nossa pós-modernidade caótica e individualista. No sentido que não conseguimos enxergar o próximo também como um ser humano, somos duais e intolerantes, não tolerando o pluralismo (sempre em conflito, onde uma opinião deve suplantir a outra). Estamos perdendo nossa humanidade, nos aprisionando em nossas próprias prisões, para não vermos realmente por uma óptica real, que prendemos pessoas pois nós mesmo estamos encarcerados na nossa falta de humanidade.

³⁰⁶ SÁ, Alvino Augusto de. *Criminologia Clínica e Psicologia Criminal*. 2ª Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2010, p. 94.

CONCLUSÕES

1. A criminologia como disciplina interdisciplinar, possibilitou-nos uma compreensão da infração legal; os meios formais e informais de que a sociedade utiliza-se para lidar com os crimes e atos desviantes, bem como o trato com as vítimas e o estudo do homem/mulher delinquente;
2. Partindo dos estudos de 1960 da teoria do *labeling approach* (etiquetamento, rotulação), onde a realidade social e a sociedade são construídas pela dinâmica conflituosas dos *inimigos x homens de bem*;
3. Ao indivíduo considerado etiquetado – aquele no qual coloca-se um estigma, passando por um processo de internalização, onde aprende a agir e a internalizar sua condição de “diferente” frente as agências de controle informal (opinião social, midiática, familiar, etc.) e de controle formal (polícia, justiça, administração penitenciária etc.);
4. A seletividade, a reprodução da violência, a criação de maiores condições para que ocorram condutas lesivas, a corrupção institucionalizada, a concentração do poder nas mãos de poucos indivíduos, a verticalização da sociedade e a destruição das relações comunitárias/horizontais são características estruturais do exercício do poder os do sistema penal brasileiro;
5. Os meios de comunicação, como controles informais da sociedade, são os grandes formadores de opinião atual. Eles elegem o “inimigo”, “indesejado”, “desviado”, “delinquente”, “criminoso”, os *outsiders*, dando-lhes certas características e condutas consideradas “moralmente inaceitáveis”, para depois que o “entiquetarmos”, com a opinião pública, influenciar os entes dos três poderes, para de confeccionarem leis penais para criminalizar o inimigo. O sistema penal é seletivo, e sempre escolherá quem deve ou não participar da sociedade;
6. A mídia transmite uma imagem “diferente” de mundo. Tem a capacidade de alterar e reinventar a informação. Como parte do processo de socialização do mundo, o indivíduo percebe-se neste como um grande receptor de informações advindas dos meios de comunicação;
7. A criminologia midiática, ou *criminology media*, é a forma como as pessoas conhecem o crime, através dos meios de comunicação. Portanto, de uma maneira ou de outra, as mensagens que são transmitidas passam a integrar a maneira de ser da população que

está submetida a sua influência³⁰⁷. O mundo atual, vive da ficção, da fantasia, o que é nos passado como informação “real”, pode ter sido manipulada e quando chega aos espectadores foram “distorcidas” e “reinventadas”, sendo uma nova verdade;

8. A criminologia midiática apresenta aos espectadores muitas vezes passivos, e facilmente manipulados pela notícia. Apresenta a figura do criminoso e do delito, através dos meios de comunicação, inundados por programas, notícias, acontecimentos de diversos crimes e dramas derivados da violência globalizada e latente. Tornando a informação um produto hipercomercializado;
9. Poucos espectadores são educados em lei (e os estudiosos do assunto, são considerados irrelevantes, pois pregam políticas criminais diferenciadas), legislação, ou criminologia, dificultando assim a capacidade de discernir a diferença do que é verdade ou inverdade. Quanto maior a sintonia do indivíduo com a mídia, no enfoque do crime e justiça criminal, maior a possibilidade de que seus entendimentos de controle criminal e sistema judiciário serão distorcidos e assim, refletirão nas crenças equivocadas em torno de policiais, infratores e vítimas;
10. Os processos de criminalização e encarceramento aparecem como respostas fáceis para problemas complexos, legitimando sua extensão e seletividade. A criminologia midiática – contribui para a estruturação do Estado autoritário, com fortalecimento e maior autonomia de órgãos policiais, resultando distorções de ordem democrática e social. Entre elas, destaca-se a corrupção das autoridades, a ausência de controles externos, o aumento da criminalidade organizada, a perda do controle de governo e da sociedade sobre aparatos repressivos. Desta forma, o Sistema Penal se encontra legitimado socialmente para atuação seletiva dirigida a jovens negros e pobres sobre os quais recaem os estereótipos de delinquentes;
11. O encarceramento em massa, é um grande problema brasileiro, legitimado e influenciado pela mídia e a criminologia midiática (que propaga o medo e o punitivismo). Em termos mundiais, o Brasil é o 3º país que mais encarcera no mundo, perdendo para os EUA (2.145.100 pessoas presas) e Rússia (605.955);
12. Imagens e ideais perpetrados ao inconsciente – pela mídia e meios de comunicação, são absorvidos pela grande maioria da população mundial, iniciando assim uma construção sociológica, onde algumas pessoas enquadram-se nos padrões e normas morais do

³⁰⁷ CASTRO, Lola Anyar. *Prevención del delito y medios de comunicación: entre la vanguardia y lo imposible*. Derecho penal y Criminología. Bogotá, 1989, p. 121.

microsistema social que vivem, e outras são descriminalizadas, incriminadas e rotuladas, dentro da mesma sociedade. Primeiramente excluímos, optamos por descriminalizar, apresentamos as pessoas excluídas, apenas oportunidade de usufruírem de uma condição de “subvida”, para em um segundo momento, tentar retira-los da sociedade através do cárcere;

13. O inimigo social é natural em toda a sociedade, por gerar o medo do desconhecido, alguns são incluídos, como aponta Elias, outros excluídos, sendo as prisões algo que evoluiu para que se controlasse o excedente populacional, bem como nada que obedecesse aos padrões de uma sociedade;
14. As prisões modernas têm por finalidade a clausura, como forma de penalizar pelo delito e “renovar o criminoso”, por meio da ressocialização. O Brasil diferiu sua população carcerária desde o início do encarceramento. Antes tínhamos os degredados e os hereges, todavia as mudanças nas estruturas sociais, políticas e econômicas, modificaram a finalidade das prisões, a própria privação de liberdade passou a ser a pena para os delitos. O Brasil, no entanto, nunca foi uma sociedade homogênea, desde a colonização há distintas e estratificadas classes sociais, as menos favorecidas (pobres, imigrantes e escravos) sempre foram as mais encarceradas no Brasil;
15. O Movimento Lei e Ordem, surgido nos Estados Unidos da década de 1970 e 1980 discursava pela imprescindibilidade da ordem, e não da justiça, como valor supremo. No Brasil, essa corrente instaurou-se devido a finalidade de coibir a criminalidade e reduzir à violência. Em detrimento a esse movimento, legislações penais foram criadas para alimentandar os casuísmos, vinculado ao início do direito penal de exceção, que abandonaram os direitos e garantias fundamentais para combater emergências específicas de uma sociedade insegura;
16. A mídia e a criminologia midiática incutiram a formação social do inimigo. A criação do inimigo coletivo perante a imagem do *hostis alienígena* – desconhecido, sem voz, misterioso, diferente, perigoso, estranho, imprevisível e que pode fazer o mal a qualquer momento, por conta dessas características rotuladas e estigmatizadas, deve ser mantido fora da sociedade, devemos vence-lo, puni-lo, vingarmos dele, e cabe aí a função das prisões. Aos rejeitados o cárcere (encarceramento em massa) e o abandono são a solução ao problema;
17. Em resposta ao crime e a criminalidade legislações como a chamada Lei dos Crimes Hediondos – Lei nº 8.072/1990 de 25 de julho de 1990, e atualmente um pacote de

medidas anticrime, que mais parece-se com um efeito simbólico, ilusório e sedante com o por intuito “resolver a criminalidade”, endurecendo regimes de cumprimento de pena; aumentando-as, efetivando o processo penal (de forma utilitária, punitivista e eficiente), e aumentando as tipificações penais;

18. Tais medidas apresentam-se como solução ao encarceramento prisional, que não é o único mecanismo de controle social exercido na esfera do poder punitivo e das agências a ele associada. A centralidade da prisão no repertório punitivo pode ser constatada observando-se os processos de criminalização primária, na arena de produção legislativa na área criminal;
19. O modelo penitenciário adotado pelo Brasil não parece, associado a pretensões de disciplinamento das pessoas privadas de liberdade, pois efetivamente não o faz. Pelo contrário, ele está direcionado a reforçar e a produzir uma delinquência estigmatizada, que serve de bode expiatório para um Estado penal ampliado, cumprindo assim, as funções de controle e vigilância e de maximização de seu próprio papel na mediação das relações e dos conflitos sociais. A figura do preso, bestializado nas cadeias decrepitas do país, serve também para a projeção de desumanidade a todo conjunto de jovens negros de onde ele (o preso) geralmente é selecionado, legitimando a repressão seletiva e o recrudescimento das polícias, às quais confiamos a missão de enfrenta-los;
20. Proposta são apresentadas neste trabalho; o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais aponta 15 medidas com o encarceramento: 1: Análise de impacto econômico como pré-requisito; 2: Reforçar princípios gerais da lei penal; 3: Alterações no crime de furto e roubo; 4: Diferenciação de condutas relacionadas a uso e tráfico de drogas; 5: Mudanças na aplicação de pena de crimes “hediondos”; 6: Criação do/a juiz/a de garantias; 7: Validade dos mandados de busca e apreensão; 8: Regras claras para interrogatório em sede policial; 9: Prazo para investigação; 10: Garantir intimidade e proteção contra exposição midiática; 11: Exigência de que haja produção de provas na fase processual; 12: Extinção da hipótese de condução coercitiva; 13: Nulidade do flagrante preparado e consolidação das audiências de custódia; 14: Mudança de critérios e condições para flagrante e prisão provisória; 15: Melhorar e cumprir as condições de cumprimento de pena e 16: Criação de ouvidorias externas em todas as instituições de justiça;
21. Há a necessidade do diálogo, incluindo todos os agentes, e em especial os professores/pesquisadores sobre o assunto. A Agenda acadêmica muito pode contribuir,

- porém a conversa com os movimentos, os encarcerados, as empresas jornalísticas, as igrejas, as ruas, o trabalho, em todos os ambientes em que a sociedade permeia;
22. A aplicação da Política Nacional de Alternativas Penais (Portaria nº 495/2016 – Ministério da Justiça), que é a intervenção do direito penal mínimo, desencarceradora e restaurativa. A tornozeleira eletrônica é uma alternativa, porém os Estados não investem em tal tecnologia;
 23. Uma intervenção no Modelo de Gestão para Política Prisional, onde métodos alternativos, como as APACS, e da humanização proposta por Alvin August de Sá – mediante a criminologia clínica, da inclusão social com a finalidade de contribuir para a paz social e convivência, pressupondo-se que as pessoas que têm condutas criminosas também fazem parte da sociedade e têm os mesmos direitos à paz social e à boa convivência social;
 24. Para isso o ideal proposto seria que: a segurança dos institutos penitenciários deve subordinar-se à individualização; A inclusão social (reintegração social), deve ser pressuposto para a ressocialização (adequação social da conduta do indivíduo punido); as penas alternativas deveriam ser prioridades, e não excessão; e o *quantum* da punição deve-se subordinar a meta da inclusão social;
 25. Primeiro restabelecendo o diálogo, a reaproximação dos “*inimigos*” com a sociedade, apresentará uma mútua compreensão), a desconstrução da imagem de inimigo, no sentido da compreensão onde reconheça-se o indivíduo encarcerado, e seu comportamento social problemático, onde a grande proposta é preparar o preso para sociedade e a sociedade para o preso; e por fim a proposta do ensino das disciplinas de direito penal e criminologia nos cursos de comunicação. Se apresentarmos uma real visão do direito penal punitivista, descontruindo o inimigo, através do conhecimento, e isso for difundido nos meios de comunicação, tal pequena mudança começará a incutir no pensamento social, talvez provocando uma mudança na visão sociedade sobre o cárcere;
 26. Somente reestabelecendo o dialogo, descontruindo a ideia de inimigo, e usando a criminologia midiática sem alarmar ou sensacionalizar contra o clamor social e a cultura do medo, contando também com o auxílio a participação democrática, como ensina Beçak, na “Primavera árabe”, conseguiremos visualizar o próximo como um ser humano. Desenvolvendo assim, uma óptica em sentido ao desencarceramento cruel e seletivo, resultante da nossa falta de humanidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS³⁰⁸

- ADORNO, Theodor & HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Guido Antônio de Almeida (Trad.). Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1985.
- AGAMBER, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: UFMG, 2007a.
- _____. *Estado de exceção*. Trad. Iraci D. Poleti. São Paulo: Editora Boitempo, 2004.
- ALBERGARIA, Pedro Soares de. *Plea bargaining: aproximação à justiça negociada nos E.U.A.* Coimbra: Almedina, 2007.
- ALBRECHT, G. *Nationalsozialistische Filmpolitik*. Stuttgart: Enke, 1969.
- ALTOÉ, Rafael. *Política criminal e direitos fundamentais – Novas tendências penais, força normativa e o horizonte das liberdades individuais na pós-modernidade*. 1ª edição. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2017.
- ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *A ilusão de segurança jurídica*. 3ª.ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2015.
- _____. *Horizonte de projeção do controle penal no capitalismo globalizado neoliberal. Depois do grande encarceramento*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2010.
- ANIYAR DE CASTRO, L. *Prevención del delito y medios de comunicación: entre la vanguardia y lo imposible* Bogotá: Derecho penal y Criminología, 1989.
- ANITUA, Gabriel Ignacio. *História dos pensamentos criminológico*. Trad. Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2008.
- ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1999.
- BARATTA, Alessandro. *Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal – Introdução à Sociologia do Direito Penal*. 2ª.ed. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 1999.
- _____, Alessandro. *Criminologia Crítica e Crítica do Direito penal*. 3ª.ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2002
- _____, Alessandro. *Sobre a Criminologia crítica e sua função na Política Criminal*. [s.n.], n. 13. Documentação e Direito Comparado. Boletim do Ministério da Justiça. Lisboa: Separata, 1983.
- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1999.

³⁰⁸De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR 6023).

- _____, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2001.
- _____, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1998.
- _____, Zygmunt. *Tempos líquidos*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2007.
- BECCARIA, Cesare. *An essay on crimes and punishments (with a commentary attributed to Ms. De Voltaire)*. London: Printed for J. Almon, 1767.
- _____. *Dos delitos e das penas*. Tradução: Lucia Guidicini e Alessandro Berti Contessa. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1997.
- BECK, Ulrich. *La sociedade del riesgo: hacia una nueva modernidade*. Barcelona: Editora Paidós, 1998.
- BECKER, Howard S. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2008.
- BEÇAK, Rubens. *Democracia: hegemonia e aperfeiçoamento*. São Paulo: Editora Saraiva, 2014.
- BEÇAK, Rubens; LONGHI, João Victor Rozatti. *O papel das tecnologias da comunicação em manifestações populares: a primavera árabe e a jornadas de junho no Brasil*. Santa Maria: Revista Eletrônica do curso de direito da UFSM, v. 10, 2015.
- _____. *O parlamento e as reações à participação popular na sociedade informacional: a oportunidade do plano nacional de participação social (Decreto nº 8.243/14) e o desafio dos projetos de decreto legislativo de sustação*. Florianópolis: In: Anais do XXII Congresso Nacional do CONPEDI, 2014.
- BERGER, Peter L., and Thomas LUCKMANN. *The Social Construction of Reality*. Middlesex, England: Published by Penguin Books, 1966.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. *Falência da pena de prisão: causas e alternativas*. 3. Ed., São Paulo: Editora Saraiva, 2004.
- BLÀSQUEZ, Niceto. *Ética e meios de comunicação*. São Paulo: Editora Paulinas, 1999.
- BLUMER, H. *A sociedade concebida como uma interação simbólica*. In: BIRNBAUM, P.; CHAZEL, F. *Teoria sociológica*. São Paulo: Hucitec, EDUSP, 1977.
- BRASIL. *Constituição da república federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 24 de novembro de 2018.
- _____. Lei nº 7.209 de 11 de julho de 1984. *Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e dá outras providências*. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1980-1988/L7209.htm>. Acesso em 23 de novembro de 2018.

_____. Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984. ***Institui a lei de execução penal.*** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm>. Acesso em 23 de novembro de 2018.

_____. Lei nº 7.716 de 5 de janeiro de 1989. ***Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.*** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm>. Acesso em 28 de abril de 2019.

_____. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. ***Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.*** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em 28 de abril de 2019.

_____. Lei nº 8.072 de 25 de julho de 1990. ***Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências.*** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8072.htm>. Acesso em 01 de dezembro de 2018.

_____. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. ***Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.*** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078.htm>. Acesso em 28 de abril de 2019.

_____. Lei nº 8.137 de 27 de dezembro de 1990. ***Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências.*** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8137.htm>. Acesso em 28 de abril de 2019.

_____. Lei nº 9.099 de 26 de setembro de 1995. ***Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.*** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9099.htm>. Acesso em 24 de novembro de 2018.

_____. Lei nº 9.455 de 7 de abril de 1997. ***Define os crimes de tortura e dá outras providências.*** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9455.htm>. Acesso em 28 de abril de 2019.

_____. Lei 9.503 de 23 de setembro de 1997. ***Institui o Código de Trânsito Brasileiro.*** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19503.htm>. Acesso em 28 de abril de 2019.

_____. Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998. ***Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.*** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm>. Acesso em 28 de abril de 2019.

_____. Lei nº 9.613 de 3 de março de 1998. *Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, e dá outras providências*. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9613.htm>. Acesso em 28 de abril de 2019.

_____. Lei nº 9.677 de 02 de julho de 1998. *Altera dispositivos do Capítulo III do Título VIII do Código Penal, incluindo na classificação dos delitos considerados hediondos crimes contra a saúde pública, e dá outras providências*. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9677.htm>. Acesso em 28 de abril de 2019.

_____. Lei nº 9.714 de 25 de novembro de 1998. *Altera dispositivos do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal*. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9714.htm>. Acesso em 24 de novembro de 2018.

_____. Lei nº 10.224 de 15 de maio de 2001. *Altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre o crime de assédio sexual e dá outras providências*. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10224.htm>. Acesso em 28 de abril de 2019.

_____. Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003. *Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências*. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.826.htm>. Acesso em 28 de abril de 2019.

_____. Lei nº 11.343 de 23 de agosto de 2006. *Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências*. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11343.htm>. Acesso em 01 de dezembro de 2018.

_____. Lei nº 12.852 de 5 de agosto de 2013. *Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE*. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso 10 de maio de 2019.

_____. **Censo 2010.** Disponível em: <
http://mapasinterativos.ibge.gov.br/atlas_ge/brasil1por1.html >. Acesso em 26 de novembro de 2018.

_____. **Censo do poder judiciário.** Disponível em: <
<http://www.cnj.jus.br/images/dpj/CensoJudiciario.final.pdf>>. Acesso em 26 de novembro de 2018.

_____. **Portaria nº 495 de 28 de abril de 2016.** Disponível em: <
http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/22785957/do1-2016-05-02-portaria-n-495-de-28-de-abril-de-2016-22785887>. Acesso em 30 de maio de 2019.

_____. Portaria nº 522 de 22 de novembro de 2011. **Estabelece procedimentos, critérios e prioridades para concessão de recursos financeiros voltados à execução de obras de ampliação e construção de estabelecimentos prisionais, objeto do Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional e dá outras providências.** Disponível em: <
http://www.lex.com.br/doc_22350436_PORTARIA_N_522_DE_22_DE_NOVEMBRO_DE_2011.aspx>. Acesso em 30 de novembro de 2018.

_____. STF. HC 104.339/SP. **Dispõe sobre o paciente preso em flagrante sobre o artigo 33 da lei nº 11.343/2006.** Disponível em:
<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=3164259>. Acesso em 03 de julho de 2019.

_____. STF. HC 111.840. **Declara a inconstitucionalidade no regime inicial fechado dos crimes hediondos.** Disponível em: <
<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticianoticiastf/anexo/hc111840dt.pdf>>. Acesso em 10 de maio de 2019.

_____. STF. HC: 116.985 **Dispõe sobre os princípios do contraditório e da ampla defesa.** Disponível em: <
<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5634366>>. Acesso em 28 de abril de 2019.

_____. STF. HC 126.292. **Dispõe sobre o princípio da presunção de inocência.** Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10964246>. Acesso em 03 de julho de 2019.

_____. STF. Agravo em RE 1.052.700. Repercussão Geral 972. **Dispõe sobre o regime fechado obrigatório.** Disponível

em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudenciaRepercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=5201890&numeroProcesso=1052700&classeProcesso=ARE&numeroTema=972>. Acesso em 03 de julho de 2019.

_____. **Súmula 46 do Supremo Tribunal Federal**. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menuSumario.asp?sumula=1271>>. Acesso em 26 de novembro de 2018.

_____. **Levantamento Penitenciário Nacional de Informações Penitenciárias** (INFOPEN – 2016) Brasília, Ministério da Justiça, Departamento Penitenciário Nacional. Disponível em < http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf>. Acesso em 10 de maio de 2019.

_____. **Levantamento Sociodemográfico dos Magistrados no ano de 2018**. Disponível em: < <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2018/09/49b47a6cf9185359256c22766d5076eb.pdf> >. Acesso em 26 de novembro de 2018.

_____. **Projeto Olhar Crítico**. Disponível em: < <http://www.iddd.org.br/index.php/projetos/olhar-critico/>>. Acesso em 01 de julho de 2019.

_____. **Projeto de Lei Anticrime**. Disponível em: < <https://www.justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1549284631.06/projeto-de-lei-anticrime.pdf>>. Acesso em 01 de abril de 2019.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Trad. de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1986.

BOLDT, Raphael. **Criminologia Midiática: do discurso punitivo à corrosão simbólica do garantismo**. Curitiba: Editora Juruá, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**. Tradução de Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1997.

BULOS, Uadi Lammêgo. **Direito constitucional ao alcance de todos. 6 ed. rev. e atual. De acordo com a EC n. 83, de 5-8-2014, e os últimos julgados do STF**. São Paulo: Editora Saraiva, 2015.

CACICEDO, Patrick. **Notas críticas sobre a execução penal no Projeto “Anticrime”**. Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, ano 27, nº 317, abril. São Paulo: Ibccrim, 2019.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos: Conflitos multiculturais da globalização**. 4. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

CAMPOS, Marcelo da Silveira. *Crime e Congresso Nacional: uma análise da política criminal aprovada de 1989 a 2006*. 1ª ed. São Paulo: IBCCRIM, 2010.

CARNEIRO, A. Augusto. *Os penitenciários*. Rio de Janeiro: Editora Henrique Velho, 1930.

CARNEIRO, Cynthia S. *Políticas Migratórias no Brasil e a instituição dos indesejados: a construção histórica de um “Estado de Exceção” para estrangeiros*. Fortaleza: Revista Opinião Jurídica, 2018.

CARVALHO, Salo. *Pena e garantias: uma leitura do garantismo de Luigi Ferrajoli no Brasil*. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2001.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2013.

_____. *La cuestión urbana*. México: Editora Siglo XXI, 1974.

Cf. YANYOU YI. *Arrest as punishment: The abuse of aresta in the People’s Republic of China*. In Punishment and Society, 2008.

Cf. WALMSLEY, R. *World Prison Populations: Na Attempt at a Complete List*. In: Van Zyl Smit D.; Dükel F. (org.) *Imprisonment Today and Tomorrow. International Perspective on Prisoners’ Rights and Prison Conditions*.

CHOMSKY, Noam. *A manipulação dos media: os efeitos extraordinários da propaganda*. Lisboa: Editorial Inquérito, 2003.

COHEN, Stanley. *Folk devils and moral panics: the creation of the mods and rockers*. Oxford: Blackwell, 1980.

CONARE – *Comitê Nacional dos refugiados*. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/153-refugiados-e-o-conare>. Acesso em 15 de abril de 2019.

COPETTI NETO, Alfredo; FISCHER, Ricardo Santi. *O Paradigma Constitucional Garantista em Luigi Ferrajoli: a evolução do constitucionalismo político para o constitucionalismo jurídico* Curitiba: Revista de Direitos Fundamentais e Democracia, 2013 Disponível em: <<http://revistaeletronicardfd.unibrazil.com.br/index.php/rdfd/article/view/423>>. Acesso em: 23 de novembro de 2018.

CONTIPELLI, Ernani. *Constitucionalismo climático global*. *Justiça do Direito*, v.32, n. 2, p. 278-300, maio/ago. 2018. Disponível em: < <http://seer.upf.br/index.php/rjd/article/view/8246>. p. 281 >. Acesso em 02 de maio de 2019.

CADH. *Convenção Americana de direitos humanos*. Disponível em https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm. Acesso em 15 de abril de 2019.

CUE. *Convenção única sobre entorpecentes*. Disponível em: < <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/drogas/marco-legal.html>>. Acesso em 01 de julho de 2019.

DE LA TORRE, Ignacio Berdugo Gómez, CERINA, Giorgio. *Algunos aspectos del nuevo delito de corrupción em el de porte*. Disponível em: < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4254324/mod_resource/content/1/Estudios%20sobre%20%20corrupci%C3%B3n.pdf>. Acesso 01 de julho de 2019.

DE MORAES, Pedro Rodolfo Bodê. *Punição, encarceramento e construção de identidade profissional entre agentes penitenciários*. São Paulo: Ibccrim. 2005.

DIAS, Jorge de Figueiredo. *Questões fundamentais do direito penal revisadas*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

_____. *Criminologia: o homem delinquente e a sociedade criminógena*. 2ª reimpressão. Portugal: Editora Coimbra, 1997.

DÍEZ RIPOLLES, José Luis. *La racionalidade de las leyes penales*. Madrid: Trotta, 2003.

ENCYCLOPEDIA BRITANNICA. *Plea bargaining*. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/plea-bargaining>. Acesso em: 28 de abril de 2019.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2000.

ELIAS, Norbet. *O processo civilizador: uma história dos costumes*.v I. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar , 1994.

FERNANDES, Fernandes Andrade. *Sobre uma opção jurídico-política e jurídico-metodológica de compreensão das ciências jurídico-criminais*In: Liber Discipulorum para Jorge de Figueiredo Dias. Portugal: Coimbra, 2003.

FERRAJOLI, Luigi. *Direito e Razão: teoria do garantismo penal*. 4 ed. São Paulo: Editora Revistas dos Tribunais, 2014.

FERRELL J, SANDERS CR. *Cultural Criminology*. Boston: Northeastern University Press, 1995.

FLAUSINA. Ana Luiza Pinheiro. *Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro*. Dissertação de Mestrado em Direito. Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

- FRANCO, Alberto Silva. *Crimes Hediondos*. 5ª edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.
- FREIRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1998.
- FREUD, Sigmund. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. v. 1. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1990.
- FROMM, Erich. *The state as educator: on the psychology of criminal justice*. In: *Anderson Kevin; quinney, Richard (org.). Erich Fromm and critical criminology: beyond the punitive society*. Chicago: University of Illinois Press, 2000.
- FBSP. *Fórum brasileiro de segurança pública*. Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/06/Atlas-daViolencia2019_05jun_vers%C3%A3o-coletiva.pdf. Acesso em 10 de maio de 2019.
- FONSECA, Siqueira Paloma. *A presiganga real (1808-1831): Trabalho forçado e punição corporal da marinha. História nas prisões no Brasil*. v. I. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2009.
- FOUCAULT, Michael. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.
- GALARD, David. *The culture of control: crime and social order in contemporary society*. Chicago: University of Chicago Press, 2001.
- GAROFALO, Raffaele. *Criminologia: estudo sobre o delicto e a repressão penal*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1893.
- GUIA, Maria João. *Crimigração*. São Paulo: Revistas Liberdades, 2012.
- _____. *Imigração e Criminalidade – Caleidoscópio de imigrantes reclusos*. Coimbra: Almedina, 2008.
- GHRH. *Global humans rights watch*. Disponível em: <<https://www.hrw.org/pt/world-report/2018/country-chapters/313303>>. Acesso em 26 de novembro de 2018.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. Ed Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: Editora LCT, 1988.
- _____. *Manicômios, Prisões e Conventos*. 7ª edição Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.
- GOMES, Luiz Flávio. *Suspensão condicional do processo penal*. São Paulo: Editora Revistas dos Tribunais, 1995.
- GOMES, Marcus Alan de Melo. *Mídia e sistema penal: as distorções da criminalização nos meios de comunicação*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2015.

- HAMBURGUER, Esther. *Indústria Cultural Brasileira* (Vista Daqui e de Fora). In: MICELI, Sérgio (Org.). *O Que Ler na Ciência Social Brasileira: 1970-2002*. São Paulo: Sumaré, 2002.
- HANEY, Craig. *Media Criminology and the Death Penalty*. Disponível em: <<https://via.library.depaul.edu/law-review/vol58/iss3/7>>. Acesso em 27 de março de 2019.
- HERIVEL, Tara. *Quem lucra com as prisões – O negócio do grande encarceramento*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2013.
- HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, Forma e poder de um Estado eclesiástico e civil. Coleção Pensadores*. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1984.
- HOBBS, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*; Tradução Marcos Santarrita; - São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1995.
- HOLLOWAY, Thomas. *O Calabouço e o Aljube do Rio de Janeiro no século XIX. História nas prisões no Brasil*, v. I. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2009.
- HOLOCAUST ENCYCLOPEDIA. *A disseminação da informação jornalística*. Disponível em <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/writing-the-news>. Acesso em 01 de maio de 2019.
- HULSMAN, Louk H. *Descriminalização*. In: Revista de Direito Penal. n. 9/10 Rio de Janeiro: Editora Revista dos Tribunais, 1973.
- IBCCRIM. *Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais nº 286 de setembro de 2016*. Disponível em: < https://www.ibccrim.org.br/boletim_editorial/327-286-Setembro2016>. Acesso em 08 de dezembro de 2018.
- _____. *Caderno de propostas legislativas. Propostas de desencarceramento – 16 propostas contra o encarceramento em massa*. Disponível em: https://www.ibccrim.org.br/docs/2017/16MEDIDAS_Caderno.pdf. Acesso em 26 de novembro de 2018.
- INNERARITY, Daniel. *A sociedade invisível*. Lisboa: Editorial Teorema, 2009.
- JAKOBS, Günther; CANCIO MELIÁ, Manuel. *Direito Penal do Inimigo – Noções e críticas*. Tradução André Luís Callegari e Nereu José Giacomolli. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.
- JEWKES, Yvonne. *Media and crime. Key Approaches to Criminology*. London UK: Sage, 2004.
- JUBILUT, Liliana Lyra. *Migrações e desenvolvimento*. In: AMARAL JÚNIOR, Alberto (Org.). *Direito Internacional e desenvolvimento*. Barueri: Editora Manole, 2005.

JUNG, Carl G. *Arquétipos e o inconsciente coletivo*. Petrópolis: Editora Vozes. (Originalmente publicado em 1951), 2000.

_____. *Tipos psicológicos*. In: Obras Completas de C. G. Jung, vol. VI. Petrópolis: Editora Vozes, 2011a.

_____. *Psicologia do inconsciente*. In: Obras Completas de C. G. Jung, vol. VII/1. Petrópolis: Editora Vozes, 2011b.

_____. *Símbolos da transformação*. In: Obras Completas de C. G. Jung, vol. V. Petrópolis: Editora Vozes, 2011c.

_____. *A natureza da psique*. In: Obras Completas de C. G. Jung, vol. VIII/2. Petrópolis: Editora Vozes, 2011d.

KANE S. *Reversing the ethnographic gaze: experiments in cultural criminology*. See Ferrell & Hamm. Boston: Northeastern University Press, 1998a.

KARAM, Maria Lúcia. *De crimes, penas e fantasias*. Rio de Janeiro: Editora Luan, 1991.

LARRAURI, Elena. *La herencia de la criminología crítica*. 2.ed. Madrid: XXI, 1992.

LEMERT, Edwin M. *Human deviance, social problems, and social control*. 2ª ed. Englewood Cliffs - New Jersey: Prentice-Hall, 1972.

LILLY, J. Robert et al. *Criminological theory: contexts and consequences*. 2.ed. London: Sage Publications, 1995.

LINS E SILVA, Evandro. *De Beccaria a Filippo Gramática. Ciência e política criminal em honra de Heleno Fragoso*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1992.

LOPARIC, Z. Winnicott. *Esboço do paradigma winnicottiano*. Campinas: Cadernos de História da Filosofia da Ciência, 2001.

LOURENÇO, Nelson. *Violência urbana e sentimento de insegurança*. In: GOUVEIA, Jorge Bacelar (coord.). *Estudos de direito e segurança*. Vol II. Coimbra: Almedina, 2012.

LUHMANN, Niklas. *A realidade dos meios de comunicação*. São Paulo: Editora Paulus, 2005.

MACHADO, Carla. *Crime e insegurança: discursos do medo, imagens do outro*. Lisboa: Editorial Notícias, 2004.

MARTINS Cf., Estevão Rezende de. *O caráter relacional do conhecimento histórico*. In: COSTA, Cléria Botelho da. (Org.). *Um passeio com Clio*. Brasília: Paralelo 15, 2002.

MATHIENSEN, Thomas. *Perché il cárcere?* Torino: Grupo Abele, 1996.

MATTHEWS, John A., and David T. HERBERT. *Social Construction. Encyclopedia of Environmental Change*. Thousand Oaks: Sage Publications Ltd, 2014.

- MATURANA, H.R. *A ontologia da realidade*. Organizadores: GRACIANO, V.; MAGRO, C.; VAZ, N. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.
- MATURANA, H. R.; VARELA, F.J. *A Árvore do Conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*. Trad. Mariotti, H.; Diskin, L. São Paulo: Editora Palas Athenas, 2001.
- MCCOMBS, Maxwell. *A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública*. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.
- MEAD, George Herbert. *Mind Self & Society*. The Definitive Edition. Edited by Charles W. Morris. Annotated Edition by Daniel R. Huebner and Hans Joas. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2015.
- MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. *Cárcere e fábrica. As origens do sistema penitenciário (século XVI – XIX)*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2006.
- MERLIM, Oscar Filho. *Criminalização e seleção no sistema judiciário penal*. 1ºed. São Paulo: IBCCRIM, 2010.
- MIOTTO, Armida Bergamini. *Vítimas da violência nos grandes centros urbanos: o medo continuamente estimulado. Fascículos de Ciências Penais*. Porto Alegre: Editora Sergio Antonio Fabris, 1987.
- MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat, Baron de la. *Do espírito das leis*. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1979.
- NATALINO, Marco Antônio Carvalho. *O Discurso do Telejornalismo de Referência*. São Paulo: Editora Método, 2007.
- NEDER, Gizlene. *História das prisões no Brasil – (Sentimentos e ideias jurídicas no Brasil: pena de morte e degredo em dois tempos)*. Volume. I. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2009.
- _____. *Cultura jurídica, cultura religiosa e questão criminal. Depois do grande encarceramento*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2010.
- ORWELL, George. *1984*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2009.
- PAVARINI, Massimo. *O encarceramento em massa. Depois do grande encarceramento*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2010.
- PATIAS, Jaime Carlos. *O espetáculo no telejornal sensacionalista*. In: COELHO, Claudio Novaes Pinto; CASTRO, Valdir José de. Organizadores. *Comunicação e sociedade do espetáculo*. São Paulo: Editora Paulus, 2006.
- PIMENTA, Martins Victor. *Por trás das grades. O encarceramento em massa no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2018.
- PINA, Sara. *Media e leis penais*. Coimbra: Almedina, 2009.

- PIRES, Álvaro. *A racionalidade penal moderna, o público e os direitos humanos*. In: Novos Estudos Cebrap nº 68, 2004.
- PRADO, Lúcia Reis de Almeida. *O Juiz e a Emoção*. Campinas: Editora Millennium, 2003.
- PRADO, Luiz Regis. *Comentários ao código penal: doutrina, jurisprudência selecionada, leitura indicada*. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.
- RALDEZ, Maria Ighes. *Depois do grande encarceramento/dispositivos legais desencarceradores*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2010.
- RAFTER, Nicole. *Shots in the Mirror*. New York: Oxford University Press, 2000.
- RAGUÉS I VALLÈS, Ramon. *Héroes o traidores? La protección de los informantes internos (whistleblowers) como estrategia político-criminal*. Dret, n. 3, 2006. Disponível em: <http://www.indret.com/pdf/364.pdf>. Acesso em: 28 maio de 2019.
- REALE JÚNIOR, Miguel. *Razão e Subjetividade no Direito Penal Brasileiro*. Ciências Penais: Revista da Associação Brasileira de Ciências Penais, v. 1, n. 0, jan/jul, 2004.
- REDHEAD S. *Unpopular Cultures: The Birth of Law and Popular Culture*. Manchester, UK: Manchester University Press, 1995.
- RENAULT, Luiz Otávio Linhares, VIANA, Márcio Túlio, CANTELLI, Paula Oliveira (coordenadores). *Discriminação*. 2ª edição. São Paulo: Ltr, 2010.
- RIBEIRO, Natália Pimenta. TOLEDO, Yashmin Crispim Baiocchi de Paula. *Plea bargain à brasileira: A justiça penal negociada do Projeto de Lei Anticrime e o recrudescimento dos resquícios inquisitórios do sistema criminal*. Boletim do Ibccrim, ano 27, nº 317, abril. São Paulo: Ibccrim, 2009.
- SÁ, Alvino Augusto de. *Criminologia Clínica e Execução Penal*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.
- _____. *Criminologia Clínica e Psicologia Criminal*. 2ª Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.
- _____. *Desafios da Execução Penal Frente aos Processos de Construção da Imagem do Inimigo*. Revista Brasileira de Ciências Criminais, ano 20, vol. 99, nov.- dez. de 2012.
- _____. *Criminologia Clínica, Ideologia do Inimigo e Controle Punitivo no Sistema Carcerário*. Revista dos Tribunais, ano 101, vol. 924, outubro de 2012.
- _____. *Criminologia Clínica e Execução Penal. Proposta de modelo de terceira geração*. 2ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2015.
- SÁNCHEZ, Jesús Maria Silva. *Política criminal y persona*. Buenos Aires: Editora Ad Hoc, 2000.

- SANT'ANNA, Antunes Marilene. *Trabalho e conflitos na casa de correção do Rio de Janeiro. História nas prisões no Brasil*. v. I. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2009.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Editora Cortez, 2008.
- _____, Boaventura de Sousa. *Poderá o direito ser emancipatório?* Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007.
- SANTOS, Juarez Cirino dos. *A criminologia radical*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1981.
- SARLO, Beatriz. *Estética e pós-política: a partir Fujimori para a Guerra do Golfo. Em o debate pós-modernismo na América latina*. Editado por John Beverley e José Oviedo. Duke: University Press, 1995.
- SCHÜNNEMANN, Bernd. *Cuadernos de Doctrina y Jurisprudencia Penal*. Buenos Aires: Editora Ad Hoc, 2001.
- SCHUTZ, Alfred. *Collected Papers*. vol. I. Spokane: Maurice Natanson, 1962.
- SHECAIRA, Sérgio Salomão. *Criminologia*. 5. ed. rev. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.
- _____. (Org.). *Estudos Criminais em Homenagem a Evandro Lins e Silva – Criminalista do Século*. São Paulo: Editora Método, 2001.
- STUMP, Juliet. *The Crimmigration Crisis: Immigrants, Crime and Sovereign Power*. In: American University Law Review, 2006.
- SIMON. J. *Governing through crime. How the war on Crime Transformed American Democracy*. Oxford University Press, 2007.
- TANNENBAUM, Frank. *Crime and the Community*. New York: Columbia University Press, 1938.
- UOL. *Superlotadas, prisões no Brasil gastam R\$ 15,8 bilhões ao ano, diz TCU*. Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/07/17/superlotadas-prisoas-no-brasil-gastam-r-158-bilhoes-ao-ano-diz-tcu.htm>>. Acesso em 17 de julho de 2019.
- VARELA, F.; THOMPSON, E.; ROSCH, E. *The Embodied Mind: Cognitive Science and Human Experience*. Cambridge: MIT Press, 1991.
- VASCONCELOS, Karina Nogueira. *O cárcere: racionalismo da pena e adestramento do corpo na modernidade*. Paraná: Editora Juruá, 2011.
- WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2001.
- _____. *Punir os Pobres: a gestão da miséria nos Estados Unidos*. Trad. Sérgio Lamarão. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Brasília: Editora UNB, 1991.

ZAFFARONI E, BATISTA N. *Direito penal Brasileiro: v. 1 – Teoria geral do direito penal*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2017.

ZAFFARONI, Eugênio R. *La cuestión criminal*. Buenos Aires: Editora Planeta Argentina, 2012.

_____. *O Inimigo No Direito Penal - Col. Pensamento Criminológico*. Vol.14. Rio de Janeiro. Editora Revan, 2015.

_____. *Reincidencia: un concepto de derecho penal autoritario. In: Derechos Fundamentales y Justicia Penal*. San José da Costa Rica: Juricentro, 1992.